

SUMAÚMA COP30

AMAZONIZANDO A COP



VOZES DA
FLORESTA

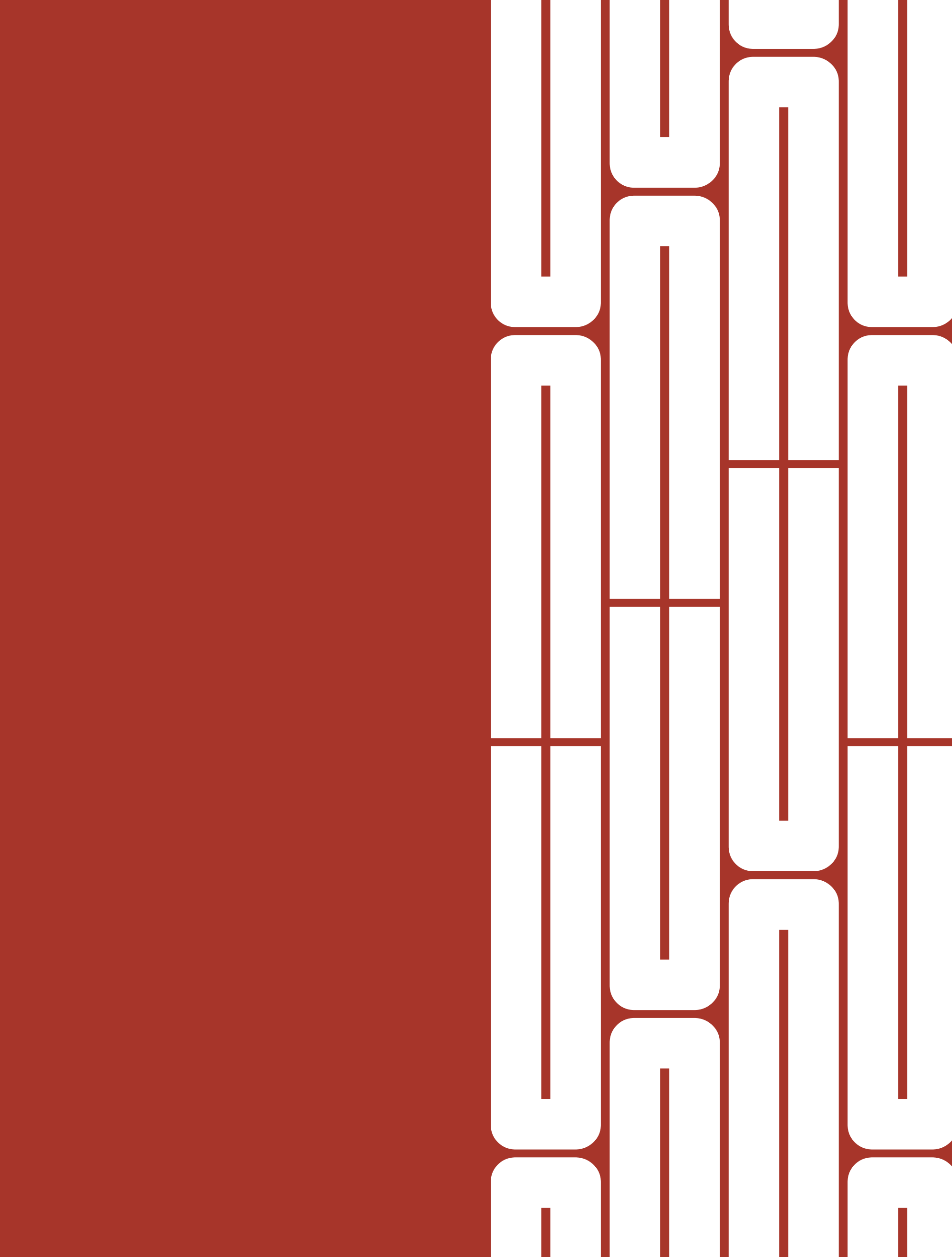
Na barriga da COP,
meu tempo é o da
Floresta PÁG. 20

A COP VISTA
POR DENTRO

As conferências são
pequenas para a desigualdade
do mundo PÁG. 96

A COP QUE
NINGUÉM VÊ

Às margens da
Belém belle époque
brega raiz PÁG. 118



- 4 ■ **Direto da trincheira**
Eliane Brum, Jonathan Watts e Talita Bedinelli
- 6 ■ **Diário de uma cobertura**
Eliane Brum, Viviane Zandonadi,
Talita Bedinelli e Fernanda da Escóssia
- 20 ■ **Na barriga da COP, meu tempo é o da Floresta**
Wajã Xipai
- 24 ■ **Na Belém da COP30, até a sombra é desigual**
Lorena de Paula
- 30 ■ **A verdade da COP30**
Lela Beltrão (curadoria de imagens)
- 36 ■ **O motor climático da Amazônia está morrendo**
Antonio Nobre
- 38 ■ **As mulheres que lutam com fios contra
o agronegócio e a mineração**
Soraia Joffely
- 40 ■ **Os olhos de raiva da Mãe d'Água
choram lágrimas de petróleo**
Soll
- 44 ■ **Sonhar a Floresta é lembrar
que não estamos sozinhos**
Mariana Leal de Barros
- 48 ■ **Enquanto houver uma mulher de pé,
não tem ecogenocídio que nos cale**
Catarina Barbosa
- 50 ■ **A Belém da COP não é a Belém de Ana**
Leandra Souza
- 56 ■ **O encontro dos chefes do mundo:
por que a gente se importa com a COP30?**
Lavynnia Firmino Lima da Silva,
Arthur Ribeiro de Sousa
e Juan Carlos Sena Martins
- 58 ■ **'Temos que superar o binário.
É preciso ter ternarismos e quaternarismos'**
Eliane Brum
- 64 ■ **A voz dos oceanos: a vida de vítimas
da emergência climática no Pacífico Sul**
Rafael Moro Martins
- 68 ■ **Exclusivo Secretário-geral da ONU:
vozes indígenas 'são indispensáveis'
para evitar a catástrofe climática**
Wajã Xipai e Jonathan Watts
- 74 ■ **Greenwashing na COP30: 'Essa conta vai chegar'**
Hyury Potter
- 82 ■ **Vale transforma dívida bilionária
com o Pará em publicidade na COP30**
Adriano Wilkson
- 88 ■ **A solução nunca virá dos governos**
Eliane Brum
- 96 ■ **As conferências do clima, tão grandes,
ficaram pequenas para a desigualdade do mundo**
Claudia Antunes
- 104 ■ **Uma onça vê a Lua e a COP entre grades**
Lorena de Paula
- 108 ■ **Sentados na pressa do mundo**
Shayra Cruz
- 110 ■ **Os homens que limpam o que não pode ser limpo**
Darlon Neres
- 112 ■ **A história de como a vida de Maria foi engarrafada**
Marcos Miranda
- 114 ■ **Os extraordinários axolotes são
vencidos pelo ataque à Natureza**
Flávia Coimbra
- 116 ■ **O monumento da COP30 é uma
Sumaúma sufocada pelo asfalto**
Guilherme Guerreiro Neto
- 118 ■ **Às margens da Belém belle époque brega raiz**
Énh Xym Akroá Gamella
- 124 ■ **'Se continuarmos destruindo tudo
que tem nessa terra, haverá um caos'**
Lorena de Paula e Jonathan Watts
- 128 ■ **COP30: lutando pela vida**
Jonathan Watts
- 134 ■ **Vamos conversar sobre COP30 e mutantes?**
Eliane Brum

Direto da trincheira

Recentrando o mundo, amazonizando a COP

Eliane Brum, Jonathan Watts e Talita Bedinelli

Rio Xingu, Altamira, Amazônia

Nós, de SUMAÚMA, somos correspondentes de guerra, a guerra movida contra a Natureza. Um conflito desigual, em que a Natureza é massacrada e os humanos avançam rumo à extinção. Chegamos à COP30, em novembro de 2025, prontos para disputar um cenário coalhado de lobistas de petróleo, mineração, soja, carne, créditos de carbono. E disputar, para uma plataforma de jornalismo baseada na Amazônia, é contar a COP com a precisão, a seriedade e a responsabilidade do melhor jornalismo, mas a partir das perspectivas, valores e linguagem dos povos que têm pouco espaço nas negociações. Se não fosse por eles, já não haveria Floresta em pé – e o planeta já seria impossível de habitar.

Desde seu manifesto de fundação, SUMAÚMA defende que os legítimos centros do mundo são onde está a vida – a Amazônia e todos os biomas. A Natureza, portanto, vem primeiro. E isso inclui seus povos, não apenas os que são chamados de humanos, mas todos os humanos – animais, plantas, fungos, montanhas, rios... A Floresta, primeiro, é o tronco da nossa cobertura há três anos. A partir desse valor que se enraíza em conhecimentos ancestrais, lançamos rios voadores para irrigar o debate que definirá nossa vida. E assim também fizemos na COP30.

Em acelerada corrida rumo à extinção, precisamos ousar. E nós ousamos. Entre março e outubro nos preparamos por meio de um curso semanal de alto nível. Alcançamos Belém de barco com quase 100 lideranças da Floresta, cientistas, artistas, jornalistas, advogados, médicos e psicanalistas na jornada “Navegando contra o Fim do Mundo”, feita em parceria com o Projeto Saúde e Alegria. Foi uma espécie de pré-COP, debatendo os temas que consideramos mais relevantes para a Floresta. Nas águas do Rio Tapajós também relançamos a Rádio SUMAÚMA, que seguiu com um programa diário durante toda a COP.

Tudo isso para fazer uma cobertura da COP a partir do olhar da Floresta. Nossos leitores puderam acompanhar



pelo nosso site uma cobertura ao vivo, que contou o que aconteceu nas Zonas Azul e Verde, onde estavam os negociadores e os eventos oficiais, e na Cúpula dos Povos, nas ruas e águas de Belém, onde estavam a sociedade civil, os povos indígenas e ativistas de todo o mundo.

A COP que Ninguém Vê foi contada pelos jovens jornalistas-floresta do nosso programa de coformação Micélio. Vindos do Amazonas, Amapá, Rondônia, Pará, Terra Indígena Wawi (Mato Grosso), Terra Indígena Taquaritiua (Maranhão) e PAE Lago Grande (Pará), eles



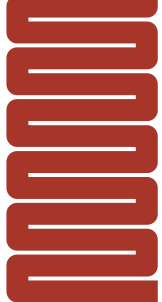
percorreram as ruas de Belém para escutar os reais protagonistas da conferência, mas que costumam ser confinados nas periferias. Tivemos quadros nas redes sociais e até uma “Parteira de Sonhos”, que coletou as vidas oníricas que circulavam por ali.

Nossas raízes nesta primeira COP na Amazônia – marcada pelo simbolismo de uma Sumaúma sem copa na frente da Zona Azul – foram assim lançadas: a Floresta primeiro, qualquer solução passa pelo Sul Global, o foco é no beiradão e toda a pressão sobre os

negociadores. A cobertura de SUMAÚMA foi feita por quase 40 jornalistas, além do suporte administrativo, financeiro e logístico.

Esta revista que chega às suas mãos – e, esperamos, ao seu coração – é a parte de SUMAÚMA na luta contra a extinção. Uma amostra da nossa cobertura da COP30. Lutamos na COP – e seguiremos lutando porque lutamos para viver.

Esperamos que nossa cobertura ajude a fazer mundo juntas, juntos, juntes. ■



Diário de uma cobertura

Na COP30, o tempo é linear

Eliane Brum, Viviane Zandonadi, Talita Bedinelli e Fernanda da Escóssia

Rios Tapajós, Amazonas e Guamá, Alter do Chão, Arquipélago do Marajó e Belém, Amazônia

2.nov

‘Navegando contra o Fim do Mundo’

Em Alter do Chão, no Pará, embarcamos para Belém no Karolina do Norte, o barco que levou para a COP30 – em parceria com o Projeto Saúde e Alegria – uma parte dos jornalistas de SUMAÚMA e quase 100 lideranças da Floresta, cientistas indígenas e da Academia, artistas, pesquisadores, jornalistas, arqueólogos, psicanalistas, médicos, ativistas. Nos (re)conhecemos e tomamos consciência da grandeza da luta coletiva pela vida, do desejo e da necessidade em comum de defender a casa-planeta e a Natureza, da qual somos parte. Pedimos licença para navegar os rios e, neste primeiro dia de viagem, escutamos

e pensamos sobre formas de enfrentar o colapso no chão e dentro de nós. Fomos tocadas e movidas pelos relatos de beiradeiras contra Belo Monte, do combate de Quilombolas a projetos extrativos em Barcarena, dos Indígenas sobre as violências sofridas. Buscamos compreender o papel dos sonhos na crise climática e escapar da armadilha da nova “doença” que chamam de “ansiedade climática” ou de “ecoansiedade”. Por fim, nos abraçamos, lembradas pelo cientista Antonio Nobre do poder desse “wi-fi do amor” analógico, sem interferência, e que literalmente aproxima corações.

3.nov

‘A Floresta É Mulher’

O modo como cada viajante atravessou a madrugada de banheiro tapajônico animava o converseiro no café da manhã no Karolina do Norte. Despertamos para um dia em que mulheres, jovens e outres-humanos da Floresta ocuparam o centro em falas sobre machismo, patriarcado e silenciamento – e sobre como o colapso climático é alimentado pela ideia bizarra de que os humanos são mais importantes que a Natureza. “Nós, mulheres Yanomami, parimos nossos filhos no chão da Floresta”, contou a artista, pesquisadora e escritora Ehuana Yaira Yanomami, a primeira a falar no encontro “A Floresta É Mulher”. “[...] Nós cuidamos da Floresta, nós a protegemos. Protegemos as árvores, as águas, os animais e também os *xapiri* [os espíritos auxiliares que estão por toda a Floresta e que auxiliam os pajés, os xamãs, no tratamento das pessoas, dos doentes e na cura da Floresta e que também seguram o céu]. [...] Não queremos que os *napë* [não Indígenas] se aproximem da nossa terra. Para nós, a Floresta é generosa, porque ela alimenta os nossos filhos. [...] Queremos a Floresta protegida. Para que possamos continuar tendo os nossos filhos nascendo no chão da Floresta.”

4.nov

A arqueologia que cava raízes

Jornalistas, cientistas e comunicadores da Floresta compartilharam suas estratégias para aliar os saberes tradicionais ao jornalismo e à pesquisa acadêmica feita nos territórios, para denunciar o que os grandes destruidores da Amazônia tentam esconder. Arqueólogos-pensadores – verdadeiros arqueólogos, nenhum Indiana Jones – falaram do confronto da arqueologia com a colonização que apaga histórias. Falaram também da arqueologia que “não cava ruínas, e sim raízes”. Tratarem da ocupação da Amazônia que faz dos Indígenas refugiados em seus próprios territórios.

A lua estava quase cheia e já começava a disputar a atenção de todo mundo quando começaram as últimas conversas da jornada, sobre vida, poesia, ciência, o poder de imaginar mundos e a urgência de manter viva e saudável a “máquina de sonhar”. Provocadas pelo sonho de uma viajante, as pessoas ajudaram a compor uma nuvem de palavras, um rio voador que choveu como desejo sobre a COP30 com os anseios da nossa jornada: despertar, terra, rede, resistência, persistência, lucidez, sorriso, afeto, regeneração, floresta, aprendizado, viver, alegria, mãe, encantamento, liberdade, empatia, sabedoria, utopia, destino, conexão, desafiador, coletividade, pertencimento, refloresta, amor, revolução, liberdade e festa.

5.nov

Chegamos a Belém para reflorestar o jornalismo

Atracamos no Rio Guamá na véspera da Cúpula dos Líderes, no porto da capital da COP. O balanço das águas persistia e o calor de Belém dilatava esqueletos em alguns dos corpos recém-chegados – copiamos aqui o escritor Mario de Andrade (1893-1945), criatura perdidamente apaixonada pela cidade e por sua sensualidade. Uma nostalgia do amanhecer no rio e dos dias de conversa a bordo do Karolina do Norte cedia, aos poucos, à sensação da terra firme: neste dia luminoso caminhamos no Parque da Cidade para finalmente pegar as credenciais de imprensa que permitiriam entrar na Zona Azul e fazer a cobertura nos pavilhões da COP30. Crachás e canetas à mão para, com elas, lutar como floresta.

Antes de começar a cobertura ao vivo, porém, com histórias das ruas, das águas e da barriga da COP, trouxemos uma reflexão da repórter especial de SUMAÚMA Claudia Antunes: “Nas COPs, é muito fácil que as pessoas sejam capturadas pela discussão técnica, cheia de siglas incompreensíveis para a maioria, e esqueçam o que acontece no mundo do lado de fora. Além de pedir o corte nas emissões dos gases que provocam o aquecimento da Terra, é preciso se insurgir contra as guerras e as injustiças para preservar a vida no planeta – um objetivo que só pode ser alcançado coletivamente”.

6.nov

Apartadas da Natureza, dentro da COP30

Talvez vocês conheçam uma série chamada *Ruptura* (*Severance*, em inglês), em que os funcionários de uma empresa chamada Lumon são pessoas que decidiram passar por um procedimento cirúrgico para separar a vida pessoal da de trabalho. Pendurou o crachá e entrou no elevador da firma, tudo o mais fica lá fora (a separação das consciências faz parte do enredo). O funcionário não sabe como está o tempo, tem zero visão da Natureza, nada de ar fresco.

Foi em uma atmosfera parecida que começou a cobertura da Cúpula dos Líderes na COP30, que aconteceu nos dias 6 e 7 de novembro. Vimos algumas semelhanças com o ambiente desnaturado da *Ruptura*: passou pelo raio X do espaço principal de negociações diplomáticas, e a temperatura era artificialmente congelante, as paredes e luzes extremamente brancas na sala de imprensa, o ruído de máquina constante por todos os lados (como se estivéssemos numa aeronave em pleno voo), os animais presos em fotos de painel e as poucas plantas deslocadas, simulando Natureza.

O banheiro não funcionava direito, a maçaneta saía na nossa mão. As salas de reunião e os estandes de muitos países ainda estavam em montagem. A Zona Azul reproduzia a calamidade do não tratamento do lixo em Belém, com caixas de papelão e sacos pretos onde tudo era dispensado sem separação.

Nessa realidade estranha, em que a percepção do real ficou do lado de fora, líderes do mundo inteiro começaram a definir o futuro do planeta. O presidente Lula fez um primeiro discurso forte, mas suas palavras pediam concretude. Terminamos o dia com a seguinte pergunta na cabeça: seria possível, desse jeito, alcançar a urgência do que se vive onde há vida?

7.nov

O fundo surpresa de Lula

Mães que andam 10 quilômetros para buscar água na Somália, o genocídio dos palestinos em Gaza e um país, Tuvalu, ameaçado de desaparecer nas águas do Pacífico. Relatos assim, narrados por representantes de países do Sul Global, se sucederam ao longo do segundo e último dia da Cúpula dos Líderes de Belém e explicitaram a desigualdade entre responsabilidades pela crise climática e seus efeitos, que atingem de maneira mais forte as populações mais vulneráveis. O apelo mais repetido foi o da necessária transição energética para que o planeta possa reduzir a dependência de combustíveis fósseis. O presidente Lula causou surpresa ao anunciar a criação de um

fundo no Brasil para canalizar para o clima parte do lucro do petróleo. Fez isso pressionado pelas críticas à abertura de uma nova frente de exploração petrolífera no litoral da Amazônia. Caso venha mesmo a ser concretizado, o fundo pode ser uma medida positiva para canalizar o uso da renda da produção petrolífera já existente no país. Porém, não compensa o custo da destruição na nova fronteira.

Nas ruas de Belém, SUMAÚMA percebeu e contou histórias que conectam causas e pessoas. Foi o caso dos trabalhadores que relataram como estava difícil usar o transporte público, pois os ônibus demoravam ou passavam lotados, enquanto os ônibus especiais e confortáveis da COP eram apenas para quem tinha credencial. Barrados eram também os meninos-placa, que faziam bico para sobreviver, sem sequer saber a que causa seu trabalho se destinava. Em troca de dinheiro, eles percorriam de bicicleta a entrada da Zona Azul carregando cartazes de protesto pedindo o fim dos combustíveis fósseis.

10.nov

Recados da Floresta e da Rádio SUMAÚMA

Começamos a primeira semana de cobertura da COP30 com vozes de mulheres da Floresta. Na viagem “Navegando contra o Fim do Mundo”, a escritora, pesquisadora e artista Ehuana Yaira Yanomami havia dito que levava para a COP30 uma mensagem de Omama, criador dos Yanomami. Uma mensagem que chegou até ela num sonho. Hoje, Ehuana esteve na estreia do programa “Direto do Centro do Mundo”, da Rádio SUMAÚMA, para revelar o que Omama disse. “[...] E ele me dizia: ‘Não destruam a Floresta, não destruam, foi eu que criei [...] Se vocês estragarem a Floresta, tudo vai ser destruído, tudo vai se acabar’ [...] Eu vim até aqui para passar a

minha mensagem. Pois eu não aceito que a Floresta seja destruída. Nós queremos continuar com a Floresta viva e protegida. Então, essa é a minha proposta.”

A fala completa da liderança Ehuana Yanomami em seu idioma original – interpretado pela antropóloga e tradutora de mundos Ana Maria Machado – foi dita para as apresentadoras Eliane Brum, Paulina Chamorro e para o jornalista-floresta Darlon Neres. No mesmo dia, o programa entrevistou Angela Kaxuyana, do povo na Kahyana, nascida no Parque Indígena do Tumucumaque. Ela falou das muitas violências sofridas por seu povo e de seu olhar de retomada para a COP30. “Minha

fala tem conexão com a da minha parenta Yanomami [...]. Ela falou da Floresta em pé, e não existe uma outra forma se não for garantir Territórios Indígenas para manter a Floresta em pé.”

Enquanto isso, na Zona Azul, mulheres quilombolas denunciaram a invisibilidade política e a violência contra defensores de direitos humanos – e Indígenas da Amazônia cobraram uma parcela maior do fundo de florestas para seus territórios. O recado dado tanto pelos países considerados “em desenvolvimento”, mais vulneráveis ao colapso, quanto pelos Indígenas, que mais protegem a humanidade da destruição, foi: é preciso colocar mais dinheiro na mesa – e direcioná-lo para quem protege a vida.

11.nov

Protestos, lutas e críticas

Manifestações dentro e fora da Zona Azul marcaram o segundo dia da Convenção do Clima e a véspera do início da Cúpula dos Povos. Uma das principais lideranças do planeta, o cacique Raoni Mëtyktire levantou sua voz e conclamou os povos indígenas a impedir o avanço da perfuração de petróleo na Foz do Amazonas. “Sem mulher não tem clima”, afirmaram manifestantes na Zona Azul – as mulheres estão entre as mais afetadas pelo colapso climático, cada vez mais à frente da luta pela sobrevivência de suas famílias. Ativistas em defesa da Palestina se posicionaram contra o “genocídio alimentado por combustíveis fósseis” e pediram a expulsão de Israel da COP30. No fim do dia, uma parte de um grupo que cruzou Belém na Marcha Global pela Saúde e pelo Clima conseguiu passar pelos detectores de metais da Zona Azul e quebrou portas para entrar na área principal, exclusiva para credenciados, deixando claro que são os Indígenas os protagonistas da luta contra o colapso e são eles que deveriam estar na Zona Azul. O grupo, liderado por Auricelia Arapiun, era formado por Indígenas, ativistas e jovens de coletivos ligados a partidos políticos de esquerda.

BÔNUS DO DIA 11 ‘Com a Natureza eu aprendi a viver’

Na tarde do dia 11 de novembro, quem viu o jogo de conversa entre Eliane Brum, Gilberto Gil e o ilustrador Daniel Kondo se sentiu um pouco mais leve. Sorriu. Se emocionou. A gente passa os dias na maior luta e preocupação, nessa cobertura que põe a Floresta no centro, quebrando pedrinhas de linguagem para esculpir significados na COP30, vendo e tentando traduzir o vaivém das discussões e negociações, os contorcionismos políticos, percorrendo as agendas cheias sem ter um ataque de an-

siedade, lidando o tempo todo com uma sensação de não dar conta de tudo o que ninguém vê. Traçando estratégias (estamos em guerra) e ainda assim amando, lavando louça, com saudade das crianças. Então, de repente, vejam só, acontece uma vírgula no meio do caminho: a canção *Refloresta* (2021), de Gil, convertida em novo livro dele em parceria com Daniel Kondo, pela Elo Editora, tem lançamento com mediação de Eliane Brum no Theatro da Paz em Belém.

**“Uivos, murmúrios,
lamentos ancestrais...
Por que não deixamos
nosso mundo em paz?”**

A primeira pergunta de Eli para Gil foi: “Você disse uma vez que a Natureza te ensinou a ouvir. Como foi isso?”. Ele respondeu: “Não lembro... Houve um momento pré-respiratório, que foi o momento do útero da minha mãe, onde já era Natu-

12.nov

A urgência de quem vê a catástrofe chegar

No terceiro dia de COP, o Rio Guamá e a Baía do Guajará se converteram em territórios de resistência da Amazônia e do mundo. Uma barqueata ocupou as águas de Belém na abertura da Cúpula dos Povos, mobilização popular paralela que reuniu mais de mil organizações de luta.

Enquanto na Zona Azul os diplomatas tentavam acertar seus passos nas salas fechadas (o impasse sobre quem vai pagar a conta da crise climática continuava), pelos corredores e pelas ruas gente de todo o mundo punha voz, rosto e urgência no que era preciso resolver. Além das histórias contadas pelos jornalistas Rafael Moro Martins e Marcos Miranda nas páginas 64 e 112 desta revista, a editora Fernanda da Escóssia trouxe para nossa cobertura a tragédia mais-que-humana relatada por Adi Kayany Xukuru de Ororubá: no Agreste pernambucano os vagalumes sumiram, as abelhas estão desaparecendo e as nascentes dos rios estão secando. Fernanda também conversou com Vitor Moconan, da comunidade Xokleng Laklãnõ, em Santa Catarina. Em seu território, foi preciso modificar o tempo de plantio das roças diante da mudança no calendário da chuva e do calor. Um reflexo na saúde e na cultura: com menos alimentos na roça, o povo passou a comer enlatados e industrializados.

13.nov

Desinformação, greenwashing e um certo otimismo

No quarto dia, a discussão diplomática sobre o futuro do planeta seguiu sem grandes avanços nos círculos oficiais. Mas pelos corredores havia o burburinho de que uma luz inesperada começava a surgir e poderia se tornar a marca da COP de Belém. O Brasil, o mesmo que 24 dias antes tinha autorizado a perfuração de poços de petróleo na região hiperbiodiversa da Foz do Amazonas, propôs aos países que negociassem um “mapa do caminho” para eliminar gradualmente o uso e a produção de petróleo, gás e carvão (não confundir com o Mapa do Caminho de Baku-Belém, que é sobre financiamento). E a ideia ganhava tração, contou a repórter especial Claudia Antunes, ainda que não existisse garantia alguma de que a proposta fosse entrar nos documentos finais, que serão aprovados por todos os países.

reza, aí veio o viver...”. E então a Natureza se fez Linguagem – e aqui, de propósito, eu uso uma letra maiúscula pela boniteza do dizer: “[Depois veio o] desenvolvimento da consciência, o desenvolvimento da linguagem. Eu começava a balbuciar, começava a ter os U’s e os A’s, os B’s e os P’s. Bá, Bé, Bi, Bó.

Começava a linguagem, que era mais um momento de aproximação com a Natureza, com a explosividade dos sons, os sons explosivos, os sons suaves, os sons

chiados. [...] E aí, já, enfim, uma relação com a Natureza já um pouco mais plena. E que foi ao longo dos tempos. Depois de 1 ano de idade, 2 anos de idade, 3 anos, já andando, já podendo descobrir, já ir à frente da casa, já ir ao fundo do quintal, já vendo as árvores, já vendo os bichos, já vendo as galinhas, já vendo os passarinhos e tudo o mais. Essa noção natural, transconsciente e transinconsciente da Natureza, toda essa coisa trazida pela linguagem foi me colocando diante dela

[Natureza]. E ela, evidentemente, foi me ensinando coisas. O retorno daquilo que eu emitia para a Natureza voltava em forma de aperfeiçoamento da minha maneira de falar. Da minha linguagem, da minha maneira de ver, da minha maneira de sentir. Então, foi natural. [...] Tudo isso é vida, tudo isso é viver... Esse aprendizado do ser natural, de ser natural, é um aprendizado naturalmente, obrigatoriamente, pelo viver. Então, eu aprendi a... com a Natureza, aprendi a viver”.

14.nov

A mesa de negociação é indígena

As demarcações de seus territórios estão quase paradas. A soja, o gado e os grandes projetos do governo avançam. O garimpo ilegal invade e contamina seus rios. Diante dessa realidade, os Indígenas brasileiros decidiram que a negociação da COP30 precisava ser com eles. No quinto dia da conferência do clima, a porta da Zona Azul, onde a burocracia acontece, amanheceu com um ritual do povo Munduruku. Por volta das 5h30, cerca de 100 Indígenas da região do Médio e do Alto Tapajós bloquearam a entrada principal e exigiram falar com o presidente Lula. “A gente não tá tendo muita oportunidade para falar com o governo. A COP30 está sendo bem na nossa casa, na nossa porta, mas a gente não tem voz”, afirmou a liderança Alessandra Munduruku, uma principais líderes do movimento dos povos originários. Muitos Indígenas levaram para o ato fotos dos rios poluídos pelo garimpo. Algumas mulheres estavam com as crianças no colo, contou o repórter Hyury Potter. “As crianças que estão aqui sofrem na base, com mercúrio no seu corpo, com agrotóxico no seu corpo. Já chega de usar a nossa imagem para dizer que é sustentável. Nosso rio está contaminado”, denunciou ela.

O presidente da COP, André Corrêa do Lago, foi conversar com os manifestantes – não sem antes questionar a segurança responsável sobre como um protesto tinha, novamente, conseguido chegar tão perto do prédio. Corrêa do Lago levou os Munduruku a um lugar reservado, longe da imprensa, para uma conversa que incluiu, em seguida, as ministras Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) e Sonia Guajajara (Povos Indígenas). Mas, pouco depois, um novo grupo de Indí-

BÔNUS DO DIA 14

Sorvete de taperebá

Hoje, nesta Belém cheia de vida e som e fúria e beleza, sob o efeito do calor que dilata sentimentos e sentimons-tros, guardamos a credencial da Zona Azul por alguns minutos e fizemos um intervalo de devoração. Parte da nossa turma ganhou alguns importantes minutos de vida para pensar e sorver o momento histórico que SUMAÚMA, todas nós, estamos vivendo. Comemos sorvete. O verbo parece errado, mas não é. Devoramos em mordidas a cremosa e consistente massa de taperebá (é substanciosa assim, chupitar é pouco, lamber é pouco, há que se comer com gula sorvete tão excepcional da fruta desta terra e da Natureza). Essa coisinha azeda e cor de laranja também chamada de cajá. Foi o primeiro em tantos dias de cartas e de cobertura que começaram em nossa navegação contra o fim do mundo e continuaram em Belém. Esta COP (contra o fim do mundo, não cansamos de repetir) não poderia acontecer em outro lugar. A impressionante capital do Pará, das águas e da Floresta, onde hoje os povos indígenas amanheceram mudando a história das COPs mais recentes

porque com suas manifestações mostraram a força da voz da Floresta e da democracia.

Claudia Antunes, nossa repórter que conhece tudo de conferências do clima (e o que não conhece vai atrás até descobrir), escreveu: “A primeira conferência do clima na Amazônia – num país democrático desde 2021 – já é diferente das três COPs anteriores. O que faz essa diferença é a mobilização dos movimentos sociais para influir nas negociações e a participação popular, seja em protestos, seja nos debates que acontecem do lado de fora da Zona Azul, a área supostamente protegida do barulho das ruas, onde só pessoas credenciadas podem entrar”.

Percebam nas histórias que descobrimos para a COP que Ninguém Vê, nas reportagens de maior fôlego de SUMA, em nosso videocast Direto do Centro do Mundo e em nossas redes sociais o que significa a amazonização da COP.

Uma mordida no sorvete de taperebá e voltamos no sábado, dia 15, quando as ruas de Belém serão tomadas pela Marcha dos Povos pelo Clima, organizada pela Cúpula dos Povos.

genas bloqueou novamente as entradas, contaram a editora de fotografia Lela Beltrão e o jornalista-floresta Marcos Miranda.

Dessa vez, eram comunidades do Baixo Tapajós, no Pará, também atingidas pelo garimpo, pelo agronegócio e pelos projetos do governo. O protesto durou cerca de 30 minutos, e os manifestantes também foram recebidos pelas representantes do governo. O auditório do Tribunal de Justiça do Pará, que fica em frente à Zona Azul, foi transformado, então, numa área para receber as reivindicações. Em uma

reunião permeada de tensão política, a ministra Marina Silva prometeu levar ao presidente Lula as demandas apresentadas. “É o governo de vocês, e nós somos ministras dele, e portanto estamos a serviço de vocês”, disse Marina. A ministra, que é chefe da delegação brasileira na COP30, e outras autoridades do governo deixaram as negociações da conferência do clima para conversar com os Indígenas, contou a repórter especial Claudia Antunes. Lula, segundo Marina, ligou para Sonia Guajajara para entender a situação e pedir diálogo.

15.nov

A COP está onde a vida resiste. A COP é a transgressão da COP

Luta é festa, é o que povos da Amazônia nos ensinam. E festa é algo muito sério. O que se viu na Marcha dos Povos pelo Clima, que reuniu dezenas de milhares de pessoas de diferentes territórios da Natureza e também urbanos, foi o melhor do Brasil, essa alegria que é instrumento de resistência, que é potência de agir. O que irrompeu nas ruas de concreto de Belém foi a luta viva. E a luta viva tem dança, a luta viva tem canto, a luta viva tem música, a luta viva só pode ser travada por corpos vivos. E quais corpos estão vivos num mundo de pessoas paralisadas, num mundo de pessoas deprimidas, num mundo de pessoas-zumbis, que fecham seus corpos e seus gestos porque esperam que, se não se moverem, tudo vai ficar bem?

Os corpos vivos são aqueles que resistem ao capitalismo que está nos levando à extinção, e resistem porque se movem, e se movem com todo o corpo em gesto de expressão. São os corpos dos povos-floresta, dos povos-bioma, que protegem o planeta todos os dias, mas também são aqueles que disputam as cidades avançando pelas frestas para irromper em cores. Tanto

se discutiu esta COP na Amazônia, tantas críticas foram feitas a Belém, mas nessa marcha o que emergiu e se impôs foi a Belém que não é a de Helder Barbalho, a Belém que não é a das obras financiadas pelos destruidores da Floresta, a Belém que não virou as costas para a Natureza. Amalgamados com os tantos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses presentes em sua diversidade, os movimentos culturais, políticos, sociais de Belém irromperam no asfalto com suas alegorias e fizeram da marcha uma dança de muitos corpos e de muitas vozes. É o entendimento encarnado de que não é uma luta e outra luta, mas a mesma luta. Foi em nome da vida que os corpos se moveram neste 15 de novembro.

Os engravatados da Zona Azul, aquele mix de nave espacial e sofá que baixou sobre Belém para abrigar os negociadores em ambientes climatizados e supostamente assépticos, entenderiam o que é a COP se tivessem se arriscado à ocupação das ruas. A COP está onde a vida resiste. A COP é a transgressão da COP. Seguiremos dançando. E avançando.

17.nov

A ‘COP da Verdade’ é a COP das ruas

Quando Lula passou a afirmar, há alguns meses, que a COP30 seria a “COP da Verdade”, talvez não tivesse consciência de que a verdade, de fato, iria se impor a partir das ruas, e não do espaço da negociação, a Zona Azul, onde líderes de países que vivem encastelados ainda seguem ponderando se já é hora de agir ou se vão deixar o

planeta pegar fogo mais um pouco. Quem entende com seus próprios corpos o que é a urgência está gritando alto. Tão alto que começa a ultrapassar o ruído do ar-condicionado. Hoje uma nova marcha percorreu as ruas de Belém, desta vez organizada por povos indígenas. Pessoas que levavam consigo as histórias das violências vividas

em seus territórios. E a resistência da luta por uma Floresta que precisa ficar em pé para que o planeta continue existindo. “Eu carreguei duas balas no corpo. Tentaram me calar três vezes”, contou Vilma Vera Caletana Rios, do povo Avá Guarani, território Tekohá Guasu Guavira, no Paraná, ao jornalista-floresta Wajã Xipai. “Nosso povo está cansado de ser expulso pelo Estado. Basta! Por que vocês não querem que a gente preserve a Natureza?”, disse Amõkanewy Kariú, do povo Kariú, do Maranhão, à repórter Catarina Barbosa. “Onde a gente pisa nascem plantas. Onde a gente pisa nascem nascentes. Nosso povo é das águas. Onde nosso povo tá há água pura. [De] onde nosso povo sai há devastação.” Já Alessandra Munduruku lembrou que não haverá justiça climática sem justiça para os povos indígenas. “A solução somos nós”, ressaltou à jornalista-floresta Shayra Cruz. A marcha foi o segundo grande ato desta COP. Uma COP, como lembrou a repórter especial Claudia Antunes, bastante diferente das últimas conferências, ocorridas em lugares não democráticos. Mas outros protestos também marcaram a urgência dos povos indígenas na semana passada na porta da Zona Azul. Se a pressão nas ruas levará a efeitos práticos, ainda não é possível saber. Mas o Brasil reagiu à própria lentidão. A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, anunciou na tarde de 17 de novembro que o Ministério da Justiça e Segurança Pública assinou a demarcação de dez territórios, contou Rafael Moro. Eles ainda terão que ser homologados pelo presidente Lula.

BÔNUS DO DIA 17

O corpo é flauta

A filósofa e educadora Cristine Takuá, do povo Maxacalí, e o cineasta e líder espiritual do povo Guarani Mbya Carlos Papá, da Terra Indígena Rio Silveira, na Mata Atlântica, foram entrevistados na Rádio SUMAÚMA – Direto do Centro do Mundo pelas jornalistas Paulina Chamorro e Eliane Brum e pelo jornalista-floresta Darlon Neres. Cristine e Papá falaram da diversidade de seres, das texturas de escuta e da linguagem e do tempo que ampliam as formas de estar e pensar os mundos. Falaram do corpo-flauta, das conferências entre os seres da Floresta que não são convidados para as conferências do clima (e têm muito a dizer). Conversaram sobre a importância de a Floresta continuar a existir para que as infâncias possam sonhar.

Cris e Papá estiveram em Belém participando de várias conversas sobre o *Manifesto pelo Florescer da Diversidade*, livro escrito pelos antropólogos

Jerome Lewis e Chris Knight, um lançamento da Editora Dantes e da Associação Selvagem, ilustrado por diversos artistas indígenas das Escolas Vivas da Amazônia e da Mata Atlântica.

Papá explicou o que é a fala: “Nosso corpo é uma flauta; nosso corpo tem água, tem ferro, tem terra. E quando a gente vai falar, quando vai se expressar no próprio corpo, lubrifica pela saliva. E quando ele vai falar, vem algo quente de dentro para fora e o cordão vocal começa a ter essa conexão com a expressão do que a gente vai dizer. Ele começa a tocar. Começa a tocar de forma que a gente quer se expressar [...]. Nossa fala vem dessa forma. É o sopro [úmido] desse som. Então vem a alma [...]. Então é o toque, e o sopro que vem, é tocada pela nossa língua também. [A fala] vem daqui [de dentro] para fora e significa amor. Você expressa algo amoroso [na escolha das palavras]”.

18.nov

Não perfure, baby. E trace o caminho

Com os principais temas da negociação na COP30 travados por causa de impasses sobre o financiamento climático – os países chamados “em desenvolvimento” querem reabrir a discussão, mas os que precisam pagar a conta, não –, um item inesperado tem ganhado protagonismo na reta final. E, quem diria, é o petróleo, o velho mamute na sala e o mesmo que o governo Lula, anfitrião da Convenção do Clima, decidiu começar a tirar do subsolo na Foz do Amazonas antes da COP. Logo nos primeiros dias desta cúpula do clima, o governo brasileiro havia

sugerido a adoção de um “mapa do caminho” para os combustíveis fósseis. Mapa do caminho é uma expressão confusa para quem não acompanha o tema, pois serve para tudo que precisa de um plano: tem o mais famoso, que é o do financiamento climático (Baku-Belém), tem a proposta para chegar ao desmatamento zero em 2030, e tem esse que trata de como os países terão que caminhar rumo à “eliminação gradual dos combustíveis fósseis” acordada na COP28, em Dubai.

A proposta do Brasil foi ganhando adesão ao longo da COP30 e a estimativa entre negociadores da Zona Azul até o momento é que cerca de 80 países já decidiram apoiá-la. Isso ainda está longe

de ser a maioria dos mais de 190 governos com poder de voto em Belém. Mas a pressão do Brasil para tornar o mapa dos combustíveis fósseis a marca de Belém não apaga as contradições internas do governo Lula. Decidir perfurar a Foz do Amazonas poucos dias antes da COP30 causou grandes fissuras, como contou Luene Karipuna em uma coletiva de imprensa na Zona Azul. “Muitos dizem que o empreendimento ainda não traz impacto, mas já temos impactos diretos”, denunciou ela. “É contraditório você subir numa tribuna e dizer que o mundo precisa caminhar para uma transição energética se você não é exemplo. Você precisa ser exemplo em casa para poder conduzir os outros.”

19.nov

Volta ao mundo em oito horas

A dois dias do fim da COP30, Lula desembarcou em Belém para tentar desbloquear uma agenda emperrada. Os compromissos oficiais do presidente só foram divulgados no começo da tarde, e a lista mostrava que a missão de transformar a cúpula do clima brasileira em um sucesso exigiria, além da diplomacia, muitos apertos de mão de Lula ao longo do dia. No meio da tarde, repórteres se aglomeravam na porta da sala VIP e tentavam tirar informações de qualquer pessoa que saía de lá. Gravavam falas de diplomatas alemães sem saber falar alemão, e de negociadores francófonos sem entender o francês – e enviavam os áudios para seus jornais, na expectativa de alguma tradução amiga. A confusão era tanta que a repórter especial Cláudia Antunes, veterana de COPs, disparou: “Nem os diplomatas sabem o que está acontecendo”. Os diplomatas – e Cláudia – sabem muito. A véspera do fim das negociações costuma ser mesmo uma confusão. A impressão é de que nada vai dar certo. A frase “fracasso da COP” começa a circular. Às vezes, se confirma. Mas há casos em que tudo se transforma no último minuto e os negociadores tiram

da cartola da diplomacia um Acordo de Paris, como em 2015. É um momento de muita adrenalina, em que tudo acontece muito rápido. Rascunhos de textos finais são compartilhados à noite e já há um novo rascunho pela manhã. Mal dá tempo de ler. Mas a vinda de Lula adicionou uma confusão a mais. E até o final da noite não se sabia se os apertos de mão dele funcionariam para a negociação. Dessas conversas dependia o sucesso da Conferência de Belém, contava Cláudia. Os mapas do caminho seriam o grande legado, já que conter o aumento da temperatura do planeta depende da conservação das florestas e da redução radical da queima de petróleo, gás e carvão. O compromisso maior dos países ricos com um aumento do repasse de recursos aos mais pobres é essencial para desbloquear outros documentos que estão sendo negociados na Zona Azul, já que os países mais pobres não topam continuar a discutir como vão se adaptar a um mundo mais quente ou como vão fazer transição energética sem ter mais dinheiro para isso. Os elementos para esse grande acordão estão na chamada Decisão Mutirão, o documento que o

comando da COP30 divulgou no dia 18. Um novo rascunho da Decisão Mutirão deveria sair hoje, 19, mas com a chegada de Lula e suas reuniões que se estenderam até a noite o que ficou foi uma grande incógnita.

Às 8 da noite, Lula deu a esperada entrevista coletiva. Bem-humorado, pegou nas mãos a enorme lente de um fotógrafo e fez piada. Depois, chamou os líderes a se alinharem às expectativas das ruas de Belém, que viveu uma série de marchas nas últimas duas semanas. “A questão do clima não é apenas mais uma visão acadêmica, de intelectuais, meia dúzia de ambientalistas. É uma questão muito séria, que coloca em risco toda a humanidade. Cuidar do clima é saber que os países ricos precisam ajudar os países pobres, colocar dinheiro para que as pessoas que mantêm a Floresta em pé continuem a manter a Floresta em pé”, afirmou, ressaltando que na COP não se impõe nada e que tudo precisa ser feito por consenso. Mas se disse feliz. “Saio para Brasília certo de que os meus negociadores irão fazer o melhor resultado que uma COP já pode oferecer ao planeta Terra.” E deixou a sala sem responder às perguntas da imprensa.

20.nov

O incêndio não é metáfora

No calendário oficial, faltavam menos de dois dias para o final das negociações da cúpula do clima quando, no início da tarde, o tempo que era pouco encurtou ainda mais. Um incêndio começou na área dos pavilhões dos países e altas labaredas atingiram o teto. A Zona Azul acabou evacuada: segundo as informações oficiais, 21 pessoas receberam atendimento médico – 19 pela inalação de fumaça e duas por crise de ansiedade. Não houve feridos graves. O fogo logo foi dissipado, mas a incerteza sobre o futuro das negociações perdurou. O incidente causou mais um dano para a reputação do Brasil como país-sede. Em uma rápida entrevista, o ministro do Turismo, Celso Sabino, que é paraense, não respondeu às perguntas de jornalistas sobre o impacto na agenda de negociações, contou o repórter especial Rafael Moro. Mas pediu à imprensa para ser fiel “ao que

está acontecendo”, para que não haja um efeito negativo na imagem de Belém. “É importante destacar que esta é a COP mais inclusiva dos últimos anos”, disse. A infraestrutura montada pelo governo brasileiro para a conferência é alvo de críticas desde a abertura. Banheiros e ar-condicionado nunca funcionaram bem e o prédio alagou algumas vezes com as fortes chuvas de Belém. O secretário-executivo da Convenção do Clima, Simon Stiell, chegou a enviar uma carta ao governo reclamando da falta de uma estrutura adequada.

A repórter especial Claudia Antunes conta que, mesmo antes do incêndio, as negociações já estavam empacadas, e os textos das principais decisões esperadas não haviam avançado. O comando brasileiro da COP30 fazia consultas frenéticas para tentar publicar novos rascunhos e fazer uma primeira plenária com representantes dos países. Não há consenso até agora sobre os mapas do caminho propostos pelo Brasil para os combustíveis fósseis e para o fim do desmatamento. Também

não havia concordância sobre o financiamento climático, o que seguia a ameaçar dois outros acordos: sobre a definição de indicadores globais de adaptação e sobre um programa de trabalho para uma transição justa de um modelo econômico poluidor, baseado no petróleo, no gás natural e no carvão, para outro em que a emissão de gases de efeito estufa seja menor. Em entrevista coletiva em Belém, o secretário-geral da ONU, António Guterres, foi questionado sobre se a COP poderia estar se desenhando para um “fracasso”: “Não é momento de falar em possível fracasso da COP, mas em garantir que um fracasso não aconteça”. Até a noite não se sabia quando as discussões seriam retomadas. Em tese, a Conferência de Belém acabaria às 18 horas da sexta-feira, 21 de novembro. Mas é preciso que todos os incêndios se apaguem, não apenas os reais.

BÔNUS DO DIA 20

O calor da hora

Lá pelas 2 da tarde de quinta-feira, 20, chegaram os primeiros áudios do jornalista-floresta Wajã Xipai: um incêndio no pavilhão da Zona Azul da COP30 em Belém fez com que a ONU esvaziasse o espaço de negociação. Houve susto, correria, “a COP30 foi fechada” e as conversas, interrompidas. Não houve feridos graves. Na casa SUMAÚMA, em Belém, fomos recebendo aos poucos informações, vídeos e áudios da nossa reportagem in loco no Hangar da COP. Wajã, Claudia, Catarina, Lela, Rafael, Jon. Estavam bem. Era o mais importante. Começava a maior correria para saber se havia feridos, de onde veio o fogo, se estava controlado. E qual o significado de um incidente como esse nos

instantes finais da primeira conferência do clima na Amazônia brasileira? Wajã estava lá por causa de uma pauta. Ele tem acompanhado uma criança que está na delegação chinesa e tem credencial para a Zona Azul. Na porta do pavilhão da China, onde esperava para entrar, Wajã percebeu uma movimentação diferente, que evoluiu para uma aflição geral. Passou por sua cabeça a ideia de que alguém importante tinha chegado (será o Lula?) e, depois, que podia ser um ataque terrorista. Tentava não perder de vista sua criança. Os dois iam se reencontrar mais tarde. Não escutou nenhum alarme até uma mulher gritar “fire!” [fogo!] e a palavra se espalhar como chama em querosene: todo

mundo começou a correr e a ser orientado a sair. “[Lá de fora dava para ver] uma fumaçona preta.” A maior parte do público estava mais ou menos calma, conta. Mas chamou a atenção dele a quantidade de pessoas, principalmente homens, fazendo piadinhas nervosas e sorrindo ao celular. De repente, um raio anunciou a chuva. O trovão se apresentou e boa parte das gentes olhou para o céu e celebrou, como se aquela água fosse conter o fogo e levar os problemas. Um pensamento mágico, talvez. Chamas contidas no pavilhão, chuva lá fora e incerteza nas negociações: a COP30 em seu penúltimo dia pegou fogo. Mas ninguém pode afirmar ainda o que realmente isso quer dizer.

21.nov

O ‘deixa que eu deixo’ encurrala o planeta

Um rascunho de texto final feito pelo Brasil gerou discórdia generalizada e prolongou a decisão da Convenção do Clima. Pelos corredores de uma Zona Azul combatida pelo fogo, pessoas dormiam nos sofás e pelo chão. Solidárias, se conectavam na exaustão, faziam elogios inesperados e entregavam chocolates orgânicos com mensagens de protesto. Sorriam cúmplices para se acalantar à espera de alguma decisão que trouxesse uma resposta às demandas das ruas e ao futuro do planeta. Já do lado de dentro da sala onde se definiria um possível resultado desta COP30, o clima era tenso, relatou ao repórter Wajã Xipai, no meio da tarde, o presidente da conferência, André Corrêa do Lago – o acordo que o Brasil havia costurado nas últimas duas semanas se desmanchava no ar. “Os países estão rachados ao meio”, escreveu a repórter especial Claudia Antunes no final da tarde. E isso evidenciava o risco de o encontro acabar sem decisões. Após duas semanas de discussão, os países ainda não haviam acordado o que deveria ser considerado prioridade: as medidas de mitigação (que evitam que o planeta aqueça mais, como a eliminação de gases de efeitos estufa) ou o aumento do financiamento climático.

Na madrugada de 20 para 21 de novembro, depois de o incêndio ter atrasado em um dia as discussões, o Brasil divulgou um pacotão com 15 textos de rascunho que conseguiram desagradar a todo mundo

– países, cientistas e organizações que acompanham a negociação. Logo cedo, líderes de dez nações chamaram de “criminoso” o conjunto de textos, registrou o repórter especial Rafael Moro Martins. O mapa do caminho para os combustíveis fósseis ficou de fora por dificuldade de consenso. “Desequilibrado” e “vazio”, tachavam as ONGs, registraram Catarina Barbosa e Talita Bedinelli. O Observatório do Clima afirmou que as propostas não podiam ser aceitas como resultado da conferência. “Os rascunhos apresentados são fracos nos pontos em que avançam e omissos num tema crucial: não atendem à determinação do presidente Lula de fornecer um roteiro para implementar a transição para longe dos combustíveis fósseis.” Já cientistas falavam em “traição à ciência” pela ausência dos mapas do caminho do combustível fóssil e do desmatamento. “Isso é uma traição à ciência e às pessoas, especialmente às mais vulneráveis, e é completamente incoerente com as metas reafirmadas de limitar o aquecimento a 1,5 grau Celsius. É impossível limitar o aquecimento a níveis que protejam as pessoas e a vida sem eliminar gradualmente os combustíveis fósseis e acabar com o desmatamento”, disseram em comunicado conjunto.

Depois de abrir uma plenária final para aprovar a proposta, Corrêa do Lago a fechou em seguida. Não havia condições de aprovar nada. Parecia que todo mundo

estava correndo em círculos e se perguntando “O que está acontecendo?”, como naquele meme famoso com o Cascão e o pai do Cebolinha. A União Europeia, os países-ilhas e várias nações latino-americanas, como a Colômbia, o Panamá e o México, diziam que não aprovariam nada se os combustíveis fósseis e o desmatamento não voltassem à discussão. Os árabes produtores de petróleo, os africanos e o grupo de 44 países classificados pela ONU como “menos desenvolvidos” diziam que não aceitariam mais obrigações enquanto não houvesse garantia de financiamento para se adaptarem à mudança do clima e fazerem a transição energética ao mesmo tempo que combatem a pobreza.

O clima de “deixa que eu deixo” (o planeta pegar fogo) azedou tudo. À tarde, os países foram divididos em pequenos grupos para tentar aproximar posições nos temas que os separam, contou Claudia Antunes. No fim, os árabes e outros que inicialmente se opunham a um grupo para discutir os mapas do caminho dos combustíveis fósseis e do desmatamento cederam a contragosto. E nas horas seguintes ninguém tinha mais informação de nada. As negociações devem seguir neste sábado. Sem o barulho das pessoas, que já voltaram para seus territórios, talvez a conclusão da “COP da Verdade”, que anunciou Lula, seja que o multilateralismo está ruindo e já não consegue chegar a lugar nenhum.

22.nov

A COP acabou, a luta não

Se o documento principal não avança sobre florestas, fósseis nem financiamento, avança sobre o quê?

Nunca houve uma COP como a de Belém. Uma COP na Amazônia com a participação de 5 mil Indígenas é um avanço, mas ainda é muito pouco para aqueles que têm o protagonismo da conservação da Natureza, do conhecimento ancestral e da luta – desses 5 mil, cerca de 900, de todo o mundo, estavam credenciados pela ONU para entrar na Zona Azul.

Uma COP em que os corpos daquelas que mantêm a Natureza viva cercaram e ocuparam a frente da Zona Azul, exigindo não apenas respostas, mas afirmando que são a resposta. Porque são, porque se ainda respiramos e debatemos é porque os povos indígenas e tradicionais protegem os biomas com seus corpos. Uma COP em que a Marcha pelo Clima foi a celebração daqueles que resistem, mostrando que na luta dos povos e coletivos a alegria é potência de agir. Uma COP em que a Cúpula dos Povos, com 1,1 mil organizações e mais de 25 mil ativistas de 60 países, entregou sua declaração à presidência da COP. Em que a vida cercou a rigidez da estrutura – e exigiu passagem.

Mas infelizmente houve muitas outras COPs como a de Belém. Em que o documento final mostrou retrocessos diante do que vinha sendo discutido na própria conferência, sem consenso em torno do óbvio e subjugada pelas pressões dos países que lucram com o petróleo e com o desmatamento, os países que seguem cavando o colapso. Infelizmente, mais uma vez, os avanços foram mínimos, enquanto o risco de extinção aumenta no tempo da aceleração. Foi o que aconteceu com a chamada Decisão Mutirão, proposta pelo comando brasileiro da conferência para incluir temas urgentes originalmente fora da pauta. Foi o que aconteceu com o documento principal, que deixou de fora os mapas do caminho para a eliminação dos

combustíveis fósseis e do desmatamento.

Como explicou a repórter Claudia Antunes, a presidência da COP não conseguiu conter o bloqueio da medida pelos países árabes produtores de petróleo, apoiados pelos africanos. Para que a decepção não fosse total, o comando brasileiro da COP anunciou que vai criar esses dois mapas e discuti-los nas instâncias internas. Mas o que vai acontecer com eles, se é que vai acontecer algo, já é outra história, relatou o repórter Rafael Moro Martins. “Sonhávamos com muito mais”, admitiu a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Se há algum legado desta COP30, está no reconhecimento do óbvio, de que as ações contra as mudanças do clima devem respeitar os direitos e os conhecimentos de Indígenas e comunidades tradicionais. O documento final também reforça o direito à consulta prévia, livre e informada a esses povos antes de qualquer ação em seus territórios. Para Adriano Karipuna, liderança do povo Karipuna, de Rondônia, o reconhecimento é importante, mas insuficiente diante da força das corporações e da ausência de garantias concretas. Há um abismo, segundo ele, entre o discurso oficial da 30ª Conferência das Partes e a vida real dos povos indígenas. “Não queremos ser palco. Queremos ter voz”, afirma. “Queremos dizer quais são nossas necessidades reais. Quem sabe da nossa realidade somos nós.”

O documento traz ainda uma inédita menção aos direitos dos afrodescendentes – pela primeira vez a diáspora dos africanos escravizados é citada em textos resultantes de conferências climáticas. Considerada uma vitória histórica, só nos faz constatar o nível do colonialismo vigente. A COP deixa “um fio de esperança, mas muito mais decepção”. Foi essa a avaliação de organizações que atuam na área socioambiental e de direitos humanos ouvida pelos repórteres Catarina

Barbosa e Guilherme Guerreiro Neto.

Prevista para acabar na sexta-feira, 21, a COP se estendeu por mais um dia. Um incêndio na última quinta-feira atrasou o desfecho, deixando negociadores, ativistas e jornalistas no modo exaustão. “Não dormi”, justificou o presidente da COP, André Corrêa do Lago, desculpando-se por não ter visto quando algumas delegações pediram a palavra durante a última plenária.

Para SUMAÚMA, foi uma COP decisiva, de várias maneiras, porque cobrimos a primeira cúpula do clima na Amazônia a partir da centralidade da Floresta e de seus povos e da centralidade das periferias urbanas e seus coletivos de resistência. Onze jornalistas-floresta contaram a COP que Ninguém Vê. Fizemos um programa diário de rádio que ampliou as vozes de criadores de vida. Lançamos a editoria CriOnças, com uma reportagem escrita por elas. Guariba e Tuca, protagonistas de nossa história em quadrinhos, também frequentaram a COP. Recolhemos sonhos. Para nós, vale lembrar, a COP começou na ocupação da Secretaria de Educação do Estado do Pará, a Seduc, no dia 14 de janeiro, em Belém, quando Indígenas se aliaram a professoras e obrigaram o governador Helder Barbalho a recuar. Esse foi o primeiro ato.

E, assim como começou muito antes, nossa COP não acaba aqui, neste 22 de novembro, quando somos as últimas a sair da sala de imprensa no Parque da Cidade, testemunhando o desmontar das estruturas que parecem nunca ter ficado totalmente prontas... e praticamente apagando as luzes da Zona Azul. Aqui, só encerramos nosso blog Ao Vivo, um diário crítico que se tornou testemunho e documento sobre o vivido nesses últimos dias. Nossa luta não começou aqui nem acaba aqui. Lutamos como Floresta, por meio do jornalismo, e seguimos.

Muito obrigada por reconhecer nosso movimento. Muito obrigada pela companhia. ■



SUMAUMA

Existe o jornalismo que vem dos centros políticos e econômicos. O nosso vem do centro da vida. Apoie!

APOIA.se

apoia.se/sumaumajornalismo



Na barriga da COP, meu tempo é o da Floresta

Na Zona Azul, entre a pressa dos não Indígenas tudo se move como em um estômago que remói o futuro da terra, enquanto os Indígenas vivem o tempo dos rios e da Floresta

Wajã Xipai

Rio Guamá, Belém, Amazônia

Eu sinto que fui engolido. E, no estômago da criatura, caminho com a sensação de estar sendo afogado. Meu nariz dói, com a mesma dor que sentimos quando estamos nos afogando. Essa é minha percepção na Zona Azul da COP30, a arquitetura do lugar não me faz pensar em outra coisa a não ser o estômago de um bicho.

Já os meus olhos doem, ao ver tantas pessoas passando no corredor principal. Mas no mesmo lugar que há tantas pessoas indo e vindo, revela-se um outro cená-

rio, o do fingimento de Floresta. Nas paredes estão em grandes quadros uma onça, macaco, tamanduá e um calango, e no meio do corredor umas plantas maiores que lembram as palmeiras de açaí, e embaixo pequenas plantas. O lugar da Natureza dentro da Zona Azul é meramente decorativo.

As pessoas sempre estão correndo, nunca estão andando, sempre apressadas. Esse ritmo acelerado atravessou meu corpo. Por um momento eu estava andando



CORREDOR DA ZONA AZUL ONDE CORPOS ACELERADOS CRUZAM MEU PASSO, ENQUANTO MEU TEMPO DE FLORESTA SEGUE OUTRO RITMO

mais rápido, pensando mais rápido, respirando mais rápido. A pressa parecia contagiosa. Então me dei conta: não posso me deixar acelerar. Minhas apurações não são apressadas, minha escrita não é escrita acelerada, minha escuta também não. O monstro da pressa da sociedade não indígena não me digeriu, e me vomitou. Mas eu o temo.

Antes de chegar a Belém, onde está acontecendo a COP30, eu saí de ônibus de Altamira até Alter do Chão. De lá, peguei um barco, que fazia parte da programação do jornal baseado na Amazônia onde trabalho, SUMAÚMA, e do Projeto Saúde e Alegria. Junto com cientistas, lideranças indígenas e lideranças ribeirinhas. Foram três dias de viagem. Saímos do Rio Tapajós e entramos em um dos maiores rios do planeta, o Amazonas. Quando desembarquei, foi como se tivesse saído de um mundo onde o tempo se abre para outro onde o tempo se estreita.

Aqui na COP30 tudo parece urgente. As vozes falam de futuro, de metas, de financiamento. Sempre indo, e sempre voltando, com a pressa de quem tem um relógio na alma. Na Floresta nada é apressado, as árvores têm um tempo certo para frutificar, quando plantamos nossas roças as sementes brotam quando a terra está pronta. Cada pássaro canta no seu tempo – há uma ave, o inhambu, que só canta ao amanhecer, no meio-dia e no anoitecer, e ela nunca se adianta. Nunca canta antes, nem depois. A Floresta entende o tempo como um pacto entre os seres.

Percebo que há uma outra crise interna dentro da COP30, não só a do clima, mas do tempo. Aqui, o tempo não floresce, ele se consome. As pessoas correm tanto que não percebem o que está se perdendo entre um passo e outro. E penso: como é possível salvar o planeta sem reaprender o ritmo da terra? Sem ouvir o tempo das

chuvas, das sementes, dos rios? O tempo que o mundo tenta medir em metas é o mesmo tempo que a Floresta sente na pele. Mas a pressa dentro daqueles corredores se transforma na lentidão para a mudança rápida de que precisamos para barrar o colapso climático.

Nos corredores, encontro que resiste

Nos corredores da Zona Azul é possível encontrar parentes Indígenas de vários cantos do país, alguns têm rostos conhecidos, outros são novos. Há Indígenas participando de debates, mesas e reuniões, mas é curioso perceber como a presença é, ao mesmo tempo, intensa e silenciosa. O representante da Organização Regional dos Povos Indígenas do Amazonas, Orpia, José Gregorio Díaz Mirabal, da comunidade Guarinuma (Amazônia venezuelana), disse: “O que preocupa aqui é que, em primeiro lugar, continuamos a ser observadores. Muitos poucos de nós estamos nas negociações”. Mirabal também é coordenador de Mudanças Climáticas e Biodiversidade da Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica, a Coica, e participa da COP30. “Queremos que a Amazônia seja defendida, que juntos peçamos que a Amazônia não seja destruída, que a nossa casa não seja destruída, que seja respeitada, que parem os combustíveis fósseis, as monoculturas, e que vejamos a Amazônia viva, viva para os povos indígenas e para o mundo.”

Raquel Tupinambá, do povo indígena Tupinambá, da região do Rio Tapajós, no Pará, está dentro da Zona Azul. Ela conseguiu o credenciamento pela Associação de Moradores Agroextrativistas e Indígenas do Tapajós. A percepção de Raquel sobre a Zona Azul é muito similar à minha: “Esse espaço parece realmente um grande mercado, um espaço de muitas coisas[...] Essa loucura do mundo globalizado. Então, eu sinto que tem muita coisa acontecendo, mas a gente precisa ter foco. E nós estamos aqui também pra conseguir...”. Aqui a fala dela não termina, porque neste exato momento ela e eu fomos atropelados pela pressa de um grupo de pessoas, majoritariamente homens brancos, que pareciam ter algum tipo de autoridade neste mundo dos brancos.

Enquanto isso, do lado de fora da Zona Azul, a cidade também “recebe” a Aldeia COP, o espaço que reúne mais de 3 mil Indígenas de todo o país. É a primeira

“

É necessário que os líderes, os representantes mundiais, tenham essa consciência de ter cuidado com os povos tradicionais. Não é chegar e dizer assim: ‘Ah, eu vou doar e vou continuar com a mineração, matando nossos rios, secando nossas nascentes, adoecendo nosso povo’. Nosso povo está adoecido e toma água contaminada com mercúrio

Anália Tuxá

Cacica do povo Tuxá

vez que tantos povos vêm à COP. É o corpo coletivo da Floresta se movendo. A força que vibra do lado de fora parece maior que o som dos painéis e das negociações. Ali, o tempo tem outro compasso: o da conversa, o da partilha, o da escuta.

E é por isso que eu sinto que algo está se movendo em Belém esta semana. Há uma diferença entre estar presente e ser ouvido. Os parentes estão aqui – e estão abrindo caminhos. O tempo da Floresta chegou à COP, mesmo que os líderes ainda não saibam como escutar.

Anália Tuxá, de 62 anos, é cacica do povo Tuxá no estado de Minas Gerais. Ela disse: “É necessário que os líderes, os representantes mundiais, tenham essa consciência de ter cuidado com os povos tradicionais. Não é chegar e dizer assim: ‘Ah, eu vou doar e vou continuar com a mineração, matando nossos rios, secando nossas nascentes, adoecendo nosso povo’. Nosso povo está adoecido e toma água contaminada com mercúrio”.

Vale lembrar que o Fundo Florestas Tropicais para



Fotos Wajá Xipai/SUMAÚMA

Sempre, na sigla em inglês TFFF, planeja destinar 20% de seus recursos às comunidades indígenas e tradicionais. É interessante ver esse tipo de destinação, e é importante que exista. Mas ainda é pouco. O problema é que não há como aceitar esse tipo de iniciativa sem um combate crítico e real por parte das autoridades. Principalmente porque, agora mesmo, o presidente do Brasil abriu espaço para o lobby das petroleiras – a Petrobras, por exemplo, recebeu autorização para perfurar a Bacia da Foz do Amazonas, atrás de petróleo, numa região extremamente sensível e biodiversa. A COP30 está acontecendo em uma Amazônia ameaçada. Isso mostra que não adianta caminhar em uma direção e continuar destruindo em outra. Isso é hipocrisia.

Um território que insiste em falar

Na terça-feira, várias notícias no Brasil e no mundo disseram que povos indígenas e movimentos sociais teriam “invadido” a Zona Azul da COP30, em Belém, depois de uma manifestação. Essa palavra – “invadido” – me atravessou.

Em 2022, uma balsa de garimpo entrou no rio da minha aldeia perfurando e comendo seu fundo e o contaminando. O meu povo chamou isso de invasão. Quando o garimpo contamina o rio, invade o corpo do rio, isso é invasão. Quando o mercúrio atinge os peixes, invade o corpo dos peixes, isso é invasão. E a gente come esses peixes. Neste exato momento, com certeza deve ter algum grau de mercúrio no meu corpo. Isso é invasão.

Na mesma terça-feira à noite, aqui em Belém, eu desci de um carro de aplicativo depois de ouvir o motorista dizer várias coisas racistas para mim após ver meu rosto pintado com os grafismos ancestrais do meu povo. A última coisa que ele falou antes de eu sair do carro no meio de uma avenida foi: “Os índios estão invadindo Belém”. Me senti mal, como se tivessem me arrancado o chão por alguns instantes.

Os Indígenas que entraram na Zona Azul são do Baixo Tapajós – povos que sabem o que é ser invadido porque vivem com o garimpo e o mercúrio dentro dos seus territórios e dos seus corpos. O que aconteceu ali não foi invasão. Foi um grito de quem é invadido todos os dias. Um pedido de escuta que o mundo dos *karáí* – o mundo não indígena – ainda não sabe ouvir. ■



JOSÉ GREGORIO DÍAZ MIRABAL E ANÁLIA TUXÁ COBRAM CUIDADO REAL COM POVOS E TERRITÓRIOS



Na Belém da COP30, até a sombra é desigual

Dados exclusivos obtidos por SUMAÚMA revelam um abismo no acesso ao verde e uma diferença de até 8 graus Celsius entre os bairros dos ricos e os dos pobres. Em ruas onde 82% da população vive sem árvores, um entregador de comida nos carrega em sua árida jornada

Lorena de Paula

Igarapé do Ariri, Belém, Amazônia

O sol se pendura como lâmina no céu. É quase meio-dia e o jovem de 19 anos atravessa o portão de casa. Cândido Marcelo Neri Junior é o seu nome de registro, mas ele prefere apenas Júnior Neri. Exceto pelos chinelos nos pés, o corpo de Júnior vai coberto: camisa de manga longa, calça legging e shorts, boné na cabeça. A escolha das roupas poderia causar estranheza no calor de 30 graus, mas, quando o rapaz apoia a *bike* na fachada da casa e ajusta a volumosa mochila térmica nas costas, tudo ganha sentido. Minutos antes, a campainha do seu celular gritara, insistente: “iFood!”.

Assim como acontece com milhares de jovens que a cidade devora, é entregando refeições a desconhecidos que Júnior ajuda a colocar o pão na mesa de agora. Uma mesa que partilha com a mãe, o irmão, o tio e a avó, na casa de altos e baixos no bairro do Benguí, na periferia de Belém.

Sem protetor solar, capacete nem outros itens de segurança, ele atende ao chamado do aplicativo e sobe na *bike*. O olhar atento da avó o acompanha. Maria Eulália fica lá dentro, emoldurada pelas plantas que se agarram aos gradis. Sabe que dizer pouco também é uma forma de cuidar.

“Eu vou voltar pra cá!”, ele se despede, em seu timbre baixo e rítmico. Ela retribui com o olhar apreensivo, como se desejasse ao neto um caminho mais cheio das flores que lhe estampam o vestido.

Júnior parte. Deixa o verde do afeto para encarar

o cinza do concreto. Pedala com a leveza de quem conhece o caminho sem precisar olhar aonde vai e a destreza de quem aprendeu a andar de *bike* aos 5 anos com o pai. O brinco que usa na orelha brilha quando o sol bate – e logo o suor também brilha, arde. Mas Júnior segue, porque há tempos sabe que o suor no rosto não é opção, é rotina na labuta do ganha-pão.

Direita, esquerda, direita, ele pedala e gira o boné na cabeça, para um lado, para o outro, para trás. Gira também o guidão no final da rua, dobra à esquerda. E continua.

O percurso lhe é familiar. Júnior cresceu solto, correndo pelas ruas do Benguí, trepando em árvores de manga e ameixa para comer seus frutos e tomando banho nas águas do igarapé onde, um dia, a avó lavou roupas. Mas essa vida de meninice deu lugar à juventude em uma rua sem árvores, contígua a um canal poluído com os despojos de um igarapé morto, cujo nome ninguém lembra mais.

Júnior, porém, ainda se recorda de brincar nas margens do Estádio Olímpico do Pará, entre as frondosas árvores que dão a Belém o título de “cidade das Mangueiras” e ao estádio o apelido de “Mangueirão”, porque ele tem o formato parecido com o do fruto das árvores.

Mas o tempo passou, o menino cresceu, o governo do estado fez obras e reformas na região e o concreto engoliu a vegetação, pondo folhas, galhos e caules no chão. E agora o verde presente no gramado do estádio



POR UM LUGAR ALÉM DO SOL NA BELÉM DA COP30: NO CALOR DO CONCRETO, JÚNIOR PEDALA A BUSCA DE SEU SONHO-RAIZ

contrasta com o exterior, onde poucas árvores restaram. E o “Mangueirão”, que era homenagem, virou ironia, pois das Mangueiras que o contornavam sobrou pouco além do nome, da forma e da nostalgia.

À sombra da desigualdade

O Benguí onde Júnior brincou também não existe mais. Deu lugar a um bairro que figura entre os menos arborizados da cidade-sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, a COP30: segundo os dados do IBGE, só 18% dos moradores vivem em ruas com ao menos uma árvore. Dito de outro modo: 82%

dos habitantes do lugar caminham sob o sol, em vias sem sombra.

Os números, tabulados por bairro a pedido de SUMAÚMA e publicados agora com exclusividade, são da Pesquisa Urbanística do Entorno dos Domicílios, integrante do Censo 2022 do IBGE. E revelam mais do que estatísticas: escancaram a desigualdade de acesso à sombra em Belém, a geografia do calor, o contraste de cores entre centro e periferia na capital da COP30.

Pelos dados do IBGE, o Benguí aparece como o terceiro bairro menos arborizado de Belém. Fica atrás apenas de outros dois bairros periféricos: Brasília, no distrito de



EM GRADES OU VESTIDOS: AS FOLHAS E FLORES SE AGARRAM ONDE PODEM ENQUANTO MARIA OBSERVA, PREOCUPADA, O NETO PARTIR

Outeiro, onde apenas 14% da população vive em ruas arborizadas; e Miramar, onde somente 2% dos moradores residem em uma rua com pelo menos uma árvore. É isso mesmo: 98% da população de Miramar mora em ruas sem verde.

No outro extremo do mapa de Belém, a paisagem muda de cor e de renda. Afora os bairros com trechos rurais na Ilha de Mosqueiro, são as áreas centrais de Belém que concentram o verde remanescente. Em Nazaré, Umarizal e Batista Campos, a maioria das pessoas mora em ruas com árvores. Em Nazaré, 84%; no Umarizal, 77%; e em Batista Campos, 73%. Ali, em bairros com o metro quadrado mais caro da cidade, as copas verdejantes estampam cartões-postais, cobrem calçadas e emolduram sacadas. As árvores que faltam onde a vida é mais dura rebentam onde o asfalto mais custa.

“Você percebe nitidamente essa desigualdade... É algo que chama muita atenção”, enfatiza Luiz Claudio Martins, analista de pesquisas do IBGE. Ele clica no computador e seus óculos espelham a tela que exhibe os dados inéditos tabulados por ele. “Na visualização, a gente já percebe a desigualdade do acesso de parte da população a árvores.”

Luiz explica que a pesquisa considerou apenas setores urbanos e habitados. Zonas rurais, áreas sem moradia ou árvores em propriedades privadas não foram contabilizadas. Foram computadas como árvores as espécies arbóreas presentes em vias públicas e com

pelo menos 1,70 metro.

Essa é uma realidade que Luiz conhece não apenas por gráficos e mapas digitais. Todos os dias, ele caminha mais de 4 quilômetros de casa até o trabalho, buscando sombra para aliviar o calor pelo caminho. Mas pouco encontra.

Em Belém, mais da metade da população caminha sob o sol quente: 55% dos habitantes vivem em ruas sem uma árvore sequer – proporção que supera, com folga, a média nacional de 34%. Na encruzilhada entre a floresta e o asfalto, a cidade-sede da COP30 amarga o sexto lugar entre as capitais menos arborizadas do país.

O verde briga com o asfalto (e perde)

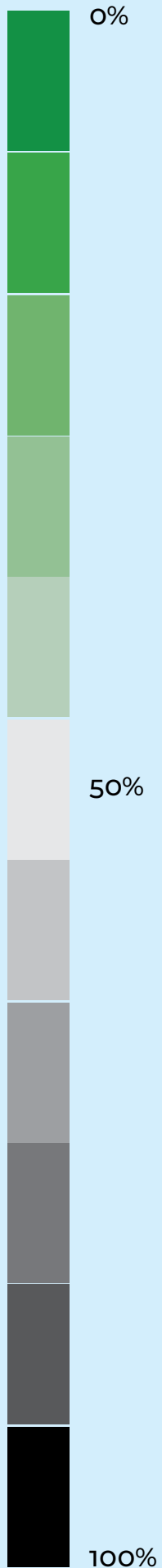
O corpo de Júnior nem precisa dos dados para saber: o sol queima na pele, arde nos olhos, escorre no rosto. “Uma vez aí eu tava pedalando e tava muito sol, muito sol... Comecei a passar mal, fiquei tonto. Parei e pedi uma água na casa do cliente. Aí melhorou um pouco”, lembra o rapaz, que desde então sempre carrega uma garrafa de água. Ele aponta para os braços, agora cobertos pela roupa térmica. “Naquela época eu nem usava isso daqui ainda. É pra proteger do sol, né, fica calor, mas não queima. [...] Só suo, mas não fico queimado como antes. O sol não agride tanto minha pele como antigamente.”

Júnior sente o que os sensores confirmam. Uma análise do projeto Sementes do Amanhã: Belém Mais Verde, iniciativa da Universidade Federal Rural da Amazônia

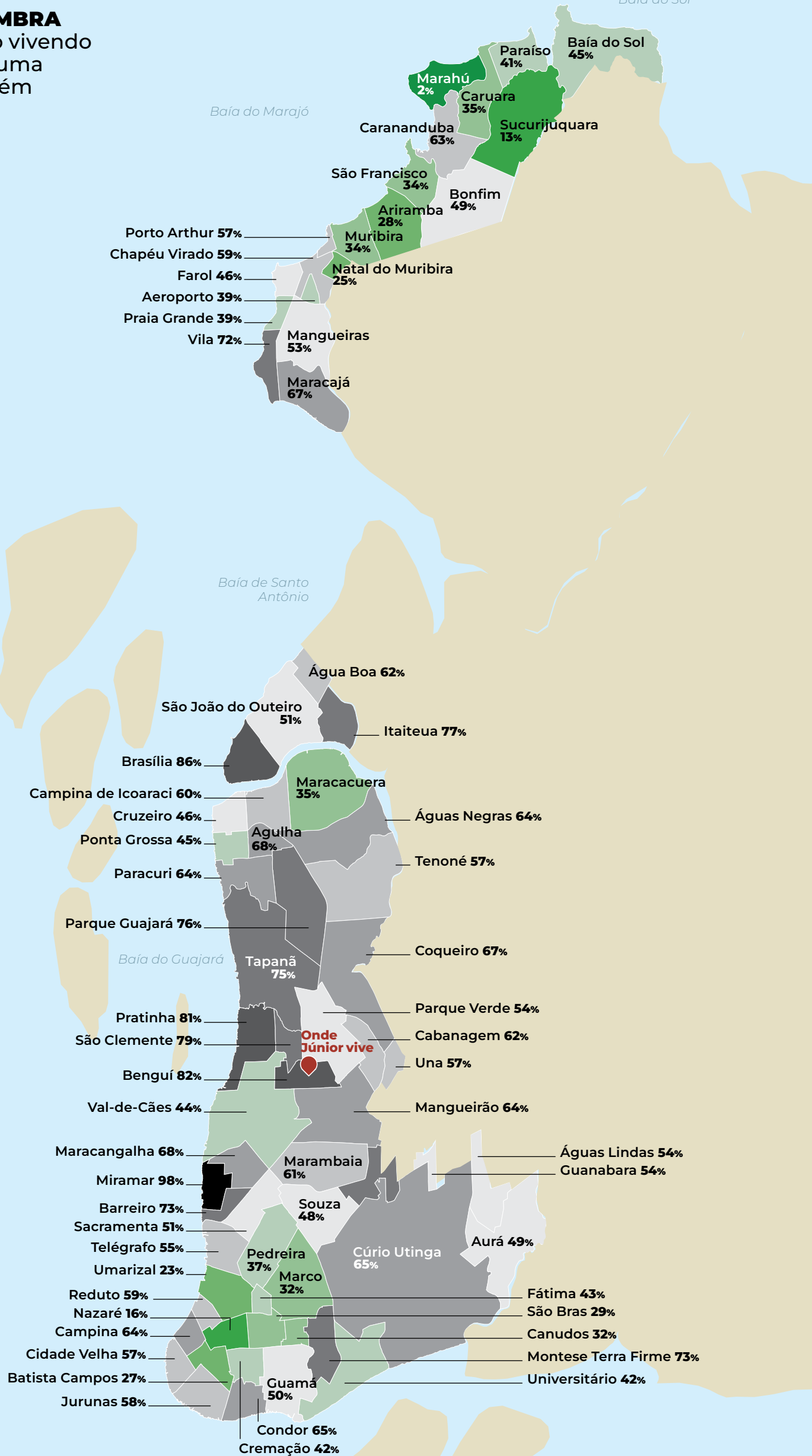
DESIGUAIS ATÉ NA SOMBRA

Proporção da população vivendo em ruas sem ao menos uma árvore, por bairro de Belém

Quanto mais verde, mais árvores



Quanto mais cinza, menos árvores



(UFRA) em parceria com a Prefeitura de Belém, usou “câmeras térmicas” para medir a temperatura de calçadas. Com o dispositivo, os pesquisadores flagraram a desigualdade cravada nas ruas: em Belém, no mesmo horário do dia, a diferença média de temperatura entre áreas com e sem árvores chegou a bater 8 graus Celsius. A disparidade de temperatura reflete uma política urbana que não pensou a arborização como um direito de todos.

Um dos coordenadores do projeto na universidade, o professor Cândido Neto resume: “O centro foi mais planejado, entende? A gente vê isso em bairros como Batista Campos, Nazaré, parte do Marco... Essas áreas tiveram um planejamento real, com ruas e calçadas largas, onde colocaram árvores. Já a periferia cresceu desordenada, ocupada por pessoas que não tinham onde morar. Na época, o governo não deu apoio de estrutura, de planejamento da urbanização, foi apenas colocando as pessoas de uma forma inadequada naqueles espaços sem planejar a arborização do local”.

É o avesso disso que Cândido tenta cultivar, inclusive na Universidade Federal Rural da Amazônia. Enquanto caminha pelos corredores do campus, lembra que a própria universidade deixou de plantar, mesmo onde havia terreno livre. E, com um orgulho quase paternal, aponta algumas das mais de 200 árvores que ajudou a semear no solo antes nu.

Mas mesmo ali, o farfalhar das folhas parece ressoar o lamento do professor: “Infelizmente, muitas vezes as pessoas não entendem a importância de arborizar uma cidade, porque algumas também não precisam tanto da árvore, elas vivem em locais de clima melhor, com ar-condicionado. [...] Mas nem todo mundo tem essas condições”.

Os efeitos dessa falta de verde são alarmantes. O professor alerta que, em bairros pouco arborizados, as casas acumulam calor ao longo do dia e seguem quentes à noite, o que afeta sobretudo idosos e crianças. Ele conta que, durante o levantamento de dados para o projeto Sementes do Amanhã, conheceu senhoras que

todo dia, por volta das 4 da tarde, deixavam suas casas sufocantes, onde o calor era “quase insuportável”. Saíam levando cadeiras e um destino certo: a rua vizinha, onde apenas quatro árvores, ajuntadas, resistiam. E só ali, sob a sombra rarefeita, achavam algum alívio.

Júnior, porém, não encontra melhor sorte nas ruas por onde trabalha. Ainda assim, prefere a quentura familiar das quebradas à brisa do centro desconhecido. “Aqui é uma área que eu já conheço [...] Pro centro, não. Eu rodei uma vez lá, fiquei perdidinho. Aí usava o mapa [do iFood], mas às vezes o mapa buga. A gente tá a caminho e tem que dar uma volta doida!”

Nessa geografia que ele não domina, cada desvio estica ainda mais os 50 quilômetros que ele estima pedalar por dia. Não bastasse a longa distância, lá é mais difícil conseguir água, pois o centro, mais fresco no ar, é mais seco no trato. “No centro é difícil esse negócio de água. Aqui perto tem um shopping onde eu posso encher minha garrafa. Ou faço uma entrega e volto pra casa e [a garrafa] já enche. Lá pro centro, não. Lá, é difícil as pessoas darem água”, ele confia.

Se a ausência de vegetação aumenta a sede e o calor, a presença de árvores, ao contrário disso, aviva o cotidiano: mais socialização, menos isolamento; mais comércio, menos doenças. Mais vida. É o que o professor Cândido Neto, que descreve cada árvore como “indivíduo”, explica: “Quando você aumenta a arborização, cria biodiversidade. A árvore é um ser que abriga inúmeros outros seres vivos: pássaros, insetos, fungos, bactérias, ervas de passarinho, epífitas [plantas que crescem sobre árvores sem parasitá-las]”. E segue: “A arborização também favorece a socialização. Nas áreas verdes, as pessoas começam a caminhar, praticar atividade física, sentam embaixo das árvores para ler livros com seus filhos brincando...”

As áreas verdes trazem mais do que sombra, diz. Também valorizam imóveis, atraem pequenos comerciantes e favorecem os negócios. E ainda servem de remédio: segundo Cândido, estudos mostram que onde há árvores, há menos depressão e ansiedade, e o povo respira melhor. E quando a chuva cai pesada, é o verde que amortece, bebendo a água e poupando a cidade de se afogar nas enchentes.

Procurada por SUMAÚMA, a Prefeitura de Belém alegou que está atenta a esse conjunto de problemas. Em nota, disse que, com o apoio do governo do Pará e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pretende plantar 200 mil árvores na capital – mas não disse em quanto tempo isso será feito. Citou o projeto Belém Verde, com o plantio de 7 mil mudas na cidade, 500 delas às margens do “canal do Tucunduba”, um rio poluído que banha quatro bairros da capital.

A prefeitura citou ainda o projeto Sementes do Amanhã, que mantém em parceria com a Universidade Federal Rural da Amazônia, cujo objetivo é atualizar o inventário arbóreo da cidade. Além disso, mencionou a produção de mudas na Granja Modelo, “destinadas

A Belém da COP fala de clima, mas não do jovem que entrega a comida que não vai comer. Da sede e da tontura sob o sol. Das árvores que sumiram, da infância desbotada. Nem da desigualdade no calor e nas gotas de suor



BELÉM CEIFA ÁRVORES PARA GARANTIR INFRAESTRUTURA À CONFERÊNCIA DO CLIMA

ao paisagismo urbano e às áreas verdes para o centro de Belém e distritos de Mosqueiro, Outeiro, Cotijuba e Icoaraci”. Não respondeu se o projeto contempla os principais bairros periféricos atingidos pela falta de arborização urbana, conforme apurado nesta reportagem.

Apesar das promessas de outro futuro, recentes ações do governo do Pará vão na direção contrária. Para abrir espaço à Avenida Liberdade e expandir a Rua da Marinha, o governo de Helder Barbalho desmatou áreas de floresta, pondo abaixo milhares de árvores e direitos de populações tradicionais residentes na região metropolitana.

Depois de derrubar 35 hectares de mata e propor a derrubada de outros 68 hectares de Floresta, em vez de plantar, implantou: no centro da cidade, pôs árvores *fake*, vergalhões de ferro cobertos por trepadeiras e coroados por uma copa de vasos de plantas. O governo as chamou de “ecoárvores”, alegando que seriam ecológicas por virem do reaproveitamento das sobras de materiais de construção de obras da cidade. Mas o apelido “árvores *fake*”, que ironiza a artificialidade do projeto, já tinha se popularizado.

A metrópole amazônica que promete reflorestamento sacrifica o verde que ainda existe.

Sonhando com um lugar além do sol

A cidade-sede da COP30 fala de clima. Mas não fala do jovem que sua para entregar a comida que não vai comer. Não fala da pele queimada, de sua sede e tontura sob

o sol. Não fala do bairro onde árvores viraram saudade, da infância desbotada, do verde que virou cinzas. Nem da desigualdade entre o centro e a periferia, medida em graus de calor e gotas de suor.

E Júnior tampouco fala de COP30. De COP ele só ouve falar, mas mal sabe dizer o que é isso. “Eu não procurei saber, não, o que é isso daí. Depois eu pesquiso o que é”, diz. “Um monte de gente fica falando, mas eu nem presto atenção nisso aí. Tem alguma coisa envolvida com Amazônia?”

A dúvida se dissolve quando o jovem fala do futuro: “Eu não quero viver de iFood, não quero isso pra minha vida. [...] Quero ter meu próprio negócio, uma coisa que dê bastante dinheiro, eu mesmo ser meu chefe”, diz. E, ao contar do sonho, pela primeira vez sua voz cresce feito raiz, ainda que como raiz de calçada – controlada, retida, regada a conta-gotas para caber no terreno econômico onde foi plantada.

Júnior não corre atrás do sonho: pelo sonho, Júnior pedala. Depois de percorrer ruas sem verde, ele chega a um restaurante no bairro do Parque Verde. Lá coleta a primeira entrega do dia. Guarda os alimentos, põe a bag nas costas e sobe na bicicleta. Gira outra vez o boné na cabeça, deixando o visual descolado de lado. A aba sombreia o rosto jovem do fustigante sol do meio-dia.

À frente dele, o asfalto se estende, ardente como o desejo por uma Belém onde meninos não suem por um lugar ao sol e possam, enfim, sonhar à sombra. ■



Shayra Cruz/SUMAUMA

A verdade da COP30

Quem entende com seus próprios corpos o que é a urgência gritou alto em protestos e marchas que aconteceram fora da Zona Azul, onde líderes de países que vivem encastelados ponderavam sobre o futuro do planeta. Em atos como os que aconteceram nos dias 15 e 17 de novembro, além da Barqueata e do Porongaço, Indígenas, Quilombolas, povos da Floresta de diversas partes do Brasil e do mundo, Ribeirinhos, bordadeiras, quebradeiras de coco, mulheres e atingidos por barragens marcharam contra o colapso da vida. Fizeram da alegria potência de agir – e da COP uma transgressão da COP.





Soli/SUMAÚMA



Lela Beltrão/SUMAÚMA



Khurta Suya/SUMAUMA



Lela Beltrão/SUMAUMA



Eliane Brum/SUMAÚMA



Khumta Suya/SUMAÚMA



Khumta Suya/SUMAÚMA



Khumta Suya/SUMAÚMA





Lela Beltrão/SUMAÚMA



Lela Beltrão/SUMAÚMA

Antonio Nobre: O motor climático da Amazônia está morrendo

Por que a obsessão pelo carbono da COP30 é um ponto cego catastrófico

Com a COP30 reunida no coração da Amazônia, o foco do mundo está voltado principalmente às emissões de carbono e nas promessas de neutralidade de carbono. No entanto, essa visão limitada nos cega em relação ao “elefante mais importante na sala”: a destruição do ecossistema não é um problema apenas do carbono; é a sabotagem sistêmica do mecanismo de controle climático mais poderoso do planeta.

Desde 2023, os eventos climáticos extremos destruíram as projeções do modelo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e, agora, os meteorologistas lutam com essa nova realidade. Aqueles modelos climáticos haviam sido projetados em um mundo estável que deixamos para trás de forma definitiva. Mas, mesmo no clima estável, houve uma omissão inexplicável: o ciclo dinâmico terra-atmosfera da água – poderosamente mediado por florestas vivas – foi relegado a uma mera nota de rodapé na história do carbono.

Quando as árvores seguram o céu

O conhecimento indígena há muito tempo entende o que a ciência só agora está provando. Davi Kopenawa Yanomami uma vez me disse baseado no seu livro *A Queda do Céu*: “Os brancos não veem que, se cortarem a floresta, a chuva secará?”.

Isso não é metáfora: é conhecimento ancestral resumindo a física da bomba biótica. As florestas funcionam como o coração pulsante do ciclo hidrológico. As árvores transpiram grandes volumes de vapor d’água, que sobem e rapidamente se condensam em nuvens, auxiliadas por sementes de nuvens também emitidas pelas plantas. Quando grandes quantidades de vapor d’água sobem e se transformam em gotículas líquidas (nuvens), esse líquido ocupa muito menos volume do que o gás. O encolhimento repentino cria uma área de baixa pressão – um enorme vácuo natural – que puxa eficientemente o ar úmido dos oceanos para

dentro dos continentes.

A teoria da bomba biótica foi desenvolvida de forma pioneira pelos cientistas russos Anastassia Makarieva e Victor Gorshkov, em estreita cooperação com pesquisadores brasileiros, entre os quais me incluo. Nossos estudos revelaram que esse mecanismo opera globalmente. Na Amazônia, a bomba puxa ventos alísios do Atlântico Norte através da linha do Equador, penetrando profundamente na América do Sul. Na Sibéria, as florestas boreais mantêm os rios voadores eurasiáticos, fontes cruciais de umidade atmosférica para vastas porções da Europa, China e Ásia Central.

Essa física profunda de vida ou morte – a bomba biótica – não é uma hipótese recém-formulada; é um mecanismo sólido, uma teoria publicada, enraizada na física fundamental. No entanto, por quase duas décadas, essa dinâmica crítica tem faltado nos modelos climáticos globais dominantes. Essa omissão permitiu que os modelos subestimassem descontroladamente a vulnerabilidade da Amazônia e a velocidade do colapso climático, precisamente devido à relutância em integrar uma verdade que desafia a fundação centrada no carbono.

Destruindo um clima amigável

Remova as árvores e a bomba quebrará. A transpiração cessa, o ar seco cai, o ar úmido deixa de ser atraído para dentro, as nuvens desaparecem, o sistema de resfriamento natural entra em colapso e bolhas ameaçadoras e maciças de ar quente se instalam sobre regiões desmatadas, bloqueando ainda mais a circulação de umidade e desencadeando condições desérticas em vastas áreas continentais. Enquanto nuvens brancas densas sobre a Amazônia refletiam até

70% da radiação solar de volta ao espaço, o solo nu agora absorve esse calor. Esse processo amplifica drasticamente o aquecimento regional, gerando consequências climáticas cruéis, muito além do que as emissões de carbono por si só podem explicar.

Além do carbono: uma mudança de paradigma para a ação climática

Eis a verdade desconfortável: mesmo que zerássemos as emissões de carbono amanhã – um objetivo que certamente vale a pena perseguir –, o colapso climático persistiria sem uma restauração ecológica maciça. Embora o dióxido de carbono seja fundamental para o aquecimento a longo prazo, a destruição do ecossistema introduz um multiplicador perigoso a curto prazo. Ao danificar o ciclo oceano-atmosfera-água terrestre, amplificamos drasticamente a sensibilidade do clima ao CO₂. As florestas não são apenas sumidouros de carbono. Elas são os principais reguladores climáticos do planeta, seus geradores de água doce e a própria base da habitabilidade continental.

O caminho a seguir: protegendo e restaurando a biosfera

A boa notícia é que a vida tem o poder regenerativo. Ao longo de mais de 400 milhões de anos, a biosfera conquistou continentes através de mecanismos incrivelmente complexos e sofisticados. Esporos, sementes, brotos, ramos, folhas, ovos e culturas preciosas dos povos indígenas guardam os segredos da vida para manter e proteger o clima. Reconhecer essa proeza natural deve se tornar um indicador de nossa própria inteligência existencial.

O mandato da COP30 exige uma reforma fundamental da agricultura

e da pecuária, atualmente os principais vetores de destruição. Além disso, a falha em modelar a bomba biótica tem uma consequência financeira direta: ela permite que bilhões de dólares sejam canalizados para esquemas falsos de compensação de carbono de curto prazo, como fazendas de árvores que não conseguem replicar a complexa hidrologia das florestas nativas, que parecem boas em um registro de carbono, mas não fazem nada para restaurar o ciclo da água do planeta.

Pense nisso como tratar uma doença no fígado. A primeira coisa que um médico diz ao alcoólatra é pare de beber, ou seja, parar de poluir, parar de destruir. Isso é essencial, mas é totalmente insuficiente. O fígado danificado precisa de cura. Se continuarmos perdendo e degradando nossas florestas, nenhuma quantidade de replantio de monoculturas ou compensação de carbono preservará a saúde planetária. Um fígado danificado pode se regenerar, mas precisa de ajuda. A Natureza tinha uma eternidade de sobra; nós, não.

Oportunidade histórica da COP30: o mandato final

Hospedar a COP30 na Amazônia é mais do que simbólico, é estrategicamente essencial. O desafio para Belém é claro, mas importante: Será que finalmente reconheceremos o elefante na sala? O mundo ainda não sabe se a retórica da “preservação” superará o desejo do século 20 por um desenvolvimento imprudente. Vamos desistir da conveniência política e superar o cinismo econômico? Esta é a conjuntura crítica em que o mundo deve finalmente elevar a proteção e recuperação do ecossistema de uma preocupação periférica para o centro da ação climática global.

Novas parcerias humanas devem reconhecer a extraordinária capacidade dos ecossistemas terrestres intactos de resfriar a superfície – convertendo magnificamente vapor d’água em nuvens e chuva, uma função ultracomplexa que nenhuma tecnologia artificial pode replicar ou substituir.

O mandato para a COP30 não questiona mais se valorizamos a Amazônia, mas como a valorizamos. Devemos impor, financiar e modelar políticas que reconheçam a floresta não apenas como um repositório de carbono, mas como o sistema insubstituível de refrigerar o ambiente natural e gerar água doce no planeta. A estabilidade dos alimentos, da água e do clima do mundo depende de Belém elevar a biogeofísica – como mostra a nova ciência da bomba biótica – de uma preocupação periférica para o núcleo da lei climática global. Uma vez que se dê uma chance a florestas diversas, e protagonismo aos territórios nativos, eles curarão o clima. Essa convicção não é um otimismo ingênuo: ela emerge da aplicação prática da física, da ecologia profunda, das sabedorias antigas e de 4 bilhões de anos de gênio evolutivo.

Vamos finalmente nos comprometer – sem concessões – a respeitar, proteger e restaurar totalmente o nosso maravilhoso planeta? ■



Soil/SUMAÚMA

Antonio Donato Nobre

é pesquisador aposentado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), atualmente diretor científico da organização sem fins lucrativos Biotic Pump Greening Group Institute (BPGGI). Ele é especialista em ciências da Amazônia e do sistema terrestre, conhecido por seu trabalho sobre “rios voadores” e a teoria da bomba biótica da regulação climática impulsionada pela floresta.



RESISTÊNCIA

As mulheres que lutam com fios contra o agronegócio e a mineração

As bordadeiras do Rio Tapajós transformam linhas e agulhas em gestos de luta para defender seus territórios

Soraia Joffely

Rio Guamá, Belém, Amazônia

São 2 da tarde em ponto da véspera da Marcha pelo Clima quando 20 mulheres do Rio Tapajós começam a tecer a vida. Vestidas com o verde da camisa das Mulheres Empreendedoras da Floresta que carrega a imagem enraizada em uma árvore, as bordadeiras trazem no pescoço e nas orelhas arte feita de sementes de açaí. Na Embaixada dos Povos, em Belém, um pano se estende até as fronteiras de uma mesa, as mulheres posicionadas no centro seguram com firmeza os fios que se tornarão as memórias, histórias e significados que têm carregado por anos. Depois de cada uma falar seu nome e sua origem, o branco começa a ser povoado em

cores e seres por emaranhados tecidos. Agitado pelas histórias, por vivências e elementos que constroem o dia a dia dessas mulheres como Ribeirinhas, agricultoras, pastoras e Indígenas, o rio que renasce pelos fios para compor a marcha é gesto de luta.

Peixes, rios, lagos, árvores, redes de pesca e casas embelezam as linhas do bordado, mas também denunciam as urgências de seus territórios. Servem de palco para abrigar seus protestos contra o avanço do agronegócio e pela criação de um quintal que floresce para levar alimentos às famílias e garantir renda aos moradores das ilhas e comunidades tapajônicas.



Soraia Joffely/SUMAÚMA

ROSA VASCONCELOS, MARILENE ROCHA E NIRACI SOUSA CULTIVAM UM FUTURO ECOLÓGICO

As mulheres bordadeiras do Tapajós que, em sua maioria, fazem parte do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, muito sonharam em estar na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025. O desejo não era apenas pela participação popular feminina, mas também para levantar a bandeira do bordado como resistência e arte. A arte de tecer e reivindicar seus direitos ao acesso à terra e ao território livre de agrotóxicos.

Irene Domingas, de Mojuí dos Campos, no Pará, é secretária do Direitos da Pessoa Idosa no município, pequena na estatura corporal, a também agricultora traz envolvido em sua cabeça um lenço lilás, no qual se lê, costurada no tecido, a frase que a acompanha como um posicionamento de vida: “Não passe pano. Proteja. Denuncie”. A faixa amarrada na cabeça, que estampa o nome do Ministério das Mulheres, é um lema na luta contra a violência doméstica. Na conversa, ela adota um discurso que muitos associariam ao feminismo, mas que, para ela, representa apenas a defesa dos direitos básicos de que toda mulher necessita, especialmente as mulheres do campo: educação, saúde e fortalecimento da agricultura familiar. Nascida no Maranhão, mas moradora de Mojuí desde 1980, Irene prefere não bordar o rio que foi exibido no dia seguinte na Marcha

Global pelo Clima, 15 de novembro. Rodeada de mãos femininas e diferentes ideias de bordados, ela diz que tecer em pé ao redor de uma mesa é difícil. Prefere, então, contar sobre suas lutas.

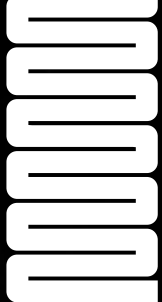
“Terra é vida. Porque, sem terra, o que somos?”, indaga ela, para logo depois responder sobre o que espera da cúpula na Amazônia: sua esperança repousa na ruptura que, segundo acredita, precisa ocorrer entre agronegócio e poder público.

A COP30, que está em sua segunda e última semana, discute, no mais alto escalão das negociações, o futuro do clima e as medidas que os países devem adotar para não ultrapassar a meta de 1,5 grau Celsius. Enquanto isso, corporações de mineração, como a Vale e a Hydro, seguem promovendo a exploração direta da Zona Azul. Esse minério, que avança sobre a cúpula com seus lobistas, também é tema na roda das mulheres tapajônicas que se preparam para a marcha. Ao desenharem os peixes que serão bordados no pano, muitas delas acrescentam um novo ingrediente que, desde o avanço da exploração, passou a fazer parte do envenenamento das comunidades ao infectar os alimentos. Esse personagem, onipresente no garimpo ilegal de ouro, se chama mercúrio.

Direto da sala da Embaixada dos Povos para a concentração em frente ao Mercado de São Brás, mulheres, adolescentes, jovens e velhas se preparam para marchar em defesa do que acreditam. Sob o sol que incendeia a Avenida Almirante Barroso, elas se destacam como um grupo inteiramente feminino, erguendo as peças bordadas pela Amazônia, arte que, desde o início do projeto de mulheres empreendedoras encabeçado por Suelem Vinhote, acolhe e celebra as moradoras do Tapajós. A professora de letras iniciou o bordado dentro da sala de aula, mostrando como a língua e a escrita podem se entrelaçar com a linha e a agulha, transformando o tecido em frases, palavras e histórias bordadas.

Irene e Suelem se recordam com carinho do início das oficinas de bordado, que, delicadas e silenciosas, são baseadas no manejo da agulha com a linha e capazes de criar mais de 100 pontos distintos. Na memória, elas retornam àquela primeira noite de aprendizado: bordados feitos à luz da escuridão amazônica à beira de um igarapé. O silêncio e o cuidado reverberavam entre as árvores, e, no meio delas, um grupo de mulheres se reunia para construir uma tessitura que atravessa a moda, move o político e desafia as grandes empresas que levam a maior floresta tropical do planeta ao ponto de não retorno. Uma obra de resistência, que luta pela garantia de seus territórios.

Na Marcha pelo Clima, uma catarse coletiva em que Natureza e cultura arrebataram os muros que as separavam, as mulheres do Tapajós bordaram mais um capítulo da vida que resiste para existir. ■



COM RAÍZES EM TERRITÓRIO AFROINDÍGENA DO OIAPOQUE, MAYARA TEODORO ENTREGA MENSAGEM SOBRE ANCESTRALIDADE AOS VISITANTES DA MOSTRA 'CINZAS DA FLORESTA'

Os olhos de raiva da Mãe d'Água choram lágrimas de petróleo

Os muitos olhares do 'Cinzas da Floresta', em exposição na Casa COP do Povo, durante a COP30 em Belém, revelam que a arte que renasce das cinzas vai muito além das queimadas

Soll (texto e fotos)

Rio Guamá, Belém, Amazônia

Antes de entrar ou sair das águas, sejam quais forem, Mayara Teodoro sabe pedir licença. E o faz em silêncio, em pensamento, ao primeiro e último contato do seu corpo com o corpo do rio.

“Todo lugar tem uma dona”, repete.

E escrevo “repete” porque essa é uma certeza herdada da avó, Maria Francisca. Escutava isso quando era menina. Aos 4 anos, já sabia nadar no Rio Oiapoque.

Trinta anos depois, Mayara transforma a memória dessa certeza em chama de inspiração para uma das suas obras no projeto “Cinzas da Floresta”, em exposição desde o dia 11 de novembro na Casa COP do Povo, onde o seu olhar se mistura ao de outros 284 artistas, de mais de 20 países, em um manifesto de luta, em plena COP30, que denuncia, a partir de diversos corpos-bioma, a destruição de territórios sagrados em nome da ganância.



RESISTÊNCIA

Entre a primeira e a segunda obra, uma trilha de aprendizado.

Começa com um retrato da Dona Onete, e imprime, no papel, um desenho com tonalidades uniformes.

Precisou adaptar o corpo à aspereza drástica e desafiadora do pigmento usado na criação – a morte de florestas inteiras –, o fim de vidas entrelaçadas, de “tudo aquilo que foi destruído pelo fogo”, conta.

E esse “tudo” pode ser borboleta, formiga, fungo, onça, micélio, pólen, besouro, flor... transformados em cinzas de incêndios criminosos na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal e na Mata Atlântica.

Na segunda pintura, a artista ribeirinha já alcança um maior contraste.

Fez a travessia.

Com luzes e sombras, dá vida à Mãe d'Água. E consegue se ver nela, em seus cabelos cacheados e olhos grandes, de onde vazam lágrimas de petróleo.

“

Os mais velhos, os povos indígenas, os extrativistas, as comunidades mais antigas já têm na sua vivência, na sua forma de agir, o que a galera está querendo descobrir na COP, eles já sabem o que fazer

Mayara Teodoro

Artista



Um choro de raiva que revela uma preocupação da artista: “O Oiapoque está no epicentro da discussão da exploração do petróleo”, diz. E se refere ao interesse da indústria petroleira na extração na Bacia da Foz do Amazonas, que recebeu a liberação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis, o Ibama, para perfuração de um poço no bloco 59, a apenas 21 dias COP30.

Ainda que o bloco não esteja localizado exatamente no Rio Oiapoque, a artista entende que ele está ameaçado em caso de vazamento, por enxergar o Rio e o Mar, nessa região, como territórios conectados e interdependentes. “O Oiapoque é uma cidade importante. A rota dos pescadores sai daqui de Vigia, no Pará, vai por toda a costa, até chegar ao Oiapoque, lá na boca”, explica.

A possibilidade de uma catástrofe ambiental na Foz do Amazonas acende na artista um sentimento de revolta, traduzido nos olhos da Mãe d’Água. Sobre os banzeiros e cabelos fartos da dona das águas, uma mensagem:

“Salve, proteja e cuide de quem vive na Amazônia. Nosso futuro é ancestral e precisamos ouvir quem existe neste mundo há mais tempo”.

Junto à mensagem de Mayara, muitas outras histórias. A mostra reúne obras de artistas visuais, como Mundano, um dos idealizadores do projeto, e a curadora Moara Tupinambá. Mas também de pensadores e ativis-

tas como Ailton Krenak e Jurema Werneck, referência para o movimento negro no Brasil.

O rapper, poeta e escritor GOG, atravessado pelas cinzas, também deixa sua poesia construída com esse pigmento ancestral, expressando a essência da exposição: “As cinzas são o adubo do manifesto”.

O objetivo da exposição, que fica aberta ao público até o dia 20 de novembro, na Casa COP do Povo, também é levantar fundos para a Rede Nacional de Brigadas Voluntárias, a RNBV, que reúne centenas de brigadistas de 15 organizações que atuam na educação ambiental, prevenção e combate aos incêndios em territórios atingidos no Brasil.

A ideia de Mayara é que a mensagem também alcance os engravatados, que estão nas mesas de negociações durante a Conferência das Partes em Belém. “Os mais velhos, os povos indígenas, os extrativistas, as comunidades mais antigas já têm na sua vivência, na sua forma de agir, o que a galera está querendo descobrir na COP, eles já sabem o que fazer”, afirma.

Para ela, os olhos revoltos da Mãe d’Água carregam a resposta para o futuro, que é ancestral. Uma resposta que precisa ser vista e ouvida também pelos que vêm de fora, para que aprendam, como ela, que devem pedir licença aos povos e encantados antes de entrar, sair ou tomar alguma decisão importante dentro desse território, que já tem muitos donos, que é sagrado. ■



Fotos Soli/SUMAÚMA

Sonhar a Floresta é lembrar que não estamos sozinhos

As narrativas oníricas da gente que se juntou para segurar o céu na COP30

Mariana Leal de Barros

Rio Guamá, Belém, Amazônia

Chego a Belém pelas águas, na companhia de quase 100 pessoas que se juntaram na jornada “Navegando contra o Fim do Mundo”, um evento anterior à COP30 organizado por SUMAÚMA e Saúde e Alegria. Abro a porta do quarto pela manhã em Alter do Chão, de onde partimos, e o primeiro sonho que me chega é de Ehuana Yanomami, artista e escritora, que na companhia de Ana Maria Machado, antropóloga tradutora de mundos, me conta: “As paredes do lugar em que estamos caíram, foi assustador”.

Escuto. E, dias depois, convivendo no barco com um mundo de gente-floresta composto por Indígenas, Ribeirinhas, lideranças comunitárias, cientistas e jornalistas, me pergunto: que paredes vão cair e nos levar junto, e que paredes precisam cair para que a gente possa seguir junto? Ouço o assombro, mas o sonho de Ehuana me abre a pergunta.

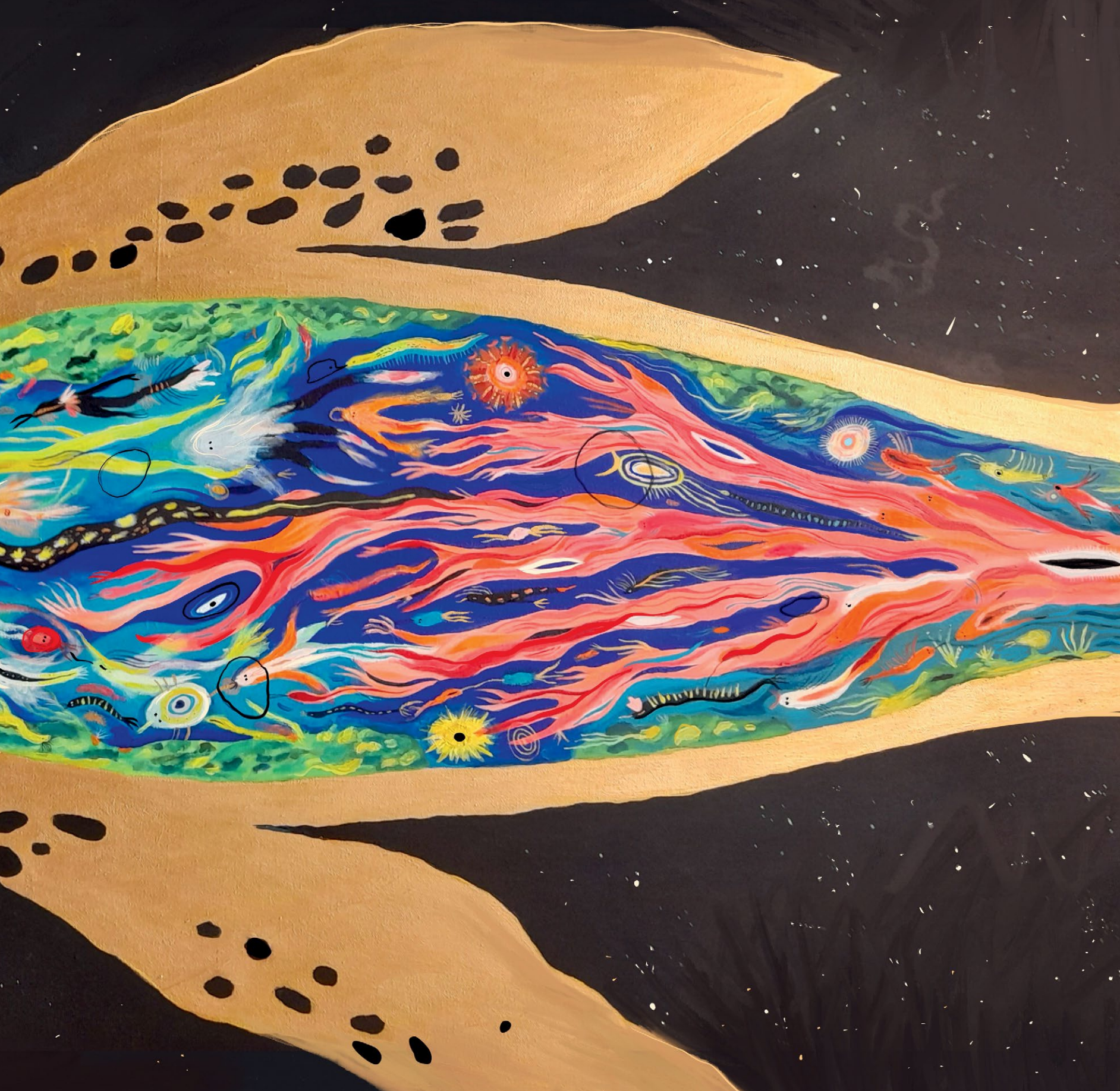
Peço licença poética (ou onírica) a ela e a toda gente que me confiou palavras e sonhos nesses dias. Quando um sonho é contado, parte dele se perde na tentativa de colocá-lo em palavras. Um outro tanto ganha asas e faz rede com quem escuta. Caminhos imprevisíveis vão ser despertados por quem agora lê o que ouvi, e é essa costura com o invisível que espero conseguir transmitir.

Fui chamada de “Parteira de Sonhos” por SUMAÚMA, um nome que me orientou. Mais do que apenas escutar sonhos, trata-se de ocupar o lugar de quem ajuda a fazer nascer novos mundos. Todos os dias de COP30 carreguei comigo uma placa que dizia “Conte aqui seu



sonho pro mundo” e me coloquei com duas cadeirinhas em diferentes lugares de Belém. Alguns sonhos vieram por gente de perto, que tive a sorte de conhecer nesses dias de encontros no barco. Mas muitos outros vieram das tantas gentes que foram à COP30 pela insistência na vida, para mostrar ao mundo que há outros jeitos de viver. Queria saber que sonhos poderiam visitar suas noites em territórios amazônicos. Ou quais chegaram junto, guardados em suas memórias.

Quanto mais ouço sonhos dos mais variados cantos do mundo, mais compreendo que eles se juntam no invisível como rios voadores. As rodas de sonho que



coordeno há um tempo mostram isso. Sonhamos juntos, nossos sonhos se conectam, e isso não é estranho nem para Indígenas nem para a psicanálise, e pode ser ciência, ainda que não haja explicação calculada para isso. O que é novo para mim é o que a Amazônia ensina: este “juntos” é ampliado, porque não é apenas a nossa intimidade que fala nos sonhos. Também falam os animais, as plantas, os rios e as montanhas.

Nas águas do Tapajós, no caminho para a COP30, Juma Xipaia, cacica no Médio Xingu e liderança na aldeia Tukamã, me conta que sonhou com a gente dois meses antes. Estava em Santarém e um homem pedia

a ela que segurasse bem forte em seus ombros. Juma confiou, ele mergulhou na água e se transformou em boto. Passaram por muitos rios até chegar a um lugar em que havia uma porção de gente reunida. O boto, um ser encantado em territórios amazônicos, pergunta: “Tu tá ouvindo o que estão falando?”. Juma responde que não. Todos falavam ao mesmo tempo sobre céu, terra, rios e mares. Era só um falatório até então, mas ele reforça: “Presta atenção, para ouvir é preciso querer escutar”.

Do sonho de Juma, ouço o boto nos convocando a ouvir com atenção essa gente toda reunida. O boto, me contou Jansen Zuanon, especialista em peixes da

Amazônia, é um animal que tem em sua frente uma capacidade avançada de ecolocalização, o que lhe permite percorrer águas turvas e caminhos estreitos. O som que emite bate em outro ponto distante, fazendo com que um eco retorne para o animal, posicionando-o em um mapa mental e permitindo que enxergue no escuro das águas amazônicas.

Criar meios de enxergar no escuro tem me movido na escuta dos sonhos. Quando o porvir é tão incerto que ameaça nossa capacidade e coragem de desejar viver, ser capaz de sonhar no escuro desperta a vida na luz do dia.

Conto sobre os botos a Gabriela Carneiro da Cunha, artista e sonhadora com quem também aprendo. E ouço: “É preciso fazer morrer os olhos para aprender a ver”, citando o xamã Yanomami Davi Kopenawa. Quando pude encontrá-lo, já nas águas do Rio Guamá, em Belém, a bordo do mesmo barco, perguntei-lhe se é possível retomarmos a nossa capacidade de sonhar. Ele responde que sim, mas explica com as mãos que sonhar não é assim (faz um gesto em linha reta), é assim (faz um gesto curvo com a ponta para a frente, que sugere o voo de uma flecha). “É assim que sonha longe”, escutei de Davi, e daqui fui à frase atribuída a Manoel de Barros: “A reta é a curva que não sonhou”.

“Sonhos são como Floresta, não têm fronteiras”, me disse Jama Wapichana. E “na Floresta não é possível andar em linha reta”, disse Carlos Papá em uma entrevista para a Rádio SUMAÚMA.

Por não responderem às linhas retas e por desviarem das leis da explicação, nossos sonhos foram confinados no campo privado e na fantasia pela subjetividade ocidental. E cada vez mais a gente da cidade, cansada e medicada, sonha cada vez menos.

Preciso dizer que todos os Indígenas com quem conversei nesses dias me diziam: “Claro, sonho muito!”. Entre os não Indígenas, grande parte respondia que não sonhava ou não se lembrava.

Com o convite, aos poucos, algumas pessoas me encontraram para dizer que voltaram a sonhar. Outras la-

mentavam não ter nenhum sonho para compartilhar, e passei a ouvir esse lamento com muito valor. Quando o sonho volta a ocupar o lugar de importância, não sonhar tem efeitos. Não se lembrar e lamentar é saber que o mundo não está em nossas mãos. O campo onírico é esse terreno em que vivemos como a vida de fato é quando não nos iludimos com a proteção dos muros: sem controle, sem fronteira, atravessada tanto pela intimidade quanto por desconhecidos, sem garantia nem sentido.

O capitalismo iluminista colocou nossos sonhos entre as desimportâncias da vida. Trazer de volta esse tempo vivido no escuro é esforço de resistência. Revela e cura. Posso parecer convincente, mas qualquer coisa que digo aqui faço em companhia e como aprendiz; se sonho é escola, como diz Davi Kopenawa, assim como outras referências pelo mundo, precisamos voltar aos bancos escolares e reaprender a “sonhar-com”, que é para além de si. É o que permite que possamos nos lembrar que nossos corpos são feitos de muitos e existimos em intrínseca relação com tudo o que nos cerca.

O sonho da noite desperta o sonho do dia, e o que parece ser nosso pode ser visita. Conforme a COP acontecia, recebia sonhos de negociação, conflito, sangue e morte. À luz do dia, a temperatura das manifestações de quem tem a vida violada em seus territórios também aquecia.

Quando viu o cartaz “Conte aqui seu sonho pro mundo” na Cúpula dos Povos, Renato Araújo, estudante de medicina da Universidade Federal de Pernambuco pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, disse: “Eu sou um sonhador”. Ao saber que eu estava ali também para ouvir os sonhos da noite, me ofereceu o mais recente, apesar de supor que eu não me interessaria, já que era muito “pessoal”. Ele estava conversando com uma colega de quem estava afastado, tentavam resolver um conflito a respeito do pai dessa pessoa. Ambos sentiam raiva e mágoa, mas não conseguiam chegar a um consenso sobre o que fazer. “Trinta minutos depois”, a dupla recebe a notícia de que a pessoa em questão havia morrido.

Renato acorda assustado, pensa sobre o “tempo do perdão, incerteza do futuro”, e por que não tentaram entender a outra pessoa enquanto era tempo. Era 14 de novembro, final da primeira semana da COP30, pergunto se ele associa essa negociação prolongada do sonho com o que vivíamos naqueles dias de conferência. Renato abre os olhos: “Esse é o tempo que a gente tem pra uma mudança significativa no mundo, desse desequilíbrio que a gente tá vivendo e que pode ser intensificado. [...] Nesse contexto da COP, percebo que pode ter sido das vivências que a gente tá tendo aqui. Se aplica a um pesadelo de a gente não conseguir projetar um futuro porque é muito incerto, tem projetos sendo disputados, tem pessoas trancadas em uma sala discutindo os rumos que o mundo vai tomar, da mesma forma que tem os povos organizados aqui (na Cúpula dos Povos) no sentido do que seria essa alternativa pro

Preciso dizer que todos os Indígenas com quem conversei nesses dias me diziam: “Claro, sonho muito!”. Entre os não Indígenas, grande parte respondia que não sonhava ou não se lembrava

mundo. [...] Somos muitos, estamos espalhados, mas estamos nos juntando”, disse Renato. E continuou: “A gente vê o projeto caminhando para um extermínio da humanidade, e nós estamos aqui sonhando futuro como se a gente estivesse em um mundo paralelo, mas não é”. Vamos ser a pedra no sapato, apontando o dedo e propondo alternativas, disse, lembrando de uma frase que escutou no movimento de que faz parte: “Seremos o pesadelo daqueles que não nos deixam dormir”.

Alguns dias antes, Guilherme Pretti, advogado e consultor ambiental que esteve na jornada de barco “Navegando contra do Fim do Mundo”, me disse: “Sonhei apenas com um formigueiro. Eram milhares e milhares de formigas pequenas saindo do formigueiro”. No dia seguinte ao relato de Renato, na marcha das ruas de Belém, a música que muita gente cantava se ligava à imagem do sonho: “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga, não atíça o formigueiro”.

Hoje, quando escrevo este texto, vivemos a dor de encarar um Congresso Nacional perverso que transformou em lei o PL da Devastação ao derrubar os vetos do presidente Lula, e penso como podemos juntar essas forças que se mostraram reunidas em suas diferenças para não deixarmos que essas pessoas tenham descanso até que ouçam que queremos viver. Estes que querem explorar sem pedir licença não sabem o que é tirar o sapato para entrar em uma casa de reza, abaixar-se diante de uma anciã e pedir a bênção a quem veio primeiro, como o Rio e a Floresta.

Temos ouvido que povos indígenas tratam a terra como mãe, por isso a respeitam, mas em alguma medida os não indígenas também o fazem, mas tratam a terra como tratam suas mães e mulheres: se apossam, exploram, silenciam, concretam e matam. Preservam algumas e chamam de “mata virgem”, esperam que a Natureza seja quieta e passiva, sempre de braços abertos, oferecendo e nutrindo infinitamente. Mas chegar a um corpo sem pedir licença, sem o consentimento, tem nome: é abuso, é estupro.

Quando Aline Matulja, comunicadora socioambien-

Sonhar com outros animais é um jeito de aprender com eles e também um exercício de se apeguar. Um tempo vivido em que podemos entender vividamente que há muitos não humanos que sabem coisas que não sabemos

tal, me conta um sonho trazido na mala, ouço tanto o abandono daquele que diz querer nos proteger quanto essa costura de mundos separados que já está acontecendo: estava perdida em uma estrada, sozinha, um homem aparece e lhe dá carona em uma moto, diz que conhecia o caminho, mas vai rápido demais, ela cai da garupa e ele segue na pressa. Aline encontra mais duas mulheres que se deparam com três onças-pintadas. Não foi rápido, mas percebeu que seria melhor “negociar com o perigo”, e andar com elas e como elas, do que ficar sozinha ou buscar de novo aquele homem.

Sonhar com outros animais, para indígenas de diferentes lugares do mundo, é um jeito de aprender com eles e também um exercício de se apeguar. Um tempo vivido em que podemos entender vividamente que há muitos não humanos que sabem coisas que não sabemos.

Gabriela Alves, cientista social e ativista, dois meses antes da COP30 me contou que sonhou com um lugar onde encontrava muitos ativistas. Entravam em casas feitas de plantas, com folhas enormes, maiores do que os humanos. Das paredes, saíam fungos gigantes e ela entendia: vai ter jeito. Quando ouço, associo seu sonho à COP30 que estaria por vir. O que será que poderia surgir da gente toda reunida que se presta a aprender com animais, plantas e vegetais como pode nos ensinar a Amazônia?

“Nossos sonhos avisam a hora de mudar a direção da canoa”, contou Juma Xipaia. Temos aqui alguns, podemos seguir ouvindo outros, sem fim, enquanto existirmos. Nos iludimos de que estamos sozinhos, esquecemos o que coletivos por todo o mundo ainda lembram. Muitos deles estavam na COP30, cantaram, rezaram e ensinaram. “Para acordar essa memória, precisamos sonhar”, disse Cristine Takuá nesses dias em Belém. Foi com ela que aprendi que quem não sonha está com anemia na alma. Fico pensando aqui: como é que vamos viver este tempo de tantos desafios se estamos com a alma enfraquecida? Anemia é palavra sábia para dizer da condição de quem deixou de sonhar, perdeu a parte vermelha do sangue que transporta o oxigênio dos pulmões para todos os tecidos do corpo. Arriscamos mesmo perder a chance de respirar.

É começo, meio, começo. As negociações extramuros seguem, não se fecharam no texto final oficial. Se agora navegam por igarapés e dispersam como sementes de Sumaúma, chegarão longe. Vimos naqueles dias muita gente sonhando com as mãos, como disse Txai Suruí, gente que sabe que os rios também sonham com a gente. Dar-se conta dessa relação é perceber que não estamos sozinhos em nenhum lugar deste planeta. Quando ouço do arqueólogo Dr. Tijolo que a Floresta é “família em rede”, penso que plantar Floresta é fazer tombar tantas paredes e recompor os laços com os parentes mais brilhantes que já pensamos em ter. Já soubemos, estamos reaprendendo e podemos despertar. Qualquer pessoa é grávida de ancestralidade. Qualquer pessoa é grávida de sonho e de tempo. ■

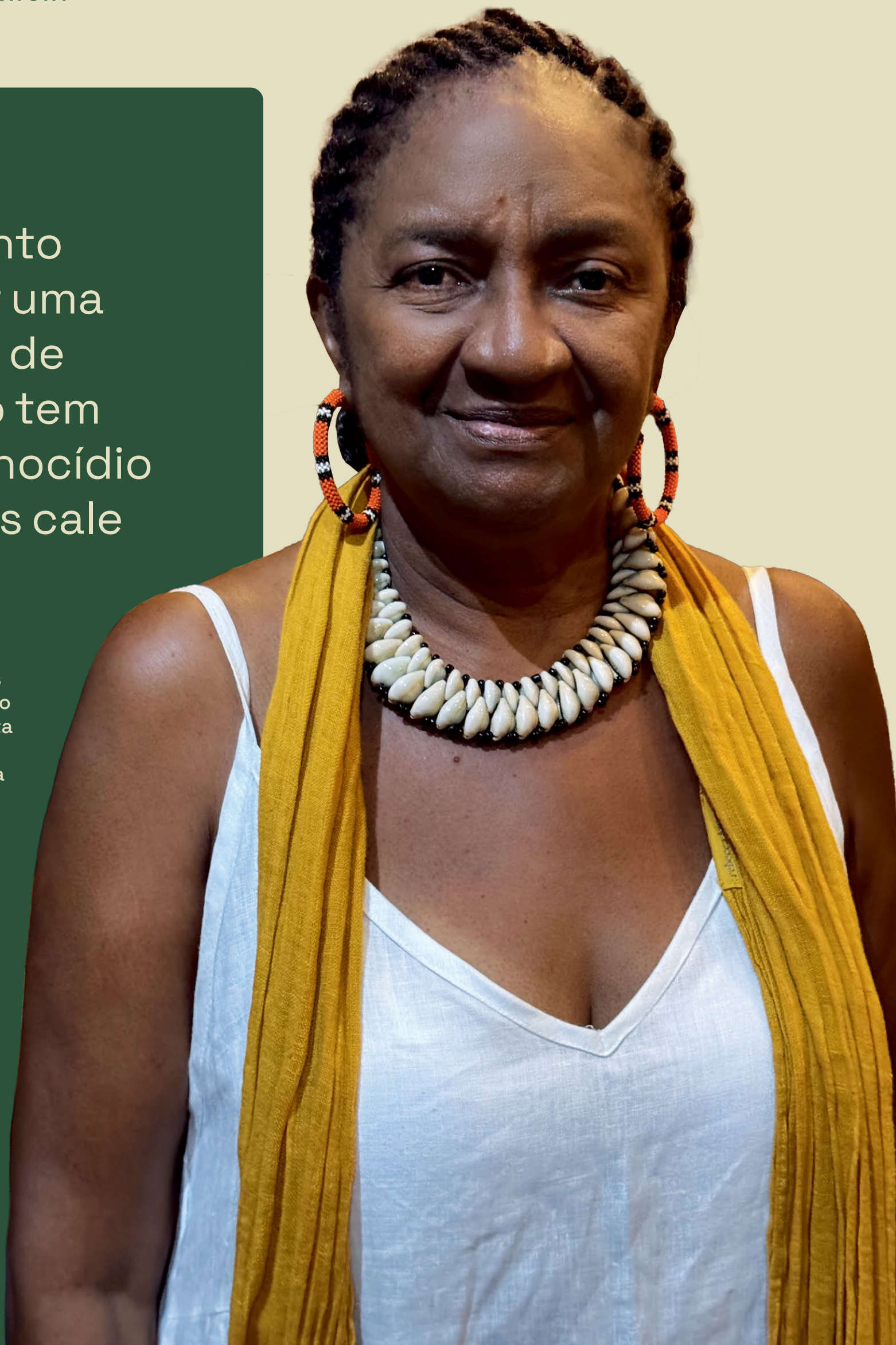


“

Enquanto
houver uma
mulher de
pé, não tem
ecogenocídio
que nos cale

A professora e
ativista Mônica
Brito, uma das
principais vozes
da resistência do
Médio Xingu, luta
pela reparação
a quem perdeu a
roça, a casa e a
própria história
para a usina de
Belo Monte

MÔNICA BRITO:
'NOSSO CORPO
NÃO VAI SE CALAR'



Catarina Barbosa

Rio Guamá, Belém, Amazônia

As mãos de Mônica Brito ainda carregam o gesto automático de quem já escreveu incontáveis cartazes de protesto nas madrugadas da Transamazônica: se mexem o tempo todo no ar, como se estivessem escrevendo. É um gesto antigo, que começou quando ela tinha menos de 16 anos e decidiu que seu corpo seria uma ferramenta de luta. A adolescência foi atravessada pela formação em comunidades de base da igreja Católica, pela descoberta de que existiam injustiças que cortavam sua carne e que ela não iria aceitar calada.

“Eu era sonhadora, mas também determinada. Minha mãe dizia que cobra que muito anda leva paulada. Eu dizia: ‘Vou levar, mas vou seguir andando’”, lembra. Era o início de uma trajetória que colocaria Mônica entre as principais vozes da resistência do Médio Xingu.

Nascida e criada numa região marcada por violações estruturais, Mônica viu seu território ser cortado pela chegada de Belo Monte. A usina, anunciada como progresso, criou reassentamentos sem água, sem escola, sem transporte, sem segurança. “Levaram as famílias, mas não levaram as políticas públicas”, resume. A população remanejada vive, até hoje, entre o trauma e a precarização.

Belo Monte empurrou agricultores a abandonarem roças, afetou comunidades ribeirinhas, desestruturou laços culturais que sustentavam a vida. Mônica viu vizinhos adoecerem, viu lideranças abandonarem seus territórios, viu mães solo terem que escolher pagar um mototáxi de 10 reais ou comprar feijão e ovos para alimentar os filhos. Ela viu o Xingu minguar – e viu o poder público virar o rosto.

Mas há algo que Mônica nunca viu: desistência.

Aos 16, ela já circulava entre bairros periféricos para ouvir mulheres que ninguém escutava. Entrava nas casas, pedia um café, perguntava o que doía. O transporte custava caro demais – 20, 30, 35 reais só para ir –, então Mônica caminhava quilômetros no sol quente ou no sereno da madrugada. “Eu não ficava com vergonha. Eu sempre dizia que, se eu não andasse, ninguém andaria por nós.”

Movida por esse impulso, fez da educação sua trincheira: tornou-se professora, sindicalista, defensora ferrenha de políticas antirracistas dentro e fora da escola. Foi reprovada três vezes no vestibular – o suficiente para muitos desistirem –, mas cada queda, para ela, era combustível. No quarto ano, passou. Depois, virou concursada no estado e no município. Quarenta anos de sala de aula, quase todos nas periferias.

“Eles achavam que me colocar na periferia era punição. Não sabiam que era exatamente lá que eu queria estar”, conta, rindo da ironia.

Por onde passou, Mônica criou campanhas de combate à fome, distribuiu absorventes a meninas e mulheres, mobilizou jovens para estudar, organizou cozinhas

solidárias durante a pandemia, fortaleceu mães solo invisibilizadas pelo Estado. Trouxe mulheres negras da periferia para espaços onde elas nunca tinham colocado os pés. Muitas chegaram a Belém, nesta COP30, pela primeira vez na vida – graças ao trabalho do Fórum Popular de Lideranças do Médio Xingu por Justiça Climática e Ambiental, que Mônica coordena.

Mas a história dela não cabe numa lista de conquistas. Ela também é feita de solidão, de noites carregando a filha pequena enquanto enfrentava polícia, de homens que se afastavam porque “achavam que ela era feminista demais”, de amores deixados para depois em nome da luta. Mônica, que criou dois filhos biológicos e um terceiro abandonado, também aprendeu que cuidar é revolucionário – e doloroso.

A vida inteira, ela ouviu que era “doida”: por vestir o que queria, por falar sem pedir licença, por não se moldar ao papel que esperavam de uma mulher negra da periferia. A crítica, no entanto, virou amuleto. “Eu sou doida política”, diz, com orgulho. “Doida porque sei onde quero chegar.”

Hoje, sua filha é ativista e caminhou com documentos do movimento até a Zona Azul, entendida como o centro da COP30, entregando denúncias às autoridades que controlam o dinheiro e os destinos da Amazônia. O filho mais novo, de 22 anos, liga diariamente para perguntar se o dia foi “de luta”. Foi assim que ele aprendeu a medir o tempo.

Nesta quinta-feira, 13 de novembro, a voz de Mônica ecoou no auditório do Tribunal dos Povos contra o Ecocídio, parte da COP do Povo – um espaço onde comunidades denunciam expulsões, racismo ambiental, megaempreendimentos e violência. Ela foi ouvida como testemunha do primeiro caso, que tratava do impacto da Usina Belo Monte sobre os povos da região.

“Estamos aqui para dizer não a todas as formas de agressão, de genocídio e de destruição da Floresta. Nosso corpo não vai se calar”, afirmou a professora diante dos juízes populares.

Foram apresentados 21 casos. Histórias de expulsões, de rompimentos culturais, de perseguições, de territórios destruídos por falsas soluções climáticas e grandes projetos. Histórias como a dela.

Para Mônica, a reparação não é promessa: é exigência. Reparação social, econômica, territorial. Reparação para agricultores que perderam suas roças, para mulheres que perderam suas casas, para famílias que perderam a própria história.

“Eu sonhei três coisas na vida: me tornar professora, ter meu salário, ter minha casa própria. Conquistei. O resto, agora, é a luta pelo que pertence ao nosso povo. Enquanto eu puder andar, eu vou.”

Ela sorri, ajeita a roupa que considera parte da sua política, e conclui: “Eles podem tentar apagar nossos territórios, mas não vão apagar nossas mulheres. Enquanto houver uma de pé, não tem ecocídio que nos cale”. ■



A Belém da COP não é a Belém de Ana

Apesar dos milhões de reais investidos para embelezar a cidade-sede da conferência climática da ONU, a população belenense mais afetada pelo colapso do clima acabou excluída

Leandra Souza

Rio Maguari, Belém, Amazônia

Em uma segunda-feira comum de junho, depois de ter descansado em casa durante o domingo, Ana Cristina Santos se pôs de pé para seguir a mesma rotina matinal de quase todos os dias: acordou entre 5 e 5h30, tomou banho, colocou uma saia até os joelhos e uma blusa em tom pastel e se dirigiu até a cozinha para preparar o café da manhã e o almoço dos dois filhos e do marido. Ela mesma não costuma comer. Comer significa dispor de minutos que farão falta pela manhã.

Ana trabalha como diarista em Belém, capital do estado do Pará. A cada dia está em uma casa diferente. Algumas mais próximas e outras mais distantes de onde mora. Naquela segunda-feira, era dia de uma mais longe, onde o trabalho era mais pesado – às vezes pediam a ela que limpasse o mesmo lugar mais de uma vez. E o almoço sempre atrasava. Então, naquele dia, e apenas naquele dia, Ana decidiu alterar sua rotina. Em vez de tomar banho, se arrumar, fazer a comida da família e ir direto para o final da linha de ônibus, sentou para se alimentar. E porque se alimentou, perdeu um lugar no ônibus.

Sideral-Pátio Belém. Ônibus lotado. Calor.

A visão de Ana ficou turva e a cabeça e o estômago começaram a girar. Alguém cedeu a ela uma cadeira, mas Ana não conseguiu se levantar no ponto do trabalho. Voltou direto para casa, no mesmo ônibus, e procurou uma farmácia. “Eu vim em pé nesse dia, não consegui pegar sentada lá no final da linha. O tempo tava quente, o ônibus tava cheio. Na hora de descer eu

não consegui, dei a volta no ônibus, me deu náusea”, diz.

Ana Cristina é uma mulher branca de 43 anos. Estudou até o último ano do ensino fundamental. Foi morar com o companheiro aos 15 anos e teve seus dois filhos ainda na adolescência. O mais velho é cego. Perdeu toda a visão quando ainda era bebê. Vive há 26 anos no Sideral, um bairro periférico que fica no limite das cidades de Belém e Ananindeua, no final de uma rua sem saída que se encontra com o Igarapé do Ariri, um curso d’água onde cai o esgoto das casas do bairro, que não têm coleta como oito em cada dez residências de Belém. Em sua rua, não há árvores, o que torna o calor mais insuportável. Há poucos ônibus disponíveis para toda a população e nenhum deles conta com ar-condicionado.

Um bairro que permanece quase o mesmo há 26 anos: sem políticas públicas eficazes para o bem-estar de sua população. E que está dentro de uma Belém bem diferente da que foi preparada para receber a COP30. A Belém da COP teve investimentos bilionários dos governos, um dinheiro que Ana acompanhou ser aplicado pela janela do ônibus quente que pega todos os dias. A Belém da COP não é a Belém de Ana.

A Belém da COP fez obras como o Porto Futuro II, a Nova Doca e a Nova Tamandaré, que se concentram em localidades centrais da cidade com amplas opções de lazer. Juntos, governo do estado e governo federal gastaram mais de 4,5 bilhões de reais em obras de infraestrutura para receber o evento climático da ONU, sem



ANA SORRI PARA A
CÂMERA COM UM
OLHAR CANSADO,
DEPOIS DE UM DIA
DE TRABALHO

contar mais 1 bilhão de reais pagos pela mineradora Vale para a construção da área que abrigará as negociações oficiais, no Parque da Cidade. O valor foi empregado pela empresa para abater parte da taxa que a mineradora deve ao Pará por extrair minério – e destruir a Amazônia.

Para uma pessoa como Ana, que vive na periferia, com a mobilidade restrita pela falta de ônibus, esses espaços são quase inacessíveis. O Parque da Cidade, que ficará para a promoção de lazer da população após a COP, está a mais de 6 quilômetros de sua casa. É um lugar que ela dificilmente frequentará.

A professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) Danila Cal afirma que essa lógica corresponde a uma hierarquia que dita “quem tem valor e quem não tem” na sociedade. “Por que determinadas obras, a maioria, privilegiam as áreas nobres da cidade? Porque é onde estão as pessoas do lugar mais alto nessa hierarquia social”, aponta. Cal desenvolveu a sua tese de doutorado baseada na abordagem da mídia tradicional sobre o trabalho doméstico no Brasil. Em 2020, publicou o livro *Comunicação, Gênero e Trabalho Doméstico*, com a professora Rosaly Brito, também da UFPA, que reúne um compilado de artigos científicos sobre o tema. Ela declara que as pessoas mais pobres e periféricas são “excluídas ou incluídas” das políticas públicas de forma extremamente precária. “Então, quando se priorizam as áreas centrais, a prioridade é, sobretudo, estética. De deixar a cidade mais bonita, não para mudar as condi-

Leandra Souza/SUMAÚMA



Sol/SUMAÚMA

MORADORES DO SIDERAL SE ENFILEIRAM PARA SUBIR NO ÔNIBUS QUE SAI DO FINAL DA LINHA

ções de vida da população, de quem precisa.”

Desde que foi anunciada como sede da COP30, em dezembro de 2023, Belém virou um enorme canteiro de obras. Com ampliações de canais de esgoto e de avenidas, além da restauração de monumentos históricos, como Mercado de São Brás, Catedral da Sé, Ver-o-Peso, Chapéu do Barata e Conjunto dos Mercedários. Mas o embelezamento da cidade para o grande evento só ficou garantido para os bairros ricos e de classe média.

Falta ‘geladão’

A sucessão de acontecimentos inesperados naquela segunda-feira fez com que Ana perdesse seu dia de trabalho. Sua diária custa 150 reais. Com o dinheiro perdido naquele dia, Ana poderia ter comprado proteínas que garantiriam a alimentação da família por pelo menos oito dias em um mercado próximo a sua casa. Dois quilos de alcatra, por 84 reais, alimentariam a família por quatro dias. Quatro quilos de sobrecoxa de frango, por 18 reais o quilo, serviriam para os outros quatro dias.

Danila Cal considera que o fato de Ana ter passado mal no ônibus porque dispôs de mais uns minutos em casa para se alimentar representa um tipo de conduta vinculada à “cultura da servidão”, na qual empregadores submetem seus empregados a condições de trabalho degradantes, a partir de uma lógica colonialista. “Me parece muito mesquinho esse tipo de atitude e reforço a uma relação de poder e de exploração, [como] por exem-

plo, proibir a alimentação da trabalhadora doméstica ou criar dificuldades de forma que ela não consiga se alimentar. Isso, infelizmente, é muito comum no relato das trabalhadoras.”

Para dificultar ainda mais a rotina de Ana, as linhas de ônibus que atendem ao Sideral são escassas, demoram e constantemente trafegam lotadas. “Quando tá ficando mais tarde, vai diminuindo, parece. Dia de sábado, diminui também, porque não tem aluno, né? Aí tu tem que ir sem pressa, porque se tu ir pra querer chegar no horário que tá acostumada, não adianta, não vai conseguir”, conta a diarista. Em 2025, Belém adotou a tarifa zero para os coletivos nos domingos e feriados. Algo que poderia melhorar a vida de Ana, já que ela trabalha nos feriados e descansa apenas no domingo, mas não é o que acontece. “Inventaram esse negócio do feriado é de graça e domingo é de graça. Eles põem muito pouco [ônibus]. Porque tu passa duas horas e não vem nenhum. Duas horas de tempo”, diz. Segundo ela, nos dias de domingo e feriado, apenas dois ônibus ficam disponíveis.

Em abril de 2025, a Justiça do Pará determinou por meio de uma liminar que a Prefeitura de Belém e a Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade (Segbel) adotassem melhorias urgentes nos ônibus que atendem a população da cidade. A decisão foi motivada após uma ação movida pela promotora de Justiça Mariela Hage, do Ministério Público do Estado do Pará.

Entre as principais solicitações manifestadas pelo



Tudo isso contribuiu para que a gente tivesse um conjunto de narrativas e estudos técnicos que foram apontando para o Brasil e para o mundo que havia impactos diferentes para as mulheres que precisavam ser observados quando a gente estava falando de crise climática

Thaynah Gutierrez
Pesquisadora

Ministério Público na ação, está a realização de maiores vitorias pelos órgãos competentes (em todas as frota), a retirada de veículos irregulares das ruas, a cassação de ordem de serviço para empresas que não estejam investindo em melhorias nos coletivos e a suspensão da circulação de veículos sem condições de tráfego ou com idade superior a dez anos.

Para Ana, a simples introdução de mais veículos na frota de ônibus do seu bairro já resolveria a sua dificuldade de transitar pela cidade. E, segundo a diarista, no Sideral ainda não há a oferta dos ônibus climatizados comprados pela prefeitura e pelo governo do estado entre o final de 2023 e o início de 2024, os chamados Geladões, o que amenizaria o desconforto dos veículos lotados. Pelo menos não para as linhas que ela utiliza com frequência: Sideral-Pátio Belém e Sideral-Presidente Vargas.

A Secretaria Municipal de Segurança, Ordem Pública e Mobilidade foi procurada por SUMAÚMA, por meio de três telefonemas e quatro emails, para esclarecer alguns questionamentos: qual o número de coletivos rodoviários que circulam na cidade, a estimativa de prazo para a distribuição do restante dos ônibus climatizados e quantos serão enviados para o bairro do Sideral.

Em resposta, a secretaria afirmou que sua “responsabilidade é voltada à fiscalização do serviço de transporte público, garantindo que as linhas autorizadas operem regularmente e dentro das normas estabelecidas”. A secretaria ainda declarou que a distribuição de ônibus

climatizados por linha é de competência das próprias empresas operadoras, sob a coordenação do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belém, a Setransbel. Assim como também aponta que é de competência da Setransbel a implementação de prazos e número de geladões previstos para o atendimento de linhas específicas. Mas não informou nada sobre a quantidade de coletivos que circulam em Belém.

A Setransbel foi consultada por SUMAÚMA, mas até a publicação desta reportagem não retornou.

Em tempos de crise, mulheres à frente

Desde 2003, a trabalhadora doméstica passa o dia em pé, com tarefas pesadas do ofício de diarista. Vai dormir às 21, 22 horas. Com uma média de sono de sete horas por noite.

Uma de suas poucas distrações é assistir às novelas das 19 e das 20 horas. O resto é tudo trabalho. Ela mesma brinca que seu nome é “trabalho”. Essa é a vida de Ana. Muito parecida com a de outras tantas trabalhadoras domésticas que ofertam a sua mão de obra, todos os dias, a vários lares brasileiros. Em maio, o Ministério do Trabalho e Emprego divulgou uma análise da evolução do emprego doméstico formal no Brasil, de 2015 a 2024. O estudo aponta que existem 1,3 milhão de pessoas com vínculo formal na categoria. E 89% destes postos são ocupados por mulheres.

Ana é parte de uma classe social de pessoas, em geral mulheres, que na grande maioria é financeiramente pobre, de baixa escolaridade, periférica, mãe solo e negra. Mulheres que desempenham trabalhos formais e informais. Nas ruas, nas feiras e nos lares. E que são as principais impactadas por todos os tipos de injustiças estruturais, inclusive a climática. O Censo 2022 identificou que as mulheres são responsáveis por chefiar 49% dos lares brasileiros.

Ana é a principal provedora da casa. O marido faz alguns trabalhos de limpeza esporádicos com uma roçadeira, então não possui uma renda fixa. O filho mais novo também não consegue arcar com a maioria das despesas, porque, apesar de já trabalhar, ainda está finalizando a faculdade. Assim, a maior parte do dinheiro que ganha é destinada ao pagamento da mensalidade da graduação de educação de física. Apenas o filho mais velho possui uma renda fixa que se soma à da mãe. Por ser uma pessoa com deficiência, recebe o equivalente a um salário mínimo do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Algo que ajuda Ana a manter as despesas permanentes da casa.

As particularidades da vida de Ana refletem a posição vulnerável em que ela está inserida na sociedade brasileira. O Acordo de Paris, que completa dez anos nesta COP de Belém, reconhece que viabilizar melhorias para pessoas com realidade semelhante à de Ana significa adotar estratégias de adaptação ao clima que estejam associadas à justiça social e à justiça climática.

O artigo 7 do documento diz que as nações precisam

reduzir as vulnerabilidades sociais para então contribuir com o desenvolvimento sustentável e assegurar uma resposta de adaptação aos avanços da temperatura do planeta. O episódio em que Ana passou mal no ônibus, por exemplo, já é um reflexo das mudanças no clima, que podem se tornar mais frequentes no cotidiano da população belenense. Como ela relatou: “O tempo tava quente, o ônibus tava cheio”. Tudo por volta das 7 da manhã. Horário em que a temperatura na cidade de Belém já varia em torno de 25, 26 graus Celsius.

A pesquisadora Thaynah Gutierrez lembra que são recentes os debates e estudos nas conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os impactos das mudanças climáticas na vida de pessoas mais vulneráveis. Gutierrez é ex-integrante de um grupo de pesquisadoras do Observatório do Clima (OC) que discute os impactos das mudanças climáticas a partir de uma perspectiva de gênero. “Tudo isso contribuiu para que a gente tivesse um conjunto de narrativas e estudos técnicos que foram apontando para o Brasil e para o mundo que havia impactos diferentes para as mulheres que precisavam ser observados quando a gente estava falando de crise climática”, diz.

Gutierrez destaca que um dos fatores que mais agravam a vulnerabilidade das mulheres é a condição de serem as principais cuidadoras e mantenedoras do ambiente familiar e social. Uma condição que, segundo a pesquisadora, as priva de captar recursos emergenciais para lidar com o momento de crise. “A falta de estabilidade financeira, de capacidade financeira de articular recursos emergenciais, também recai de maneira desigual para as mulheres, porque elas têm menos capacidade de renda própria para conseguir se estabelecer num contexto de desastre e conseguir retomar a sua vida nesse contexto”, afirma. Ana, por exemplo, tem a sua profissão regularizada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), mas por iniciativa própria. Dos 22 anos que trabalha como diarista, durante apenas 12 tem contribuído com a Previdência Social.

Um futuro ainda mais quente

O Sideral, bairro onde Ana mora, nasceu a partir da criação da Rodovia Augusto Montenegro, em meados da década de 1970. A via permitiu que vários conjuntos habitacionais fossem criados no entorno, com a intenção de incentivar a ocupação da região. Com o passar dos anos, o bairro se expandiu para além do Conjunto Jardim Sideral. Hoje, o Sideral conta com áreas que margeiam o Igarapé Ariri, como a rua da casa de Ana, a Passagem União.

Um estudo de pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), publicado em 2022, revela que o crescimento urbano da região metropolitana de Belém impactou o clima local. A pesquisa mostra que a expansão urbana de grande parte das metrópoles brasileiras se deu a partir de um processo de “periferização improvi-

sada das cidades”. Algo que surgiu a partir da ocupação, de maneira formal ou informal, de antigas terras rurais que estavam concentradas próximas à capital, ou ainda por meio da implantação de conjuntos habitacionais. Como foi o caso do bairro Sideral.

Segundo a pesquisa, os efeitos das mudanças climáticas locais ainda são pouco explorados pela ciência e causados pelo processo de expansão urbana das cidades, principalmente em metrópoles amazônicas. A implementação de estratégias governamentais para minimizar os avanços da emergência climática também caminha a passos lentos. Em abril deste ano, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou dados do Censo 2022 que correspondem ao percentual de cidades mais arborizadas do Brasil. Na dita “cidade das Mangueiras”, como Belém é chamada, apenas 40,8% dos habitantes residem em vias com uma ou mais árvores, apesar de a cidade estar em plena Amazônia. A Passagem União, por exemplo, não possui uma árvore sequer nas áreas de calçamento, que, por sinal, não são acessíveis a pessoas com deficiência, como o filho de Ana.

No estudo desenvolvido por pesquisadores da UFPA, que analisou os anos de 1985 a 2020, é possível entender que as mudanças no uso da terra ao longo desse tempo afetaram o aumento de períodos de estiagem e/ou chuvas intensas. Também alteraram a temperatura. A capital registrou um aumento de 1 grau Celsius na temperatura máxima durante a análise: de 32, agora ela está chegando aos 33 graus. Uma diferença que parece pouca, mas com o avanço do desmatamento e o aumento dos períodos de estiagem essa margem de acréscimo da temperatura pode se ampliar. Em 2023, a ONG CarbonPlan e o jornal *The Washington Post* divulgaram um levantamento de dados sobre o avanço das temperaturas em Belém. A análise das duas instituições mostra que a cidade pode se tornar a segunda com a maior quantidade de dias quentes no mundo até 2050, podendo atingir uma média de 222 dias de calor intenso com temperaturas máximas de 32 graus Celsius ou mais.

Por isso, os resultados do estudo de pesquisadores da UFPA mostram que controlar a expansão urbana auxiliaria a frear os impactos das mudanças climáticas de cada município da região metropolitana, a partir de estratégias sociais e políticas de adaptação ao clima. Mas em setembro deste ano o MapBiomas mostrou, através de análise de imagens via satélite, que a Amazônia perdeu mais de 50 milhões de hectares em áreas desmatadas nos últimos 40 anos apenas no território brasileiro. Em Belém, o desmatamento está presente na construção de duas rodovias: a Rua da Marinha e a Avenida Liberdade. Prometidas como uma melhoria no tráfego da cidade, estão devastando a fauna e a flora local. Essas obras afetam comunidades tradicionais e seus territórios, destroem a vegetação e desabrigam espécies animais únicas em suas áreas.

Esse cenário gera consequências diretas às popula-



O IGARAPÉ DO ARIRI PASSA NO FUNDO DA RUA ONDE ANA MORA

ções amazônicas mais vulneráveis. Uma recente pesquisa publicada pela revista científica *Nature Climate Change* revela que o desmatamento das florestas tropicais, que se intensificou nos últimos anos, pode estar associado a aproximadamente 28 mil mortes relacionadas ao calor anualmente.

Grande parte das entrevistas com Ana para esta reportagem foi produzida dentro do ônibus Sideral-Presidente Vargas. Sexta-feira é um dos dias em que ela se desloca para o centro da cidade. E é um dos dias mais cansativos. A linha de ônibus que Ana pega corta o bairro Sideral para sair na Rodovia Augusto Montenegro. Depois emenda na Avenida Centenário, para desviar à Rodovia Desembargador Paulo Frota e então acessar a Avenida Júlio César. Um percurso com muita intensidade de carros durante a COP, o que prejudicou a quantidade de ônibus.

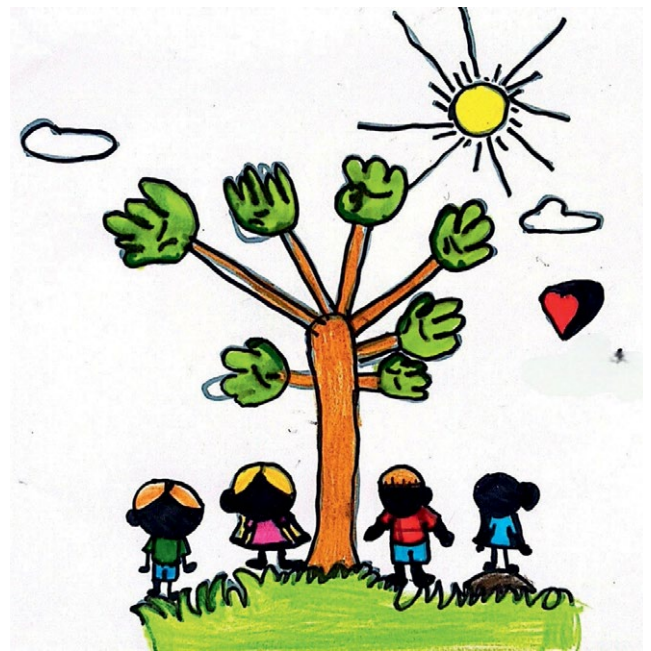
Apesar de há dois anos estar sentindo no seu cotidiano os impactos da chegada do megaevento do clima na cidade, Ana apenas foi informada sobre ele pela televisão. Não houve um grande esforço do poder público em comunicar a importância dos debates que acontecerão em novembro. “Eu escutei hoje isso na televisão, né, que vão tentar daqui a 2033 melhorar em relação à água. Isso também vai ser discutido agora pela COP. Porque, querendo ou não, impacta o planeta a água estando limpa.

Tem outros termos de saúde pro povo, essas coisas... Eu acredito que [a COP] é pra melhora, né?”

Ana, porém, admitiu a partir de uma percepção pessoal o que ela entende que a cidade ainda precisa adequar para sediar o evento. E citou uma medida básica, mas que há anos os vários mandatos da Prefeitura de Belém se desdobram para resolver, sem sucesso: a coleta de lixo. “Sabe o que eu penso? Se já a população, o povo daqui de Belém, o lixeiro não [dá conta]... Imagina com todo esse pessoal aqui consumindo o que vai ter de lixo também? É meio complicado. Pode embelezar toda a Belém, né? Que todo lugar a gente vê que tem uma obra. Mas aí se não organizar no lixo...”

Apesar de entender muito pouco sobre os temas do Acordo de Paris, Ana sabe do que precisa para o seu bem-estar e o da cidade em que vive. Porém, quando megaeventos ou obras públicas são implementados no Brasil, não há uma preocupação das autoridades em escutar a sociedade. No vídeo de anúncio da COP, o governador Helder Barbalho afirmou: “O estado do Pará, Belém, estarão ávidos a receber a todos. Mostraremos que a Amazônia está preparada para receber o planeta”. No entanto, Belém perdeu a chance de se preparar para seus próprios moradores. Após a COP, Ana seguirá no mesmo ônibus quente, observando uma cidade que ficou mais bonita apenas para o mundo ver. ■

O encontro dos chefes do mundo: por que a gente se importa com a COP30?



Recado direto e urgente para quem liga para o futuro! O que é essa tal de COP?

Lavynnia Firmino Lima da Silva, Arthur Ribeiro de Sousa e Juan Carlos Sena Martins

Rio Maracanã, Rio de Janeiro, Mata Atlântica

Belém recebe pessoas de muitos países para conversar sobre como cuidar da Terra, e a Amazônia é o coração dessa conversa. A cidade está cheia de vozes e bandeiras. Gente de todos os cantos do mundo caminha pelas ruas de Belém, olhando o céu pesado de nuvens e o verde que parece não acabar. É aqui, no meio da Amazônia, que está acontecendo a COP30, o grande encontro sobre o clima do planeta. E, desta vez, o mundo veio conversar dentro da nossa casa.

A COP é a reunião mais importante do mundo sobre o nosso futuro. É tipo uma reunião geral da nossa comunidade, só que com os presidentes e chefões de quase todos os países.

Cada COP é uma nova tentativa de encontrar caminhos para reduzir a poluição, preservar as florestas e garantir que todas as pessoas tenham um futuro possível. É como se fosse uma grande roda de conversa, só que com quase 200 países sentados na roda. Mas, no fim, todo mundo precisa concordar.

Eles se juntam para falar sobre o nosso planeta, que está ficando muito doente (aquecimento global). Eles prometem parar de sujar, cortar fumaça e cuidar da Natureza. Essa promessa existe desde que a gente nem era nascido, lá em 1992!

O PONTO DA GALERA Se eles prometeram faz tanto tempo, por que o planeta só piora? Eles estão nos enrolando! A gente tem que ficar de olho nesses chefões para ver se eles vão agir de verdade!

O que está acontecendo em Belém?

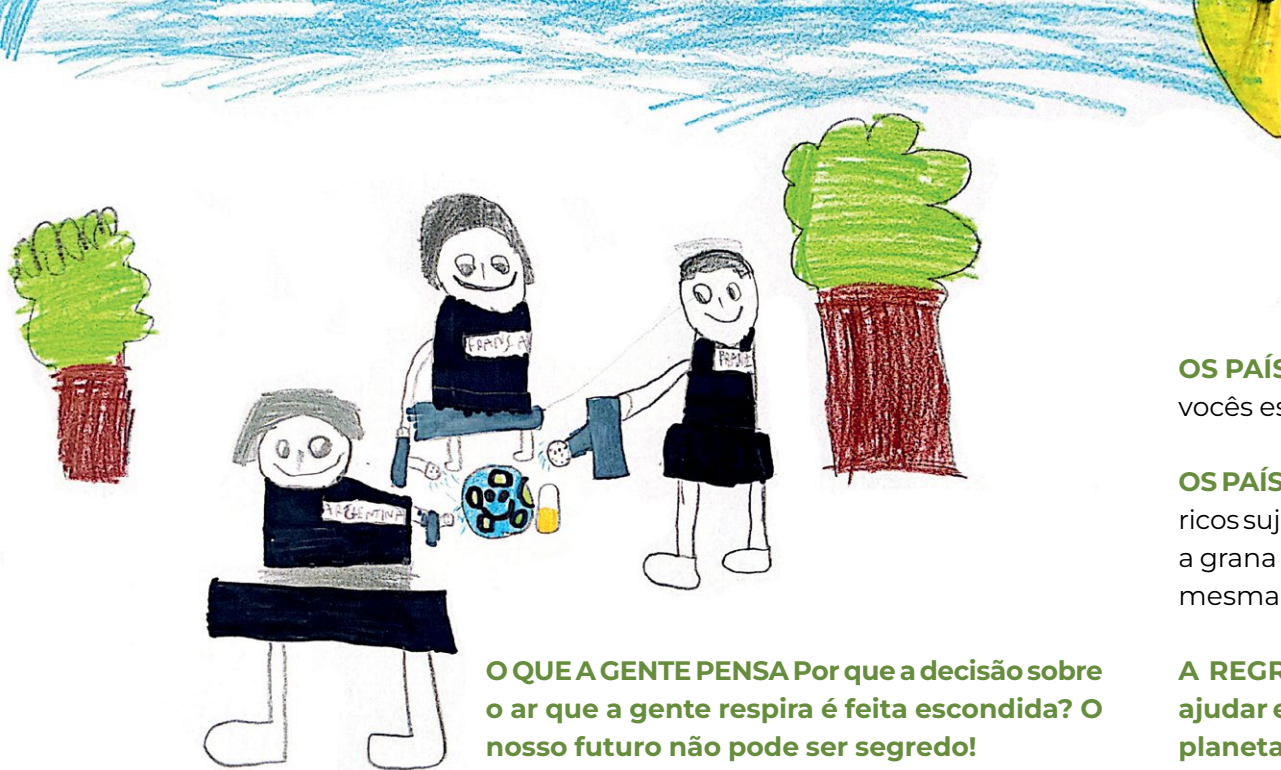
Durante duas semanas, cientistas, líderes, artistas, jovens e povos da Floresta se reúnem para pensar juntos em como diminuir a poluição, proteger as florestas e garantir um futuro bom para todas as pessoas.



Como funciona essa reunião dos chefões?

A reunião dura duas semanas e tem dois portões:

Zona Azul (a sala de reunião secreta): só entra quem tem crachá chique da ONU (os diplomatas, ministros). É aqui que eles batem boca e fazem os acordos, sem a gente ver.



O QUE A GENTE PENSA Por que a decisão sobre o ar que a gente respira é feita escondida? O nosso futuro não pode ser segredo!

2 Zona Verde (o pátio aberto): aqui, todo mundo pode entrar: cientistas, ativistas e a nossa galera. É o lugar de dar ideia e protestar alto para os chefões da Zona Azul nos ouvirem.

Belém virou uma mistura de sotaques e esperanças. Mas, acima de tudo, é um lembrete de que o planeta precisa de cuidado e união.

Por que a Amazônia é tão importante?

A Amazônia é o coração verde do planeta. Ela ajuda a formar as chuvas, a refrescar o ar e a guardar milhares de plantas e animais. Aqui vivem pessoas que cuidam da Floresta há muito tempo, povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas e tantas outras comunidades.

Ter a COP30 aqui é uma forma de dizer ao mundo: A Floresta não é só nossa, ela é de todos, mas nós somos parte dela.

Eles estão arrumando a bagunça ou só fingindo?

A real é que a sujeira aumentou.

A PIOR PARTE O planeta está mais quente e a gente poluiu mais nos últimos dez anos do que nunca! Isso prova que eles conversaram, mas não fizeram o que prometeram.

A PARTE QUE ANIMA Pelo menos, depois dessas reuniões, eles começaram a ter umas ideias boas: carro que não faz fumaça (elétrico), energia que vem do sol e do vento, e, principalmente, a promessa de parar de derrubar a Floresta.

NOSSA IDEIA Os países ricos, que têm mais grana, deviam ser obrigados a fazer tudo isso primeiro. Eles sujaram mais, eles pagam a conta. Ponto-final.

Por que eles não assinam logo o acordo e acabam com isso?

Parece a briga de quem sujou mais e quem tem que arrumar.

OS PAÍSES RICOS FALAM: “A gente poluiu antes, mas vocês estão poluindo muito agora!”.

OS PAÍSES MAIS POBRES RESPONDEM: “Vocês ficaram ricos sujando tudo! Agora, paguem a nossa dívida, deem a grana e a tecnologia para a gente crescer sem fazer a mesma sujeira que vocês fizeram!”.

A REGRA DEVERIA SER Se um país rico prometeu ajudar e não ajuda, ele está vacilando com o resto do planeta. Ele tem que ser responsável e solidário.

Para que continuar com essa reunião?

A gente precisa da COP porque ela é o único lugar que junta todos eles.

Se o nosso vizinho (um país) decide ligar o som alto (poluir) a noite toda, isso atrapalha o sono de todo mundo (o clima). A COP é para dizer: “Ei, seu vizinho! A gente tá de olho! Baixa esse som!”.

O FUTURO TAMBÉM É NOSSO Nós, crianças, não podemos votar, mas podemos fazer barulho! A gente tem que saber o que eles estão decidindo na COP30, porque o que eles fizerem lá dentro, a gente vai sentir aqui fora.

O que o Brasil mostra ao mundo?

O Brasil tem muito a mostrar e muito a provar. É aqui que fica a maior floresta tropical do planeta, e o mundo inteiro quer ver se o país vai realmente acabar com o desmatamento, proteger os rios e valorizar quem vive na Floresta. Belém se transformou em símbolo de esperança: um lembrete de que é possível crescer e cuidar ao mesmo tempo. ■

Elisiane Vieira



Lavynnia, Arthur e Juan são os autores desta primeira matéria do movimento CriOnças, um espaço no qual desejamos trazer o conteúdo que produzimos de forma facilitada por crianças, para crianças. **Concepção e edição** Ilana Katz (psicanalista e coordenadora de cuidado do Micélio-SUMAÚMA). **Realização** Elisiane Vieira (professora da Fundação Gol de Letra).



CONVERSA (A)FIADA :: GILBERTO GIL



GILBERTO GIL REFLETE
SOBRE O TEMPO NUMA
CONVERSA EM ESPIRAL

“

Temos que superar o binário. É preciso ter ternarismos e quaternarismos

Em entrevista exclusiva a SUMAÚMA durante a COP30, o artista que costurou tanto do melhor dos Brasis reflete sobre humanos, tempo, aceleração e colapso

Eliane Brum

Rio Guamá, Belém, Amazônia

Gilberto Gil chama esta entrevista de “conversa fiada”. Concordamos que essas são as melhores. Aos 83 anos, o artista que está além das apresentações – e por isso não será aqui apresentado – é, como a Floresta, um criador de atmosfera. É muito claro para todos que o escutam que ele está numa dimensão diversa. Materialmente respiramos no mesmo mundo, quem nos enxerga sentados frente a frente tem certeza. Mas Gil habita outro diferente, e eu só estou de visita.

A fala é a conexão. Como também a música. Conexão que só é possível deixando a atmosfera gestada por ele nos engolfar como rio. Aqui, é preciso mergulhar torcendo para se afogar. Em sua turnê *Tempo Rei*, por mais de duas horas a cada show, Gil foi capaz de engolfar um estádio inteiro. E de lá saíamos trôpegos, sem saber bem o que tinha acontecido, mas com a certeza de que aconteceu.

E aqui está ele, presente na primeira COP na Amazônia. Como presente esteve nos momentos mais desafiadores dos Brasis. Quem espera uma entrevista “objetiva”, é melhor que pare por aqui. Esta é espiralada, vai fluindo em *òkòtó*. Cada curva, como ele diz, “se curva à nova curva”. E a dele com frequência se enlaça com um “etc.”, *etcentrando* que há sempre mais. A dizer, a pensar, a imaginar, a surpreender, a apreender, a aprender. Também se costura nos “enfim” e nas reticências... E nas gargalhadas. Gil ri sem economizar a alegria que é o *enfim-dável* espanto sobre tantos enigmas.

Curvando-se a mais uma volta sem retorno, não vale a pena alongar uma introdução que vai sobrando, escorrendo para fora da tela. Vamos escutar essa conversa fiada em outro tempo – *a-fiada*.



ELIANE BRUM Como tu tá?

GILBERTO GIL Normal.

Normal é bom?

Cada etapa da vida vai estabelecendo sua normalidade ou sua anormalidade, as duas coisas vão dialogando e você vai atravessando. Porque eu estou com 83 anos, 83 já é uma idade, já tem um peso.



A FALA VEM COM O CORPO INTEIRO, ALONGADA EM GESTOS

Eu queria te perguntar sobre isso. Tu tem uma trajetória, tem um pedaço da história do Brasil no teu corpo. Quando tu olha pra trás, o que tu vê?

Não é todo mundo que se preocupa com isso, embora muita gente seja obrigada um pouco a se importar com o que é o Brasil, como é o Brasil, como está o Brasil, como eu estou no Brasil, o que é o Brasil pra mim, o que sou eu para o Brasil. Embora isso seja uma questão para muita gente, não é para todo mundo. Muita gente vive no afã do dia a dia, na luta pela sobrevivência. Outros vivem na busca permanente, mais permanente possível, do apaziguamento, do consolo, do sossego, e não se importam muito com outras questões.

Enfim, você está falando com uma pessoa e está entrevistando uma pessoa e está fazendo essa pergunta na suposição de que pra mim essa questão importa. É uma suposição correta. Me importo com o Brasil e tudo o mais.

Embora, fazendo parte desse outro grupo ao qual me referi, eu também sou cada vez mais distanciado

dessas questões ligadas ao que está fora de mim. Porque o tempo, a passagem do tempo etc., me obriga um pouco a pensar em mim mesmo, ou pensar para além de mim, o que é mais além ainda do Brasil.

Como é que é esse além de ti?

É o além, é o além de mim, é o depois. É a compulsoriedade da extinção, a morte, pra dizer uma palavra clara sobre o assunto.

É o depois de tudo isso aqui. Quer dizer, considerar o fato de que há 84 anos eu não era. E daqui a 84 anos eu não serei.

E isso aqui é um gap. Isso aqui é uma passagem. E que, ainda que possa ser visto por muitos como a questão principal da sua vida, precisa ser relativizado. Porque tem um após a vida que pode ser um certo viver ainda, ou não ser mais viver nada. Enfim, eu faço parte daqueles que incluem isso na consideração geral. Sobretudo sobre o Brasil, sobre nações, sobre povos, sobre coletividade

etc. Essa coisa de que, no plano do indivíduo, tudo virá... Todos serão impulsionados para um depois.

Mas, voltando à questão de que eu sou, como você colocou, uma pessoa interessada na reflexão sobre o Brasil, eu acho que está pior e está melhor. Acho que já foi muito melhor em vários sentidos, mas também já foi muito pior.

Porque não só o Brasil, mas o mundo conturbou-se muito nos últimos tempos. Muitas coisas que já considerávamos como assentadas, definidas, como os Estados-nação, dos quais o Brasil é um deles etc. Essas coisas entraram em rotas de deturpação, de diluição, de decomposição. E o Brasil também.

Tem uma coisa dos tempos atuais que é muito danosa para a permanência dessa visão histórica que nos trouxe até aqui de uma forma mais benigna. A gente vê muito flerte com a malignidade no mundo de hoje. Talvez porque o planeta encheu muito de gente, quase 8 bilhões de pessoas no mundo. E o contato dessas pessoas ficou mais direto, mais imediato. Há mais choque, há mais fricção entre pessoas, porque são muitas. Talvez isso tenha contribuído muito para essa piora do planeta e do Brasil, por consequência.

Mas, ao mesmo tempo, eu acho que é bonito pensar que vivemos numa terra, num lugar, num conjunto de gentes que é próprio, que tem sua propriedade, que tem seu modo característico e cujo modo e cujas características, o modo dessas características, podem ser bons para o planeta ainda, podem ser bons para o conserto dos povos, das nações. O Brasil tem coisas a ensinar aos outros povos, como conviver entre si.

É o caso, por exemplo, que estamos reunidos aqui, acolhendo uma discussão mundial sobre isso. Muita gente acha no mundo que uma COP como esta no Brasil pode ser diferenciadora, porque o Brasil é diferente.

A gente está falando em morte, né, Gil, e na Floresta a morte está dentro da vida, fica sempre uma devoração, uma interdependência, mas também um contágio, né?

É. Eu comecei falando das pessoas para quem essa questão da institucionalidade do país não interessa muito, porque elas vivem ali o dia a dia delas. Os povos da Floresta, se você considerar a tradição de vida deles, tem sido sempre assim para eles, não é? Contato permanente ali com a Natureza, fazendo parte, pertencendo, junto com as árvores, com os bichos, com as terras, com os céus, com as chuvas, enfim, com a Natureza no sentido amplo.

E é isso. Os povos da Floresta são tradicionalmente assim. É bonito ver como eles, quando têm que se importar com alguma coisa, se importam com a luta para permanecer como são, como têm sido.

Não é para mudar...

Não é para mudar. Já para alguém como eu, é para

mudar. Porque eu não sou povo da Floresta. Eu sou das selvas de pedra. Vivi nelas. Basicamente, as selvas de concreto, as selvas de asfalto, as selvas de torres elétricas, não é? Eu sou uma pessoa dessa outra selva, para quem a mudança é imperativa. Então, é complexo para alguém como eu se colocar como um indivíduo no meio de tudo isso.

Porque eu também tenho que defender minha individualidade, como pertencente a essa outra espécie humana, não é? Que é semelhante às espécies dos povos originários, mas é diferente, já. É outra... Somos mutantes há muito tempo. Viemos trabalhando essa mutação.

Já fomos até peixes.

É.

Gil, a gente tá falando da morte. Mas tem uma diferença agora, que é a possibilidade real da extinção.

É uma das questões que pertencem mais intensamente a essa espécie à qual eu pertencço. Que é essa espécie mutante, contemporaneamente mutante, vivendo nessa selva de pedra. Porque nós tendemos a ser cada vez mais preocupados com a contenção mais do que os povos da Floresta, os povos que têm lutado pela permanência das coisas como elas são. Enfim... A gente está hoje em dia mais preocupado em ser um pouco mais como os povos da Floresta. [Mas] temos medo também da mutação. Somos mutantes, mas percebemos cada vez mais as ameaças que essa aceleração da aceleração, essa vertigem permanente em busca da mudança nos [traz]. A agonia que isso nos traz. Quer dizer... Esse pânico que vivemos hoje, esse temor da extinção, uma coisa que nos ameaça. Então, todo esse campo que trabalha com conhecimento, com novos conhecimentos, com novas formas de informação, com novas formas de ciência etc., cada vez está mais preocupado com a questão da contenção. Como é que nós contemos esse impulso tanático, esse impulso de thanatos, esse impulso da morte no sentido do planeta.

Porque a gente se conforma com a morte individual, mas a gente não se conforma com a morte do planeta, com a extinção. Porque a morte individual faz parte da promessa do porvir, da promessa do que vem depois de mim, do que vem depois de nós. Nós acreditamos, lutamos pela sucessão, pela possibilidade de suceder. E bem suceder é uma das coisas que a gente deseja para o planeta.

Então, você vê como é complexo, não é? Somos ao mesmo tempo apartados dessa forma tradicional de conceber o mundo [a dos povos originários], mas ao mesmo tempo cada vez temos mais necessidade de compreender essas formas tradicionais.

Esse zelo, esse apego quase que silencioso em relação a viver as promessas do planeta, a viver as promessas da história, o que a história fez por nós até aqui e como nós conservamos o conservacionismo. Essa ideia de nos

preservar, nos preservarmos para nos conservarmos. Então, seria muita complexidade para alguém, para gente como nós, especialmente nós que viemos da cidade.

Você, por exemplo, saiu da cidade em um determinado momento para se juntar...

Eu estou me reflorestando... Mas você falou essa coisa que a gente é mutante, mas parece que as pessoas não estão querendo mutar, elas parecem estar paralisadas.

É isso que eu estava dizendo. Tem uma busca repentina pela contenção. Nós estamos precisando nos conter e [também] conter esse afã que o planeta adotou de transformar o tempo todo, transformar, mudar e acelerar a transformação cada vez mais. A mutação, uma palavra que eu usei para significar tudo isso.

Há hoje uma preocupação que não existia até aqui. Nesse mundo ocidental, moderno etc. Industrial, tecnológico, enfim, de repente a gente está querendo prestar atenção em tecnologias mais pretéritas, mais antigas, que garantiram a vida até agora, porque a gente sente a vida ameaçada.

Eu fico pensando nessa coisa do tempo... Acho que uma das coisas que é mais diferente nessas duas espécies humanas, como tu diz, que foram por caminhos diferentes, é a vivência do tempo. A gente pegou esse tempo linear, e os povos indígenas têm um tempo espiralado, assim (fazendo o gesto de espiral). Como é que tu lida com o tempo, Gil? Eu lembro do Antonio Cândido, quando ele dizia que tempo não é dinheiro, tempo é o tecido das nossas vidas. E a gente está cada vez mais acelerado, né? Mesmo aqui na COP, vai pra um evento, vai pra outro evento....

E acelerado nessa esteira do capitalismo, da materialidade utilitária e etc., do dinheiro. Os meninos são criados nas classes médias altas, nas elites, para reproduzir esse modelo, não é? De voragem, de engolir tudo, transformar tudo em ouro. Transformar tudo em moeda de troca. Em capital. E agora estamos nos dando conta.

Nós, que somos um desses filhos, fomos criados por essas classes médias altas e essas elites, somos um pouco filhos desses filhos que agora começam a tomar consciência de que precisamos um pouco voltar a essa espiralidade, não é? A esse tempo mais fluídico, mais informado por ele mesmo, pela sua própria dimensionalidade, sem se dobrar muito aos números, sem se dobrar muito ao cálculo, sem a eficácia do calcular etc.

Enfim, é tudo tão complexo, não é? Eu pertencço a esse mundo que aposta na vertigem, no vertiginoso, mas, ao mesmo tempo, já sou também desses que estão começando a dar atenção ao tempo taoísta, ao tempo escorrido das coisas que escorrem naturalmente, sem que a gente estimule demais o modo de andar, o modo de continuar, sem apostar tanto na velocidade. Sou um pouco de um, um pouco de outro.

Entremundos, entretempos...

E, Gil, se tu pudesse definir um resultado desta COP, dessa disputa por esta COP, o que tu gostaria que saísse desse encontro?

O que eu gostaria que saísse era essa capacidade de refletir nesse nível de complexidade. Capacidade de compreender as coisas que têm várias pontas, que têm várias hastes, vários encaminhamentos de movimento e antimovimento etc.

Se você percebe o linguajar geral da COP, o modo de vocalizar médio das pessoas que estão participando dela, você sente um pouco essa preocupação. Gente preocupada com trabalhar o mais rápido possível para diminuir a rapidez. Trabalhar rápido contra o rápido.

Como faz isso?

Esse é o mistério. Esse é o desafio. Como é que você concilia o movimento com o antimovimento ao mesmo tempo. Ser novo, novíssimo, moderno, mutante e ser velho, antigo, originário.

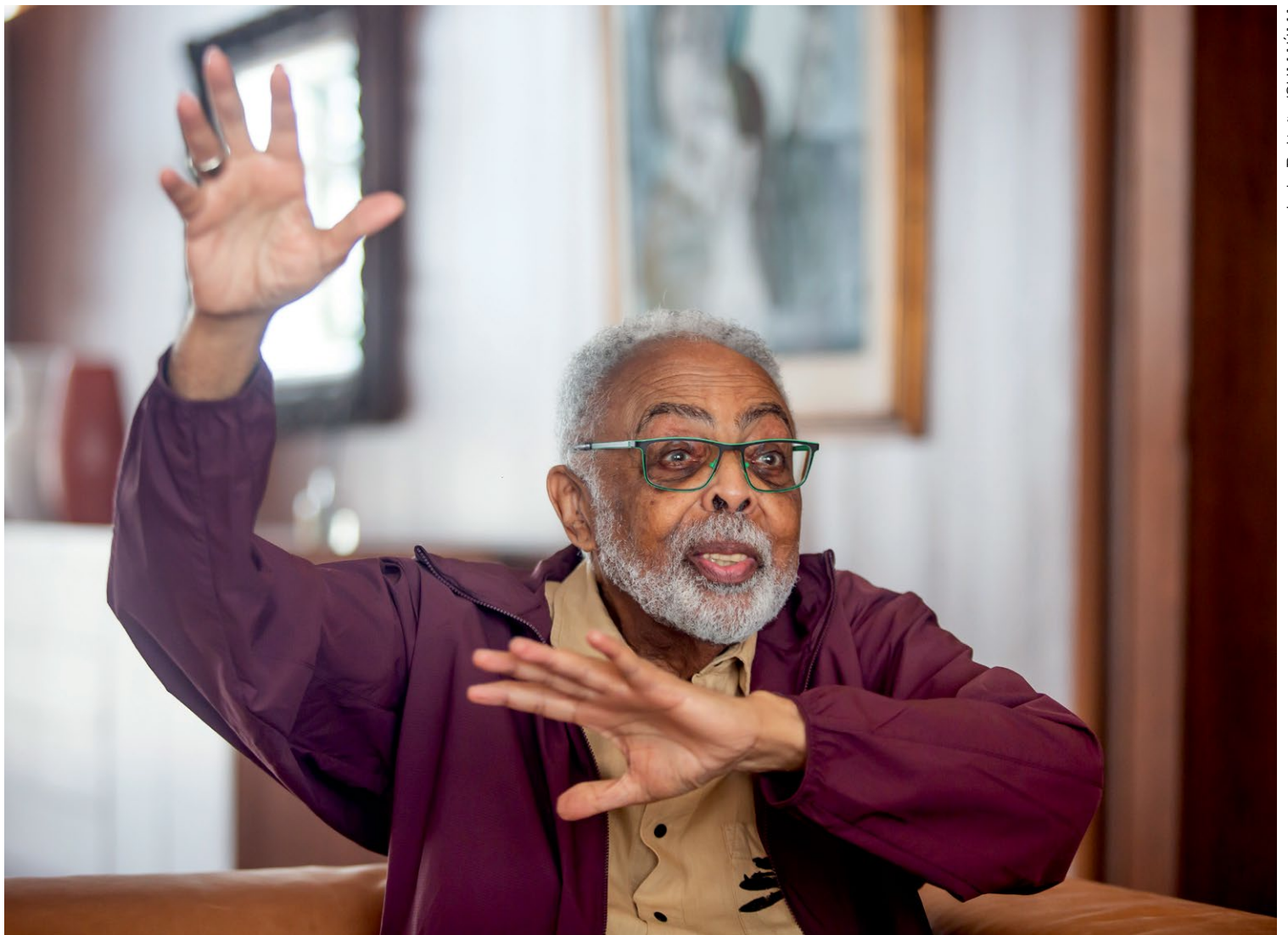
Como é que você concilia isso? Acho que a COP do Brasil, por causa do quando, do momento em que ela está sendo feita, do momento em que ela surge no mundo, ela engloba essas preocupações todas mais do que as anteriores. Por isso, porque a gente chegou a situações muito limítrofes. Se você faz a imagem do abismo, chegamos mais perto dele.

Cada dia mais.

Cada dia mais. Então esta COP, ela manifesta mais que as anteriores essa urgência contra a urgência. Essa velocidade contra o veloz. Esse silêncio contra o barulho.

A gente sempre fala de colonialismo, de racismo, de patriarcado, de especismo, de tudo o que está imbricado nesse momento de colapso a que a gente está chegando. Eu fui entendendo pela Floresta que o binarismo tem um papel muito grande nisso. A gente vem do mundo cartesiano, que ou é isso ou é aquilo. E na Floresta tudo é isso e aquilo. Ao mesmo tempo. Como é que tu vê esse binarismo?

Ele é ameaçador. Ele nos obrigou a um confinamento, isso que a linguagem vulgar chama hoje de polarização. Tudo tem que estar polarizado, tudo tem que ser medido pelo medir forças entre uma coisa de um lado e outra coisa do outro. E a gente sabe que não pode. É preciso ter os ternarismos, os quaternarismos. Temos que superar o binário. Temos que ir além dessa coisa do número que a matemática nos oferece. É preciso ter capacidade de percorrer os números todos, no sentido de esgotar o mais possível o conflito entre eles. O conflito entre o fato de que o 2 é mais que o 1, que o 3 é mais que o 2. Esses conflitos da quantidade. Esses conflitos do quantitativo. Você percebe que eu não sou binário... E eu acho que o mundo está percebendo que não deve



ser, que não pode ser, não pode continuar binário.

Há ainda que considerar o meio como uma possibilidade dos extremos, igual possibilidade dos extremos. O que está no meio de tudo é a possibilidade de um extremo ou de outro. E, portanto, não adianta muito querermos nos inclinar cada vez mais para um dos extremos. Temos que caminhar solidários com essa ideia que você colocou da espiralidade. Não é um ponto da curva porque não há essa curva única, permanente. Ela se curva à nova curva. Ela se curva ao fato de ser curva e, portanto, vai indo adiante. Ela sai dessa binaridade. É complexo. Mas é como meu coração sente. E eu fico contente de ver que cada vez mais gente sente como eu. Não é uma defesa do meu particularismo, não, é o contrário. É um gosto, um prazer pelo múltiplo. Número não é um, nem dois, nem três. É o múltiplo de todos os números. Eu sou assim. Eu cresci assim. Eu nasci assim. Eu cresci assim.... Sou Gabriela... (canta)

Gil, tu acha que esse momento que a gente está vivendo também é um momento de crise da imaginação?

Da imaginação, não. Ao contrário. Eu acho que a gente está pagando um tributo justo à necessidade de imaginar. Imaginação no sentido amplo, lato da palavra. Imaginar no sentido de considerar bem-vinda a ideia da multiplicidade das imagens, no sentido de que é preciso acreditar naquilo que a gente imagina. Eu acho que a

gente está se voltando cada vez mais para esse modo, se é que a gente pode chamar isso de um novo modelo. A gente está se voltando um pouco mais para esse modelo do plural, amplo, sinfônico. Para além da compartimentação melódica ou harmônica ou rítmica, sinfônica nesse sentido. Tudo em fluxo, tudo em fluência permanente.

Eu não sei pensar fora disso. E nesse sentido é que eu acho que a imaginação precisa se libertar. Ela não pode ficar nas mãos do empreendedorismo. Ela não pode ser submetida aos empreendedores, ao gosto dos empreendedores. Ao contrário, os empreendedores têm que se deixar levar pela imaginação e acreditar na capacidade de empreender em si mesmo da própria imaginação.

O que deu nisso? Deu em coisas importantes como a ciência, que é fundamentada nessa coisa de não sabermos. É o constante não saber que desemboca no saber mais. Ignoramos, que é algo interessante. Então, eu acho que a imaginação está viva.

Muito obrigada, Gil.

Obrigado a você.

Que delícia de conversa!

Conversa fiada, né?

São as melhores.

É isso. Não tem pagamento. ■



A voz dos oceanos: a vida de vítimas da emergência climática no Pacífico Sul

Uma pescadora das Filipinas vítima de um supertufão, um ministro de Tuvalu, um país sendo engolido pelo mar, e uma liderança das Ilhas Fiji desalojada pela água contam suas histórias a SUMAÚMA

Rafael Moro Martins

Rio Guamá, Belém, Amazônia

“Meu nome é Trixy. Sou uma pescadora da Ilha de Bata-san, nas Filipinas, tenho dois filhos e sou uma sobrevivente de um supertufão.” É assim que Trixy Sumabal, de 34 anos, se apresenta quando lhe pergunto seu nome e o que faz. Trixy é uma vítima da emergência climática, que quase a matou, destruiu muito do que conseguiu construir e ameaça o seu modo tradicional de vida no sul do Oceano Pacífico. É por isso que ela está em Belém.

Batasan, na província de Bohol, sempre conviveu com tufões. Mas supertufões são uma indesejada novidade, consequência do aquecimento do planeta – causado, principalmente, pela queima de derivados de petróleo como gasolina, diesel, gás e carvão. Um deles, o Rai (que os filipinos conhecem como Odette), atingiu a ilha nos últimos dias de 2021 com ventos que chegaram a 280 quilômetros por hora.

“Foi assustador, terrível, pavoroso, todas as emoções negativas possíveis”, ela diz, quando lhe peço para contar o que viveu. Trixy vivia com os avós, os pais, o marido e as crianças à beira-mar. Estavam em casa quando a tempestade começou, por volta das 6 da tarde de 16 de dezembro. O vento causou ondas imensas, que rapidamente começaram a inundar a casa.

“Percebemos que ficaríamos presos ali dentro. Era preciso sair”, relembra. Trixy abriu a porta, e em segundos a água lhe chegou à cintura. “Meu pai gritou para que déssemos as mãos – se sobrevivêssemos, seria juntos, se morrêssemos, também.” Não havia como an-

dar: eles então nadaram, no escuro, apenas com uma lanterna a iluminar o caminho, até conseguir chegar a uma casa mais alta que a deles. As pernas da mãe de Trixy sangravam – “Não temos ideia do que a feriu”.

Quando o Odette foi embora, nada restava da casa da família. Até o barco que usavam para pescar havia sido tragado pelo supertufão. “Só sobraram as roupas que vestíamos”, conta Trixy. Ainda assim, tiveram sorte por ter sobrevivido. A tempestade, de categoria 5, a mais devastadora possível, segundo a Administração Nacional de Atmosfera e Oceanos do governo dos Estados Unidos, matou 111 pessoas apenas na província de Bohol e causou estragos avaliados em cerca de 1 bilhão de dólares – o que tornou o Odette o segundo supertufão que mais causou danos na história filipina. Não foi só: deixou a ilha coberta de lixo plástico, que foi arrastado pelas ondas.

Trixy e a família jamais se recuperaram plenamente do supertufão. O barco que perderam tinha motor; hoje, pescam com um bote a remos. A casa foi reconstruída graças a um empréstimo que ainda pagam – toda a ajuda recebida do governo filipino foi 2 quilos de arroz, alguns alimentos enlatados e, um ano e meio depois, uma indenização de 10 mil pesos, a moeda local, o equivalente a 170 dólares pelo câmbio atual, ou pouco mais de 900 reais.

“Nós, pescadores, trabalhamos tanto, saímos para pescar mesmo com muito calor ou com mau tempo,



A ILHA BATASAN, NA PROVÍNCIA DE BOHOL, ESTÁ AFUNDANDO. ELA É AFETADA PELA ELEVAÇÃO DO NÍVEL DO MAR



Rafael Moro Martins/SUMAÚMA

A PESCADORA TRIXY SUMABAL, DE 34 ANOS, É VÍTIMA DA EMERGÊNCIA CLIMÁTICA E LEVA SEU RELATO PARA A COP30

porque queremos construir algo, e de repente tudo se perde”, desabafa, emocionada. “Não são bens materiais o que perdemos. É o nosso direito de viver em paz nas ilhas, a dignidade que tínhamos. Os pobres estão ficando ainda mais pobres por causa dos supertufões. Não temos escolha a não ser tentar sobreviver, a sobreviver sem dignidade. Nós, filipinos, estamos lutando para sobreviver à crise climática”, Trixy diz.

Em Belém, onde participa da COP30 a convite da organização socioambiental Greenpeace, ela convive com a angústia de não saber se a família está a salvo de novos supertufões que seguem a atingir Batasan. “Antes de eu vir, houve dois em uma semana. Passamos três dias num centro de evacuação. Quando cheguei a São Paulo, meu marido contou que tinham precisado voltar ao abrigo”, conta Trixy.

“Estou do outro lado do mundo, com 11 horas de diferença no fuso horário, acordo às 3 horas da manhã para falar com eles, que seguem no centro de evacuação, sem saber o que vai acontecer com minha casa, cuja reconstrução ainda estamos pagando”, desabafa. “Precisei deixar boa parte do dinheiro das diárias que recebi para estar aqui com minha família, pois meu marido não pôde pescar por vários dias, e precisamos da pesca do dia para nos mantermos. Se temos um bom dia de pesca, comemos bem. Caso contrário, não comemos. E, com o aquecimento global, está ficando mais difícil ter boa pesca.”

Parte dos corais da Batasan, onde os peixes desovam, está morrendo pelo aquecimento das águas. Não é só: a elevação do nível do oceano, resultado do derretimento do gelo nas calotas polares do planeta e da expansão térmica da água por conta do aumento da temperatura, ameaça engolir a ilha. Por tudo isso, Trixy e sua comunidade resolveram processar o gigante britânico do petróleo Shell por seu papel na construção da crise climática. O caso está sendo preparado e deve chegar aos tribunais ingleses até o fim do ano. É a primeira vez que uma ação civil vincula diretamente empresas de petróleo e gás a mortes e lesões corporais decorrentes de impactos climáticos no Sul Global. “Precisamos atacar a raiz do problema”, Trixy explica. “Queremos que eles paguem pelos danos, e não apenas à minha aldeia.” Por ora, é a Shell, mas a pescadora avisa: as grandes empresas de petróleo também serão intimadas a prestar contas sobre a crise do clima.

A vida no país que desaparece sob o mar

“No conhecimento indígena, a terra e o oceano definem quem somos. Os que nos precederam repousam em nossa terra. Por causa dessa conexão, não podemos simplesmente ir embora”, desabafa Maina Vakafua Talia, um líder político e ambientalista que desde o início de 2024 é o ministro de Assuntos Internos, Mudança do Clima e Meio Ambiente de Tuvalu.

O pequeno país tem como território um ajuntamento de pequenas ilhas de corais e atóis que somam apenas 26 quilômetros quadrados e são o lar de 10 mil pessoas – a maioria delas, Indígenas, como Talia. Tuvalu está, literalmente, desaparecendo do mapa por causa da crise climática. A combinação entre a subida dos oceanos e a geografia das ilhas – o ponto mais alto está menos de 5 metros acima do nível do mar – deixa a população tuvaluana literalmente sem ter para onde fugir em seu próprio território.

“É claro que é assustador viver num país cujos dias estão contados, que os meios de comunicação dizem que vai desaparecer”, me conta Talia, numa entrevista num dos corredores da Zona Azul da COP30, em Belém. Desde sempre, os tuvaluanos conviveram com as *king tides* (marés gigantes), causadas por alinhamentos raros entre a Terra e a Lua e que uma ou duas vezes por ano inundaram as ilhas. “Mas agora, a cada lua cheia, há uma *king tide*”, conta o ministro.

Em 2017, o governo local iniciou um projeto para adaptar as ilhas à invasão pelo oceano e às cada vez mais frequentes tempestades que assolam a região. Orçado em quase 40 milhões de dólares, foi financiado pelo Fundo Verde do Clima, um dos principais mecanismos financeiros do Acordo de Paris, que ajuda países em desenvolvimento com dinheiro oriundo de contribuições. Ele prevê a construção de diques para conter a erosão da costa e algumas plataformas, nas ilhas, para os tuvaluanos se abrigarem dos alagamentos causados



MAINA VAKAFUA TALIA TENTA ALERTAR O MUNDO

por furacões e marés gigantes.

Com o projeto, espera Talia, Tuvalu terá condições de resistir por mais uma centena de anos. “É muito caro, mas a única maneira de prolongar [nossa permanência] e proteger nossos meios de subsistência na ilha”, diz. Mas muita coisa dificilmente voltará a ser como antes da chegada dos efeitos da emergência climática – como a dieta tradicional tuvaluana.

“Uma refeição tradicional em Tuvalu precisa ter peixe e pulaka à mesa.” Os campos de pulaka, um tubérculo que lembra a mandioca, são parte central da identidade tuvaluana e mantidos como uma herança para gerações futuras. Mas muitos não resistiram à subida do mar: o sal que ele carrega mata a pulaka, que precisa ser plantada em buracos fundos para conseguir alcançar a água doce dos lençóis freáticos. “Muitas famílias não têm mais pulaka”, lamenta o ministro. Outras buscam adaptações, cultivando a planta em espécies de jardins suspensos.

Além de uma sombra pesada sobre o presente e o futuro, a crise climática destrói passado e memória. A subida do mar levou embora praias e campos em que



Lela Beltrão/SUMAÚMA

LAVENIA NAIVALU PRECISOU RECOLHER OS OSSOS DOS FAMILIARES MORTOS DEPOIS QUE O CEMITÉRIO DA CIDADE INUNDOU

Talia se lembra de brincar quando criança. E também engoliu os cemitérios em que os antepassados dos tuvaluanos estavam sepultados. “A perturbação não é só para os que vivem na terra, mas também para quem repousa nela.”

Lavenia Naivalu sabe o que é isso. Dois anos atrás, o mar invadiu o pequeno cemitério da vila em que mora na Ilha de Nacula, em Fiji, outro país insular do Pacífico Sul. Os ossos de seus bisavós foram desenterrados e se espalharam sobre a areia. Lavenia precisou levá-los ao alto de um morro para voltar a sepultá-los.

“Fico emotiva. São [os restos de] pessoas que ocupam um lugar muito especial em nossos corações”, ela explica, entre lágrimas. “No Pacífico, acreditamos no que chamamos de *mana*, nas riquezas e bênçãos que nossos antepassados deixaram para nós, para as futuras gerações. Talvez tenhamos perdido isso agora que os ossos deles foram levados pela água dessa forma.”

Ainda que seja a mais traumática, não foi a primeira vez que a emergência climática demonstrou seus avassaladores efeitos sobre a vida de Lavenia. Ao contrário, ela vem lidando com eles ao longo de quase toda a

vida. A casa em que sua família viveu por cinco gerações, por exemplo, foi alcançada pelo mar e precisou ser realocada. Não foi a única da vila. “Duas fileiras de casas na praia já foram transferidas para o interior da ilha [devido ao aumento do nível do mar]. Já perdemos de 8 a 10 metros da nossa linha costeira”, ela conta.

Localizada na província da Ba, Nacula é o lar de aproximadamente 600 pessoas. Formada por erupções vulcânicas, tem belas praias e alguns morros que se elevam a pouco mais de 200 metros acima do nível do mar. É um lugar paradisíaco – e mais um que pode se tornar inabitável para seres humanos por causa da emergência climática.

“A vida não é mais a mesma nas aldeias. Temos secas cada vez mais prolongadas por causa do aquecimento global, que afetam nossas fontes de água potável. Os corais estão branqueando. Antigamente, meus avós encontravam pesca ao longo da costa para preparar uma refeição adequada para a família. Hoje em dia, meus filhos precisam caminhar quilômetros para conseguir pescar com arpões. Nossos solos mudaram, estão mais secos, o que afeta nossas lavouras”, relata Lavenia.

Mas Lavenia vive assombrada pelo medo de ter de deixar a vila em que ela e seus antepassados nasceram e de que ela é uma representante eleita – a única mulher entre os 195 distritos tradicionais de Fiji. “Não posso aceitar o fato de que serei realocada devido ao aumento do nível do mar”, desabafa. “Essa é a principal razão pela qual participo desse tipo de conferência”, diz – ela viajou 15 mil quilômetros até Belém para participar, como observadora, da COP30, indicada pelo governo de Fiji. “Quis vir e contar [minha história], desafiar os líderes dos países com altas emissões [de gases de efeito estufa, causadores do aquecimento global].”

Ocorre que alguns deles nem sequer estão lá. Maior país emissor histórico de gases de efeito estufa, os Estados Unidos nem ao menos mandaram representantes de alto nível à COP30. Seu presidente negacionista do clima e da ciência, Donald Trump, retirou-se do Acordo de Paris. “Eu estava na Assembleia Geral das Nações Unidas em que ele chamou a mudança climática de boato”, relembra Maina Talia, o ministro de Tuvalu.

O bloco que reúne 39 países-ilhas nas negociações climáticas, a Aliança de Pequenos Estados Insulares, tem cobrado, na COP30, o aprofundamento dos compromissos de redução de emissões dos países desenvolvidos. Eles dependem dos ricos do planeta para ter alguma chance. É por isso que Talia celebra a ausência, em Belém, de negacionistas como Trump. “É um bom sinal, para que possamos negociar de boa-fé. Se ele estivesse aqui, só iria atrapalhar.” Ao mesmo tempo, cobra a União Europeia, que vem falhando na esperada tarefa de liderar o mundo contra a emergência do clima. “Eles precisam fazer mais, para que quem vive em Tuvalu e em outros lugares sobreviva. Por que temos de sofrer por uma culpa que não é nossa?” ■



ENTREMUNDOS :: ANTÓNIO GUTERRES

Exclusivo

Secretário-geral da ONU: vozes indígenas 'são indispensáveis' para evitar a catástrofe climática

Em sua única entrevista à imprensa antes da COP30 e a primeira exclusiva feita por um jornalista indígena da Floresta, António Guterres disse a SUMAÚMA que a humanidade precisa mudar de rumo ou enfrentará 'consequências devastadoras'

Wajã Xipai e Jonathan Watts
Rio Xingu, Altamira, Amazônia



ANTÓNIO GUTERRES (À ESQ.) EM ENTREVISTA EXCLUSIVA PARA SUMAÚMA E *GUARDIAN*: 'PRECISAMOS ACABAR COM A GUERRA CONTRA A NATUREZA'

Líderes globais precisam aprender com as comunidades indígenas sobre a importância de uma relação harmoniosa com a Natureza, disse a SUMAÚMA o secretário-geral da Organização das Nações Unidas em uma entrevista mundialmente exclusiva, antes da COP30.

António Guterres afirmou que as vozes dos povos originários são indispensáveis para que o mundo evite uma catástrofe climática, incluindo um ponto de não retorno na Floresta Amazônica.

Segundo a ONU, esta é a primeira vez que o secretário-geral da instituição concedeu uma entrevista exclusiva a um jornalista indígena – Wajã Xipai, jornalista-floresta do povo Xipai.

“Responsáveis políticos a nível mundial devem assumir a defesa dos direitos das comunidades indígenas como prioridade essencial em suas políticas interna e externa. É absolutamente indispensável que se ganhe uma consciência mundial de que as comunidades indígenas são as nossas defensoras da Natureza, são as nossas defensoras do planeta.”

Falando por chamada de vídeo da sede da organização em Nova York para jornalistas de SUMAÚMA e do *Guardian* em Altamira, na bacia do Rio Xingu, no Pará, Guterres destacou que a COP30 precisa marcar uma mudança de rumo da humanidade. Ele alertou que, caso isso não aconteça, o aquecimento global trará “consequências devastadoras” para o mundo, incluindo pontos de não retorno na Floresta Amazônica, nos mantos de gelo da Groenlândia e nos vários sistemas de recifes de corais.

“Vamos reconhecer a nossa falha”, admitiu. “A verdade é que falhamos em evitar um aumento acima de 1,5 grau nos próximos anos... Devemos fazer tudo o que for possível para que essa ultrapassagem temporária da meta de aquecimento seja a mais curta e a menos intensa possível, a fim de evitar pontos de inflexão como na Amazônia. Não queremos ver a Amazônia como uma savana. Mas isso é um risco real se não fizermos uma redução drástica das emissões o mais rápido possível.” Nesse sentido, Guterres afirmou que conversaria com o presidente Lula sobre a exploração de petróleo depois de ser questionado sobre os planos do governo brasileiro de começar uma perfuração para buscar combustíveis fósseis na Foz do Amazonas. A perfuração começou um dia antes desta entrevista.

Os anfitriões brasileiros da COP30, a primeira cúpula climática a ser realizada na Amazônia, prometeram valorizar mais a participação dos delegados indígenas. No entanto, uma prévia da agenda revelada pelo *Guardian* sugere que há apenas uma “possibilidade” de intervenção desse tipo, e de apenas três minutos, nos dois dias de reuniões de líderes às vésperas da abertura da COP30 em Belém, em novembro.

Guterres foi perguntado se a COP30 poderia ajudar a amazonizar o pensamento global sobre a relação da humanidade com a Natureza, em concordância com o pensamento indígena, que vê rios, florestas e animais como parentes, em vez de recursos. O secretário-geral respondeu: “Precisamos acabar com a guerra contra a Natureza. Muitas vezes, os responsáveis políticos estão mais preocupados com os problemas do dia a dia de sua sociedade, sobretudo em momentos em que a situação econômica é complexa e em que assistimos ao [seu] agravamento por causa de alterações climáticas,

tantos desastres, tantas catástrofes. Por vezes não há uma noção da importância da relação harmoniosa com a Natureza e, por isso, é preciso manter permanentemente uma pedagogia com as lideranças políticas. E não há ninguém melhor do que as comunidades indígenas para fazer esta pedagogia. Espero que exista essa oportunidade na COP [de fazer as lideranças políticas compreenderem o que está em jogo], com sua representação”, afirmou, dirigindo-se a Wajã Xipai.

Leia abaixo uma transcrição da entrevista com António Guterres, secretário-geral da ONU, editada para maior clareza.



JONATHAN WATTS *Secretário-geral, em nome de SUMAÚMA e do Guardian, muito obrigado por dedicar seu tempo para nos conceder uma entrevista hoje. Estou aqui com meu colega Wajã Xipai, que também está na tela, e falamos com o senhor direto de Altamira, no Pará. A primeira pergunta será feita por Wajã.*

WAJÃ XIPAI *Olá, em primeiro lugar, quero agradecer a entrevista. Sou Wajã Xipai, jornalista-floresta de SUMAÚMA. Sou indígena do povo Xipai, nascido e criado na aldeia Yupá [na Terra do Meio]. Meu território foi impactado pelas mudanças climáticas, que afetam rios, peixes e toda a Natureza. Também somos ameaçados por pessoas que tentam destruir a Floresta. Hoje, os povos indígenas da Amazônia estão pagando o preço da ganância global, mas em breve o mundo virá à nossa casa para a primeira COP na Amazônia. Como o senhor pode persuadir os líderes na Conferência de Belém a abordar o desequilíbrio em que as comunidades que protegem a Floresta sofrem violências e mortes, enquanto países distantes continuam a ser beneficiados pela destruição de nossos territórios?*

GUTERRES *Eu acho que esta é uma questão central. As comunidades indígenas têm revelado uma enorme capacidade para preservar a Natureza e a biodiversidade e não contribuem em nada para as alterações climáticas. No entanto, a verdade é que a procura do lucro, às vezes legalmente, outras vezes criminalmente, tem levado sucessivas formas de agressão às comunidades indígenas para tentar explorar a Amazônia [...] com minerações ilegais, por exemplo, de ouro, ou em relação ao corte de madeira.*

É absolutamente indispensável que se ganhe uma consciência mundial de que as comunidades indígenas são as nossas defensoras da Natureza, são as nossas defensoras do planeta. E que as áreas que controlam [...] são as áreas em que mais se protege a Natureza, mais se garante a biodiversidade e mais se garante também a absorção do dióxido de carbono que é lançado na atmosfera.

Responsáveis políticos a nível mundial devem assumir a defesa dos direitos das comunidades indígenas

como uma prioridade essencial em suas políticas interna e externa.

WX *Eu ouvi falar que representantes indígenas terão a oportunidade de falar na Cúpula dos Líderes em Belém. Na sua opinião, qual a importância de garantir que a voz indígena seja ouvida em pé de igualdade nessas negociações?*

GUTERRES *É absolutamente essencial, e ainda bem que o presidente Lula compreendeu que esta COP tem de ser a COP da Verdade, e que, para ser a COP da Verdade, tem que ouvir o que as comunidades indígenas têm a dizer sobre a forma como protegem a Natureza, a biodiversidade e como ajudam a evitar as alterações climáticas, mas também [o que elas têm a dizer] das sucessivas violações dos seus direitos a que assistimos em tantas partes do mundo. Por isso mesmo, a voz das comunidades indígenas é um componente essencial da COP e deve inspirar as medidas que são indispensáveis se nós queremos evitar uma catástrofe climática.*

JW *Os cientistas nos dizem que um ponto de não retorno está se aproximando da Amazônia. Como aumentar o senso de urgência entre os participantes da COP30, a primeira na Amazônia, para evitar esse ponto de inflexão? Qual é a sua mensagem para os delegados e organizadores que estão se preparando para a COP30?*

GUTERRES *Primeiramente, vamos reconhecer nossa falha. Todos nós concordamos que devemos limitar o aumento da temperatura a 1,5 grau Celsius, no máximo. Um aquecimento acima disso trará consequências devastadoras, seja na Amazônia, na Groenlândia, na Antártida Ocidental ou nos recifes de corais. E a verdade é que não estamos conseguindo evitar que esse limite seja ultrapassado nos próximos anos.*

Vamos reconhecer nosso fracasso. Os países estão apresentando suas Contribuições Nacionalmente Determinadas [NDCs]. Das recebidas até agora, há uma expectativa de redução de emissões em torno de 10%. Mas precisaríamos de uma redução de 60% [para limitar o aquecimento global a 1,5 grau Celsius]. Portanto, a ultrapassagem do limite agora é inevitável.

Por isso é absolutamente indispensável mudar de curso para garantir que a ultrapassagem seja a menor possível e a menos intensa possível. É uma condição básica para evitar pontos de inflexão.

Ainda é possível se acelerarmos para chegar a zero emissões líquidas [de gases de efeito estufa] e, se nos tornarmos negativos depois disso até o final do século, ainda é possível chegar ao final do século com 1,5 grau Celsius ou menos.

Nesse meio-tempo, teremos um avanço do limite. Devemos fazer tudo o que for possível para que esse avanço temporário da meta de aquecimento seja o mais curto e o menos intenso possível, a fim de evitar pontos



JORNALISTA-FLORESTA: O REPÓRTER DE SUMAÚMA WAJÃ XIPAI DURANTE A ENTREVISTA

de não retorno, como na Amazônia. Não queremos ver a Amazônia como uma savana. Mas isso é um risco real se não mudarmos de rumo para fazer uma redução drástica das emissões o mais rápido possível.

WX O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) é uma nova iniciativa do governo brasileiro que será lançada na COP30. Ele promete pagar por florestas protegidas, além de destinar 20% dos recursos diretamente para os povos indígenas, o que seria um bom passo à frente, mas ainda insuficiente para compensar os povos que sofrem com as mudanças climáticas. Mas, em outros lugares, não há dinheiro suficiente para todos que sofrem com os impactos. Como a COP30 pode mobilizar mais financiamento climático?

GUTERRES Uma das coisas que são fundamentais, obviamente, é que é essencial investir muitíssimo mais na redução de emissões. É essencial investir muitíssimo mais na adaptação, no sentido de aumentar a resiliência das comunidades em toda a parte. Mas uma das coisas que são absolutamente fundamentais é um investimento naqueles que são os melhores guardiões da Natureza. E os melhores guardiões da Natureza são as comunidades indígenas. Por isso, a possibilidade de financiar

programas que permitam às comunidades indígenas otimizar o trabalho que, em nome de todos nós, elas realizam, preservando a biodiversidade, preservando a Floresta e, ao mesmo tempo, contribuindo para reduzir as emissões de CO₂ e capturar o CO₂ que existe na atmosfera, é justificativa evidente para a necessidade de muito mais apoio financeiro às comunidades indígenas. E não só apoio financeiro. Apoio político, apoio jurídico e a garantia de que seus direitos não sejam violados, como, infelizmente, hoje acontece em tantas partes do mundo.

JW O senhor afirmou que os países que investem em combustíveis fósseis estão sabotando suas próprias economias. Como convencer nações como o Brasil, sede da COP, que acaba de dar luz verde para conceder uma licença de exploração na Foz do Amazonas?

GUTERRES Bem, o que eu tenho dito a esses países muito claramente é que não há como gastar todo o petróleo e gás que já existe [descoberto] no mundo. Portanto, qualquer aumento de capacidade levará inevitavelmente a ativos paralisados lá ou em outro lugar, porque está claro agora que a era dos combustíveis fósseis está chegando ao fim. Estamos vendo uma revolução

das energias renováveis, e a transição inevitavelmente se acelerará e não haverá como a humanidade usar todo o petróleo e gás já descobertos. Portanto, todos esses investimentos são, de uma perspectiva global, um desperdício de dinheiro.

JW E o senhor mencionou isso diretamente ao presidente Lula?

GUTERRES Ainda não. Vou aproveitar a COP [para fazer isso].

WX Gostaria de perguntar sobre as prioridades do mundo. Nós, povos indígenas da Amazônia, não acreditamos que os seres humanos sejam separados da Natureza. Para nós, rios, florestas e animais não são “recursos”, mas parentes; eles são parte de nós. Como secretário-geral da ONU, o que o senhor pensa sobre isso? A COP30 pode amazonizar o mundo e reconquistar essa visão após tantos séculos de destruição baseada na ideia de superioridade humana sobre a Natureza?

GUTERRES Se alguma coisa eu aprendi com os povos indígenas com os quais tenho contato em tantas partes do mundo, é este conceito da Mãe Terra. De fato, entre a Natureza e a humanidade há uma família única. E é fundamental que essa família única esteja unida e que os membros dessa família se protejam mutuamente. A Natureza é o que permite a vida, a nossa vida.

Precisamos acabar com a guerra contra a Natureza. Muitas vezes, os responsáveis políticos estão mais preocupados com os problemas do dia a dia de sua sociedade, sobretudo em momentos em que a situação econômica é complexa e em que assistimos ao [seu] agravamento por causa de alterações climáticas, tantos desastres, tantas catástrofes. Por vezes não há uma noção da importância da relação harmoniosa com a Natureza e, por isso, é preciso manter permanentemente uma pedagogia com os dirigentes políticos. E ninguém melhor que as comunidades indígenas para fazer essa pedagogia. Espero que exista a oportunidade [de fazer isso] na COP.

JW Como o senhor acha que as COPs podem ser mais inclusivas e eficazes? Ou seja: menos dominadas por lobistas dos combustíveis fósseis e do agronegócio e, em vez disso, ser mais representativas das gerações futuras?

GUTERRES Esta é a responsabilidade dos governos. Os governos devem entender que eles estão lá para servir o povo, não para servir os lobistas. Obviamente, é impossível evitar que os interesses econômicos expressem suas posições, mas é absolutamente essencial que os governos assumam suas responsabilidades em relação aos seus próprios países, ao seu próprio povo e ao planeta. Isso é muito importante, e acredito que em Belém isso seja alcançado.

É muito importante ter uma presença próxima dos líderes com aqueles que representam a sociedade civil e os que estão comprometidos com a luta contra as mudanças climáticas. As comunidades indígenas estão em condições de ter mais influência na COP com sua presença física e de ter mais influência sobre os tomadores de decisão do que os lobistas. Todos nós sabemos o que os lobistas querem: aumentar seus lucros, com o preço sendo pago pela humanidade.

JW Em muitas partes do mundo, estamos vendo um enorme ataque ao multilateralismo. Na extrema direita, o nacionalismo está em ascensão. Mesmo à esquerda, algumas pessoas dizem que o atual sistema da COP não é adequado para o seu propósito. Eu até ouvi alguém sugerir que deveríamos acabar com isso e começar de novo. Como o senhor responde a isso?

GUTERRES A COP não é perfeita e o fato de que as decisões precisam ser tomadas por consenso é em si uma limitação que todos reconhecemos. Mas ao mesmo tempo é importante mobilizar o mundo nos objetivos que são definidos. Acredito que podemos melhorar o processo da COP para torná-lo mais inclusivo em relação àqueles que estão vitalmente interessados em garantir que mantenhamos vivo o 1,5 grau.

Mas a questão é: qual é a alternativa [à COP]? A alternativa é uma situação sem regras, um *free-for-all*.

Isso significa que haverá uma pequena elite privilegiada – pessoas e empresas – capaz de sempre se proteger, mesmo que os desastres se espalhem e as comunidades sejam destruídas. Sempre haverá um grupo de pessoas e empresas ricas que poderão se proteger à medida que o planeta é progressivamente destruído.

Portanto, é absolutamente essencial que a participação dos demais atores na COP possa limitar os impactos negativos dos lobbies e promover formas mais democráticas de tomada de decisões.

WX Secretário-geral, o senhor está em uma posição em que o mundo todo busca por sua orientação. Mas onde eu imagino que o peso da dor do planeta também é sentido. Quando o senhor olha para a floresta, para o mar ou para o céu, ainda sente que a humanidade faz parte disso tudo ou acredita que cruzamos uma linha e precisamos reaprender a ser Natureza?

GUTERRES Acho que ainda não cruzamos, em definitivo, uma linha que nos afasta da Natureza. A Natureza tem uma enorme capacidade de resistência, e tem-se visto [isso] com tanta barbárie que é cometida contra ela em todo o mundo. Ainda estamos a tempo de nos reconciliar com a Natureza, mas para isso é necessário acabar com a guerra que movemos contra ela, e é preciso valorizar a contribuição que as soluções com base na Natureza dão para a resolução do problema das mudanças climáticas.



É absolutamente indispensável que se ganhe uma consciência mundial de que as comunidades indígenas são as nossas defensoras da Natureza, são as nossas defensoras do planeta

António Guterres
Secretário-geral da ONU

As chamadas soluções com base na Natureza são o melhor instrumento para combater as alterações climáticas. E é por isso que não se trata apenas de proteger a Natureza, e sim de reconhecer o papel que ela tem de nos proteger.

JW O próximo ano será o seu último ano como secretário-geral. Olhando para trás em seus nove anos nessa posição, as crises climáticas e da Natureza pioraram enormemente. O senhor já se sentiu frustrado, como se estivesse no comando de uma aeronave em queda, sem ter autoridade para assumir o controle? O senhor às vezes sente desesperança?

GUTERRES Eu me sinto frustrado muitas vezes, mas nunca desesperado. Jean Monnet (que foi um dos fundadores da União Europeia) costumava dizer que não era otimista nem pessimista, era determinado. E posso garantir que sou determinado. Estou determinado a lutar por uma relação entre a humanidade e a Natureza que seja uma relação de fraternidade e irmandade. E isso nos permitirá, no final, derrotar não apenas as mudanças climáticas, mas derrotar a poluição pelos plásticos, proteger nossos oceanos, garantir que a guerra contra a Natureza acabe. E uma das coisas que também aprendi na minha vida política é que só aqueles que desistem de lutar podem ser derrotados. Eu nunca vou desistir do meu compromisso com a ação climática,

com o meu compromisso com a biodiversidade, com a proteção da Natureza, com o meu compromisso de ajudar e apoiar todos os movimentos democráticos que em todo o mundo estão lutando arduamente para preservar o bem mais precioso que temos, que é a nossa Mãe Natureza.

JW Se pudesse voltar e mudar qualquer coisa que aconteceu durante esse período, o que seria?

GUTERRES Eu não acho que poderia mudar minhas decisões, porque as principais decisões não foram tomadas por mim. Mas eu provavelmente assumiria a batalha climática de uma forma mais determinada no início do meu mandato. Na época, eu estava muito preocupado com a reforma da ONU, fazendo com que ela agisse melhor em questões de paz e segurança que eram muito dramáticas, e levei algum tempo para assumir como prioridade absoluta as questões das mudanças climáticas, da biodiversidade, aquelas relacionadas às relações entre o homem e a Natureza.

Acho que corriji a trajetória, mas gostaria de ter estado na frente e no centro disso antes, como tento estar hoje, para me certificar de que, mesmo que não tenha o poder ou o dinheiro para mudar as coisas, eu posso pelo menos usar minha voz, de forma alta e clara, para ter certeza de que aqueles que estão minando nosso planeta sentirão que não terão uma vida fácil.

WX Há tantas crises no mundo hoje, guerras na Ucrânia, em Gaza, no Sudão etc. Como manter a atenção global focada na Natureza e no clima? O senhor concorda com o pensamento indígena de que a Natureza é a questão mais fundamental e que se não tivermos um ar saudável não poderemos ter vidas felizes?

GUTERRES É impossível separar as coisas. A melhor forma de garantir a paz é garantir o desenvolvimento sustentável, é garantir a proteção das pessoas e a proteção da Natureza, é evitar as terríveis desigualdades que existem no mundo e promover a democracia e os direitos humanos.

Todas essas coisas estão interligadas. Em minha opinião, é um erro dizer, como alguns dizem, que as Nações Unidas devem tratar apenas das questões de paz e segurança, porque os problemas climáticos, os problemas de desenvolvimento e os direitos humanos são essenciais quando olhamos para os conflitos que existem no mundo.

WAJÁ XIPAI e JONATHAN WATTS Obrigado pelo seu tempo e seus comentários.

GUTERRES Quero agradecer a oportunidade e expressar a minha admiração pela sua devoção à ameaça existencial mais dramática do nosso tempo. Muito obrigado pelo seu trabalho, pelo que vocês estão fazendo na Amazônia, que é um dos ativos cruciais, um dos bens cruciais que temos como humanidade no planeta. ■

Greenwashing na COP30: 'Essa conta vai chegar'

Investimentos milionários em infraestruturas e eventos na COP30, sempre com uma suposta bandeira de 'sustentabilidade', mascararam interesses de grupos econômicos responsáveis pela destruição da Floresta no maior evento climático do planeta

Hyury Potter

Rio Guamá, Belém, Amazônia

Enquanto dezenas de milhares de pessoas ocupavam as ruas de Belém para pedir justiça climática, na Marcha pelo Clima de 15 de novembro, a alguns quilômetros dali um grupo discutia como reduzir as emissões de gás carbônico, um dos causadores do aquecimento global. Tema natural para uma cúpula do clima, não fosse um detalhe: o debate era comandado pela Petrobras, a mesma que 20 dias antes da COP30 começou a perfurar mais um poço de petróleo, em caráter exploratório, em uma região extremamente biodiversa, a Foz do Amazonas – uma decisão na contramão da “transição para longe dos combustíveis fósseis” acordada na COP28, em Dubai.

Um dos palestrantes, o presidente do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) e ex-executivo da Petrobras, Roberto Ardenghy, iniciou chamando de “muito qualificadas” as pessoas que foram ouvir sobre as maravilhas dos combustíveis fósseis no auditório Cumaru – uma das árvores, ao lado de Sumaúma, que batizaram as salas do Pavilhão Brasil e que receberam alguns painéis sobre atividades poluidoras que se vendem como “verdes”.

Ardenghy não fez cerimônia e relacionou a queima de petróleo com a geração de riquezas: “É impossível imaginar uma sociedade opulenta, rica, confortável que não tenha um alto consumo de energia e portanto de petróleo”, disse o presidente da instituição que faz lobby (pressão política) para o setor petrolífero. E ele não estava sozinho nessa missão. Segundo levantamento publicado pela coalizão Kick Big Polluters Out (KBPO), mais

de 1,6 mil lobistas de combustíveis fósseis receberam credenciais para participar das negociações climáticas da COP30. Se fosse um país, a turma do petróleo seria a segunda maior delegação da conferência, atrás apenas do Brasil, com 3.805 integrantes.

Os manifestantes ainda estavam na Avenida Duque de Caxias, sob um sol que fez muitas pessoas passarem mal, quando Fernanda Diniz, gerente de Descarbonização da Petrobras, falou na sala com ar-condicionado sobre “uma pegada melhor de carbono” e “ética”, mas nada sobre os povos que serão afetados pela perfuração. “Descarbonização não é somente uma questão de ética, mas também é de competitividade. Serão capazes de jogar o jogo no futuro aqueles que trouxerem um portfólio, um petróleo resiliente”, disse a gerente da Petrobras. Na Marcha Global por Justiça Climática, ali ao lado, manifestantes faziam o funeral do petróleo. E Luene Karipuna, coordenadora-executiva da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará (Apoianp), denunciava a falta de consulta aos povos indígenas na licença de perfuração da Foz do Amazonas e as ameaças sofridas por lideranças.

Os corredores e arredores da conferência do clima trouxeram à luz o *greenwashing*, o marketing “verde”, das empresas que destroem a Amazônia. Discussões-negócio seladas entre cafés e croûtons, queijos e vinhos, sobre o “futuro verde” corporativo que envolve seguir lucrando com a Natureza, enquanto se evita nos basti-



NA MARCHA DOS POVOS PELO CLIMA, PESSOAS DE DIFERENTES TERRITÓRIOS DA NATUREZA E DAS CIDADES PROTESTARAM CONTRA A 'LAVANDERIA VERDE' PROMOVIDA POR GOVERNOS E EMPRESAS NA COP30

dores que regras mais ambiciosas sejam aprovadas para salvar a vida humana na casa-planeta. Na Zona Azul, onde a negociação oficial da cúpula do clima ocorre, um dos lugares mais frequentados por representantes de empresas foi o pavilhão da Confederação Nacional da Indústria (CNI), um espaço que se divide entre cadeiras para acompanhar dois painéis simultâneos e mesas altas para conversas informais sobre negócios.

Em uma mesa promovida pela JBS, a maior produtora mundial de carne, Renato Mauro Menezes Costa, presidente da Friboi, empresa que pertence à JBS, falou em soluções para ter uma produção mais “sustentável”. Entre as propostas, está o programa Escritórios Verdes, que orienta pecuaristas parceiros sobre regularização ambiental, assistência técnica e assistência gerencial. Segundo o executivo, um homem alto, de pele bronzeada, cabelo escovado e usando reluzentes sapatos mocassim, a iniciativa é um sucesso e está presente

em 11 estados onde a empresa atua.

No dia seguinte, o programa recebeu um prêmio de negócios sustentáveis da COP, promovido pela CNI. No entanto, nos últimos anos a JBS tem sido relacionada à compra de carne de áreas ligadas a desmatamento ilegal e também a terras indígenas. De acordo com uma investigação recente da ONG Greenpeace, entre 2018 e 2025 a JBS teria comprado 2.856 bois de uma fazenda que faria parte de um esquema de triangulação de gado ilegal criado na Terra Indígena Pequizal do Naruvôtu, no leste de Mato Grosso, um dos estados onde a empresa aplica o programa Escritórios Verdes. O relatório do Greenpeace cita que a JBS respondeu que “todas as compras mencionadas na investigação estavam em conformidade com a política da empresa e com o protocolo setorial”. Porém, a empresa também informa que “bloqueou preventivamente” a fazenda apontada no esquema de lavagem de gado. Vale lembrar que,



NA ZONA AZUL, REPRESENTANTES DA INDÚSTRIA E DO AGRO FALARAM DE SEUS 'CASES DE SUCESSO'

em 2024, a JBS foi a campeã em isenções de impostos entre as empresas ligadas ao agronegócio: o gigante corporativo deixou de pagar 6,4 bilhões de reais ao governo brasileiro.

Guerreiras Munduruku contra o *greenwashing*

O céu ainda estava escuro na sexta-feira, 14 de novembro, quando Alessandra Munduruku subiu em um dos dois ônibus parados em frente à Aldeia COP, ambos com cerca de 100 guerreiras e guerreiros Munduruku. A saída foi pontualmente às 4h40, e em pouco mais de 15 minutos os dois veículos venceram os 5 quilômetros até as proximidades da Zona Azul da COP30. As últi-

mas três quadras eles percorreram a pé, com mulheres, crianças e homens empunhando arcos e flechas e carregando faixas contra os abusos sofridos na região da Bacia do Tapajós, no Pará. Um rio que, apontam os Indígenas, foi "privatizado" por um decreto do governo Lula que pode transformá-lo em uma hidrovía para o escoamento da soja.

Depois de passar com determinação pela barreira de segurança da COP, que ainda estava acordando, Alessandra, de cerca de 1,50 metro, se agigantou, organizando duas colunas de defesa de homens. No canteiro central, ela fez o primeiro discurso sobre o protesto, um grito engasgado desde o começo da conferência contra empresas e países que utilizam os povos indígenas para

greenwashing. “Já chega de usar a nossa imagem para dizer que é sustentável”, disse a liderança Munduruku.

Ainda naquela manhã, Alessandra e seu povo Munduruku seriam recebidos pelas ministras Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima; e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas; além de André Corrêa do Lago, presidente da COP30. Durante a conversa, começaram os eventos nas Zonas Azul e Verde. Em um deles, o deputado estadual Weslley Tomaz (Avante), defensor dos garimpeiros de Itaituba, município onde foi vereador, mediava na Zona Verde um painel no pavilhão da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) sobre “A força do garimpo sustentável”. A Zona Verde é a área aberta para a sociedade não credenciada.

No evento, dentro do espaço financiado pelo poder público legislativo do Pará, ele afirmou que o único “crime ambiental na Amazônia” é a lista de pedidos de mineração que não são aprovados pelo governo federal. Há mais de dez anos, a Fundação Oswaldo Cruz realiza pesquisas na região do Tapajós e já identificou problemas graves de saúde do povo Munduruku causados pela contaminação por mercúrio. Metal utilizado na separação do ouro nos barrancos de garimpos, o mercúrio é apontado em estudos como possível responsável pelo nascimento de crianças com malformações.

Mas nem todas as discussões ocorridas no espaço público da COP30 ao longo dessas duas semanas foram tão públicas. Alguns dos grandes grupos empresariais que montaram pavilhões na Zona Verde preferiram tentar manter as discussões em segredo. No estande da Deloitte, empresa sediada no Reino Unido, com atuação global na área de consultoria e auditoria, era necessário fazer um cadastro adicional, mesmo estando na área livre da Zona Verde. Jornalistas ainda precisavam aguardar a autorização da assessoria da empresa.

SUMAÚMA esteve em um deles, que discutia a “sustentabilidade” dos negócios e a “resiliência ambiental” das empresas. Nele, era explicado como os consultores fizeram seus clientes se adaptarem aos relatórios financeiros sobre o clima (CFD), uma exigência no Reino Unido. Uma conversa descontraída, em que os painelistas demonstraram um otimismo que contrastava com o dos cientistas que acompanhavam a falta de evolução nas negociações oficiais.

Nenhuma informação discutida no painel era confidencial, mas, durante a palestra, uma funcionária da Deloitte tentou expulsar a reportagem de SUMAÚMA, pois, segundo ela, “imprensa não poderia ficar naquele espaço”. Ficamos no local e depois pedimos explicações à empresa por email. Até a publicação desta reportagem, não recebemos retorno.

Negócios acima de tudo: desrespeito a bem tombado e churrasco do agro

Não foi apenas nos muros do Parque da Cidade, nas Zonas Azul e Verde, que as empresas fizeram seu jogo

de autolimpeza. O grupo Esfera, que reúne empresários e políticos em eventos, organizou um centro de eventos empresariais na Avenida Nazaré, área nobre de Belém. Um casarão foi adaptado para receber até 700 pessoas. São dois palcos de palestras, além de nove salas para reuniões mais reservadas. Entre os parceiros, estão a montadora chinesa BYD e o banco Bradesco, que, na terça-feira, 18, promoveu um café da manhã no espaço para convidados. Nos eventos, os pratos servidos foram versões da culinária paraense, acompanhados de bebidas leves. Os convidados puderam levar para casa uma cópia da revista *COP30 em Tópicos*, produzida pelo grupo Esfera e pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), que tem o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes como sócio-fundador.

Quem passa pela casa número 482 da Avenida Nazaré, em vez de uma propriedade em arquitetura art nouveau, vê apenas um painel com vidro e um compensado com um banner azul. O casarão com mais de 100 anos de história, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e que recebeu empresários e políticos – os irmãos Helder Barbalho, governador do Pará, e Jader Filho, ministro das Cidades –, teve a fachada completamente descaracterizada sem a autorização do órgão federal, segundo embargo emitido em 7 de outubro.

O embargo revela ainda a falta de respeito do grupo Esfera à legislação brasileira de proteção a bens tombados. Em setembro, o grupo chegou a solicitar permissão para as alterações, mas teve o pedido negado pelo Iphan no começo de outubro. A equipe do Iphan vistoriou o local em 24 de outubro. Em despacho datado de 12 de novembro, constatou que o grupo Esfera deu de ombros à negativa e continuou fazendo alterações no bem tombado desde 1985. Questionado, o Iphan respondeu a SUMAÚMA que “não autorizou as intervenções realizadas no imóvel” e por isso “realizou o embargo na obra”. De acordo com o órgão federal, o processo administrativo aberto sobre o imóvel está em fase de avaliação sobre “o valor da multa referente aos danos causados” no casarão utilizado pelo grupo Esfera.

Em nota, o grupo Esfera afirmou que “cumprirá integralmente a obrigação legal e contratual de devolver o imóvel exatamente nas condições originais”. Sobre o descumprimento do embargo do Iphan, a empresa comunicou que “reafirma seu compromisso estatutário com o estrito cumprimento da legislação e com a preservação do patrimônio histórico, cultural e estético do país”.

Segundo a Transparência Internacional Brasil, o agro, liderado pela Confederação Nacional da Agropecuária (CNA), garantiu pelo menos 30 integrantes entre os delegados brasileiros na COP. Mas isso não foi suficiente para a agenda que eles prepararam para todo o período da conferência.

O setor se abancou na Agrizone, espaço montado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Em-



ALESSANDRA MUNDURUKU LIDEROU A MANIFESTAÇÃO DE POVOS INDÍGENAS DO ALTO E MÉDIO TAPAJÓS EM FRENTE À ZONA AZUL DA COP30

brapa), e fez dela seu bunker de *greenwashing*. Sentindo-se em casa, os empresários não fizeram questão de muita discrição, como as reuniões nos pavilhões na Zona Azul, e também dispensaram os canapés e vinho, trocados por um churrasco regado a cerveja e samba na noite de segunda-feira, 17.

Durante o dia, a Embrapa publicou um documento reforçando bandeiras do setor, como a de que a pecuária “pode ser parte da solução para o combate às mudanças climáticas”. De acordo com estudos do Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Observatório do Clima (Seeg), a pecuária é a atividade econômica que mais emite gases do efeito estufa

no Brasil, com 51% das emissões, um total de 1,1 bilhão de toneladas de gás carbônico equivalente (GtCO₂e) – forma de cálculo que leva em consideração diversos gases que provocam o efeito estufa e afetam o clima. Segundo o Observatório do Clima, se fosse um país, o gado brasileiro seria o sétimo maior emissor do mundo, à frente do Japão (1,068 GtCO₂e).

Na COP, o setor defendeu “uma pecuária de baixo carbono”. E afirmou que quer emplacar uma forma de cálculo de emissões diferente da apresentada pelo Plano Clima Mitigação do governo federal. Sem cerimônia, o vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura do Sul, Gedeão Silveira Pereira, fez o discurso



Lela Beltrão/SUMAÚMA

de encerramento dos painéis, que seria seguido por um churrasco, e atacou o governo federal: “Eu vim aqui nesta COP para nos defender dos nossos, que, financiados por eles [estrangeiros], vêm aqui para denegrir a imagem do agro brasileiro”, disse o empresário. Seguiu seu discurso propondo uma boa lavagem de imagem no setor: “Nós somos a solução do planeta”.

Essa “solução” do agro não inclui novas terras para os povos da Floresta. O governo federal anunciou durante a COP30 a homologação de quatro Terras Indígenas e a portaria de declaração de outros dez territórios. Na semana seguinte, a CNA apresentou um pedido de suspensão no Supremo Tribunal Federal alegando que

as demarcações geram “instabilidade social” até que a Corte analise a lei 14.701/2023, que estabelece o marco temporal de 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, como critério para a demarcação de novas Terras Indígenas.

A especialista sênior do Instituto Talanoa, Marta Salomon, critica a reação de setores que insistem no negacionismo climático. “Muitos dos que atuam contra a agenda climática ainda não entenderam que é menor o custo para transitar para uma economia de baixo carbono e resiliente do que para lidar com os impactos de um planeta mais quente. O custo de inação é bem mais alto”, diz ela.

O churrasco foi a coroação de uma agenda repleta de autoridades desde o início da Agrizone, que nos dias anteriores recebeu a visita dos deputados Arnaldo Jardim (Cidadania-SP), vice-presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e Alceu Moreira (MDB-RS), presidente da Frente Parlamentar do Biodiesel (FPBio). No churrasco, quem apareceu foi Carlos Fávaro, ministro da Agricultura e Pecuária (Mapa), que, entre um pedaço de carne e um gole de cerveja, disse à imprensa que não daria entrevista durante a noite.

Em nota publicada antes de a COP30 começar, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) criticou o espaço, apontando que ele representa uma “captura corporativa da agenda climática”. O comunicado da entidade que reúne redes estaduais e regionais, além de movimentos sociais de abrangência nacional, lembrou “o patrocínio da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e empresas como Nestlé e Bayer, multinacionais que produzem alimentos ultraprocessados e agrotóxicos”.

Ao longo da noite, os presentes, trajados com calça jeans, sapatos ou botas, e alguns usando camisas com inscrições “Brazil Cattle” [Gado brasileiro], deleitaram-se com alguns clássicos do samba, como *O Bêbado* e *o Equilibrista*, de João Bosco e Aldir Blanc. Entre os empresários do setor, conversando alto e com sorrisos, dois servidores uniformizados com colete da Fiscalização Estadual Agropecuária se destacaram no salão. São essas pessoas que vão fiscalizar as fazendas dos donos da festa no dia seguinte.

Vale e Hydro onipresentes

Do aeroporto até o Parque da Cidade, é impossível não passar por propagandas ou espaços financiados pelas mineradoras Vale e Hydro. O parque que abrigou as Zonas Azul e Verde custou quase 1 bilhão de reais, pagos em compensações da Vale. E a empresa ainda transferiu recursos da Taxa de Fiscalização de Recursos Minerais (TFRM) para a construção do Porto Futuro 2, onde o Museu das Amazônias expõe obras do fotógrafo Sebastião Salgado. “Há um esforço muito grande dessas empresas de buscarem passar uma imagem ambientalmente correta. Todos que chegaram pelo aeroporto



Essas empresas de mineração têm muitos processos de violações de direitos humanos, e o que a gente tem visto é um processo de não culpabilização dessas empresas e de limpeza da imagem delas

Thalia Silva

Liderança jovem e moradora de Parauapebas, município afetado pela extração de minério de ferro da Vale

de Belém passaram por vários outdoors de empresas de mineração e também do agronegócio”, diz Renato Morgado, gerente de Programas da Transparência Internacional no Brasil.

Thalia Silva é liderança na Presidência Jovem da COP30 e moradora de Parauapebas, município afetado diretamente pelas operações de extração de minério de ferro da Vale. Com apenas 22 anos, fala com desenvoltura e profundidade sobre os impactos que a atividade mineradora provoca na cultura e nos povos da Floresta. “A mineração está todos os dias violando direitos”, disse Thalia, que em um painel na Zona Azul lembrou o caso do povo originário Xikrin do Cateté. Os Indígenas foram diagnosticados com metais pesados no organismo e a causa seria a mineração da mina Onça-Puma, da Vale, segundo aponta uma ação civil pública apresentada pelo Ministério Público Federal em fevereiro de 2025.

A jovem ativista também não deixa sem resposta o que vê sobre as ações publicitárias das mineradoras que exploram a Amazônia, como shows de artistas como Mariah Carey e Fafá de Belém: “Essas empresas de mineração têm muitos processos de violações de direitos humanos, e o que a gente tem visto é um processo de não culpabilização dessas empresas e de limpeza da imagem delas”, afirma.

Representando o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), o professor Charles Trocate participou de um painel na Aldeia COP, no dia 18, e reforçou as críticas à atuação das grandes mineradoras na vida

dos povos da Floresta. “Esse dinheiro disponibilizado, com a arte e a cultura, encobre as ruínas da mineração”, afirmou o professor Trocate, que também vê a relação de forças entre povos afetados e empresas como “um jogo desigual”.

No Instituto Tecnológico Vale, no bairro nobre de Nazaré, a mineradora organizou diversos painéis durante os dias da COP30. Com mesas de salgadinhos e refrigerantes, vimos a apresentação de um programa de união de governos estaduais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa. O governador Helder Barbalho (MDB) era aguardado, mas foi a Florianópolis, Santa Catarina, ver o jogo de futebol do Clube do Remo, que disputava o acesso à primeira divisão do Campeonato Brasileiro. Ele retornou para as agendas da COP30 apenas no dia seguinte.

Em nota, a Vale declarou que “não pratica *greenwashing*”, afirmou ainda que “entende que a cooperação com o Poder Público é uma ferramenta para apoiar a transformação social e contribui para um legado duradouro para Belém e para o Estado do Pará”.

Na Freezone, um evento externo à COP30, organizado na Praça da Bandeira, no centro de Belém, a cerca de 7 quilômetros da Zona Azul, a Hydro e outras empresas do setor de alumínio, como a MRN, a Alcoa, a Albras e a Associação Brasileira de Alumínio, investiram em apresentar a mineração como algo “sustentável”. No espaço, os visitantes podiam visitar também “O Fantástico Mundo do Alumínio”, uma cabana esférica com muita luz e projeções disparando sobre as maravilhas do mundo moderno que têm alumínio em sua composição, como carros e aviões, tudo com “uma das menores pegadas de carbono do mundo” – os aviões estão entre os maiores emissores de gases que produzem o aquecimento global.

O espaço contava com outras atrações, como áreas para shows e palestras, e tinha até um grupo de influenciadores amazônidas entre os parceiros. Na quarta-feira, 19 de novembro, durante um painel sobre “mineração responsável” no pavilhão do governo do Pará na Zona Verde, o CEO da Hydro, Anderson Baranov, falou que “trazer jovens” para parcerias faz parte da “estratégia de ser um bom vizinho”.

Esse interesse da Hydro por jovens influenciadores para promover a imagem da empresa não se limitou à Amazônia. SUMAÚMA conversou com uma influenciadora de outra região, que preferiu não ter o nome revelado, que afirmou ter se recusado a participar de um painel na COP30 quando descobriu que as despesas da sua viagem a Belém seriam custeadas pela mineradora. Como SUMAÚMA revelou, a Vale também tem utilizado influenciadores para melhorar a própria imagem.

Com o novíssimo Parque da Cidade de cenário, com árvores recém-plantadas e brinquedos com cores vibrantes, Barbalho assinou na Zona Verde um acordo justamente com a norueguesa Hydro, acionista da Alunorte, empresa apontada como responsável por vaza-



Fernando Martinho/Repórter Brasil

CARLOS FÁVARO, MINISTRO DA AGRICULTURA, ESTEVE NO CHURRASCO PROMOVIDO PELO SETOR DA PECUÁRIA NA AGRIZONE DURANTE A COP30



Marcelo Lelis/Agência Pará

HELDER BARBALHO, GOVERNADOR DO PARÁ, PARTICIPOU DA INAUGURAÇÃO DE UM BANCO DA PAZ, NA ZONA VERDE, DURANTE A COP30; O EVENTO FOI PROMOVIDO PELA MINERADORA HYDRO

mentos de rejeitos no município de Barcarena, para cooperação no combate a queimadas e a inauguração de um Banco da Paz.

Feita de alumínio, a obra representaria que “diálogo é fundamental para resolver os maiores desafios do mundo”, como explicou Kjersti Fløgstad, diretora do Centro do Nobel da Paz, uma das instituições parceiras da iniciativa, na cerimônia de inauguração.

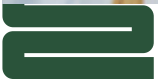
Seria mais uma cena de peça publicitária da Hydro, mas faltou combinar com a liderança Auricélia Arapiun, do Baixo Tapajós. Depois que Helder Barbalho discursou sobre “justiça social” e “direitos ao meio ambiente” aos povos da Amazônia, ela irrompeu na cerimônia e cobrou publicamente do governador os acordos com mineradoras que possuem um grande passivo ambiental e social na Amazônia: “Mais um projeto para destruir as nossas vidas”, disse a liderança do povo Arapiun.

O mundo do alumínio não foi tão fantástico assim para as pessoas que trabalharam na Freezone. Na noite do dia 20, enquanto a presidência da COP30 reabria a Zona Azul após um incêndio que assustou a todos naquele dia, trabalhadores protestaram em frente à Freezone por causa da falta de pagamentos previstos em contrato. A Hydro e a Associação Brasileira do Alumínio (Abal), que tem Baranov como presidente do conselho diretor, são algumas das principais patrocinadoras do espaço.

Em nota, a Hydro comunicou que “refuta qualquer alegação de *greenwashing*”, complementando que “todas as informações socioambientais divulgadas pela companhia são baseadas em metas concretas e mensuráveis”. Sobre passivos ambientais, a empresa afirmou que “não é responsável por danos ambientais no município e que não há comprovação técnica de que isso tenha ocorrido”.

Auricélia critica decisões como a tentativa de privatização dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, decreto assinado por Lula em agosto e que pode entregar mais de 3 mil quilômetros dos rios amazônicos ao setor privado para que o agro tenha “um escoamento mais seguro” de sua produção. Segundo especialistas e lideranças locais, o fluxo de grandes embarcações deve provocar impactos socioambientais graves. Mais uma vez, os povos da Floresta não foram consultados, e Auricélia lembra disso ao criticar a conferência que ocorre em Belém. “Trazer os povos indígenas para participar também é uma maquiagem, porque a gente não senta nas mesas de negociações para fazer o enfrentamento climático”, afirma.

Auricélia Arapiun olha para o futuro com preocupação. Experiente na luta por direitos dos povos do Baixo Tapajós, ela lembra que as ações de *greenwashing* das empresas nos últimos dias, com grandes campanhas e investimentos, terão uma consequência para os povos locais: “A conta dessas megaestruturas vai chegar, e quem vai pagar não é o Helder Barbalho, não é o governo do estado. Quem vai pagar somos nós”. ■



DIÁRIO DE GUERRA

Vale transforma dívida bilionária com o Pará em publicidade na COP30

Empresa busca influenciadores para mostrar obras do parque que recebe chefes de Estado e diplomatas, erguido por causa de uma dívida bilionária com o governo do estado

Adriano Wilkson
Rio Tietê, São Paulo



ATIVISTAS DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NUM ESCRACHO NA PORTA DA SEDE DA VALE EM BELÉM

Em maio de 2024, um email com a palavra URGENTE no título chegou à caixa de entrada de um jovem influenciador do Pará. Com dezenas de milhares de seguidores no Instagram, ele estava sendo procurado pela agência de comunicação Artplan para uma campanha publicitária da Vale.

A maior mineradora do Brasil e uma das mais lucrativas do mundo pretendia divulgar aos seguidores do jovem a participação da empresa na construção do

Parque da Cidade e na revitalização do Porto Futuro 2, em Belém, local onde acontece a COP30, a conferência do clima da ONU.

O comunicador concordou em mostrar o email a SUMAÚMA. Mas, para evitar perseguições, preferiu não ter o nome publicado nesta reportagem.

Pela proposta, ele deveria visitar o parque por no mínimo seis horas, fazer um vídeo em formato reels e três stories, além de permitir à Vale republicar e impulsionar o conteúdo nas redes da empresa. “Queremos contar com influenciadores [...] para afirmar o compromisso da Vale com o desenvolvimento social e sustentável no Pará”, concluiu a funcionária, antes de pedir um orçamento pelo serviço e prometer pagamento em até 60 dias.

Pagar para influenciadores elogiarem uma empresa e depois pagar para as redes sociais levarem esse conteúdo a mais usuários é, obviamente, uma prática comum nas redes sociais. O que não é tão comum é a complexa estrutura que a Vale e o governo do Pará montaram para permitir à empresa fazer publicidade a partir de uma obra pública, como é o caso do Parque da Cidade, em Belém.

Com custo divulgado de 980 milhões de reais, o parque onde acontecem as reuniões da COP foi erguido por causa de uma dívida bilionária que a Vale tinha com o governo do Pará. Em 2011, o estado criou a Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários (TFRM), um dinheiro que as mineradoras deveriam pagar para manter estruturas públicas para fiscalizar suas atividades.

A Vale sempre foi contra essa taxa e teve apoio de entidades patronais para lutar contra ela. Em 2012, a Confederação Nacional da Indústria entrou com uma ação no STF alegando que a TFRM era inconstitucional. Enquanto o processo tramitava, a mineradora acumulou com o Pará uma dívida que só foi reconhecida em 2022, quando finalmente o Supremo decidiu que a taxa era legal.

Mas a Vale fez daquele limão uma limonada. A dívida se tornou, então, uma oportunidade para tentar melhorar sua imagem com a opinião pública.

Naquele mesmo ano, a empresa e o governador Helder Barbalho (MDB) chegaram a um acordo, anunciado com a regulamentação em 2023 do Programa Estrutura Pará. Por ele, em vez de pagar o valor devido, a Vale e outras mineradoras poderiam canalizar até 40% de sua dívida para obras públicas, projetos definidos com o governo. Em 2024, por exemplo, a Vale anunciou que desembolsaria aproximadamente 1,1 bilhão de reais para obras do programa. Foi esse dinheiro que a empresa usou para construir o Parque da Cidade, além de outras obras públicas.

E é essa estrutura construída com dinheiro público que tem sido usada pela Vale para fazer publicidade na COP. Com a ajuda de influenciadores e impulsionamento pago nas redes sociais, a empresa tenta se posicionar como amiga do meio ambiente e da população da



João Laet/SUMAÚMA

A OPERAÇÃO MAIS PRODUTIVA DA VALE FICA EM CANAÃ DOS CARAJÁS; SUA AGÊNCIA DE MARKETING PROCUROU UM INFLUENCIADOR PARA VISITAR O PROJETO AMBIENTAL NA REGIÃO

Amazônia, ao mesmo tempo que minimiza o impacto que suas atividades causam ao planeta e à região.

No último relatório de sustentabilidade da empresa, consta em letras miúdas uma informação que a Vale não mostra em suas campanhas de marketing: só em 2024, a mineradora foi responsável pela emissão de 466 milhões de toneladas de gases de efeito estufa. Para comparar, isso representa 277 vezes o total das emissões da cidade de Belém (1,68 milhão de toneladas) e mais do que as emissões do estado do Pará (277,7 milhões).

De acordo com dados publicados pela Secretaria da Fazenda do Pará, a Vale hoje não tem mais dívidas relativas à TFRM. Mesmo assim, a mineradora ainda deve ao estado mais de 1,8 bilhão de reais referentes ao ICMS, o que a torna a terceira maior devedora do Pará.

Marketing tenta limpar a imagem de degradadores

O jovem influenciador abordado para divulgar as ações da Vale não aceitou a proposta de publicidade. Acostumado a fazer propaganda para marcas, o criador já tinha decidido havia anos não associar sua imagem a mineradoras, consciente do impacto ambiental que elas causam. Mas isso não impediu a Vale de fazer outra tentativa seis meses depois. Em mais um email, a agência de marketing agora convidava o jovem a visitar um projeto ambiental na região dos Carajás, no sul do Pará. Na região, a mineradora tem sua operação mais

produtiva, a mina S11D, que extraiu, só em 2024, 83 milhões de toneladas de minério de ferro de dentro da Floresta Nacional de Carajás.

Os projetos socioambientais da Vale são contrapartidas previstas em lei para “compensar” os estragos que as atividades da companhia causam ao meio ambiente. Quando esses projetos viram ponto central de campanhas de marketing que tentam tirar o foco do impacto ambiental, eles permitem uma prática conhecida como greenwashing, ou lavagem verde.

Todo ano, petroleiras, petroquímicas, a indústria de ultraprocessados, o agronegócio, entre outros mercados vistos pela opinião pública como prejudiciais à Natureza, investem quantias cada vez maiores em ações de comunicação para parecerem mais responsáveis ambientalmente.

Para mineradoras como a Vale, a principal causadora das tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, dois dos maiores desastres ambientais do Brasil, esse tipo de investimento na limpeza da própria imagem é ainda mais imprescindível. A indústria criou um termo próprio para isso, repetido pelos departamentos de comunicação e por consultores que ajudam as mineradoras a expandir suas atividades: Licença Social para Operar (LSO). Criado nos anos 1990 durante a intensificação da mineração no território canadense, o conceito resume uma série de estratégias e práticas que permitem às mineradoras ter “autorização social”

para explorar os recursos de uma região. É essa autorização intangível e informal, construída pelo marketing das companhias, que facilita mais tarde a obtenção da licença formal para abrir novas minas.

“Antes de ser um documento oficial, esta licença é uma conquista diária, um pacto de confiança estabelecido com a sociedade”, escreveu Leandro Modé, o diretor de comunicação da Vale em um artigo recente no site Infomoney. “Sem ela, a licença real, aquela que consta no papel, torna-se mais complexa e desafiadora de obter e manter.”

É nesse contexto que se encaixam as novas e espetaculares ações de marketing da Vale, que patrocinou em setembro um show da cantora pop Mariah Carey sobre um palco em formato de vitória-régia em um rio de Belém. O diretor de comunicação da Vale considera esse evento um “marco histórico” na relação da companhia com a Amazônia. É também para obter sua Licença Social para Operar que a empresa patrocina museus, festivais e projetos sociais nas cidades em que atua.

“A Vale [...] se orgulha de mostrar que é possível, sim, conciliar desenvolvimento econômico com conservação ambiental e progresso social”, escreveu o diretor de comunicação.

Para espalhar essa mensagem, a empresa tem contado cada vez mais com a ajuda de influenciadores. Isso fica claro na proposta feita ao jovem convidado a ir a Canaã dos Carajás visitar os projetos ambientais.

“Os resultados da pesquisa de sustentabilidade indicam que, embora as comunidades reconheçam a Vale como um motor de desenvolvimento local [...], muitas delas desconhecem as ações específicas que a empresa realiza ou apoia diretamente nas comunidades”, informou a agência no email ao criador. “Para aumentar a visibilidade dessas iniciativas, propomos uma ação com influenciadores locais, que incluirá visitas aos projetos socioambientais e à operação da Vale no município.”

O comunicador recusou o convite.

A ‘borboleta ribeirinha’ de Brumadinho

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem de uma mina da Vale rompeu, despejando aproximadamente 12 milhões de metros cúbicos de lama tóxica sobre a cidade de Brumadinho, em Minas Gerais. Três das 272 pessoas que morreram nunca foram encontradas. As crianças que nasceram depois do rompimento carregam até hoje no sangue níveis alarmantes de metais como cádmio, arsênio, mercúrio, chumbo e manganês, segundo um estudo recente da Fiocruz.

Mas, em 2022, a Vale encontrou uma notícia boa para divulgar sobre Brumadinho. Percorrendo a área afetada pelo desastre, um grupo de biólogos da empresa se deparou com 60 borboletas *Parides burchellanus*, uma espécie rara e ameaçada de extinção conhecida como “borboleta ribeirinha”. A informação foi publicada no site da empresa e disparada em press release para

Todo ano, petroleiras, petroquímicas, a indústria de ultraprocessados, o agronegócio, entre outros mercados vistos pela opinião pública como prejudiciais à Natureza, investem quantias cada vez maiores para parecerem mais responsáveis ambientalmente

veículos de imprensa, que a reproduziram.

Em maio daquele ano, a agência Artplan enviou um email para um educador ambiental muito popular nas redes sociais. Produzindo vídeos sobre curiosidades do comportamento animal, esse influenciador tinha naquela altura mais de 4 milhões de seguidores entre o Instagram e o TikTok, a maioria jovens interessados em biologia.

“A Vale está querendo divulgar um projeto [de] Monitoramento de Borboletas em Brumadinho”, escreveu uma funcionária da agência de marketing. “Eles querem influenciadores que estejam totalmente imersos nesse mundo da biologia e ciência e adoraram o seu perfil.”

A agência pedia o combo-padrão de stories e reel, e questionava qual seria o valor “pra esse job”. Por discordar da tentativa da Vale de melhorar sua imagem negativa por meio de campanhas de marketing, o influenciador recusou a proposta. Uma semana depois, a empresa postou em seu canal no YouTube um vídeo institucional sobre a aparição das borboletas em Brumadinho. *The Return of the Ribeirinha Butterflies* alcançou 554 mil visualizações e é até hoje o vídeo mais visto do canal em inglês da Vale.

Receber uma negativa não impediu a Vale de insistir no contato com o influenciador. No ano seguinte, em 2023, a Artplan fez um novo convite ao educador ambiental, dessa vez para ele entrar em uma campanha sobre a conservação da Amazônia, a relação de animais

com a robótica e “a correlação com minério no dia a dia”. O criador recusou de novo.

Além de não quererem se associar a uma empresa com um passivo ambiental tão alto, esses influenciadores recusam convites da Vale por outro motivo: a repercussão negativa entre seus seguidores. Durante a investigação para esta reportagem, conversamos com uma criadora paraense que em 2022 aceitou receber 22 mil reais da Vale para fazer uma publicidade.

“Tive muito *hate*, não aguentei a pressão e decidi que não quero mais isso pra mim”, contou ela, que também preferiu não se identificar para evitar represálias do mercado de influência. *Hate* é o termo que se usa para comentários depreciativos. Essa criadora, especializada em conteúdo local, disse ter recebido outras propostas da Vale, por valores ainda maiores, mas afirma ter recusado todas.

Talvez para evitar que seus influencers recebam *hates*, a Vale oferece uma alternativa nas propostas consultadas por SUMAÚMA: a possibilidade de publicar *dark posts*. Nesse tipo específico de publicidade, empresas como a Vale podem fazer o anúncio aparecer no feed de um público-alvo predefinido, mas o post não fica disponível na grade do perfil do influenciador e nem no da própria Vale.

Esse tipo de publicidade nichada dificulta o rastreamento e a fiscalização externa. Na prática, o anúncio aparece para uma parte dos usuários da rede, mas, se você for checar nos perfis que o postaram, não encontrará nada.

Mesmo recebendo negativas de influenciadores, a empresa insiste nas abordagens porque ela sabe que, enquanto alguns se recusam a participar das campanhas, muitos outros aceitam.

Durante esta investigação, conversamos com uma criadora paraense que em 2022 aceitou receber 22 mil reais da Vale para fazer publicidade. ‘Tive muito *hate*, não aguentei a pressão e decidi que não quero mais isso pra mim’, contou ela, que preferiu não se identificar

Jornalista, professor de história e garoto-propaganda

Formado em jornalismo e história, Thiago Gomide criou uma página de curiosidades sobre o Rio de Janeiro que se tornou muito popular durante a pandemia. Em vídeos curtos e bem-humorados, o professor se especializou em narrar com uma inconfundível prosódia carioca acontecimentos que marcaram a história do Rio e do Brasil.

Seus posts costumam explicar, por exemplo, a etimologia de expressões como “pé-rapado” ou narrar a chegada do mate às praias da Zona Sul. O trabalho o levou a se tornar colunista do jornal *O Globo* e da rádio CBN. Em junho de 2025, ele lançou o *Tá na História Brasil* pela Globo Livros, obra que reúne curiosidades da história brasileira. Um mês depois, seus 1,6 milhão de seguidores no Instagram começaram a ver um tipo de conteúdo diferente.

Entre julho e outubro, Gomide publicou oito vídeos patrocinados pela Vale. Em um deles, o historiador foi a uma das minas da Vale no sul do Pará e vestiu um capacete da empresa. Depois, foi até a Floresta Nacional de Carajás e repetiu uma frase que os publicitários costumam insistir em suas campanhas de marketing: “A mineração convive, tem que conviver, com a preservação”.

Ao contar a história da exploração mineral em Carajás, a publi de Gomide não informou sobre os impactos comprovados dessa operação na Natureza. Em 2004, por exemplo, a Vale foi multada em 2 milhões de reais pelo Ibama por lançar rejeitos de mineração da mina de Sossego diretamente na floresta e por não ter cumprido as condicionantes da licença de desmatamento. Uma reportagem da revista *piauí* três anos depois informou que a Vale admitia o erro, mas se recusava a pagar a multa. A mesma revista levantou que, desde sua privatização, a empresa já acumulava até aquele ano 37 milhões em multas do Ibama. A propaganda também não contou como a Vale é suspeita de comprar terras irregularmente na região, conforme SUMAÚMA contou na série Insustentáveis.

Em outro vídeo da sua série publicitária, Gomide entrou em um dos trens da ferrovia que transporta minério de ferro, combustível, soja e passageiros, uma linha que sai de Carajás e vai até o Porto de São Luís, no Maranhão. “São quase 900 quilômetros de trilhos passando por dezenas de municípios e comunidades que dependem desse transporte. O trem é equipado com ar-condicionado e espaços acessíveis”, listou o historiador. “Os assentos são confortáveis e têm tomada para carregar o celular.”

O que a publicidade não mencionou é que essa ferrovia corta a Terra Indígena Mãe Maria, onde com frequência comunidades do povo Gavião precisam interromper o fluxo para protestar contra os impactos da operação no território. O conteúdo publicitário obviamente também não citou o caso da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia, que durante décadas precisou conviver com o



EM 25 DE JANEIRO DE 2019, A BARRAGEM DE UMA MINA DA VALE ROMPEU, DESPEJOU LAMA TÓXICA SOBRE BRUMADINHO, EM MINAS GERAIS, E MATOU 272 PESSOAS

pó de ferro que cai dos vagões da Vale e provoca diversas doenças respiratórias na população vizinha à ferrovia.

Um relatório da ONU denunciou o caso e, em 2024, depois de mais de duas décadas de luta contra a Vale e siderúrgicas da região, os moradores de Piquiá de Baixo foram removidos do seu território para que o trem de minério pudesse continuar passando. Hoje, eles moram em outro bairro, construído com recursos da Vale e do Minha Casa, Minha Vida, do governo federal.

Vale não responde sobre dívida e critica reportagem

No final de outubro, enviamos à Vale quatro perguntas sobre temas tratados nesta reportagem. Questionamos sobre o total da dívida da empresa com o governo do Pará e quanto dessa dívida foi abatido com as obras públicas do Estrutura Pará, uma informação que não consta em seus relatórios financeiros públicos. A mineradora preferiu não responder sobre as dívidas.

Também questionamos sobre o uso de influenciadores digitais em campanhas de *greenwashing*. A Vale respondeu com uma nota:

“A Vale não pratica *greenwashing* e tem inúmeros dados e fatos que comprovam isso. Por exemplo: a companhia está presente há 40 anos na Amazônia, onde ajuda a proteger, ao lado do poder público, cerca de 800 mil hectares de floresta, o equivalente a cinco vezes o tamanho da cidade de São Paulo. A Vale utiliza cerca de 3% dessa área para a mineração. O restante é conservado com

recursos da Vale. Por meio do Fundo Vale, a empresa mobilizou uma rede de 90 parceiros, e aportou mais de 400 milhões de reais prioritariamente na Amazônia. Apoiou e acelerou 400 negócios de impacto até 2024, por meio de 146 iniciativas, beneficiando direta e indiretamente 60 mil produtores rurais, extrativistas e suas famílias e gerando a recuperação de mais de 18 mil hectares de área”.

A Vale disse que “qualquer influenciador digital tem a prerrogativa natural de aceitar ou não uma proposta de trabalho”. A empresa também criticou esta reportagem, dizendo que “lamenta e repudia o uso de uma atividade tão nobre como o jornalismo para fins de ativismo, que, por definição, tem lado, ao contrário do jornalismo, que pressupõe equilíbrio e independência”.

SUMAÚMA também procurou o historiador e jornalista Thiago Gomide, do perfil *Tá na História*. Por meio de sua assessoria de imprensa, ele disse que “desde maio de 2025 o projeto passou a contar histórias de diferentes iniciativas – especialmente culturais – da Vale, a maior investidora privada em cultura do Brasil. Essa parceria permitiu a gravação de conteúdos em estados como Pará e Espírito Santo, reforçando o compromisso com a difusão do conhecimento histórico”, afirmou o texto. “As relações comerciais do *Tá na História* seguem padrões de conformidades, considerando todos os esforços empreendidos por nossos parceiros – pessoas físicas ou jurídicas – para aprimorar continuamente suas práticas e mitigar eventuais impactos inerentes às atividades empresariais!”, continuou. ■



Eliane Brum

Rio Guamá, Belém, Amazônia

No mundo do ativismo pela vida marinha, o capitão Paul Watson é uma baleia. Quando o canadense aparece nos mares do mundo, sua presença se impõe, especialmente para os destruidores de vidas. O governo do Japão que o diga. Entre as causas mais fortes em 50 anos de ação, está sua luta contra a caça de baleias. Por um episódio que Paul garante não ter tido nenhuma influência, mas que teria sido usado para persegui-lo, ele foi preso em julho de 2024, na Groenlândia, a pedido do Japão, e libertado em dezembro, quando a Dinamarca recusou o pedido de extradição. Chegou a entrar na lista vermelha da Interpol, mas, depois de constatada a fragilidade das denúncias, seu nome foi retirado. Ao saber que Paul estava na COP30, em Belém, o Japão de imediato pediu sua extradição, mas o capitão partiu de Belém sem maiores sobressaltos depois de ter renovado alianças com povos indígenas da Amazônia e de outras porções do mundo.

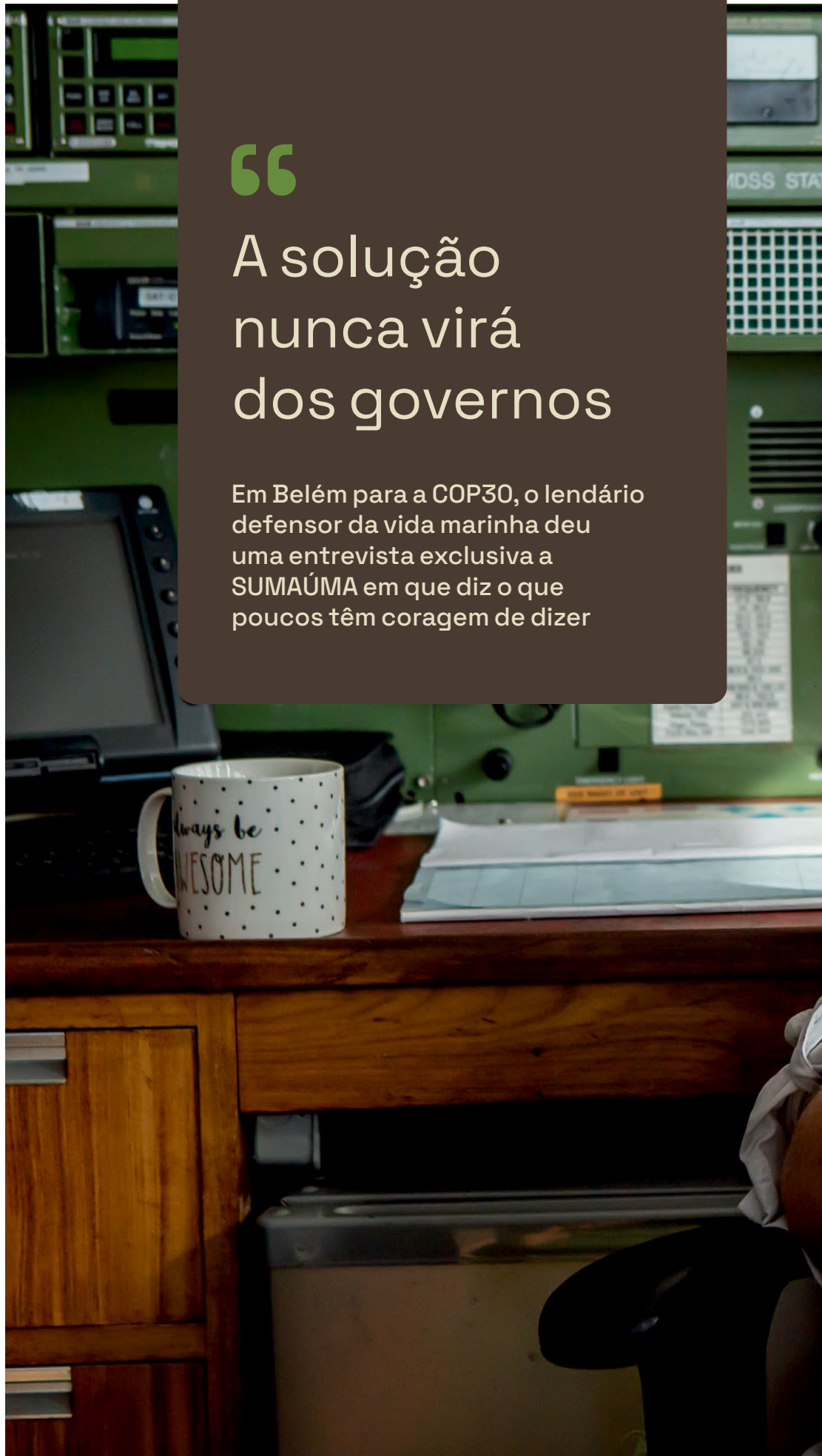
Foi protegendo as baleias que Paul Watson teve um momento que ficou escrito na alma. Cofundadores do Greenpeace, Paul e Robert Hunter foram os primeiros a colocar seus corpos entre as baleias e os baleeiros. Em 1975, ao botar seu bote inflável entre um navio-baleeiro russo e um grupo de cachalotes, uma das baleias foi arpoada. Paul conta ter reconhecido “um lampejo de entendimento no olho da cachalote agonizante”, como se ela soubesse que seu grupo tentava salvá-la. A baleia lançou-se para longe do barco, desabou sob as ondas e morreu. Esse encontro de olhares entre dois seres que se reconhecem iguais fez com que o humano sobrevivente promettesse se tornar um defensor das baleias e de todas as criaturas do mar.

E assim foi. Paul Watson encarna seu conceito de ação direta não violenta agressiva. Nos mares, sim, mas também nos escritórios das organizações. Aos 74 anos, ele nem se acomoda nem se rende. Depois de uma série de lutas travadas nas águas, Paul deixou o Greenpeace ao discordar do rumo que a organização tomou. Fundou então a Sea Shepherd Conservation

“

A solução
nunca virá
dos governos

Em Belém para a COP30, o lendário defensor da vida marinha deu uma entrevista exclusiva a SUMAÚMA em que diz o que poucos têm coragem de dizer





Lela Beltrão/SUMAÚMA

PERSISTÊNCIA: PAUL WATSON, UM DOS MAIS LENDÁRIOS ATIVISTAS DO PLANETA, NO NAVIO ANCORADO EM BELÉM PARA A COP30

Society, de onde acabou saindo, segundo ele, porque tentavam silenciá-lo. A Sea Shepherd Brasil, França e Reino Unido seguem com ele. Criou, então, a Captain Paul Watson Foundation.

A maioria das pessoas vai se tornando cada vez mais conservadora ao envelhecer. Paul, não. Segue ativo, corajoso e entrelaçado com a promessa feita à cachalote, embora diga que o conservador é ele, porque luta para conservar a vida.

Acompanhe os principais trechos da entrevista que Paul Watson deu a SUMAÚMA em 15 de novembro. Essa baleia fala o que poucos têm coragem de dizer.



ELIANE BRUM **Você está lutando há muito, muito tempo. Como você entende o caminho que nos trouxe até aqui?**

PAUL WATSON O que aconteceu nos últimos 50 anos, você diz?

Isso.

Bem, pelo lado positivo, houve muita conscientização. Mais pessoas estão cientes dos problemas agora do que há 20, 30, 40 anos. Eu acho que há uma urgência maior por parte das pessoas em tentar encontrar uma solução. Então, isso é uma grande melhoria. O lado negativo é que estamos ficando sem tempo. E não estamos controlando [as mudanças climáticas], e as temperaturas continuam subindo. [Além disso] a biodiversidade, o número de espécies, continua diminuindo. Agora, apenas 4% da biomassa não é domesticada pelos seres humanos. Então, nós temos apenas 4% [de vida selvagem] e perdemos mais de 50% de nossa biomassa animal nos últimos 50 anos [Segundo as pesquisas mais recentes, já perdemos 73%]. Essa é a parte ruim. Para mim, o maior problema não é tanto a mudança climática, mas a diminuição da biodiversidade. E eu acho que esse é um dos fatores que estão impulsionando a mudança climática, o fato de estarmos perdendo a biodiversidade e a interdependência das espécies. [Por exemplo] as baleias garantindo que tenhamos uma população saudável de fitoplâncton para fornecer o oxigênio, sequestrar CO2. O papel das árvores do mundo, dos vermes, insetos e abelhas, todas essas coisas estão sendo diminuídas porque seus números estão sendo reduzidos. E, em algum momento, podemos estar numa situação muito grave. Se as abelhas desaparecerem, ou certas espécies de plantas desaparecerem, isso causará problemas catastróficos. Mas, em geral, os seres humanos estão alheios a isso. Eles simplesmente não se importam. Então, esse é o maior problema.

Como você define este momento?

Eu acho que estamos chegando a um ponto em que decisões reais precisam ser tomadas. E, se não forem, então a Natureza começará a tomar essas decisões por nós. Já perdemos cerca de 30%, 35% da população de in-

setos do mundo. E os insetos são grandes polinizadores. Eles eliminam resíduos. Eles realizam todos esses serviços aos quais nós simplesmente não damos atenção. Portanto, um mundo sem insetos não é um mundo no qual possamos viver. Um mundo sem tantas espécies diferentes, sem essa diversidade, não é um mundo no qual possamos viver. Então, deveríamos nos dar conta disso antes que seja tarde demais. Porque quando a Mãe Natureza age, ela não é muito gentil. Então, nós sofreremos indiscriminadamente.

O senhor pensa na Natureza como [James] Lovelock [cientista e inventor que revolucionou a forma de pensar sobre os sistemas da vida]?

Não, eu vejo a Natureza sendo governada por leis ecológicas. Que são como as leis da física, por exemplo, a lei da termodinâmica, a lei da gravidade. Existem as leis da ecologia que governam como o mundo natural funciona. Portanto, eu não acredito que haja uma inteligência por trás disso. Acredito que tudo isso evoluiu ao longo de milhões de anos de espécies trabalhando juntas. E isso corre o risco de desmoronar. Eu gosto de descrever desta forma: considere que estamos em uma nave espacial. E, você sabe, toda nave espacial tem um sistema de suporte à vida que nos fornece tudo o que precisamos. O oxigênio que respiramos, a regulação do clima e da temperatura, o fornecimento de alimentos. E esse sistema de suporte à vida é operado e mantido por uma equipe de engenheiros. Que seriam todas aquelas espécies que mantêm tudo funcionando. E nós, humanos, não somos engenheiros, somos passageiros. Estamos nos divertindo muito. Estamos nos entretendo. Mas estamos matando os engenheiros. Basicamente, estamos assassinando os engenheiros. E eu acho que essa é a situação em que estamos agora. Estamos ficando sem engenheiros construtivos.

Mas essa não é uma forma de ver a Natureza a partir do nosso mundo, o mundo humano? Engenheiros e naves espaciais...

Bem, essa é a forma de apenas transmitir, transmitir simbolicamente. Mas você está certa. O problema é que os humanos veem o mundo a partir de um ponto de vista antropocêntrico. É tudo sobre nós. Somos a única espécie que importa. Somos dominantes sobre tudo. E uma das coisas que aprendi com as culturas indígenas ao longo dos anos é entender o ponto de vista biocêntrico. Que é o fato de sermos parte de tudo. Estamos relacionados a tudo. Que tudo é interdependente entre si. Que temos a responsabilidade de viver em harmonia com todas essas outras espécies naturais. Elas cuidam de nós. Nós cuidamos delas. Deveríamos ser parte do ecossistema, não dominantes sobre ele.

Você disse que o clima não é a questão maior. O grande problema é que estamos perdendo biodiversidade.



ALIANÇAS: PAUL WATSON RECEBE A VISITA (DA DIR. P/ A ESQ.) DO CACIQUE NINAWA HUNI KUI, DO ACRE; DO PRÍNCIPE APPOLINAIRE OUSSOU LIO, DO POVO TOLINO, DO BENIN; E DE GERT-PETER BRUCH, DA ONG PLANÈTE AMAZONE

Você acha que essa catástrofe está bem representada nesta COP?

Há algumas coisas que nunca são representadas. O próprio oceano. Eu não acho que haja muita conversa sobre biodiversidade. Tudo o que parece que sempre ouvimos é sobre sequestro de carbono, tentar construir uma máquina que sequestre carbono. E nós já temos isso. Chama-se árvore. Nós só precisamos de mais árvores. Não precisamos de mais máquinas. Portanto, o ponto de vista biocêntrico não está realmente representado. E o próprio fato de os povos indígenas da Amazônia não estarem realmente participando de nenhuma dessas negociações, sendo eles as pessoas que têm essa compreensão biocêntrica [mostra isso]. Então, temos que ouvir todos esses tecnocratas que apresentam todas essas soluções técnicas que não funcionam. Como eu notei no pavilhão japonês: o slogan na frente era “Soluções para o mundo”. O Japão vai fornecer soluções para o mundo. Mas quando você olha, eles estão apenas

falando sobre melhorias no desenvolvimento de combustíveis fósseis e coisas assim. E isso não é solução para nada. E eu disse, sim, há uma solução que o Japão pode fazer: pare de matar baleias. Essa é uma boa solução para lidar com a mudança climática.

Quando nos encontramos pela primeira vez, durante um evento no início da COP, eu perguntei o que você estava achando desta COP e você disse: “É a mesma coisa que as outras”.

É. Não houve nenhuma mudança desde que participei da conferência da ONU em Estocolmo em 1972, a conferência do Rio sobre meio ambiente e desenvolvimento em 1992, a COP21 em Paris. É sempre a mesma coisa, muita conversa, muitos papéis, muitas promessas. Temos muitas leis e tratados, como acabamos de ter o Tratado do Alto-Mar e tudo o mais, mas são apenas papéis, eles não significam nada sem a aplicação das leis. Se eu visse alguma fiscalização real desses tratados

e regulamentações, então me sentiria mais positivo sobre isso, mas acho que eles simplesmente gostam de sair dessas conferências como “Oh, veja o que fizemos. Temos esse tratado maravilhoso, temos este conjunto maravilhoso de regulamentações...”. E eles também têm gastado muito tempo levantando dinheiro para países de baixa altitude [como os países-ilhas], sabe. Dar dinheiro não é uma solução, não vai impedir a água de subir. É apenas ganhar tempo e tudo o mais. E eu acho que é uma tentativa de comprar as pessoas que mais estão sofrendo com a elevação do nível do mar. Vamos apenas comprá-las e elas param de reclamar. Apenas dê dinheiro a elas e elas param de choramingar. Certo?

Muitas pessoas acham que continuar fazendo COPs não é algo de que precisamos. Essas pessoas acham que as COPs não são importantes. É o que o senhor pensa?

Bem, eu não acho que haja nada de construtivo saindo disso. Os líderes mundiais não vão vir, sentar e realmente negociar algo que vá funcionar. Porque eles estão sempre vindo de um ponto de vista antropocêntrico. E as respostas não podem ser antropocêntricas. As respostas têm que ser biocêntricas. Seria melhor se eles convocassem uma conferência sobre mudanças climáticas no meio da Amazônia, entre os povos indígenas, e não convidassem a indústria de combustíveis fósseis, não convidassem todos esses tecnocratas. Eu não acho que

eles deveriam permitir que pessoas envolvidas na destruição do planeta, as pessoas responsáveis pela mudança climática, entrassem. Por que elas estão sendo convidadas para a mesa? Por que temos que ouvi-las? Voltando aos dias em que estávamos tentando abolir a escravidão. Ok, vamos convidar os escravocratas, as pessoas que possuíam os escravos, vamos convidá-los para a mesa e ver o que eles pensam sobre o comércio de escravos. E, claro, é uma necessidade econômica. A vida de muitas pessoas depende disso, muitos empregos dependem disso. Economicamente, o que vai acontecer se acabarmos com a escravidão? Haverá muitos problemas econômicos para eles. É exatamente a mesma coisa.

Por que você veio a esta COP?

Eu acho que a verdadeira razão é que foi uma oportunidade de vir ao Brasil, mas também porque estamos [o navio] a caminho do Oceano Antártico, e isso é no caminho. Não teríamos vindo aqui apenas por uma COP. Mas também é a oportunidade de encontrar povos indígenas, encontrar pessoas no Brasil e fazer *networking*. Quando venho aqui, não procuro falar durante as negociações, não procuro falar com o governo, procuro falar com outras pessoas envolvidas em trabalho ambiental e indígena.

Podemos ter muitas críticas sobre as COPs, mas não seria pior se não tivéssemos pelo menos essa tentativa? Nosso destino estaria inteiramente nas mãos de pessoas como Donald Trump e das grandes corporações, não é?

Ok, se você tem um corte muito sério no braço, você pode continuar colocando um band-aid nele todos os anos, ou você pode costurá-lo. Mas não estamos fazendo nenhuma costura, estamos apenas colocando band-aids temporários todos os anos para fazer parecer que estamos realmente curando o problema, mas não estamos. Portanto, se há uma COP ou se não há uma COP, o resultado ainda é o mesmo. Nada está sendo feito. Mas se a situação chegar ao ponto em que tenhamos que agir, talvez eles percebam que temos que ver de um ponto de vista completamente diferente, que precisamos adotar esse ponto de vista biocêntrico, realizar conferências sérias sobre mudanças climáticas para abordar problemas reais, e não permitir que as pessoas que são responsáveis pelos problemas participem e o controlem. Quer dizer, o fim para mim foi há dois anos na COP28, quando o presidente de uma companhia de petróleo de Dubai era o presidente da COP. Quer dizer, isso apenas negou todo o processo. E tudo o que ele disse foi que a solução seria encontrada através dos combustíveis fósseis. E foi isso que o pavilhão japonês estava mostrando, a solução será encontrada através dos combustíveis fósseis. E eles nem estão tentando resolver o problema. Eles estão apenas tentando lucrar.

“

O biocentrismo não reconhece nacionalidades. Precisamos olhar para este planeta como um planeta, e não como um monte de pequenos times balançando suas bandeiras. Temos que nos ver como habitantes da Terra

Paul Watson

Muitos negacionistas das mudanças climáticas foram substituídos por facilitadores das mudanças climáticas. As pessoas dizem: “Ei, há muitas oportunidades de negócios aqui”. Isso vai abrir o Ártico para pesca e exploração, desenvolvimento de petróleo. Então, vamos olhar o lado positivo da mudança climática. O tempo vai ser mais quente no Norte, não necessariamente nos trópicos, mas será um clima mais agradável na Nova Inglaterra e, você sabe, em diferentes lugares. É bom para nós. Não nos importamos com o resto dessas pessoas que vivem em outros lugares do mundo. Mas aqui está o outro problema, estão colocando cada vez mais estresse sociológico nas populações, o que resultará em mais e mais refugiados ambientais.

Ainda temos um mundo dividido em Estados-nação. Qual é o papel dos nacionalismos no colapso?

O biocentrismo não reconhece nacionalidades. Não há divisão nisso. Precisamos olhar para este planeta como um planeta, e não como um monte de pequenos times balançando suas bandeiras. Temos que nos ver como habitantes da Terra, e não como brasileiros ou americanos ou franceses ou o que quer que seja. E pode parecer impossível, mas eu acho que é assim que temos que fazer. Porque o antropocentrismo é, por sua própria natureza, polarizador. Temos divisões políticas, a esquerda e a direita. Eu não me alinho a nenhuma das duas. Para mim, o biocentrismo anula a esquerda e a direita. Porque qualquer coisa que afete este planeta vai afetá-lo, quer você seja de esquerda ou de direita. Se o oceano morrer, não importa quais sejam suas crenças políticas. Não importa quais sejam suas crenças religiosas. A Natureza ditará qual é a realidade. E a Natureza é resiliente, mas só até certo ponto. E as coisas são lentas, não acontecem da noite para o dia. Mas, ao dizer isso, fiquei bastante surpreso com a rapidez com que as coisas acontecem. Muito mais do que os cientistas disseram há 30 anos, 20 anos, dez anos. Está acelerando. E eles realmente não parecem entender por que está acelerando. Mas é como um efeito dominó. Simplesmente continua piorando e piorando. E em algum momento, pode ficar muito ruim, muito, muito rápido.

O senhor mencionou o presidente da COP em Dubai. Mas Lula, 21 dias antes desta COP, decidiu abrir uma nova exploração de petróleo na Amazônia. O que lhe parece?

Eu passei uma hora conversando com Marina Silva sobre isso. E o que ela disse é que tanto o presidente Lula quanto ela têm ideias progressistas, mas suas mãos estão atadas pelo Congresso. É o que eles estão dizendo. E pode haver alguma verdade nisso. Mas a realidade é que não pode haver solução política. Porque qualquer político que realmente queira fazer algo, será tirado do cargo. Eles não vão obter o apoio para permanecer no cargo. Seria suicídio político. Então, acho que Lula está

fazendo isso porque está sob uma pressão enorme das companhias de petróleo. Sob uma pressão enorme da direita no Congresso. E é realmente uma questão de sobrevivência política nisso. Eu acho que Marina Silva é bastante sincera no que quer fazer. Mas, por exemplo, Nicolas Hulot foi o homem que montou a COP21. Ele foi conselheiro do presidente [da França François] Hollande, [que governou o país de 2012 a 2017]. Após aquela COP, ele foi nomeado por Hollande para ser ministro do Meio Ambiente. E pediu demissão depois de um ano. Por quê? Ele diz que é uma posição inútil. O que quer que decidisse era negado pelo ministro da Pesca ou pelo ministro da Indústria, mais importantes do que ele. Acho que essa é uma realidade para todo ministro do Meio Ambiente em todo o mundo. Se eles tentarem fazer alguma coisa, serão derrubados e provavelmente removidos por terem a coragem de realmente fazer algo.

Então você está dizendo que a solução não virá do Estado...

A solução nunca virá dos governos. Nunca.

E então de onde?

Da maneira que sempre aconteceu. Nenhum governo jamais resolveu algum problema sociológico algum, jamais. A escravidão foi encerrada após 200 anos de campanha por indivíduos apaixonados. O movimento sufragista feminino levou décadas para ser realizado. E elas tiveram que se mover lentamente porque foram criticadas não apenas por homens, mas pela maioria das mulheres. E finalmente elas conseguiram indo para as ruas. E aqui está o que aprendi ao longo dos anos sobre movimentos sociais. Você não precisa da maioria das pessoas do seu lado. Você só precisa de 7%, 7% de qualquer população lhe dá um movimento. E, uma vez que você tem esse movimento, o movimento começa a ficar mais forte. Então, olhe, não estamos nem perto de 7% agora. Porque há mais pessoas que são assinantes de Warcraft e Minecraft do que ativistas ambientais. Então, é isso que devemos visar, os 7%. Nunca vamos convencer 100% da população a fazer algo certo. Nunca conseguimos, nunca conseguiremos. A maioria sempre foi contra a abolição da escravidão. A maioria sempre foi contra dar às mulheres o direito de voto. A maioria sempre se opôs aos direitos civis. A maioria é sempre contra isso. Porque todo mundo quer mudança, mas ninguém quer mudar. Ninguém quer abrir mão de seus benefícios materiais. E é disso que eles têm medo. Se eu fizer isso, então não teremos tal produto ou não poderemos ter um carro legal. O materialismo é a força motriz. Ninguém quer fazer os sacrifícios. Mas, novamente, os 7% lhe darão um movimento, e isso começará a crescer como uma bola de neve. Ficará mais forte e mais refinado. Então, eu acredito que o movimento ambiental ficará mais forte. E, por necessidade, tem que ficar mais forte por causa da ameaça de colapso ecológico. E en-



Lela Beltrão/SUMAÚMA

GUERREIRO: O NAVIO DA SEA SHEPHERD, ORGANIZAÇÃO FUNDADA POR PAUL WATSON PARA LUTAR PELA VIDA MARINHA, VIROU ATRAÇÃO NO PORTO DE BELÉM

tão começará a fazer a diferença. E então você coloca pessoas em uma posição de poder onde elas podem fazer algo. Mas ainda vai ser uma luta. Você tem que ter paciência. Você tem que ter persistência. E não desistir. Você apenas continua e continua.

Mas, como você disse antes, estamos em um momento diferente porque não temos tempo, não temos 200 anos ou mesmo duas décadas...

Não. Mas eu acho que há duas coisas que vão acontecer. Ou vamos encontrar uma maneira de resolver o problema, o que é improvável, ou a Natureza resolverá o problema para nós. E isso virá na forma de colapso ecológico. E essa não será uma situação agradável. Por exemplo, se os fitoplânctons desaparecessem no oceano, nós morreríamos. Simplesmente não viveríamos aqui. Mas, trazendo algo mais perto da realidade, digamos que problemas ecológicos se desenvolvam em um vírus atingindo uma certa família de plantas. Digamos a família das gramíneas. O vírus vai então de uma espécie de gramínea para outra, afetando a coisa toda, o que é uma possibilidade, porque afetou outras colheitas no passado. Então, se tudo morresse em um

ou dois anos, nós morreríamos junto com as gramíneas. Estaríamos travando guerras por nabos e batatas. É mais ou menos o que seria. Porque isso significaria que todo o trigo, o centeio, o milho, o arroz, tudo teria sumido. E os animais que comem essa espécie de planta, eles já teriam sumido. Não haveria vacas, não haveria porcos, nem nada para eles comerem. Não haveria insetos, e isso seria um colapso ecológico sério, em que nossa população, que atualmente é de 8 bilhões, provavelmente seria reduzida em cerca de três anos para cerca de 100 milhões. Isso aconteceria muito rapidamente.

Então, o caminho seria mudar radicalmente o modo de vida...

Sim. Para mim, essa é a única maneira de sobreviver. E essa mudança radical é mudar do antropocentrismo, que para mim é uma forma coletiva de psicose, para o biocentrismo, que é uma forma saudável de viver. Mas, quero dizer, é uma mudança radical em nossos processos de pensamento. Porque por 8 mil anos, desde o desenvolvimento da agricultura, fomos uma civilização antropocêntrica. Fora das culturas indígenas, é o antropocentrismo. E cada uma das principais religiões do mundo

é antropocêntrica. E cada uma delas diz que somos o centro da criação. Que tudo foi criado para nós. Essa é uma ilusão incrível. O planeta tem 4 bilhões de anos, mas foi criado para nós 6 mil, 10 mil anos atrás? Quer dizer, até mesmo pensar nisso é tão ilógico. E que somos criados à imagem de algum tipo de deus macaco no céu ou algo assim. Eu não sei no que as pessoas acreditam. Mas as pessoas são fanáticas por sua crença nesses contos de fadas. Não há realismo. E, por causa disso, estamos alienados do mundo natural. Estamos completamente divorciados da vida natural. Nós nem sequer a entendemos. Nós nem sequer a compreendemos.

Mas parece que não seremos biocêntricos. Como você disse, a maioria das pessoas continuará sendo antropocêntrica. Como o senhor vê o futuro, o futuro próximo?

Bem, eu realmente não penso no futuro porque não tenho poder sobre o futuro. Eu apenas me concentro no presente. E isso definirá o que o futuro será. Mas se você começar a realmente pensar nas possibilidades negativas, pode ser muito deprimente. Então, eu tento pensar nas possibilidades para as quais eu posso realmente contribuir. O problema é que os bilionários que temos agora estão focados em fantasias incríveis, como, por exemplo, se mudar para Marte. Quer dizer, por que você iria querer ir para Marte? Quer dizer, por que não protegemos o planeta que temos agora? Se todos esses recursos sobre ir para Marte fossem investidos em trabalho ambiental agora, isso representaria uma contribuição significativa. E por que você iria querer ir para Marte quando você nem consegue viver na Antártida? Ninguém quer ir morar na Antártida. Quer dizer, é um lugar bonito, mas você não pode morar lá. E a Antártida é muito mais confortável do que Marte. Então, eu não acho que eles realmente pensaram nisso. Cerca de dez anos atrás, montei minha própria organização marciana. Eu a chamei de Sociedade de Conservação Marciana. Em primeiro lugar, apenas como uma piada, eu queria ser a organização de conservação mais antiga se alguém fosse para Marte. [Risadas.]

Mas o lado sério disso é focar a atenção na possibilidade da exploração marciana, trazendo de volta micróbios para este planeta com os quais não sabemos como lidar. E, também, se os humanos fossem para Marte, estabelecessem uma colônia em Marte, essas pessoas deixariam de ser habitantes da Terra. Elas nunca mais poderiam retornar à Terra. Porque dentro de duas gerações elas não seriam capazes de andar naquele planeta por causa da mudança de gravidade. Elas seriam criadas em uma gravidade onde literalmente entrariam em colapso se voltassem para a Terra. Seus olhos evoluiriam para a atmosfera marciana, e elas não seriam capazes de ver aqui. E é assim que a evolução funciona. Então, basicamente, a exploração de Marte significaria a erradicação dos seres humanos como os conhecemos.

Mas, novamente, há 8 bilhões de pessoas. Todas elas vão para Marte? Ou apenas Elon [Musk] e seus bebês? Sabe, é como *Moonraker* [um dos filmes do espião 007, que no Brasil se chama *007 contra o Foguete da Morte*]. Elon Musk é como *Moonraker*, onde eles matam todos na Terra e fogem para o espaço. Então ele precisava de James Bond para detê-lo...

Você esteve no início da luta contra Belo Monte, naquela época chamada Kararaô. Você pretende lutar contra Belo Sun, a mineradora canadense que está tentando abrir a maior mina de ouro a céu aberto na Volta Grande do Xingu, uma parte muito biodiversa do Rio Xingu, onde Belo Monte já está causando um ecocídio?

Se pudermos, nós faremos. Quando vim aqui pela primeira vez, em 1989, foi para apoiar a oposição à barragem, mas aqui está o problema. As vitórias são sempre temporárias, e então você tem que lutar tudo de novo. E é isso que está acontecendo agora. Mas nós queremos trabalhar e apoiar o máximo que pudermos os povos indígenas na Amazônia. Eu estava na aldeia de Raoni, provavelmente o líder indígena mais famoso do mundo. E as coisas que eles querem são muito mínimas. Tipo, gostariam de dois barcos de patrulha e a capacidade de patrulhar o Xingu para impedir que pescadores ilegais entrem e levem seus peixes. Eles não estão pedindo muito.

Então, vou fazer tudo o que puder para tentar levantar esse apoio. Conseguir para eles um bom veículo para trazer suprimentos, dois barcos muito rápidos que eles estão acostumados a usar. E eu não quero estar no comando disso. Eu só quero dar a eles os materiais para que possam assumir o comando. Eles conhecem o rio melhor do que eu, eles sabem o que precisam fazer. Só precisam dos materiais. E isso deveria estar lá agora. Todas as ONGs que estão fazendo campanha para proteger a Amazônia, por que elas não estão dando às pessoas o que elas precisam se realmente são sinceras sobre isso?

Como ativista, você tem esse conceito de “não violência agressiva”...

Somos chamados de muitos nomes, sabe, terroristas, militantes, o que for. Mas a realidade é esta: em 50 anos, desde que começamos, nunca ferimos ninguém, nenhum ferimento sequer. Nunca perdi um único membro da tripulação, sem ferimentos graves. Nunca fui condenado por um crime. Nunca perdi um processo civil. Portanto, a estratégia de não violência agressiva funciona. É bem-sucedida. Com ela expulsamos os japoneses do Santuário de Baleias do Oceano Antártico. Fechamos a caça às focas canadenses. Acabamos com a caça às baleias na Austrália, na Coreia do Norte, na Espanha, na União Soviética. Fizemos todas essas coisas através dessa abordagem de não violência agressiva. ■



As conferências do clima, tão grandes, ficaram pequenas para a desigualdade do mundo

COP de Belém incorpora direitos humanos e sociais a documentos climáticos e forma coalizão de países que promete trabalhar pela eliminação dos combustíveis fósseis, mas resultados esbarram na distância entre os que têm demais e os que não têm nada

Claudia Antunes

Rio Guamá, Belém, Amazônia

As conferências sobre a mudança do clima são as maiores reuniões internacionais organizadas pelas Nações Unidas. A partir da COP26, em Glasgow, em 2021, em plena pandemia de covid-19, o número de participantes credenciados se aproximou da marca de 40 mil e nunca mais ficou abaixo disso. A COP30, em Belém, teve 56.118 pessoas registradas. Segundo uma contagem não oficial divulgada pelo Brasil, mais de 42 mil delas estiveram na Zona Azul, o espaço sob controle da ONU onde acontecem as negociações entre os governos. Se confirmada essa cifra, a primeira COP realizada na Amazônia e a primeira em um país democrático em quatro anos foi a quarta maior em presença – depois das de Dubai, em 2023 (83.884); Baku, no Azerbaijão, em 2024 (54.148); e Sharm El-Sheikh, no Egito, em 2022 (49.704).

Aos representantes dos governos nacionais, que têm o poder de decisão, se juntam nas conferências do clima milhares de observadores de organizações da sociedade civil, da Academia e das administrações de estados e cidades. Juntam-se também lobistas da indústria petrolífera e do agronegócio, os setores que mais poluem. O que move tanta gente é a busca por apressar ou retardar a contenção de uma crise existencial, provocada pela destruição da Natureza para manter rodando o sistema econômico baseado na queima de petróleo, gás e carvão, que há mais de 200 anos se confunde com as palavras “desenvolvimento” e “progresso”. É um sistema embasado no lucro, no consumo exagerado e

na desigualdade. E é por isso que as COPs, apesar de tão grandes, ficaram pequenas para transformá-lo.

A Conferência de Belém aprovou um documento sobre transição energética justa que incorpora em escala inédita os direitos humanos e sociais às decisões sobre o clima. Também forjou coalizões de mais de 80 países que se dizem dispostos a pôr em prática a eliminação gradual dos combustíveis fósseis e o fim do desmatamento. Os resultados da COP30, porém, foram limitados por um bloqueio de nações petrolíferas e pela falta de disposição dos países financeiramente ricos de reduzir a distância entre eles, que têm muito e são os principais responsáveis pela crise climática, e aqueles que têm pouco e são os que mais sofrerão os impactos.

Os tratados climáticos contêm seus próprios limites

Assinado há dez anos, na COP21, o Acordo de Paris representou o vislumbre de uma solução para a emergência climática. Pela primeira vez, todos os países se comprometeram a ter metas para cortar suas emissões dos gases de efeito estufa que aumentam a temperatura da Terra. Esse aumento traz danos irreversíveis para as florestas e os oceanos, responsáveis pelo equilíbrio climático. São danos que se somam à devoração da Natureza que já existia antes.

Desde o Acordo de Paris, a projeção de aumento médio da temperatura da Terra até o fim deste século dimi-



COM MAIS DE 190 PAÍSES REUNIDOS, A COP30 EXPÕS COMO AS DIFERENÇAS ENTRE NORTE E SUL IMPEDEM QUE A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA SEJA CONTIDA

nuiu de mais de 4 graus Celsius para entre 2,3 e 2,8 graus. Não dá para dizer que o acordo não teve efeito nenhum, mas a perspectiva atual fica distante até do seu objetivo mais modesto, de conter esse aumento abaixo de 2 graus. E muito longe do suficiente para evitar um desfecho catastrófico, especialmente para os biomas e as populações da faixa tropical do planeta, onde a temperatura tende a subir mais. Os cientistas já dão por certo que, nos próximos anos, ficará consolidado o rompimento do limite de 1,5 grau Celsius, o mais ambicioso estabelecido no acordo. Agora, como reconhece o principal documento aprovado em Belém, se trata de tentar limitar o tamanho e a duração dessa ultrapassagem.

O Acordo de Paris foi negociado sob a Convenção-Quadro da ONU sobre a Mudança do Clima, que data da Cúpula da Terra, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Os textos desses dois tratados determinam suas próprias limitações, e só por causa delas foram assinados por mais de 190 países. Primeiro, eles não preveem punições para quem descumprir os acordos. Depois, as metas climáticas só existem porque são “Contribuições Nacionalmente Determinadas”, isto é, cada país pode definir sua própria parcela de corte de emissões. Além disso, os países classificados como “desenvolvidos”, os poluidores históricos, que na época da Convenção do Clima eram 24, são os que têm a obrigação de financiar a transição energética e a adaptação a um mundo mais quente nos demais. É uma obrigação a que sempre resistiram,

apesar de continuarem sendo os mais ricos, quando se considera sua renda por habitante – desde 1992, poucas nações entraram nesse clube restrito, entre elas a Coreia do Sul e petroestados como a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. Finalmente, a falta de um acordo sobre o quórum para a tomada de decisões na primeira COP do clima, em 1995, levou à consagração da regra de que tudo tem que ser aprovado por consenso.

Em julho de 2025, um parecer consultivo da Corte Internacional de Justiça, o principal tribunal da ONU, pôs nuances nesses princípios. A Corte disse que, apesar de “Nacionalmente Determinadas”, as metas climáticas dos países devem representar uma “contribuição adequada” para conter o aquecimento do planeta em 1,5 grau. Afirmou também que a classificação de um país como “desenvolvido” ou “em desenvolvimento” não pode ser considerada estática, mas depende de suas circunstâncias atuais. Acrescentou que os países que não tomarem medidas para reduzir a produção e o uso de combustíveis fósseis podem vir a ser acusados de cometer um “ato internacionalmente ilícito”. Em Belém, os países-ilhas, ameaçados pelo aumento do nível do mar, tentaram incluir uma menção a esse parecer jurídico nas decisões. Mas não houve consenso também para isso.

A exigência de consenso impediu ainda que documentos das 27 primeiras conferências do clima sequer mencionassem as duas medidas fundamentais para deter a mudança do clima: acabar com a queima dos

fósseis e cessar o desmatamento. Isso só ocorreu, ironicamente, na COP28 em Dubai, um dos sete Emirados Árabes, numa decisão que foi empurrada por uma forte mobilização internacional. Foi a exigência de consenso que produziu, na COP29, um acordo sobre financiamento climático que deixou uma legião de insatisfeitos: ele diluiu a obrigação dos países ricos de financiar aqueles com menos recursos e estabeleceu uma meta, de 300 bilhões de dólares por ano a serem alcançados somente em 2035, muito aquém do 1,3 trilhão de dólares anuais estimado como necessário.

A insistência de Marina Silva e a ideia que encontrou sua hora

Agora, foi também a exigência de consenso que impediu que a Conferência de Belém adotasse uma decisão para apressar a concretização do que foi acertado há dois anos em Dubai: a elaboração de “mapas do caminho” para o fim do desmatamento e da dependência dos combustíveis fósseis. A obrigatoriedade de que todos os países elaborassem esses roteiros seria um sinal político forte para os setores poluidores e os mercados que giram em torno deles, acostumados aos subsídios que recebem dos governos e aos lucros fáceis.

A proposta de um cronograma para a eliminação gradual dos fósseis de forma “justa, ordenada e equitativa” vem sendo defendida pela ministra Marina Silva, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, desde Dubai. Ela levou a ideia à Pré-COP, uma prévia das negociações que aconteceu em outubro de 2025 em Brasília. Na ocasião, Marina já havia batizado o cronograma de

A exigência de consenso impediu que a Conferência de Belém adotasse uma decisão para apressar a concretização do que foi acertado há dois anos em Dubai: a elaboração de “mapas do caminho” para o fim do desmatamento e da dependência dos combustíveis fósseis

“mapa do caminho” e sugerido um roteiro também para o fim e a reversão do desmatamento.

Os diplomatas do Itamaraty sempre tiveram reservas para colocar essa proposta na mesa em Belém, como admitiu o próprio presidente da COP30, o embaixador André Corrêa do Lago. Eles acreditavam que ela poderia bloquear outros acordos que vinham sendo negociados para ser fechados no Brasil – o que de fato quase aconteceu. Mas o presidente Lula lançou a proposta na Cúpula dos Líderes, que antecedeu a Conferência de Belém. Fez isso em parte para se contrapor às críticas provocadas pela emissão, às vésperas da COP, da licença para a perfuração em busca de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas – licença que pode significar a abertura de uma nova fronteira de exploração petrolífera no Brasil em pleno litoral de uma Floresta que está cada vez mais perto do ponto de não retorno.

Ao propor os mapas do caminho, Lula provocou um efeito cascata incontrolável. Segundo contagens do portal especializado Carbon Brief, o roteiro para o fim da dependência dos combustíveis fósseis reuniu o apoio de 85 das 194 nações presentes na COP30, incluindo latino-americanas, como Colômbia e Chile; europeias, como França, Alemanha e Grécia; e 37 dos 39 integrantes do grupo de pequenos países-ilhas e costeiros. O roteiro para o fim do desmatamento foi apoiado por 92 países, incluindo os 56 da Coalizão de Nações com Florestas Tropicais.

Os países bloqueadores e os que não têm dinheiro

Como o Itamaraty previa, a oposição aos mapas do caminho foi liderada pelo grupo dos 22 países árabes, tendo à frente a Arábia Saudita. A monarquia absolutista do Golfo Pérsico é a segunda maior produtora de petróleo do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, o maior poluidor histórico, que Donald Trump tirou do Acordo de Paris, deixando para trás uma imensa dívida climática. O grupo árabe ameaçou bloquear qualquer decisão da COP30 se houvesse menção aos roteiros. A ele se juntaram nações como a Rússia, a Nigéria, a Venezuela e a Índia. Os indianos enviaram mensagens contraditórias, com o governo dizendo à imprensa local que não se oporia aos mapas do caminho se cada país pudesse fazer o seu, mas insistindo, nas negociações em Belém, que sua prioridade era o aumento do financiamento, e não novas obrigações de corte de emissões.

Até 27 de novembro, indianos e sauditas ainda não haviam apresentado suas metas atualizadas de redução de emissões, o que todas as nações deveriam fazer neste ano de 2025. O grupo retardatário incluía 32 países africanos.

Seria simples atribuir somente ao bloco árabe o bloqueio dos mapas do caminho. Mas a divisão que a proposta provocou é mais complexa do que isso, como ficou claro nas negociações a portas fechadas sobre a Decisão Mutirão, o principal documento aprovado na

COP30, e onde esses roteiros chegaram a ser incluídos numa primeira versão. O grupo de países africanos, formado por 54 nações, apoiou o grupo árabe, mas com pelo menos sete dissidências, como as de Serra Leoa, Quênia e Cabo Verde (que faz parte também do grupo de nações-ilhas). Os africanos argumentaram que não causaram a mudança do clima e não poderiam arcar com mais obrigações sem ter a garantia de financiamento para fazer a transição energética, se adaptar a um mundo mais quente e reduzir a pobreza ao mesmo tempo. O próprio bloco árabe não é homogêneo. Países como o Iêmen, a Argélia, a Tunísia e o Iraque estão muito longe da riqueza ostentatória das monarquias do Golfo Pérsico. Muitos dos Estados africanos e árabes emergiram da última onda da descolonização, que se prolongou, em alguns casos, até os anos 1970.

Esse passado recente não foi superado. A organização Oxfam estima, num relatório de setembro de 2025, que 666 milhões de pessoas no mundo não têm luz elétrica em casa, das quais 85% estão nos países da África abaixo do Deserto do Saara. (A Agência Internacional de Energia, formada por 32 países, calcula que as pessoas sem luz no mundo somam 730 milhões, das quais 600 milhões na África.)

A desigualdade mundial pode ser medida pelas diferenças no consumo de energia. O portal Our World in Data, da Universidade de Oxford, no Reino Unido, faz essa comparação medindo em quilowatts/hora o uso de energia, incluindo nas moradias, nos transportes e na indústria. Nos Estados Unidos, essa quantidade chega a 76.800 quilowatts/hora por pessoa; no Canadá, a 97.785; na Rússia, a 62.485; na França, a 37.866; na China, a 34.514. O uso de energia por pessoa é de 382 quilowatts/hora na República Democrática do Congo; de 674 em Serra Leoa; de 7.813 na Índia; de 9.661 no Egito; e de 18.486 no Brasil.

Os dados da Universidade de Oxford não tratam das desigualdades dentro dos países. Mas o relatório da Oxfam afirma: “Se apenas um ano de consumo de energia do 1% mais rico fosse redistribuído, poderia contemplar sete vezes as necessidades de todas as pessoas sem eletricidade”. Segundo a Oxfam, 50% dos investimentos em energia não fóssil em 2024 foram concentrados nos países de renda alta. A China ficou com 29%, enquanto a África teve apenas 2%. Além disso, os empréstimos para projetos de energia renovável no Sul Global pagam taxas de juros de 9% a 13,5% ao ano, enquanto nos países do Norte os juros são de 3% a 6%. “Esses custos não são inevitáveis – eles refletem um sistema que precifica o risco através das lentes racializadas da herança colonial”, afirma a Oxfam. É um diagnóstico parecido com o de Mohamed Adow, diretor da organização Power Shift Africa (Mudança de Poder na África): “Mapas do caminho e planos de trabalho não significarão nada a menos que sejam traduzidos em financiamento verdadeiro e em ação real para os países que estão aguentando o peso da crise”.

A Decisão Mutirão e a saída paralela contra os fósseis

A Decisão Mutirão, o principal documento da COP30, foi negociada pelo comando brasileiro para tratar de temas que não estavam originalmente na agenda da conferência, mas foram propostos por grupos de países. Entre eles, a concretização das obrigações de financiamento e a “lacuna de ambição” entre o conjunto das metas climáticas e os esforços necessários para cumprir o Acordo de Paris – os mapas do caminho se encaixavam nesse ponto. Uma terceira questão dizia respeito às “medidas unilaterais” de comércio, uma referência principalmente ao imposto de carbono que a União Europeia passará a cobrar das exportações para o bloco em 2026, o que tornará mais caros os produtos vendidos pelos demais países (os europeus dizem que o imposto visa tornar o comércio mais justo para suas empresas, ao compensar os custos que elas têm por uma legislação ambiental mais rígida).

A União Europeia chegou a Belém sem posição sobre os mapas do caminho porque não havia consenso interno entre seus 27 países – a Itália e a Polônia se opunham à proposta brasileira. No entanto, nas discussões sobre a Decisão Mutirão, já na segunda semana da COP30, o bloco europeu se uniu e passou a condicionar qualquer avanço no financiamento à aprovação desses roteiros. Alegava que a saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris havia deixado a Europa como principal provedora de fundos climáticos, embora países como Japão, Canadá e Austrália ainda tenham ficado. A China, que é a maior poluidora atual e também a maior produtora de equipamentos para a transição energética, escapou do protagonismo que se esperava dela com a ausência estadounidense. Nas discussões fechadas, evitou pressionar os russos e os árabes, preferindo se concentrar na oposição às “medidas comerciais unilaterais” dos europeus.

Ninguém queria ceder, e é por isso que a Decisão Mutirão representou o mínimo denominador comum entre os 194 países presentes em Belém. O texto final do documento ficou pronto apenas na prorrogação da COP30, no sábado, 22 de novembro, um dia depois da data marcada para o fim da conferência. A essa altura, alguns dos negociadores brasileiros haviam passado 70 horas sem dormir.

Entender esse documento é como decifrar um hieróglifo. O texto não inclui nenhuma vez a expressão “combustíveis fósseis”. Mas, para que os europeus e boa parte dos latino-americanos pudessem aceitá-lo, foi incluída uma referência ao “consenso dos Emirados Árabes Unidos”. Essa citação ao acordo da COP28 que fala na “transição para longe dos fósseis” e no “fim e reversão do desmatamento até 2030” está ligada ao “Acelerador Global de Implementação”, criado agora em Belém para ajudar os países a tirar do papel suas metas de corte de emissões de gases de efeito estufa e seus planos nacionais de adaptação.

O estadunidense Alden Meyer, do centro de estudos E3G e um veterano de COPs, disse que essa menção cifrada possibilitará à presidência brasileira da COP30 manter o assunto em pauta até novembro do próximo ano, quando a Austrália e a Turquia assumirão a direção da COP31. Para Meyer, o anúncio do Brasil de que aproveitará esse período para aprofundar a discussão internacional dos mapas do caminho é “um grande passo adiante”. A iniciativa brasileira foi anunciada em boa parte devido à pressão das ruas, do movimento socioambiental, dos cientistas e de países como a Colômbia. Ela se soma às várias coalizões internacionais que já existem sobre a questão, como a Aliança Além do Petróleo e do Gás (Boga, na sigla em inglês). Colombianos e holandeses convocaram para abril de 2026 uma conferência sobre a eliminação gradual dos fósseis. A rede de organizações brasileiras Observatório do Clima avalia que a onda para uma “discussão séria” sobre os fósseis é o maior legado da COP30: “Essa onda não arrebentou em Belém, mas ela deve crescer ao longo de 2026”.

A perna do financiamento continua bamba

A Decisão Mutirão também deixa bamba a perna do financiamento climático, vital para tantas nações sem recursos. Os africanos, os latino-americanos, as nações-ilhas e o grupo dos 44 países classificados na ONU como “menos desenvolvidos”, a maioria deles na África, queriam um compromisso dos ricos de triplicar o dinheiro para a adaptação climática até 2030 – o que somaria 120 bilhões de dólares por ano. Teriam que ser doações ou empréstimos sem juros, de modo a não aumentar as dívidas externas. Porém, a Decisão Mutirão “convoca esforços” para essa triplicação até 2035, sem citar nenhum valor a ser alcançado. Além disso, a falta de uma definição consensual sobre o que é financiamento climático deixa margem à perpetuação da disputa sobre o valor que realmente vai do Norte para o Sul Global com o objetivo de cumprir o Acordo de Paris. Em 2023, segundo uma estimativa do Banco Mundial, os países do Sul pagaram mais a seus credores privados no Norte do que receberam em dinheiro para as ações pelo clima.

O documento estabelece um programa de trabalho de dois anos sobre o financiamento, incluindo todos os fluxos de dinheiro – e não só o dos ricos para os demais. Em outra mensagem cifrada para contentar os governos dos países ricos, o texto traz uma nota de rodapé dizendo que esse programa não vai “prejudicar o processo de implementação” do acordo sobre a nova meta de financiamento aprovada sob protestos um ano atrás.

Dias antes do início da COP30, o Brasil e o Azerbaijão apresentaram outro roteiro, o do Mapa do Caminho Baku-Belém para o 1,3 Trilhão (de dólares), o valor das necessidades mínimas anuais de financiamento climático. O relatório é uma encomenda da COP29, e não um documento de cumprimento obrigatório, e a



Decisão Mutirão apenas “toma nota” de sua existência. Embora não proponha nada revolucionário, ele sugere reformas nos fundos climáticos, nos bancos multilaterais e no sistema financeiro, de modo a facilitar a chegada de dinheiro aos países com menos recursos. Também inclui ideias como a cobrança de impostos extraordinários sobre setores mais poluentes e a ampliação de instrumentos em que países usam o que pagariam de dívida externa em políticas para o clima.

Alguns países fizeram objeções a essas sugestões. O Japão disse que não poderia apoiar um mapa do caminho que não fosse “coerente com as discussões e



O MOVIMENTO SOCIOAMBIENTAL PEDIU O FIM DE NOVOS PROJETOS DE ÓLEO E GÁS E UMA TRANSIÇÃO 'ORDENADA E TOTALMENTE FINANCIADA'

consensos acumulados em organismos internacionais como o Comitê de Basileia para Supervisão Bancária”. Trata-se da entidade que estabelece padrões regulatórios mundiais para o sistema bancário.

A transição justa e os indicadores para a adaptação

No final, o consenso mínimo alcançado na Decisão Mutirão permitiu o desbloqueio, mas também reduziu a ambição, de outros dois documentos que vinham sendo negociados nos anos recentes e foram aprovados na COP30: o do programa de trabalho sobre a transição

energética justa e a definição dos indicadores que servirão para medir o estágio da adaptação dos países a um mundo mais quente.

O programa para a transição justa ganhou a previsão de um mecanismo para acompanhar sua implementação, como reivindicavam as organizações socioambientais. Mas o mecanismo ainda não foi criado – a previsão é que isso só aconteça daqui a um ano, na COP31. Paradoxalmente, porém, o texto deixou de fora o nexo explícito com a “transição para longe dos combustíveis fósseis”, que era mencionada no rascunho que chegou a Belém, mas caiu na versão final. Uma menção aos direitos das

comunidades afetadas pela exploração de minérios usados nos equipamentos da transição energética, como baterias e placas de energia solar, também chegou a entrar no documento, mas caiu por pressão da China.

Já os indicadores da adaptação foram reduzidos de 100 para 59, depois que os países africanos ameaçaram não aprová-los, temerosos de serem cobrados por medidas que não se julgavam em condições de pôr em prática. Essa redução provocou uma grita de países latino-americanos e caribenhos na plenária final em Belém, aplacada com a promessa de que o assunto voltará a ser discutido na reunião de meio de ano da Convenção do Clima em 2026. Além disso, ainda haverá um processo de dois anos, até a COP32, que acontecerá na Etiópia, para que os países possam “alinhar” sua visão sobre os indicadores antes que eles passem a vigorar.

A Climate Action Network (CAN, ou Rede de Ação Climática), o maior agrupamento internacional de movimentos socioambientais, saudou o documento sobre a transição justa. “Nenhuma decisão das COPs”, disse a organização em nota, “trouxe uma linguagem tão ambiciosa em relação a direitos e inclusão: direitos humanos, direitos trabalhistas, direitos dos povos indígenas, de afrodescendentes e referências fortes à igualdade de gênero”.

Porém, como costuma acontecer nas COPs, o conjunto das decisões é insuficiente e gradualista ao extremo, em contraste com as consequências cada vez mais visíveis do aquecimento global. A CAN ressaltou isso, dizendo que a Conferência de Belém “produziu resultados fracos justamente nas áreas que são críticas para

garantir justiça para as comunidades vulneráveis e da linha de frente”. É uma referência ao compromisso vago para o aumento do financiamento para a adaptação e à ausência de menções a uma transição energética “justa, equitativa e totalmente financiada”.

Acenos aos Indígenas e comunidades da linha de frente

Vários dos documentos aprovados na COP30 acenam a reivindicações dos Indígenas, dos Quilombolas e de outras comunidades que se manifestaram maciçamente nas ruas de Belém, no que a diretora-executiva da conferência, Ana Toni, classificou como “pequenos grandes passos”.

Os textos da Decisão Mutirão e do programa de trabalho sobre mitigação (redução das emissões de gases de efeito estufa) reconhecem pela primeira vez a importância dos Territórios Indígenas e das comunidades tradicionais para conter a mudança do clima. O documento sobre transição justa reconhece os direitos dos Indígenas à autodeterminação e à “consulta livre, prévia e informada” sobre atividades que os afetem e a suas terras. Menciona, pela primeira vez, os direitos e as proteções devidas aos Indígenas em isolamento voluntário ou de contato recente. Os afrodescendentes, a diáspora formada por africanos escravizados principalmente durante o colonialismo europeu, são mencionados de forma inédita em quatro documentos, incluindo o novo plano de ação sobre a inclusão de mulheres e meninas nas políticas climáticas dos países.

Foram “vitórias que realmente importam”, disse Tatiana Oliveira, da WWF-Brasil. “A distância entre a força social e as páginas frágeis do acordo [final] mostra que as soluções vêm das pessoas e dos territórios. É um sinal claro das limitações da governança global, mas também um convite para um futuro de luta, colaboração e esperança”, enfatizou ela.

Além disso, foi iniciado um processo para aumentar a sinergia entre os acordos do clima, da biodiversidade e do combate à desertificação, num passo inicial de reconhecimento do vínculo essencial entre a conservação da Natureza e a redução das emissões. O documento sobre mitigação menciona pela primeira vez os “vetores” (causas) do desmatamento. Mas, como é típico da posição cúmplice ou acovardada da maioria dos governos diante de interesses poderosos, não nomeia as monoculturas para a exportação, como a soja, ou a mineração. Na Decisão Mutirão, a necessidade de mudança dos sistemas de produção, distribuição e consumo de alimentos não apareceu, ainda que o tema esteja cada vez mais forte nos debates paralelos às negociações.

Claudio Angelo, coordenador do Observatório do Clima, avaliou que “Belém entregou o que era possível num mundo radicalmente transformado para pior”. Para ele, a formação de uma coalizão de países disposta a avançar na questão dos combustíveis fósseis foi a “grande

Como costuma acontecer nas COPs, o conjunto das decisões é insuficiente e gradualista ao extremo, em contraste com as consequências cada vez mais visíveis do aquecimento global



OS PAÍSES DA ÁFRICA, ONDE MILHÕES DE PESSOAS NÃO TÊM LUZ EM CASA, NÃO QUEREM ASSUMIR NOVAS OBRIGAÇÕES CLIMÁTICAS

vitória política” da conferência. Mas o fato de isso não ter entrado nos documentos consensuais, disse, mostra “o esgotamento do modelo das decisões por consenso e impõe a necessidade de reforma da Convenção do Clima e das COPs”.

O debate sobre a reforma das COPs não é novo e traz algumas incógnitas. Uma delas, mais prosaica, é que é necessária uma decisão por consenso para acabar com o consenso. Neste ano, os países voltaram a se recusar a adotar uma regra que permitiria que decisões fossem tomadas pelo voto de dois terços dos presentes. A outra, mais complexa, é se isso pode colaborar para diminuir as desigualdades, dentro dos países e entre eles, que estão entre as causas da mudança do clima e atrasam o cumprimento dos tratados que pretendem evitar o colapso planetário.

No mesmo dia em que a COP terminou, os líderes do G20, o grupo formado pelas maiores economias do mundo, davam início a uma reunião de cúpula em Joanesburgo, na África do Sul. Tal como a COP30, o

encontro foi boicotado por Trump. Como na COP30, todos reafirmaram o compromisso com a cooperação multilateral, a ação conjunta dos países, e sua preocupação com a emergência climática. Em seu discurso, o presidente Lula disse que é do G20, responsável por 77% das emissões globais, que “um novo modelo de economia deve emergir” – algo que os eleitores de Lula estão esperando que seu governo faça internamente. Lula afirmou que a Conferência de Belém plantou a semente do mapa do caminho para afastar o mundo do petróleo, do carvão e do gás e que ela frutificará “mais cedo ou mais tarde”.

Muitos dos países que assinaram a declaração do G20, entre eles a Arábia Saudita e os europeus, contribuíram para enfraquecer os documentos aprovados em Belém. O multilateralismo, ainda que agonizante, pode ter sobrevivido às ameaças de Trump. Mas os caminhos alternativos praticados e defendidos pelas populações na linha de frente da emergência climática ainda não chegaram aos gabinetes do poder. ■



Uma onça vê a Lua e a COP entre grades

Enquanto a Belém da COP30 debate o colapso do clima, Luakã caminha 24 quilômetros diários em seu cativeiro

Lorena de Paula

Ria Guamá, Belém, Amazônia

Luakã, aquela que brilha e é formosa como a Lua, não é dada a grandes aparições públicas. Quando o sol nasce, tanto quanto é possível na indiscrição de sua morada de paredes-grades, ela se refugia nas sombras da toca escura, esquiva-se de olhares curiosos atrás de galhos e ramagens, segreda-se em troncos que só permitem um vislumbre de sua cauda enigmática. Mas aquela manhã raiou atípica em Belém do Pará, e atípica foi a decisão de Luakã.

O dia 10 de novembro marcava o início da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP30, que ocorre em Belém. E, nesse dia, Luakã decidiu se revelar em todo o seu esplendor. O Parque Zoológico Museu Paraense Emílio Goeldi, palco de tantas programações temáticas do evento, abriu suas portas, as cortinas da morada de Luakã. E no tablado folhoso, tendo o sol por holofote, a onça-pintada se deixou brilhar.

“Está se exibindo pros gringos”, ela ouviu um espectador ironizar. Mas não se importou, sequer dignou-se a olhá-lo. Ele era apenas um entre tantos e, tal como os outros, em poucos minutos sumiria dali, talvez para sempre. Já estava acostumada com os olhos arregalados, os “ohhh!” impressionados, o ruído constante de vozes da plateia intermitente, a atenção efêmera que dispensavam a ela antes de partir.

Não se deixava convencer facilmente por tietes, com suas súplicas por fotos, o estalo de beijos bajuladores,



seus comentários impertinentes. Várias vezes vira essa adulação se converter em impaciência, até fúria, e pretensos fãs serem censurados por guardas por arremessarem garrafas contra suas grades, pedirem a remoção de sua toca de pedra para expô-la a olhares, sugerirem que funcionários do parque deveriam bater no gradil para afugentá-la de seus esconderijos. Tudo porque Luakã se recusava a se mostrar. Tudo porque se recusava a ser um gato amestrado. Tudo porque não cedia aos caprichos de quem lhe queria modelo e fantoche. Se a viam como uma das “principais atrações” do parque, era nos próprios ditames que se exibiria, e nos de mais ninguém.



NO RECINTO COM VESTÍGIOS DE FLORESTA, LUAKÃ LAMENTA A VIDA QUE PODERIA TER TIDO

Curvilínea e furtiva, ela saiu de sua toca pedregosa para um espetacular banho de gato, um vigoroso xixi atrás da fonte de água, um bocejo poderoso antes da soneca discreta entre as folhas secas, num show de pintas camufladas. Ouvia a comoção da plateia, mas tão natural era aquilo para ela que não se mostrava afetada. Com o tempo, aprendera a reconhecer a admiração genuína, a aparência familiar de amigos uniformizados, o respeito verdadeiro em olhares que a afagavam. Naquela manhã, alguns desses olhos conhecidos fitavam a onça.

Talvez Luakã não soubesse ou lembrasse, mas Ana Vitória crescera empoleirada nos gradis, uma de suas

mais fiéis admiradoras. Desde os 10 anos, quase todos os sábados ia com a família ao museu e, embora gostasse de todos os bichos, os felinos sempre a atraíam como a um ímã. “A presença das onças é imponente, sabe? Quando elas vêm, levam toda a atenção.”

Mais de uma década se passou e o deslumbramento não desvaneceu. Com 21 anos, cursando ciências biológicas na Universidade Federal do Pará, Ana Vitória se tornou bolsista no Museu Emílio Goeldi. Desde então, ela conheceu a história da felina, as pintas que a singularizam como digitais humanas, e Luakã deixou de ser apenas “a onça-pintada”, ganhou identidade. “Toda

vez que eu venho trabalhar no museu, dou uma passada por aqui. Faço o caminho mais longo, só pra poder vê-la. Fascina estar olhando assim pra ela. [...] E, apesar de dizerem ‘Ah, mas são predadores’ e tal, sempre que eu olho, ainda vejo um gatinho, um gato grande que só quer brincar.”

“Brincar ou atacar?”, é a dúvida que sempre paira em Raul. O jardineiro que caminha às margens do recinto-morada, no perímetro inacessível aos visitantes, sempre desperta na onça interesse. Desde que o viu se aproximando, observou-o atenta, empertigada, a ponta da cauda balançando, o bote armado. Agatou as grades tentando furar-lhe o regador e por isso ganhou uma chuva de gotículas no focinho. “Temos uma relação de amor e ódio”, ele conta, sorrindo. Mas logo fica sério. “Tem gente que diz que é crueldade trazer os animais pra cá. Eu acho que crueldade é abandonar eles pra morrer na mata.”

Esse teria sido o destino de muitos seres que habitam o Museu Emílio Goeldi. Esse também poderia ter sido o destino de Luakã. Resgatada de uma criação irregular em Anajás, na Ilha do Marajó, ela chegou ainda filhote ao parque. Órfã e domesticada, foi exilada de seus instintos naturais, quase transformada em um gato de casa. Sem mãe para ensiná-la a caçar e a sobreviver na Floresta, a possibilidade de reintroduzi-la na Natureza foi descartada.

Restaram-lhe a adoção e o batismo de “Luakã” – nome sugerido por uma criança do Clube do Pesquisador Mirim do Museu Emílio Goeldi, votado e eleito pelos frequentadores do parque. Nome inspirado em uma personagem indígena do livro *As Maravilhosas Lendas Amazônicas e Outros Contos*, que significa algo como “aquela que brilha e que é formosa como a Lua”.

Mas, em vez das incertas e ágeis caçadas ao luar, restou a Luakã a dieta de 2,5 quilos de frango e carne bovina, que come em dias alternados para evitar a obesidade. Restou-lhe ver a lua por entre as grades. Restou-lhe a companhia de Guma e Talismã, outras duas onças vizinhas que, como ela, também eram refugiadas cativas. Isso foi o mais perto que chegou de ter uma família – se é que essa instituição humana é afeita à típica solidão felina.

Solidão é o que experimenta hoje Luakã, desde que Guma e Talismã se foram por velhice. Agora ela caminha sozinha entre três compartimentos gradeados. Vaga de um lado a outro, de novo e de novo, 24 quilômetros todos os dias. É assim há 15 anos, seu tempo de vida.

Embora as dimensões de seu recinto estejam de acordo com os tamanhos mínimos legais exigidos para zoológicos, como garante a bióloga Thatiana Figueiredo, ampliações seriam bem-vindas. “Queríamos que ela e outros animais pudessem ter um perímetro maior de circulação. Mas estamos limitados ao espaço do parque e pela falta de recursos”, justifica. “Esperávamos que a COP pudesse nos ajudar a resolver alguns desses pro-

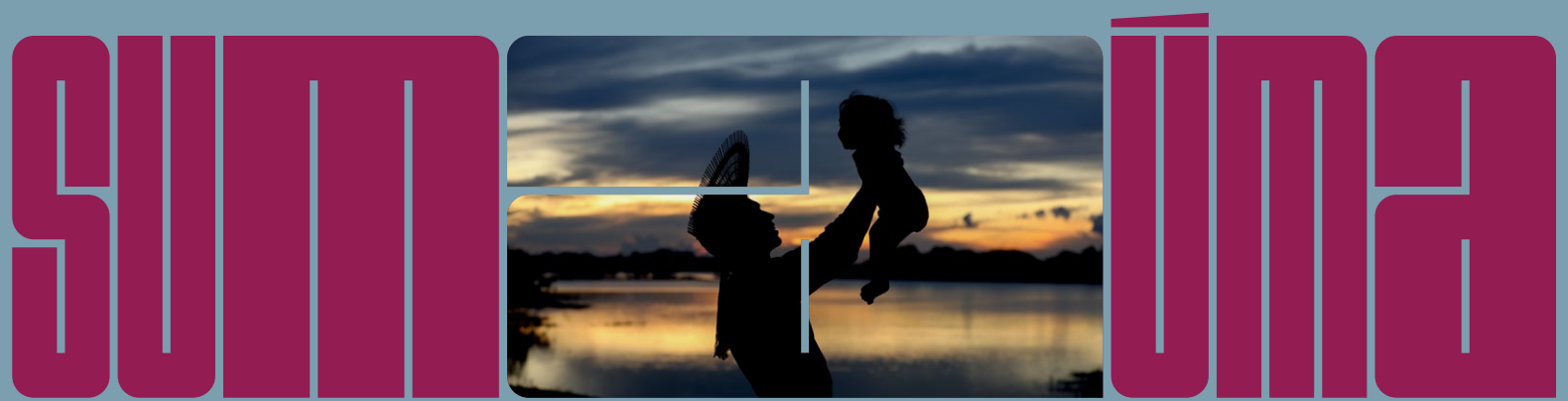
Desde que Guma e Talismã se foram por velhice, Luakã vaga sozinha de um lado a outro, de novo e de novo, 24 quilômetros todos os dias. É assim há 15 anos, seu tempo de vida

blemas de infraestrutura.”

Apesar de a instituição ter conseguido reformar alguns recintos e prédios administrativos, Thatiana acha que a COP pode melhorar quando se trata de incluir a vida dos animais nos debates. Mas os mais-que-humanos não têm credenciais de acesso às zonas de negociação, onde engratados traçam seus destinos. Na COP, vêm ocupando um lugar quase decorativo. Mesmo que sejam dos primeiros afetados quando a mata é lambida pelo fogo e tratores colidem contra árvores. Mesmo quando são vistos como mero efeito colateral na sanha de engolfar a Amazônia num projeto de desenvolvimentismo. Mesmo quando a ação humana os exila da Natureza, rouba seus instintos e resta ao museu cumprir o papel de abrigo. “E aqui eles cumprem um papel educativo, o de mostrar ao público a importância de conservar, de manter a Floresta em pé”, diz Thatiana, e sua voz soa como prece.

Apenas Luakã sabe o que roga em seu íntimo. Suas feições transmitem emoções indecifráveis, que com frequência humanos tentam adivinhar. Seria tédio e melancolia o que se vê em seu rosto? Será que encontrou na rotina de alimento, segurança e afeto humano alguma forma de alegria? Tal como Luakã, as respostas permanecem um enigma.

Quando um temporal desaba em Belém e dispersa seus visitantes, as perguntas ainda pairam no ar, espocam como gotas de chuva em seu corpo felino. Lentamente, ela caminha pelo abrigo. Por breves instantes parece despir-se do véu de indiferença com que recobre o ressentimento pela privação da vida que não é, mas poderia ter sido. ■



**Do centro do mundo para sua caixa de email:
o jornalismo que luta para manter a Floresta em pé
e enfrentar o colapso do clima e da Natureza**

Assine a nossa newsletter e receba por email uma seleção de reportagens em três línguas (português, inglês e castelhano)

sumauma.com/newsletters



CUBUKRA KAYAPÓ E TEÔ KAYAPÓ TRABALHAM JUNTOS; A GRAFISTA CRIA E O PARCEIRO TRADUZ O SIGNIFICADO CULTURAL DOS TRAÇOS PARA O PÚBLICO

A COP QUE NINGUÉM VÊ

Sentados na pressa do mundo

Na Zona Verde sem verde, os artistas indígenas só encontraram espaço no chão

Shayra Cruz

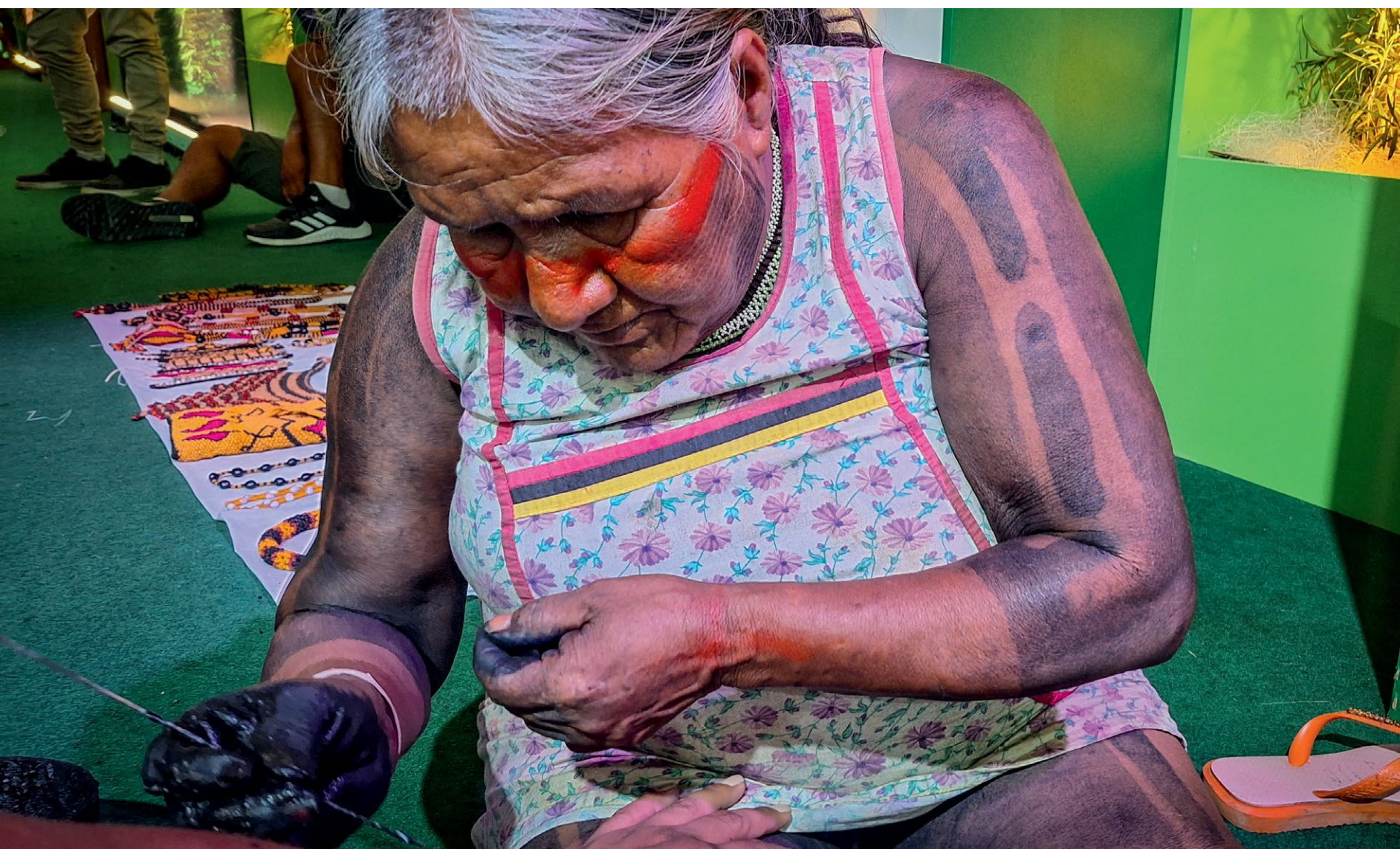
Ria Guamá, Belém, Amazônia

Eu ainda tentava recuperar o fôlego depois de enfrentar uma hora de fila para entrar na Zona Verde debaixo do sol. Perto de nós, algumas mulheres e homens distribuíam folheto do Instituto Nacional de Economia Circular, uma organização que promove práticas sustentáveis e explica como reduzir desperdícios e reaproveitar recursos. Eles divulgam materiais educativos e água, tentando aliviar a espera de quem estava ali aguardando a vez de entrar no espaço da COP30 em que não precisa de credenciamento. Logo na entrada, no local onde os artistas se acomodam para mostrar seu trabalho, vi uma fileira de Kayapó sentados no chão, sem mesa,

sem estrutura. Mulheres com crianças no colo, homens pintados até os pés, jovens com potes de jenipapo. Centenas de pessoas passavam apressadas, desviando dos corpos, muitas sem notar que ali, no meio daquele fluxo, memórias se desenhavam.

O cheiro de tinta de jenipapo misturava-se ao quente da Zona Verde, e cada passo ecoava entre risos, conversas e movimentos apressados. Eu me sentia pequena diante de tanta história viva, mas também parte de algo maior, conectado por aqueles traços e olhares atentos, que pareciam carregar séculos de saberes.

Foi ali que encontrei Cubukra Kayapó, de 88 anos, e



CUBUKRA KAYAPÓ PINTA COM A TINTA NATURAL DE JENIPAPO

seu marido, Teô Kayapó, de 48. Ela usava um vestido floral manchado de jenipapo; ele, sem camisa, exibia no corpo inteiro os grafismos tradicionais do seu povo. Sentados lado a lado, espalhavam no chão folhas com desenhos Kayapó que pareciam mapas vivos, contando histórias que ninguém mais naquelas salas de conferência poderia traduzir. Cada linha e cada mancha de tinta carregavam conhecimento ancestral, identidade e resistência.

Antes de eu dizer qualquer coisa, Cubukra levantou o rosto marcado de tinta e me chamou com doçura: “Venha, venha fazer grafismo comigo”.

Ela falava poucas palavras em português. Eu, tímida, me senti acolhida e aos poucos comecei a me soltar. Falei um pouco sobre o meu povo (Baré), de onde eu vinha (Rio Negro), e eles me ouviram com atenção. No final, disseram que iriam me visitar, e ali percebi que aquele momento era mais do que troca de histórias: era conexão, cuidado e respeito mútuo.

Cubukra começou a desenhar no meu braço um grafismo Kayapó, e ali, entre tintas, risadas e confidências, o tempo parecia desacelerar, e eu conseguia sentir cada história se imprimindo não só na minha pele, mas também na memória.

Enquanto desenhava, Teô contou histórias da vida deles. Disse que já tinham andado “por tanto lugar desse Brasil”, sempre viajando só os dois, levando o grafismo

como quem leva território. Confessou que estavam tentando “conseguir um dinheirinho” com o artesanato e o grafismo, porque viajar custa caro. E, sorrindo como quem ainda não acredita, falou que na semana seguinte iria conhecer o Canadá: “Olha só... Eu nunca imaginei isso pra mim”.

Quando o fluxo de pessoas aumentou, ele olhou para todos os lados e comentou, meio rindo, meio triste: “A gente podia muito bem ter um lugar digno aqui na Zona Verde pra fazer nosso grafismo. Estamos no chão, capaz até de ser pisado...”.

Era sua primeira COP. Teô disse estar impressionado com a quantidade de parentes, com a força dos povos reunidos. Chamou esta de “a COP indígena”. Mas confessou que esperava mais: “Eu pensei que ia ter um espaço pra nós. Uma mesa, um estande, algum lugar próprio para trabalhar e vender nosso artesanato”.

E ali, no chão improvisado de um dos espaços mais movimentados da COP 30, eles seguiam firmes, desenhando história no meio da pressa global. Invisíveis para muitos. Imensos para quem parasse por alguns minutos.

Percebi que não precisava de mais nada para sentir a força da cultura deles. E foi ali que entendi: a pauta que eu buscava não estava escondida. Estava sentada no chão, viva, pulsando em cada pintura, em cada risada, em cada gesto de resistência silenciosa. ■



Os homens que limpam o que não pode ser limpo

Quatrocentas pessoas presas varrem o lixo de Belém nesta COP30, um exército silencioso porque proibido de falar

Darlon Neres

Ria Guamá, Belém, Amazônia

Homens de colete verde e camisa clara varrem a Avenida Bernardo Sayão em silêncio, tão ordenados que parecem um exército. A impressão se desfaz quando se avista um fuzil apontado para eles. São pessoas em privação de liberdade, confinadas no sistema prisional do estado do Pará. Debaixo do sol, muitos deles estão de balaclavas, aquela peça que cobre a cabeça, o pescoço e, às vezes, parte do rosto, quase sufocados no calor do verão amazônico. Não têm licença para falar, só têm licença para varrer. São descarregados ali pela manhã e depois recolhidos à noite para voltar às celas. No dia seguinte, mais uma vez repetirão a mesma saga silenciosa para limpar a sujeira da sede da COP30, agora multiplicada por estimados mais de 50 mil visitantes.

Em publicação na sua página na internet, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Pará, a Seap, garante que eles têm direitos trabalhistas, embora não detalhe quais, e a cada três dias de trabalho teriam um dia abatido na pena. A ação, segundo o texto oficial da secretaria, busca unir “reinserção social, trabalho e cidadania”.

Na Avenida Bernardo Sayão, o grupo segue em formação. Homens de preto, responsáveis pela segurança, dão ordens: “Avançar para o outro lado da rua!”. Os detentos se movem em conjunto, concentrados, submetidos. O barulho das enxadas e das pás é o único som que produzem.

Ao lado da rua, uma caçamba e uma pequena pá-

-carregadeira recolhem o lixo acumulado. Mais adiante, o cenário parece um lixão dentro da cidade: lama, entulhos, garrafas, sacos plásticos. No fundo, um galpão escuro, onde a luz mal atravessa as grades. Dentro, homens e mulheres separam o que é reciclável, garrafas PET, latas, papéis.

Ao me apresentar como jornalista, fui recebido com educação e atenção, mas ouvi repetidamente o mesmo pedido: “Só podemos falar com autorização do responsável”. Um deles me convidou, então, para entrar e conversar com o guarda do local. No caminho, encontrei outros homens – e muito lixo. No final de uma parede do galpão o guarda vestido de preto me recepcionou. Perguntei à equipe de segurança se poderia gravar entrevistas, escutar as histórias por trás dos rostos cobertos. A resposta veio em etapas. Primeiro, disseram que iriam consultar os superiores. Depois, mais uma ligação – e outra. Quase dez minutos de espera. A decisão final foi curta e firme: “Não autorizamos que eles conversem com o jornalismo”.

O contato terminou ali. As enxadas continuaram a bater no chão, o carrinho de mão seguiu se enchendo de lixo, e o silêncio voltou a dominar a cena. Não apenas o corpo deles estava privado de liberdade, a voz também estava presa.

De repente, em meio ao barulho das pás, um som atravessou o silenciamento. Debaixo do galpão escuro, um dos detentos ousava cantar baixinho:





SILÊNCIO, SOL E CALOR: PRESOS-TRABALHADORES VARREM A AVENIDA BERNARDO SAYÃO, EM BELÉM

“

Eu tentei trabalhar, tá difícil concentrar
Fim de tarde é pior, ao se pôr o sol
Ela me esperava com o sorriso estampado na cara
Hoje o dia tá passando, a saudade apertando
E eu sozinho nessa casa...

Ah, se essas paredes não falassem
Ah, se o travesseiro não contasse
Todas as noites de amor
Que eu vivi com você.

A canção – *Paredes*, interpretada por Wesley Safadão e Jorge & Mateus, lançada em 2016 – ecoava entre o lixo e as sombras do galpão. Era uma lembrança, talvez um desabafo, quem sabe uma forma de manter viva alguma parte de si.

A equipe de SUMAÚMA tentou entender quem são esses presos-trabalhadores – e sob quais condições vivem e trabalham. Enviou dois emails, nos dias 6 e 10 de novembro, com pedidos formais de informações e entrevista, assim como a solicitação para conversar com

os homens que varrem as ruas. Foi também até o prédio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará, a Seap, duas vezes, nos dias 10 e 11 de novembro. Em ambas as visitas, o silêncio foi a resposta. “Não podem, não podem falar sem ordem dos superiores”, disse uma assessora.

Em nota, a Prefeitura de Belém informou que a operação é uma parceria com a Seap e “conta com 400 homens privados de liberdade trabalhando diariamente, com apoio de agentes penitenciários e equipes da Seap, além de 20 caminhões-caçamba e 3 retroscavadeiras que dão suporte logístico às frentes de serviço”. Diz ainda que, “além do reforço direto à limpeza urbana, a ação tem forte caráter social, garantindo aos participantes o direito à remissão penal: a cada 3 dias de trabalho, 1 dia é descontado da pena, conforme previsto na legislação”. Mais uma vez, a remuneração não foi informada.

Fora do papel, o trabalho externo, que deveria representar uma chance de recomeço, se transforma em mais uma zona de controle. As mãos que limpam as calçadas não são vistas, os rostos dos que recolhem a sujeira da cidade permanecem atrás das grades – visíveis apenas para quem se dispõe a enxergar.

As pás continuaram batendo no asfalto, e os homens que varrem as ruas de Belém na cúpula que discute o futuro da casa-planeta seguiram limpando o que jamais poderá ser limpo enquanto eles não tiverem sequer o direito de pronunciar o próprio nome. ■



A história de como a vida de Maria foi engarrafada

Em frente a um dos hotéis dos ricos, ela conta do colapso a cada garrafa de água que vende para não ser tragada

Marcos Miranda

Ria Guamá, Belém, Amazônia



Marcos Miranda/SUMAUMA

MARIA CONCEIÇÃO, NA CALÇADA, OLHA PARA SEU CARRINHO DE FERRO E ESPERA VENDER ÁGUA PARA O POVO QUE PASSA

Maria Conceição é uma mulher que acredita não saber sobre a COP. Mas tem os impactos do colapso do clima e da discriminação inscritos no corpo. Ela conta da desigualdade que se reproduz e se agrava agora também no colapso. É sobre corpos como o dela que os impactos serão maiores e mais cedo. Porque, quando se é Maria, preta e amazônida, no Brasil, ganha-se menos dinheiro para se aguentar em pé e sente-se duas vezes mais os efeitos da mudança do clima.

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Brasil, falou da “crise de desigualdade” em seu discurso de abertura na COP30. Maria conhece. Com 49 anos, há mais de dez ela fica numa calçada vendendo água de dia para conseguir jantar à noite. Maria vende o que é tema central da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, que desde 10 de novembro acontece em Belém, capital do estado do Pará. Na Zona Azul, onde Maria não tem acesso, serão discutidas a governança e a gestão da água.

Maria Conceição apenas vende água. Antes, quando morava no município de Curalinho, na Ilha do Marajó, sua terra natal, a filha de agricultores familiares bebia, de graça, a água do Rio Pará. Pois era livre. E o rio também.

Hoje, Maria trabalha na Avenida Presidente Vargas, que atravessa os pontos mais importantes da capital do estado do Pará, como a Praça da República e o Boulevard Castilhos França. Perto dali está o Mercado Ver-o-Peso, lugar histórico e cultural na beira da Baía do Guajará. Ao lado fica a Estação das Docas, um antigo porto que foi reformado e transformado no polo gastronômico e cultural mais agitado da cidade. Mas não para as Marias. As Marias só estão ali para servir.

É sentada em uma cadeira de plástico arranhada e com um carrinho de ferro que Maria Conceição vende água para o povo que passa. Que a passa. Água que era boa e gratuita antes de o capitalismo comer os rios e se apropriar das águas e assim controlar as vidas. De todos e especialmente das Marias.

Maria compra um fardo com 12 garrafas por 10 reais em uma distribuidora sem nome, perto de sua casa. Cada garrafa custa 0,83 real e Maria revende por 3 reais. Bem ao lado, na esquina do quarteirão de onde espera com seu carrinho de ferro a sede de alguém apertar, mora um dos hotéis de diárias caras de Belém. O contraste grita. Mas não há quem escute Maria. Nunca no hotel Maria Conceição entrou. E ninguém do hotel também nunca comprou água em seu carrinho de ferro.

‘Maria, o que é a COP-30 pra ti?’

E então ela silencia. Não porque não saiba, mas porque essa não é a linguagem de Maria. Porque ela e todas as Marias vivem o colapso dia após dia. Seu dizer é seu viver.

A boca faz um gesto e diz, contorcida, não saber. E então ela começa a contar sobre seus dias de COP30, sobre o que vai restar como memória do momento para tantos histórico e, por outras razões, também histórico para ela. Maria diz ter conseguido arrecadar mais de 1,4 mil reais vendendo água para os muitos estrangeiros que estão na cidade nos primeiros dois dias que antecederam a abertura oficial da COP 30. Com muita luta para entender as muitas línguas, juntou em dois dias dez vezes mais do que costumava ganhar em um. “Eu não acertei falar com eles, eles falam diferente, o rapaz que me ajudou.”

Maria entendeu que, no atual cenário, vender água era a estratégia mais inteligente diante do clima que faz os estrangeiros e também os brasileiros do Sul e do Sudeste suar. E assim conseguiu ganhar dinheiro para pescar um sonho nos igarapés cada vez mais rasos do seu desejo cimentado no empilhamento dos dias.

Com o dinheiro da venda de água Maria sonha em dar uma casa para cada um dos quatro filhos e conquistar a sua própria para poder sair de onde mora. Ela, que vive na Zona Sul de Belém, diz se arriscar sempre que sai de casa por viver em uma área dominada pela criminalidade. Quer se afastar de lá, menos pelo crime e mais pela violência de Estado. “Dizem que quem mora lá é bandido. Quando eles [polícia] invadem lá, eles batem na gente.” Maria queria mesmo era morar na rua do hotel, porque Maria não está de passagem.

Maria Conceição levanta todos os dias às 6 da manhã e percorre mais de 6 quilômetros de ônibus – e não são os ônibus confortáveis e climatizados da COP, mas os lotados que sempre restaram para os moradores das periferias de Belém. Maria viaja sem ao menos um gole de café para despertar, para então chegar ao centro histórico de Belém, instalar seu carrinho de água embaixo de sol e, se tiver no lugar errado e na hora errada, ser chamada de bandida. Porque para as Marias o lugar errado são as suas casas e a hora errada são todas.

Maria Conceição sonha, mas ainda não vendeu água o bastante para realizar. Entre os desejos, imagina morar perto do emprego, no bairro histórico onde hoje só lhe resta a calçada. Maria ainda não sabe, mas no hotel da esquina uma diária custa 18 vezes mais do que seus dois dias de lucro que antecederam a COP 30. O que Maria sabe é vender água para amenizar o calor e, com o dinheiro, sonhar ocupar o espaço que a ocupa.

Maria Conceição não opinou sobre a COP, mas é pela sua vida que a emergência climática se conta. O colapso é o que faz Maria vender água para que sua vida não seja bebida até o último gole. Pois no Brasil de Marias e no mundo de águas, as duas que eram livres seguem presas. Umas em garrafas. Outras em calçadas. ■



Os extraordinários axolotes são vencidos pelo ataque à Natureza

Nem um dos mais adaptáveis dos anfíbios tem conseguido resistir aos ataques contra a Natureza. Três deles que sobrevivem num aquário na Universidade Federal do Pará nos alertam sobre o futuro que já é presente

Flávia Coimbra

Ria Guamá, Belém, Amazônia

Os três axolotes que vivem na Universidade Federal do Pará, Kite, Gle e Cris, um macho e duas fêmeas, foram resgatados no Aeroporto Internacional de Belém em uma ação contra o tráfico de animais silvestres. Naturais do México, axolotes são salamandras com enorme capacidade regenerativa. Se têm uma parte do corpo cortada, recriam o membro inteiro com ossos, nervos, circulação sanguínea, voltando ao funcionamento completo. Também se adaptam, se necessário, ao ambiente terrestre, perdendo as brânquias utilizadas para respirar na água e passando a usar os pulmões na respiração. Os axolotes são um testemunho vivo da extraordinária capacidade de adaptação que teceu a vida na Terra. Essas criaturas magníficas, porém, estão desaparecendo do planeta.

Descobertos em novembro de 2024 pela Polícia Federal dentro de uma caixa de isopor, onde estava escrito “frágil”, os axolotes passaram pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, o Ibama, e encontraram casa na UFPA, em Belém. Casa, mas também cativo, porque mesmo diante da intensa adaptação às diversidades, sua existência na Natureza está ameaçada pela lógica desenvolvimentista. Antes moradores de todo o sistema de canais e lagos do vale central do México, hoje os axolotes só existem de forma natural em três locais: os lagos Xochimilco, Chalco e Chapultepec.

Com a expansão da urbanização naquele país, a po-

luição das águas, a introdução de espécies predadoras e a degradação do ambiente, eles já não conseguem sobreviver. A espécie entrou na lista dos criticamente ameaçados de extinção pela perda do habitat. Estima-se que no máximo mil deles ainda vivam na Natureza.

No aquário na Universidade Federal do Pará, às vezes é preciso separar os axolotes. Na última briga, um deles ficou sem braço e com a cauda roída. Foi possível acompanhar, então, todo o processo do novo desenvolvimento do membro. O braço foi completamente regenerado. E, mesmo assim, os axolotes podem desaparecer por completo da casa-planeta. Eles resistem a uma longa viagem na rota do contrabando de animais silvestres, mas não podem voltar para casa porque ela já não os acolhe. Deixam de ser aquáticos para se tornarem terrestres, mas não sobrevivem ao poder de destruição dos humanos.

Os axolotes podem, também, regenerar os olhos (córnea e retina), mandíbula, coração, partes do cérebro (pesquisas indicam até restauração de habilidades perdidas, sugerindo retenção ou recuperação de memórias). Popularmente, são chamados de “peixes que andam”, devido ao seu corpo lembrar a aparência de um lagarto, e a cabeça, um peixe. Os cientistas que os estudam acreditam ser possível que seu DNA seja o caminho para terapias regenerativas humanas, contendo segredos que podem transformar a medicina ocidental. Mas, mesmo em risco de extinção, eles são tratados



AXOLOTES EM AQUÁRIO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ:
A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA



como pets ao redor do mundo – são “encantadores”, dizem os anúncios, “fofos”, comentam as pessoas, o que só aponta, mais uma vez, o desvario humano.

Os axolotes se tornaram tanto um símbolo da necessidade de preservação das águas do México quanto da urgência de barrar o impacto global da destruição da Natureza. Um lembrete de que as atitudes individuais afetam o coletivo de forma direta. Na COP que ninguém vê, eles são apenas três dos muitos mais-que-humanos que lutam pela sobrevivência à sombra dos holofotes das salas oficiais. No aquário, milhares de quilômetros longe de casa, os axolotes se batem entre paredes. Nesta COP30, quem olha para quem resiste? ■



A COP QUE NINGUÉM VÊ

O monumento da COP30 é uma Sumaúma sufocada pelo asfalto

Na entrada da Zona Azul, onde a diplomacia mundial discute o futuro do planeta, uma árvore em solidão tenta sobreviver

Guilherme Guerreiro Neto

Ria Guamá, Belém, Amazônia

Tem uma Samaumeira adocida no meio do caminho da COP30. A copa foi amputada há sete meses. As raízes arrebentam o cimento, numa insistente luta pela vida. Ninguém é por ela. Não há floresta ao redor. A própria Sumaúma, para seguir de pé, trança raízes e se abraça firme.

O que sobrou da Samaúma acompanha um mundo igualmente adoecido passar por ela para discutir o clima. Como seres-floresta se reconhecem, Raimunda Gomes da Silva e Bel Juruna não passam, param ali diante da árvore.

Nem Raimunda, nem Bel, nem a Samaumeira podem entrar na Zona Azul. Por isso desconfiam que aquilo que as adoce está distante de ser resolvido ali.

“A COP era pra ser discutida com quem protege a

Floresta”, argumenta Bel. “Não com os devastadores da Floresta”, Raimunda completa.

Raimunda e Bel viram o Rio Xingu adoecer. Lá a doença foi Belo Monte. Bel Juruna vem da Aldeia Miratu, na Terra Indígena Paquiçamba, Volta Grande do Xingu, onde a hidrelétrica fez a água rarear. Raimunda vem do Furo do Trindade, no Território Ribeirinho, que as gentes do rio, depois de terem sido expulsas, tentam refazer.

Raimunda conheceu a Samaumeira de Belém quando a árvore ainda estava sã. Enquanto se aproxima dela, lembra como sua copa era linda. “Tiraram a copa pra COP”, lamenta Raimunda. Bel é a primeira a perceber o motivo: a árvore não está bem.

A poda foi feita depois que uma equipe de técnicos

e engenheiros florestais da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra) e da prefeitura da cidade identificaram galhos secos, ataque de cupins e presença de mãe-do-sol, besouros cujas larvas abrem galerias por dentro dos troncos.

Raimunda chama a enfermidade que põe a árvore em risco de vento roto. Ela sabe quando o miolo ficou oco só de ver e tocar na sapopemba e na casca.

Se quem matou o Xingu foi a barragem, quem tenta matar a Sumaúma da COP é a cidade. Não uma cidade. Mas o modelo de cidade que avançou sobre Belém, sufocando áreas verdes para que tudo vire cimento e asfalto, na contramão da adaptação climática.

Não muito longe da Samaúma “da COP30”, o governo do Pará, com 248,5 milhões de reais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, passou por cima de quase 35 hectares de floresta para prolongar e duplicar a Rua da Marinha. Um parque municipal que passa ao lado agora está mais ameaçado.

“Ela adoeceu com tanto asfalto ao redor. Não tem outra árvore aqui pra ajudar a puxar mais nutrientes”, explica Bel. Ela e Raimunda espiam o círculo de terra onde a Samaumeira está confinada. “Isso aqui não é nada pra ela. Ela está caçando lugar”, comenta Raimunda. Por entre a calçada de concreto, as raízes estouram o chão para se espalhar, para respirar.

Se ali restasse floresta, a Samaúma poderia se amarrear a outras raízes que fortaleceriam sua sustentação. Mas as cidades que matam árvores não são afeitas a fazer comunidade, preferem o isolamento à confluência.

Por isso é tão difícil que a Babel das COPs se converta em ação multilateral efetiva para conter o avanço da emergência climática. As raízes não se encontram.

Sem floresta, o que a Samaumeira faz para viver é sustentar a si. “Ela é sabida. Começou a apodrecer aqui e se amarrou lá na frente”, diz Raimunda, Ribeirinha tão sabida quanto a árvore.

Pergunto como Bel Juruna e Raimunda Gomes da Silva sabem tanto sobre aquela Sumaúma, tão imensa e tão insignificante para as lideranças globais. Bel responde: “É convivendo com a Natureza”. É vivendo com, algo que muitos de nós desaprendemos.

A Prefeitura de Belém diz que medicou a Samaúma e que ela é monitorada para “acompanhamento de sua recuperação e manutenção da segurança no entorno”.

O professor da Ufra Cândido Ferreira Neto, que zela pela saúde das árvores de Belém, vê um quadro de melhora na Samaumeira. “Em algumas partes que foram podadas tem rebrota, os galhos estão brotando novamente. É um bom sinal. Sinal de que ela está se recuperando.”

Bel e Raimunda se despedem da árvore e seguem caminhando dali até a porta da Zona Azul, o máximo onde lhes é permitido chegar. Mas, numa diplomacia entre espécies compartilhantes da mesma casa, elas deixam um pouco de suas raízes ajudando a sustentar a Sumaúma do caminho. ■



SEM CABER NO CÍRCULO VERDE EM QUE FOI CONFINADA, A SAMAUMEIRA ESTOURA O CONCRETO PARA ESPALHAR SUAS RAÍZES



O ENCONTRO DAS MULHERES-FLORESTA RAIMUNDA GOMES DA SILVA E BEL JURUNA COM A SAMAUMEIRA ‘DA COP30’



Às margens da Belém belle époque brega raiz

Enquanto os importantes dormem para decidir o mundo (ou não) no dia seguinte, Bombom de Leite tem raiva do peixe, Rosicleide cobra 2 reais pelo direito de mijar e Suanne pensa que a COP30 é sobre futebol

Énh Xym Akroá Gamella

Ria Guamá, Belém, Amazônia

Quinta-feira, 2 da manhã. O cheiro de pitiú, odor pungente do peixe fresco, é o primeiro sentido do corpo e a primeira assinatura deste lugar. Entre a Praça do Relógio, a Feira do Açaí de um lado e a Pedra do Peixe no outro. A primeira porção da cidade a acordar enquanto o resto da Belém dorme. Na pretidão das ruas, caminhões de lixo circulam pela capital simbólica do Brasil que sediará a 30ª Conferência das Partes, a COP30. Ao amanhecer, nesta quinta-feira, 6 de novembro, líderes globais se reuniram para a Cúpula dos Líderes, com presidentes, primeiros-ministros e ministros, que antecede oficialmente a COP30. Mas, para quem vive da feira e da Pedra do Peixe, a pauta de quem move e alimenta a cidade é outra.

Moradores em situação de rua deitam-se nas beiradas do comércio fechado. Trabalhadores descarregam cestos de açaí dos barcos que chegam pelo Rio Guamá. A vida está na água e é pela água que ela também chega. Chega em rasas de açaí, em caixas de peixes, no suor de quem carrega o peso do dia antes de o sol nascer.

Há fé ao fundo dessa belle époque brega raiz. Mas é uma fé sobrevivente. Enquanto os líderes mundiais vão discutir o colapso do clima em refrigeradas salas, a Belém das madrugadas já começou sua conferência da vida há tempos.





BOMBOM DE LEITE, COMO É CONHECIDO NA REGIÃO, SEGURANDO UMA PESCADA-AMARELA NA PEDRA DO PEIXE



SUANNE MARTINS TRATA FILHOTES NA PEDRA DO PEIXE – COMO MUITAS OUTRAS PESSOAS, ELA ACHAVA QUE A COP ERA DE FUTEBOL ATÉ A IRMÃ EXPLICAR QUE É ‘SOBRE ÁRVORES’



Khumba Suya/SUMAÚMA

Bombom de Leite e o massacre do peixe

Na borda da Pedra do Peixe de Belém, um homem de 57 anos, sete filhos e 27 anos de trabalho duro revela, entre cicatrizes de cortes no rosto, o retrato de uma vida marcada por abandono, traição e sobrevivência. “Minha mulher me expulsou de casa. Trabalhava demais e ela me traía”, diz, enquanto golpeia com o terçado a cabeça de um tambaqui. “Moro embaixo de [um] caminhão. Tomo banho na rua e me deito embaixo dele [caminhão].” Quem conta é Bombom de Leite, como é conhecido na Pedra do Peixe.

A história dele se confunde com a de muitos outros “pretos, sem dente”, como define um de seus clientes. Homens que carregam nas costas o fardo de serem invisíveis até para as políticas públicas. “[A COP] é coisa de vagabundo. Vagabundo, ladrão. Só serve pra governador, presidente, prefeito. Pra nós, não serve nada”, dispara, em crítica ferina ao sistema que privilegia os “mais bonitos e mais cheirosos”, os que têm acesso.

Enquanto o cheiro de peixe se mistura ao do suor, ele conta como aprendeu a tratar o pescado “na porrada”. O diálogo, fragmentado e cheio de idas e vindas, revela uma Belém de horas brutas: “Eu não gosto, eu amo... Vai começar de novo outro massacre [de peixe]”.

No final, a despedida é tão dura quanto o contexto. “Vou começar a última matança”, anuncia. E começa.

“Aqui já vi coisa boa e coisa ruim”, ainda diz. Mas, neste país, parece que só a segunda é a que sobra para os que estão debaixo do caminhão.

Mijo 2 reais, banho 4

Em meio as rasas de açai, um bloco quadrado. Rosicleide Amaral, de 44 anos, é a cobradora desse pequeno banheiro em meio à feira. Cobra 2 reais pelo uso do vaso e 4 reais pelo banho.

“Tiro aqui uns 100 reais por dia, um dia sim, um dia não”, conta, enquanto o movimento noturno esquenta. São 12 horas de plantão, das 19h30 às 7h30, num turno que a faz cruzar a madrugada. “Graças a Deus, são todos respeitadores”, garante, quando questionada sobre o fato de ser uma mulher cercada de homens.

A vida ali é recente. Está há dois meses no posto. O filho de 11 anos fica com a irmã, que também labuta na feira. A reforma que modernizou as barracas não a tirou dali, mas tampouco a incluiu: “Só mudaram a gente do provisório para o novo”.

Enquanto Belém se prepara para a COP30, evento global que promete debater o futuro do planeta a partir do dia 10 de novembro, Dona Rosicleide desconhece o tema. “Não sei. Está fechando uns lugares aí. Pra passar só os presidentes, eu não sei, assim é o que tão falando.” Para ela, a expectativa é outra: “Vai ficar fraco o movimento”.

E enquanto a cidade discute protocolos climáticos,

A COP QUE NINGUÉM VÊ



NA FEIRA, AS RASAS DE AÇAÍ QUE
CHEGAM DE BARCO PELO RIO GUAMÁ



ROSICLEIDE AMARAL À ESPERA DOS TRABALHADORES DA MADRUGADA QUE USAM SEU BANHEIRO

há quem precise garantir o básico: um lugar pra mijar, um chuveiro pra lavar a alma cansada. A feira segue seu ritmo, indiferente às cúpulas.

É jogo de futebol ou é sobre árvore?

A faca afiada fileta o filhote. Suanne Martins, de 37 anos, tem as mãos empacotadas em luvas azuis. Vinda de Chaves, na Ilha do Marajó, fez da beira da Pedra do Peixe sustento. De tanto ir e vir, Belém acabou virando ponto definitivo, e há três anos trata peixe na pedra.

Suanne enfia a mão na barriga do peixe, remove escamas, arranca vísceras e espinhas, esvazia. A maior parte dos peixes tratados por ela segue para restaurantes de Belém, mas alguns atravessadores levam o pescado até Santa Catarina, no sul do Brasil.

A COP30? Ela quase acerta o nome, mas erra o enredo ao falar de Copa do Mundo de Futebol, como quase todos da feira. “Eu pensava que era de jogo [de futebol]”, diverte-se. A irmã explicou que era “sobre árvore” e assim ficou: COP30, uma reunião de gente importante discutindo árvores. “Também não queria que fosse de jogo, que eu não gosto.”

O turno é longo. Ela chega às 8 da noite. O peixe só começa a render mesmo lá pelas 11 e meia. Fica até a luz do dia. Não sabe com precisão de onde vem o peixe, “só chega no barco, mas eu creio que é daí de fora”.

Suanne não discursaria em nenhuma cúpula sobre clima. Não falaria de biodiversidade, nem de conservação dos rios. E talvez seja isso: enquanto Belém tenta se arrumar para parecer importante aos olhos do mundo, Suanne apenas espera que melhore. Não o planeta, mas a vida. A dela. A dos seus. Suanne só precisa que amanhã tenha peixe e que ela venda.

Enquanto os líderes mundiais dormem em camas king size e lençóis trocentos fios dos hotéis de luxo, embaixo do caminhão Bombom de Leite ri de si mesmo. Rosicleide, guardiã do banheiro de 2 reais, conta moedas que para ela valem mais do que promessas de sustentabilidade. E Suanne descobriu que a COP não é sobre futebol, mas amanhã seguirá cortando filhotes. Antes de o sol nascer, os barcos voltarão. Com mais peixes, capturados em rios que ela já desconhece.

Quantas Suanne, Bombom de Leite e Rosicleide vivem às beiras da conferência da qual dependem suas vidas? ■



“

Se continuarmos destruindo tudo que tem nessa terra, haverá um caos

Em entrevista exclusiva a SUMAÚMA, a liderança Kayapó e defensor mundialmente reconhecido da Floresta afirma que a COP30 é “uma oportunidade para falar alto” sobre os direitos indígenas

Lorena de Paula e Jonathan Watts

Rio Guamá, Belém, Amazônia

Na manhã ensolarada do dia 13 de novembro, às margens de um lago verde circundado por árvores onde flutuavam miniaturas de barcos de miriti, o cacique Raoni Mëtyktire deu uma entrevista a Jonathan Watts, coidealizador de SUMAÚMA, e à jornalista-floresta participante do Micélio-SUMAÚMA Lorena de Paula, em Belém, cidade que sedia a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30.

Raoni, cacique do povo Kayapó (também chamado Mëbêngôkre), é uma das mais emblemáticas lideranças indígenas do mundo. Com quase 90 anos, ele é conhecido por erguer a voz como um escudo em defesa do território, da Floresta e da própria continuidade da vida. Para muitos que se preocupam com os direitos indígenas e a proteção das florestas, Raoni é visto como o líder que pode falar na COP30 com a emergência de quem luta para que a Floresta permaneça em pé.

Lela Beirão/SUMAÚMA





COM QUASE 90 ANOS, O CACIQUE RAONI PARTICIPA DA COP30 ECOANDO A DEFESA DAS FLORESTAS E DA DEMARCAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS



JONATHAN WATTS **Você acha que a COP30 em Belém pode ajudar a Floresta e seus povos?**

RAONI MËTYKTIRE Eu acho que o primeiro encontro da COP na Amazônia pode ajudar a Floresta. Não tivemos uma oportunidade como essa antes. Podemos falar sobre o que está acontecendo, de destruição, desmatamento. E eu estou aqui muito feliz, contente, com essa oportunidade que é importante para todos nós, de poder falar, de poder gritar, para que as autoridades possam nos ouvir. É importante para nós.

JW **O que você acha sobre a iniciativa Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF)?**

RM Vai ter um papel importante, de poder nos defender, defender os nossos direitos territoriais, os direitos dos povos indígenas, poderá também contribuir com os problemas que hoje estão acontecendo. Esses problemas são o desmatamento, a destruição da Floresta, a exploração de terras. São problemas de hoje em dia. Acho que esse fundo pode fortalecer o nosso trabalho e dar continuidade nessa luta que nós estamos fazendo. Há muito tempo eu venho falando para o mundo que, se continuarmos destruindo tudo que tem nessa terra, haverá muitas consequências, haverá um caos nessa terra.

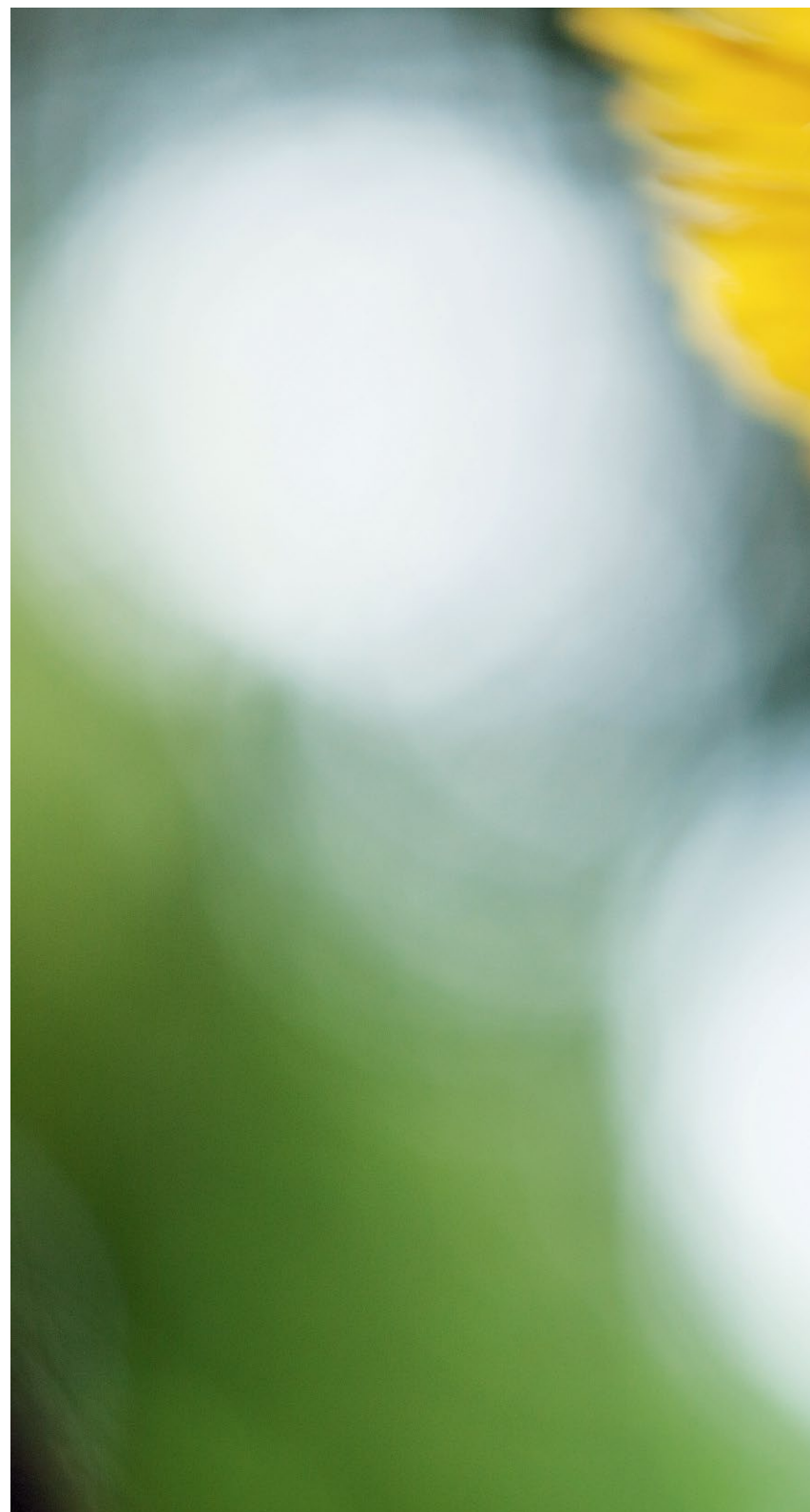
Então, é sempre bom lembrar que os compromissos desses grandes projetos podem facilitar e dar autonomia a nós que estamos na base, para que possamos continuar defendendo a Floresta, essa Floresta que sobrou hoje. É isso que eu penso. Eu penso que o projeto pode fortalecer isso.

JW **Esse projeto vai dar 20% do dinheiro diretamente para os povos indígenas. Por que isso é importante?**

RM Isso é importante. E como o [presidente] Lula começou esse compromisso, de ter um projeto grande como esse, que pode ajudar diretamente os povos indígenas e fortalecer o seu trabalho, de seguir fiscalizando seu território, fiscalizando as florestas, para que os territórios indígenas possam estar tranquilos, em paz, e os povos indígenas viverem com sua cultura, com suas festas. Isso é o que penso, que esse projeto pode fazer isso por nós, povos indígenas.

LORENA DE PAULA **Muitos Indígenas, incluindo o senhor, têm criticado o governo Lula por projetos como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas e a lentidão para a demarcação de Terras Indígenas. Quando o senhor subiu a rampa do Palácio do Planalto ao lado do presidente Lula, durante a cerimônia de posse presidencial de 2023, imaginava que o governo seria assim? Como avalia este terceiro mandato?**

RM Eu não estou concordando. Se o Lula tivesse refletido bem, antes da Presidência, ele tinha se comprometido a ajudar os povos indígenas a defender o seu território, defender a Floresta. Ele tinha dito isso para nós. Mas hoje



“

Então, Lula, me escute, e demarque Territórios Indígenas, para que as florestas possam ser protegidas por nós, para garantir a nossa sobrevivência nesta terra futuramente

Raoni Mëtyktire

Cacique do povo Kayapó



eu soube dessas notícias, informações sobre esses projetos grandes, que afetam a nós, Indígenas, e eu não estou aceitando, não concordo, porque é uma coisa muito ruim para nós. Impactaria a nós, povos indígenas.

Lula, se estiver me escutando, ou se essa informação chegar a você, que possa refletir sobre a Natureza, sobre a Floresta. Essas florestas precisam ter vidas, e isso contribuirá para a nossa vida nesta terra.

Durante a campanha, antes da Presidência, ele também se comprometeu a demarcar Terras Indígenas. E hoje, algumas Terras Indígenas foram demarcadas e algumas ainda não. Mas Lula tem que continuar a demarcar as terras. E essas Terras Indígenas onde tem floresta contribuem com nosso pulmão, elas contribuem com nossas inspirações.

Então, Lula, me escute, e demarque Territórios Indígenas, para que as florestas possam ser protegidas por nós, para garantir a nossa sobrevivência nesta terra futuramente.

LP Como o senhor enxerga o futuro da luta pela Amazônia? Se lhe perguntassem “Por que o senhor ainda luta?”, o que responderia?

RM Eu continuarei defendendo a Floresta Amazônica, vou continuar fazendo isso. E também pedir para que as pessoas possam respeitar a Amazônia, que possam estar vivas as florestas dentro da Amazônia. E poder contribuir com nossa vida, contribuir com nossa sobrevivência. Eu vou continuar lutando. Até onde der, eu vou continuar lutando. ■



COP30: lutando pela vida

A cúpula da ONU tentou, mas não conseguiu apagar uma conflagração global com um copo d'água. Pouco mais poderia ser esperado na era de Trump e Musk. Pelo menos deu início a um debate sobre o fim do desmatamento e dos combustíveis fósseis

Jonathan Watts

Rio Xingu, Altamira, Amazônia

No final, o símbolo mais apropriado da primeira conferência do clima na Amazônia foi a Sumaúma adoecida, perto da entrada do evento, sufocada pelo asfalto, contaminada pela fumaça dos combustíveis fósseis e lutando pela vida. A outrora poderosa árvore não estava completamente arruinada, mas parece cada vez mais longe de estar plenamente viva. O mesmo aconteceu com os esforços para enfrentar a crise climática, salvar a Natureza da extinção e resgatar a governança ambiental global.

A COP30 em Belém terminou no dia 22 à noite, 24 horas depois do planejado e com uma tempestade amazônica caindo no centro de conferências. Algumas gotas vazaram de forma ameaçadora do telhado, mas a estrutura da ONU praticamente se manteve intacta, como fez nas últimas três semanas, apesar do fogo, do calor tropical intenso e dos ataques políticos incendiários ao sistema multilateral de governança ambiental global.

Dezenas de acordos foram assinados no último dia, enquanto a humanidade, em sua forma mais coletiva possível, trabalhava para resolver o desafio mais complexo e perigoso que nossa espécie já enfrentou. Foi caótico. O processo quase entrou em colapso e teve de ser resgatado por conversas de última hora que ocorreram no início da manhã. Observadores veteranos disseram a SUMAÚMA que o Acordo de Paris estava respirando por aparelhos.

Mas sobreviveu. Pelo menos por enquanto. O resultado não foi suficiente para limitar o aquecimento



global a 1,5 grau Celsius. Houve um déficit considerável do financiamento necessário para a adaptação dos países mais afetados por condições climáticas extremas. A importância da proteção das florestas tropicais mal foi mencionada, embora essa tenha sido a primeira cúpula do clima na Amazônia. E o equilíbrio de poder no mundo ainda é tão inclinado para os interesses do petróleo, carvão e gás natural que não houve sequer uma única menção a “combustíveis fósseis” no principal acordo da Decisão Mutirão – documento para tratar de temas originalmente ausentes da agenda da conferência.

No entanto, apesar de todas essas falhas, Belém abriu



O PRESIDENTE ANDRÉ CORRÊA DO LAGO NA ÚLTIMA PLENÁRIA DA COP30: A ESTRUTURA DA ONU NÃO CEDEU A TEMPESTADES, CALOR, FOGO E ATAQUES POLÍTICOS AO MULTILATERALISMO

novas vias de discussão sobre como reduzir a dependência de petroquímicos. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e sua ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, propuseram um processo chamado de “mapa do caminho”, no qual cada país elaboraria seus próprios planos, em sua própria velocidade, para avançar rumo a um futuro mais seguro, limpo e livre de fósseis. “Finalmente, algo foi colocado sobre a mesa para debater o que realmente importa”, disse Marina a SUMAÚMA mais tarde. “Mas também devemos reconhecer (...) que deveríamos ter trabalhado nisso nos últimos 30 anos.” A iniciativa teve o apoio de

mais de 80 nações, mas acabou sendo retirada do texto principal de negociação. O Brasil prometeu continuar a desenvolver a ideia nos próximos 12 meses de sua presidência na COP30.

Houve outros pequenos passos à frente. A Cúpula de Belém ampliou o escopo de participação de grupos indígenas, quilombolas e também de cientistas, fez vaga referência a políticas mais fortes para uma transição justa para um futuro de energia limpa e arrancou, à força, mais das carteiras das nações ricas para que fossem um pouco mais generosas (triplicar o financiamento para adaptação climática até 2035).



MARINA, LULA E JANJA EM COLETIVA DE IMPRENSA: O PRESIDENTE BRASILEIRO E A MINISTRA DO MEIO AMBIENTE PROPUSERAM UM MAPA DO CAMINHO PARA LONGE DOS COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS

Um debate está agora em curso sobre se a COP30 foi um sucesso, um fracasso ou um raquítico meio-termo. Mas qualquer avaliação do tipo precisa levar em conta o contexto geopolítico minado em que essas negociações ocorreram. Aqui estão cinco ameaças que terão de ser evitadas na cúpula climática do próximo ano, na Turquia.

1 Vácuo de liderança global

Os EUA não apareceram. A China não avançou. Com os pais da crise climática ausentes ou calados, às vezes parecia que as crianças estavam livres para fazer bagun-

ça. Muitos dos problemas que assolaram as negociações de Belém poderiam ter sido evitados se essas duas superpotências climáticas (o maior emissor histórico do mundo e o maior emissor atual do mundo) fossem capazes de coordenar uma abordagem compartilhada, como costumavam fazer antes de Donald Trump chegar ao poder. Em vez disso, Trump atacou a ciência climática, xingou a ONU e organizou uma cúpula em Washington com o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, Mohammed bin Salman Al Saud.

Não é de admirar que, na COP30, a Arábia Saudita tenha se sentido encorajada a impedir qualquer



Lela Beltrão/SUMAÚMA

menção a combustíveis fósseis – mesmo o tema tendo sido acordado na COP28, em Dubai. A China, por outro lado, esteve presente em Belém e buscou ajudar o Brasil, seu parceiro no Brics (grupo de “países emergentes”), a organizar uma conferência bem-sucedida. Mas seus assessores deixaram claro que a China não queria ocupar o lugar dos Estados Unidos no tema do financiamento, nem liderar sozinha qualquer tema além da fabricação e venda de produtos de energia renovável. “A China não pode resolver crises globais por si só”, disse um assessor chinês a SUMAÚMA.

2 Brasil dividido, mundo dividido

Entre as principais fraturas na política global atual está aquela entre os interesses da extração de recursos e os da conservação. Um quer expandir infinitamente as fronteiras agrícolas, cavar cada vez mais fundo em busca de minerais e ignorar os impactos sobre as florestas e os oceanos. O outro adverte que tais atividades estão rompendo limites planetários com consequências cada vez mais catastróficas para o clima, a Natureza e a saúde humana. A divisão é evidente em todo o mundo. E também ficou evidente nas negociações climáticas da COP30, nas quais os anfitriões brasileiros às vezes pareciam enviar mensagens confusas, segundo observadores da Ásia, Europa e América Latina.

Enquanto a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, Marina Silva, foi a força motriz para pressionar por um roteiro do caminho longe dos combustíveis fósseis e do desmatamento, o Ministério das Relações Exteriores – que passou décadas promovendo o agronegócio e as exportações de petróleo – foi muito mais hesitante e precisava de incentivo do presidente Lula. Grandes interesses da mineração e do agronegócio, como os da Vale, figuraram entre os patrocinadores da cúpula, embora sejam grandes impulsionadores da destruição ambiental. A Floresta Amazônica parece ter sido vítima disso, recebendo apenas uma breve e vaga menção no principal texto de negociação.

3 A parcimônia europeia e a ascensão da extrema direita

A Europa se apresentou muitas vezes ao longo das últimas décadas como líder em ações climáticas, mas esse rico continente – lar dos avós da crise climática, Reino Unido, França, Alemanha, Itália e outras velhas nações industrializadas – foi fortemente criticado na COP30 por não levar adiante as promessas de financiamento climático para os “países em desenvolvimento”. Lamentavelmente, a Europa também se apresentou dividida, em parte devido à ascensão da extrema direita em muitos países. Como resultado, a União Europeia teve que adiar sua NDC (Contribuição Nacionalmente Determinada) e só decidiu no meio da COP de Belém que faria de um mapa do caminho de transição dos combustíveis fósseis uma de suas “linhas vermelhas” na

Um debate está agora em curso sobre se a COP30 foi um sucesso, um fracasso ou um raquítico meio-termo. Mas qualquer avaliação do tipo precisa levar em conta o contexto geopolítico minado em que essas negociações ocorreram

negociação. Foi, no mínimo, um gesto de incompetência, isso na melhor das hipóteses, já que questões tão importantes precisavam de uma coordenação muito mais avançada.

Não à toa, muitos participantes do Sul Global suspeitaram que essa conversão repentina para o mapa do caminho tenha sido uma artimanha ou uma moeda de troca para atrasar a ação sobre o financiamento da adaptação. O Reino Unido também foi criticado, sendo, inclusive, “premiado” como “Fóssil do Dia” por travar as negociações sobre uma transição justa. Também foi criticado por bloquear o texto sobre os afrodescendentes.

4 Guerras que minam dinheiro e atenção

Conflitos em Gaza, na Ucrânia, no Sudão e em outros lugares ofuscaram essa conferência, mudando as prioridades dos recursos do governo e a cobertura da mídia. Políticos europeus disseram a SUMAÚMA que sua prioridade orçamentária passou para o rearmamento devido à crescente ameaça representada pela Rússia e à falta de confiança nos Estados Unidos. Como resultado, cortaram a ajuda ao desenvolvimento no exterior, e tornou-se cada vez mais desafiador alocar fundos para o financiamento climático. Em outro momento, isso poderia ter provocado um clamor, dadas as pesquisas que mostram que a grande maioria das pessoas no mundo quer que seus governos façam mais para enfrentar a crise climática. Mas, em muitos países, é cada vez mais difícil para o público saber o que está acontecendo nas negociações do clima. Nenhuma das quatro grandes redes de televisão norte-americanas enviou uma equipe para Belém. Repórteres de emissoras britânicas e europeias estavam presentes, mas muitos disseram que era difícil para eles conseguirem espaço em programas de notícias para suas reportagens. É um retrato que parece derrotista e contrasta com a incrível energia positiva nas ruas e nos rios de Belém.

5 Tomada de decisão global desgastada e instável

Com 80 anos recém-completados, a Organização das Nações Unidas (ONU) está revelando sua idade. A tomada de decisões por consenso significa que qualquer país pode vetar praticamente qualquer decisão. Como resultado, a flotilha de ação climática parece se mover na velocidade de seu barco mais lento, e não está dando atenção aos avisos da ciência, aos líderes indígenas ou às preocupações das gerações futuras e de outras espécies. Como em reuniões anteriores da COP, frustrações sobre isso – particularmente entre os pequenos países insulares – eram evidentes em Belém. Dezenas de nações altamente ambiciosas para conquistar avanços efetivos, lideradas pela Colômbia, emitiram sua própria Declaração de Belém e anunciaram planos para realizar um processo paralelo de eliminação gradual dos combustíveis fósseis, que terá uma primeira conferência em Santa Marta, na Colômbia, em abril do próximo ano. Os organizadores dizem que isso visa complementar, em vez de substituir, o processo da COP da ONU, mas também pode ampliar a lacuna entre os principais produtores de combustíveis fósseis e aqueles que defendem as energias renováveis. No nível político, isso pode ser uma inevitável quebra, mas a economia global está se movendo cada vez mais em direção às energias renováveis, que agora são mais baratas do que os combustíveis fósseis, e as tendências demográficas estão deslocando o poder para o Sul Global. Enquanto isso, subjacente a tudo está a física implacável da crise climática, para a qual não há veto. Essas realidades precisam ser reconhecidas por um sistema de governança global renovado e mais dinâmico. Caso contrário, o Acordo de Paris – e o fio de esperança para um mundo habitável – talvez não consiga passar incólume por muito mais tempo. A presidência brasileira da COP30 ainda tem muito trabalho a fazer. ■



SUMAÚMA PERTO DA ENTRADA DA COP30: A ÁRVORE PARECE CADA VEZ MAIS LONGE DA VIDA, ASSIM COMO OS ESFORÇOS PARA SALVAR A NATUREZA DA EXTINÇÃO E RESGATAR A GOVERNANÇA AMBIENTAL GLOBAL

Vamos conversar sobre COP30 e mutantes?

Entre o fora e o dentro, um diálogo entremundos para complicar as respostas diante da ameaça de extinção

Eliane Brum

Rio Xingu, Altamira, Amazônia

Como jornalista, escrevi e disse em todas as oportunidades, antes e durante a COP30, que as cúpulas do clima são importantes, por mais que em geral sejam frustrantes e insuficientes. São importantes porque ainda é o multilateralismo resistindo, mesmo que se descolando inteiro; porque ainda são representantes de países sentados numa mesma mesa para discutir o mais urgente; porque sem essa tentativa estaríamos totalmente nas mãos das grandes corporações, que nos levam cada vez para mais perto da extinção, da extrema direita que segue corroendo mundos, das big techs controlando as realidades, de CEOs-presidentes como Donald Trump definindo o planeta para o benefício dos sócios majoritários da corporação-país. Seríamos ainda totalmente reféns da minoria muito, muito minoritária de bilionários e super-ricos que, como sempre se salvaram, acham que também desta vez se salvarão.

Isso tudo é verdade. Mas, depois de viver esta COP de Belém tão de perto quanto é possível para uma jornalista, eu preciso dizer mais do que isso. Preciso complicar a resposta.

Quando cheguei pela primeira vez à Zona Azul, ainda na véspera da Cúpula dos Líderes, o impacto de ver aquela Sumaúma sem copa, lutando – e perdendo – no concreto que a asfixia, foi dor e revelação. Eu nunca tinha visto uma Samaúma sem copa. A árvore que irriga os céus e a terra, imensamente colaborativa, fazedora de chuvas, casa de tantos, decepada. E decepada diante



da estrutura da cúpula da ONU. Quando falo dor, não é retórica, é dor mesmo. Aprendi, com povos indígenas e tradicionais, com jornalistas-floresta, que a Samaumeira é humana como eu, apenas em outro corpo. E já consigo senti-la como parente. Era como estar diante de uma pessoa torturada. Minha primeira associação foi com as cenas dos negros escravizados, submetidos, expostos no mercado nos séculos de escravidão no Brasil, diante da indifença de quem decidia sobre seus corpos, sobre a vida e sobre a morte.

A Sumaúma decepada alertava para o que estava por vir.



Barriga de bicho ou nave alienígena?

Wajã Xipai, jornalista-floresta do povo Xipaya, da Terra do Meio, na bacia do Rio Xingu, descreveu o interior da Zona Azul como a barriga de um bicho. Acredito que é a imagem mais potente. Para mim, que venho de outras experiências, me lembrou mais uma nave espacial. Pelo formato e arquitetura, sim, mas também porque baixou em Belém como uma nave alienígena colonizadora da Terra. É um tanto suspeito propor um encontro mas impor uma arquitetura, no sentido amplo. Impossível não lembrar de imediato das caravelas chegando ao que chamariam de Brasil para impor a separação do homem

e da Natureza, para converter Natureza em mercadoria, começando – ainda sem saber – a produzir o colapso do clima e do que chamam biodiversidade.

Essa nave-ONU é planejada para barrar a entrada dos não escolhidos, é projetada principalmente para proteger os autorizados a entrar dos que estão do lado de fora. Essa nave baixa na Amazônia, mas a maioria dos passageiros vem de naves menores, aviões, pisam o menos possível na cidade que parte deles considerou infecta (lembrem do vídeo viral do chanceler alemão). Depois, eles voltam a embarcar para retornar a seus países. Há uma vontade de assepsia que a baixa quali-

dade dos banheiros montados tornou impossível, dando talvez o primeiro sinal disruptivo na Zona Azul.

Algumas manifestações parecem sugerir que os convidados gostariam de ser o menos afetados possível pelo ambiente para além da nave. E, quando não conseguiram reproduzir as condições de habitação que tinham em seus lugares de origem, se sentiram profundamente ofendidos. Parte dos credenciados parece ter vindo para não ser tocada, em muitos sentidos. Veio para não mudar – e não mudar só é possível sem encontro.

Toda a estrutura é pensada para que nada fora do controle aconteça. Tão hermeticamente fechada quanto possível, supostamente impermeável, para que nenhum passageiro clandestino entre. E, para isso, também é necessária muita segurança, até mesmo o Exército. Não apenas para proteger a vida dos escolhidos, mas principalmente para proteger o controle.

Os Indígenas – que aprenderam com seus ancestrais sobre o que podem as caravelas – irromperam. Tanto no segundo dia quanto no quinto, quem desbarrou a nave-ONU foram principalmente os povos do Rio Tapajós, mas de diferentes porções dele, com diferentes lideranças, ambas mulheres, nos últimos anos as grandes protagonistas da luta pela vida: Auricelia Arapiun e Alessandra Korap Munduruku.

Entraram. E obrigaram as autoridades brasileiras a escutá-las.

Uma invasora chamada Natureza

O secretário-executivo da Convenção do Clima da ONU, Simon Stiell, enviou uma carta ao governo brasileiro reclamando da segurança. Não só as protetoras da Floresta entravam sem crachá, como fizeram as guerreiras do Tapajós, mas também a chuva fazia goteiras, produzindo pequenos alagamentos, e o ar-condicionado, quando não estava com temperatura antártica, era vencido pela respiração dos trópicos. No ambiente controlado tudo parecia estar fora do controle. A ONU estava incomodada com a Natureza entrando por todos os lados.

E então pegou fogo num dos pavilhões. A obviedade da metáfora era expressada por alguns: “Assim eles têm uma pequena ideia do que a Floresta sente quando botam fogo”. Não tem comparação possível com o holocausto de vidas diversas em cada incêndio da Floresta, a maioria deles, se não todos, criminosos. Mas a comparação tem sua força.

Por todos os flancos nesta COP30, a Natureza apontava a insensatez de acreditar que o poder está com os homens (o gênero é proposital). E aqui começo um diálogo com algumas pessoas que entrevistei nesta COP, para um aprofundamento que não encontrava dentro da Zona Azul, onde as negociações eram muito complicadas, mas nem sempre complexas. Não porque os participantes eram rasos, mas porque o aspecto bizarro de negociações desse tipo gira com frequência nos [colchetes]. Em cada documento os colchetes marcam onde

não há consenso. Em alguns deles, os colchetes podem atingir a casa das centenas. Por isso, quem ainda não foi contaminado por essas conversas oficiais pode ficar totalmente perplexo pelo fato de haver intensa comemoração porque, em 2025 e na trigésima cúpula do clima, houve a “conquista” de incluir nos documentos, por exemplo, os afrodescendentes. Ou os Indígenas. Ou as mulheres. Neste sentido, parece que a COP só agora incorporou as conquistas da segunda metade do século 20.

Entremundos

Esta foi a minha primeira COP – e talvez a última. Minha conversa por escrito é com interlocutores que estavam dentro, porém não como negociadores – mas principalmente fora, onde outra COP avançava. Minhas descrições são também o desejo de que a maioria afetada pelo colapso, mas que jamais esteve numa COP, possa enxergar o que eu vi.

Desde que deixei São Paulo, em 2017, e me mudei para Altamira, um dos epicentros da destruição da Floresta Amazônica, com frequência alguém me pergunta o porquê. Entre as minhas várias respostas, digo que queria me reflorestar, voltar a me entender como Natureza. E explico que é um processo que seguirá por toda a existência e, quando morrer, ainda não estará terminado, já que a linguagem que é o capitalismo me estrutura desde a infância.

Esse movimento muito difícil, o de se tornar outra linguagem, nasce da compreensão de que essa é a única forma realmente efetiva de enfrentar o colapso. Portanto eu precisava me tornar esse percurso para que minhas palavras fossem habitadas. Para isso, obviamente, não basta uma mudança de lugar geográfico, se fosse simples assim a Floresta não estaria sendo destruída (também) pelas elites locais e por todos que orbitam ao redor delas, nem a maioria dos eleitores das cidades do interior da Amazônia teria votado em Jair Bolsonaro nas duas últimas eleições. É preciso realmente se arriscar a uma transmutação de corpo.



A gente é mutante de inconsciência, e essa doença precisa ser curada. É por que a gente está mutante da inconsciência que a gente está achando tudo normal?

Carlos Papá

Liderança espiritual e cineasta do povo Guarani-Mbya

Jamais vou voltar a me entender como Natureza por completo, mas essa análise da COP vem desse lugar, o de já ter me desformado um tanto, o de já ter me desestruturado um tanto, mas de estar ainda – e para sempre – entremundos.

Mutantes paralisados

Na minha elaboração sobre o colapso, entendo que, quando os homens se separaram da Natureza (mais uma vez, o gênero é proposital), deixaram o mundo dos humanos e se tornaram outra coisa. Nesse sentido, ao se separar da Natureza, o homem também se separou dos humanos.

Numa entrevista que fiz com Gilberto Gil durante a COP, ele propõe uma outra forma de nomear essa separação. Gil, além do músico e compositor extraordinário que marcou e de certo modo abraçou o Brasil, é também um pensador livre. Ele entende que são duas espécies de humanos, os das selvas e os das “selvas de pedra”. Os das cidades de concreto, hoje a maioria, mutaram e se tornaram esses que cavam o abismo. Agora, que o colapso se aproxima, pararam de mutar. Estão paralisados, sem se mover, quando deveriam estar aprendendo com os humanos que não mutaram, aqueles que seguiram guardando e transmitindo o conhecimento ancestral. Não mutaram, bem entendido, mas seguiram se movendo. Já a maioria mutante precisa encontrar formas de romper a paralisia para buscar reverter a mutação que nos leva à extinção.

“É bonito ver como eles [povos-floresta], quando têm que se importar com alguma coisa, se importam com a luta para permanecer como são, como têm sido. Não é para mudar. Já para alguém como eu, é para mudar. Porque eu não sou povo da Floresta. Eu sou das selvas de pedra. Vivi nelas. Basicamente, as selvas de concreto, as selvas de asfalto, as selvas de torres elétricas, não é? Eu sou uma pessoa dessa outra selva, para quem a mudança é imperativa. [...] Porque nós tendemos a ser cada vez mais preocupados com a contenção mais do que os povos da Floresta, os povos que têm lutado pela permanência das coisas como elas são. Enfim... A gente está hoje em dia mais preocupado em ser um pouco mais como os povos da Floresta. [Mas] temos medo também da mutação. Somos mutantes, mas percebemos cada vez mais as ameaças que essa aceleração da aceleração, essa vertigem permanente em busca da mudança nos [traz]. A agonia que isso nos traz. Quer dizer... Esse pânico que vivemos hoje, esse temor da extinção, uma coisa que nos ameaça. [...] Tem uma busca repentina pela contenção.”

A mutação de que fala Gil eu chamo de capitalismo. Nesse sentido, a palavra “mutação” é um achado. Minha proposição é que o capitalismo é uma linguagem, aqui entendida como aquilo que nos constitui, que faz de nós o que somos, determina o nosso modo de viver, assim como a forma de entender a nós mesmos e os outros. É como se fosse um outro DNA, mas felizmente

um que podemos mudar.

Pegando emprestadas as palavras de Gil, penso que posso dizer que estou tentando reverter a mutação chamada capitalismo. E tento não como movimento meramente individual, porque aí já estaria fracassando pela palavra, mas sim como uma experiência difícil, acredito que a mais difícil, mas possível quando voltamos a nos entender como um coletivo interdependente.

Entrevistei na Rádio SUMAÚMA, junto com Paulina Chamorro e Darlon Neres, as lideranças indígenas da Mata Atlântica Cristine Takuá e Carlos Papá, das Escolas Vivas – movimento de resistência para fortalecer a transmissão dos conhecimentos ancestrais, ligado ao Ciclo Selvagem e à Editora Dantes. Ou, como explica Cristine Takuá, “uma proposta para furar essa bolha da monocultura mental que paira e que insiste em modelar, em formatar as mentes humanas para competir e buscar ser alguém na vida atrás de um título que não significa nada, porque é esvaziado de sentido”.

Carlos Papá também se referiu à mutação, mas a partir do conhecimento de seu povo, os Guarani:

“Na mata existe código. Então é preciso aprender a ler os códigos. A mesma coisa na cidade, que quando se anda tem semáforo, tem escrito onde pode ir, onde não pode. Na mata também existem esses códigos e, quando você compreende os códigos, aí você tem uma sensibilidade maior. Você entende a Floresta. Então, quando você fala da questão de preservar para o futuro, você está em diálogo constante com os espíritos. Quando você dorme, você sonha e no sonho você anda ou os espíritos se aproximam e com isso se tem comunicação direta com os espíritos. Os espíritos falam que nós, humanos, estamos doentes, com uma doença chamada mutações de inconsciência. A gente é mutante de inconsciência, e essa doença precisa ser curada. É por que a gente está mutante da inconsciência que a gente está achando tudo normal? Exploração de petróleo é normal [...]. Ver crianças de rua ou pessoas dormindo na rua sem teto é normal [...]. Então a gente está totalmente mutante dessa inconsciência, que é achar que é tudo normal. Ser seduzido pela fala bonita, pela mídia, pelos cartazes com que o capitalismo sabe muito bem capturar a sociedade vulnerável, que acha que aquilo é uma vida serena, uma vida confortável. Mas essa vida confortável se torna uma doença e a pessoa se torna escrava sem perceber [...]. Então o Grande Espírito está falando: vocês precisam se curar, estar mais do que nunca atentos a buscar a cura. E a cura está na consciência. E a gente precisa curar essa consciência, porque a gente está mutante da inconsciência”.

Essa percepção sobre mutantes é nomeada de diferentes maneiras. Paul Watson, um dos mais reconhecidos ativistas pela vida marinha do planeta, cofundador do Greenpeace, que mais tarde deixaria por discordância dos rumos da organização, me contou que aprendeu com os povos indígenas o ponto de vista “biocêntrico”,

o fato de sermos parte de tudo, estarmos relacionados a tudo, interdependentes entre si. “As outras espécies cuidam de nós. Nós cuidamos delas. Deveríamos ser parte do ecossistema, não dominantes sobre ele”, diz. Parte da razão pela qual Paul não acredita em soluções vindas de governos ou vindas da COP é porque nada que realmente nos afaste da extinção virá de um ponto de vista antropocêntrico, fortemente influenciado pelas religiões cristãs: o homem no centro do universo e todos os outros criados para lhe servir.

Pessoalmente, não gosto do prefixo “bio”, porque ele nos mantém presos a uma linha de pensamento que olha a Natureza como algo fora de si. Prefiro a Natureza no centro, ainda que “natureza” também seja uma tradução simplificada – e ocidental – para pensamentos e tradições complexas. As línguas que a maioria habita são precárias porque vêm deste mundo que se separou, o que torna difícil encontrar palavras para dar conta de realidades tão diversas.

O ar-condicionado e o trovão

Em meu livro *Banzeiro òkòtó* (Companhia das Letras) falo da necessidade de deslocar as centralidades hegemônicas para um urgente recentramento do mundo. Isso não significa recolocar a Natureza no centro, porque ela já é/está desde sempre, mas sim reconhecer a centralidade da Natureza. Assim, os legítimos centros do mundo – e legítimos porque sem eles não estaríamos aqui conversando (e nem respirando) – são a Amazônia, as demais florestas, os oceanos, o Cerrado, o Pantanal, a Mata Atlântica, a Caatinga, o Pampa, todos os biomas – e não Washington, Pequim, Londres, Frankfurt, São Paulo etc. Os centros são onde está a vida – e não onde estão os mercados. E não como retórica, mas como radical mudança de linguagem a partir do reconhecimento do óbvio, de modo a permitir à maioria mutante empreender o movimento de voltar a se entender como Natureza.

Dentro da Zona Azul, a Natureza era meramente decorativa – e maltratada. Depois da Samaumeira decepada, meu segundo choque ao entrar pela primeira vez naquele corredor comprido e opressor, porque sem janelas que permitissem uma troca (em todos os sentidos) com o mundo externo, foi o lugar dado à Natureza. Onças, macacos, tatus, tamanduás, jacarés nos olhavam de painéis nas paredes. Difícil esquecer do olhar apavorado do macaco da Caatinga, olhar que mirou o fotógrafo, mas que apenas bateu na lente e voltou.

O som da Zona Azul era o ruído implacável, alto e pesado do ar-condicionado que atravessava nosso cérebro e os dias. Ele só era vencido, em geral uma vez por dia, pelas tempestades amazônicas, a Natureza sobrepondo-se ao som das máquinas.

Em alguns lugares, o “vento” expelido pelos enormes aparelhos de ar-condicionado castigava as plantas, que iam vergando e murchando. Quando acabou, estavam todas sofridas, a maioria semimorta. É curioso



Precisamos entender o que as cutias, as pacas, as formigas estão conversando nas conferências na Floresta, porque elas não foram convidadas para a COP

Cristine Takuá

Coordenadora das Escolas Vivas

como mesmo quando se discute – ou deveria se discutir Natureza – poucos se chocam com outros seres vivos sendo maltratados e usados como decoração. Quanto mais diferente o corpo de um ser, ou mais invisível aos nossos olhos, menos empatia temos, parte do antropocentrismo reinante.

Escrevi minha primeira nota ainda na Cúpula dos Líderes:

De painéis gigantes nas paredes a onça nos encara. O calango, o tamanduá-bandeira, as grandes árvores, habitantes da Floresta Amazônica e de outros biomas no Brasil. Embaixo delas, plantas-pet, aquelas confinadas em vasos, mas ainda sem vasos, só os saquinhos de plástico preto com terra dentro. Tristes plantas arrancadas de seus territórios para fingir Natureza na primeira COP na Amazônia, em Belém, cidade que virou as costas para o Rio e para a Floresta. É assim o corredor da Zona Azul no primeiro dia da Cúpula dos Líderes. Os pavilhões dos países estão ainda em obras, mas isso importa muito menos. O que importa é o olhar apavorado do macaco da Caatinga que nos encara do painel. O que importa é o lugar dado à Natureza numa COP na maior floresta tropical do planeta. Porque os animais em painéis e as plantas-pet são ao mesmo tempo violência e ausência. Estão sendo mortos agora mesmo na Floresta real, esta que está chegando ao ponto de não retorno, esta em que Luiz Inácio Lula da Silva, anfitrião desta COP, autorizou a Petrobras a perfurar em busca de petróleo, o que acontece neste instante na Foz do Amazonas. Ausência porque os outros humanos – lembrando aqui o entendimento dos Indígenas de que animais, plantas, fungos, rios, montanhas são humanos com outros corpos – não estão representados nesta COP para além da decoração das paredes. O largo corredor em obras é a verdade sobre o olhar hegemônico nesta COP. Mas, no lado de fora, os povos-floresta que agora chegam de barco lutarão para

disputá-la, como lutam no chão da Floresta e de todos os biomas. Esse corredor da Zona Azul é uma verdade. E ele ofende, porque a verdade é uma violência.

A geopolítica dos pavilhões

Na abertura da COP, os pavilhões dos países estavam finalmente prontos. E sua disposição reproduzia bastante a geopolítica global. No corredor principal, aquele por onde todos precisam passar, entre os mais opulentos estava o do “Kingdom of Saudi Arabia” – petroestado que foi um protagonista decisivo para barrar qualquer avanço, mesmo mínimo, na transição para longe dos combustíveis fósseis – lembrando que a transição já estava acordada desde a COP de Dubai, em 2023. Vidros foscos protegiam o interior dos olhares de fora. E, na parte externa, em grandes painéis digitais, a Árabia Saudita propagandeava o que chamava de sua “iniciativa verde”.

Outro era o pavilhão da China, projetado para mostrar solidez e grandiosidade. Em destaque, logo na entrada, o livro-bíblia de Xi Jinping, distribuído entre jornalistas e todas pessoas que se interessassem pelas palavras do presidente da China. Como disseram os analistas de SUMAÚMA, a China, hoje o maior poluidor global, apoiou a COP e o Brasil, mas se recusou a assumir a posição de liderança. Seus representantes deixaram claro que a China não queria ocupar o lugar dos Estados Unidos no tema do financiamento, nem liderar sozinha qualquer tema além da fabricação e venda de produtos de energia renovável.

Os Estados Unidos de Donald Trump, como se sabe, não apareceram, exceto pelo governador da Califórnia, Gavin Newsom, que lamentou o absurdo da ausência do seu país. “Estou aqui por conta da ausência de qualquer liderança do governo dos EUA, é um vácuo. É de deixar o queixo caído. Nenhum representante, nem um espectador para tomar notas foi levado a Belém”, disse ele dias antes num evento em São Paulo. Maior poluidor histórico, principal construtor do colapso do clima, o país-corporação de Donald Trump agora simplesmente amplia a produção de fósseis, destrói os projetos de energias alternativas, dizendo que o colapso do clima não existe, contra todas as provas científicas e a evidência concreta e mortífera dos eventos climáticos extremos arrasando e matando em diversas partes do planeta.

O Japão vendia sua costumeira imagem de eficiência tecnológica com o seguinte slogan: “Soluções para o mundo”. Enquanto isso, pedia ao Brasil a extradição de Paul Watson, cuja prisão foi decretada naquele país por um controverso episódio. “Soluções para o Mundo...”, ironizou Paul, tranquilamente ancorado no Porto de Belém. “Mas, quando você olha, eles [japoneses] estão apenas falando sobre melhorias no desenvolvimento de combustíveis fósseis e coisas assim. E isso não é solução para nada. Sim, há uma solução que o Japão pode fazer: pare de matar baleias. Essa é uma boa solução para lidar com a mudança climática.”

Outros países da Europa e da Ásia dividiam o corredor principal, além do Brasil, país-anfitrião. Nos corredores secundários estavam os países da Escandinávia – deliberadamente discretos, mas ativos. Os mais escondidos eram os países africanos, que só tinham dinheiro para o mínimo. E o modesto pavilhão de Cuba, que lembrava uma pequena sala de aula, com poucas carteiras e material, nenhuma exibição tecnológica.

Maior do que o da maioria dos países, o pavilhão da Confederação Nacional da Indústria reunia parte significativa daqueles que são responsáveis pela aceleração do aquecimento global. Em seus eventos, o discurso da “sustentabilidade” foi totalmente apropriado, tornando tudo mais perigoso para quem luta para que suas crianças tenham uma qualidade de vida pelo menos razoável nas próximas décadas. Seria paradoxal não fosse costumeiro, no pragmatismo cada vez maior em todas as áreas da sociedade, inclusive no jornalismo, que parte do financiamento das obras preparatórias à COP e da própria COP venha de gigantes destruidores da Amazônia como Vale e Hydro.

A cor e a arte na nave alienígena da ONU que baixou em Belém – ou melhor, se ergueu do chão – eram dadas pelos Indígenas, em muito menor número do que seria justo, e os representantes de países da África e da Ásia. De resto, eram muitos ternos para homens e terninhos para mulheres. E muito preto.

Um em cada 25 participantes da Zona Azul estava ali para defender os interesses das petroleiras ou grupos associados a elas. Responsáveis por ao menos 75% das emissões de gases que causam o aquecimento global, países e corporações de petróleo, carvão e gás natural seguem ampliando a produção, mesmo com o aumento da temperatura tendo alcançado o 1,5 grau Celsius, limite estabelecido no Acordo de Paris para uma vida com qualidade apenas razoável.

Foram 1.602 representantes da indústria dos fósseis credenciados para a conferência, a maior presença proporcional já registrada em relação ao número total de participantes. Se os lobistas fossem uma delegação, ela seria maior do que a de todos os países, exceto a do Brasil. O número de lobistas do petróleo foi quase 50 vezes maior que o da delegação das Filipinas e 40 vezes maior que o da Jamaica, países recentemente atingidos por eventos climáticos extremos. O levantamento é da coalizão Kick Big Polluters Out (Expulse os Grandes Poluidores).

Fundamental sublinhar: na Zona Azul, o espaço das negociações, havia 1.602 lobistas dos fósseis e 900 Indígenas credenciados, 360 deles brasileiros. Significa.

Na Zona Azul, a maioria derrubava o céu

É a “espécie” dos mutantes que causa o colapso, ameaçando de extinção não só seu mundo, mas também o mundo dos que não mutaram porque, afinal, é o mesmo mundo. Como Lula repetiu duas vezes em seus discursos

durante a COP, citando o livro *A Queda do Céu* (Companhia das Letras) do xamã Davi Kopenawa Yanomami e do antropólogo Bruce Albert, os Indígenas são aqueles que estão segurando o céu para que não caia.

O problema é que grande parte dos que participam das negociações na Zona Azul representa aqueles que derrubam o céu. Apesar de todos os países terem um voto nas decisões da COP e de as decisões precisarem ser por consenso, o que supostamente garantiria uma votação igualitária, é evidente que os países do Norte Global têm muito mais poder. A nave alienígena da ONU é uma nave explicitamente colonialista, da sua arquitetura física à política, dos que entram e dos que ficam de fora. Aqueles que protegem os biomas, fazendo com que ainda reste algo pelo qual lutar, não têm representação efetiva nem voto.

A partir do resultado da COP30, que depois desse monumental esforço (mais uma vez) terminou com apenas alguns pequenos, avanços, é difícil ignorar a afirmação de tantos: as COPs são projetadas para manter tudo como está. Os mais críticos chegam a dizer que elas são apenas uma “distração”, um faz de conta para simular que alguma providência está sendo tomada, quando o que continua acontecendo é a ampliação da destruição da Natureza e a aceleração do colapso.

Ao mesmo tempo, sem as COPs e, ficamos nas mãos de gente violenta e que levou o individualismo ao extremo como a maioria do Congresso brasileiro, que usa a democracia para minar a democracia – e desvirtua o sentido maior da política, que é o bem comum, em nome do lucro pessoal.

O mês de novembro no Brasil foi uma vitrine do que acontece no mundo. Começou com uma COP que busca manter vivo o que resta do multilateralismo, com enorme preparação e exaustivas negociações, que depois de 12 dias não conquistou nenhum avanço que realmente faça diferença imediata. Cinco dias depois do seu término, o Congresso derrubou os vetos de Lula ao PL da Devastação, destruindo o licenciamento ambiental. A agora Lei da Devastação acaba com a maioria das barreiras que ainda continuam as forças de destruição, representadas pelas corporações de soja, carne, minérios, agrotóxicos, petróleo – facilitando também a liberação de grandes obras, que costumam ser não só uma fonte de aniquilação, mas também de propinas.

A Lei da Devastação vai fortalecer o narcotráfico, que avança com muita velocidade sobre a Amazônia. Vale pontuar que o crime organizado já ampliou sua carteira de negócios para crimes já tradicionais na Floresta, como grilagem, madeira, garimpo ilegal, bois do desmatamento. É o avanço da extrema direita no mundo que, ao minar a democracia desde dentro, multiplica o risco de extinção. No Brasil, essa força predatória já compreendeu que, se domina o Congresso, domina quase tudo.

Esse seria o grande embate travado no planeta, entre a luta para salvar o multilateralismo num mundo muito

diferente do que gestou a ONU após a Segunda Guerra (1939-1945) e o avanço assumidamente predatório e sem limites do que tem sido chamado de extrema direita, mas que ainda precisa de uma nomeação que dê conta do que representa. Mas essa mais ou menos verdadeira, mais ou menos falsa polarização não representa (todo) o embate real. Saio da COP30 com ainda mais certeza de que temos que ampliar a complexidade das respostas ao colapso e nos libertar do olhar limitado que enxerga e reconhece apenas essas duas forças globais.

A dança do mundo de fora, maior que o de dentro

É necessário ampliar o olhar para perceber onde a COP30 foi potente. Pelo menos 5 mil Indígenas e representantes de comunidades tradicionais cercaram a nave alienígena da ONU, ocupando as ruas e espaços não oficiais. Isso nunca antes tinha acontecido e só aconteceu porque era uma conferência na Amazônia – e no Brasil. A força da resistência irrompeu em Belém, criando algo que nunca mais será esquecido. O marco foi a Marcha Global pelo Clima, no sábado 15 de novembro. Escrevi esta nota para SUMAÚMA tão logo a marcha acabou:

Luta é festa, é o que povos da Amazônia nos ensinam. E festa é algo muito sério. O que se viu na Marcha dos Povos pelo Clima, que reuniu dezenas de milhares de pessoas de diferentes territórios da Natureza e também urbanos, foi o melhor do Brasil, essa alegria que é instrumento de resistência, que é potência de agir. O que irrompeu nas ruas de concreto de Belém foi a luta viva. E a luta viva tem dança, a luta viva tem canto, a luta viva tem música, a luta viva só pode ser travada por corpos vivos. E quais corpos estão vivos num mundo de pessoas paralisadas, num mundo de pessoas-zumbis, que fecham seus poros e seus gestos porque esperam que, se não se moverem, tudo vai ficar bem?

Os vivos são aqueles que resistem ao capitalismo que nos leva à extinção, e resistem porque se movem, e se movem com todo o corpo em gesto de expressão. São os corpos dos povos-floresta, dos povos-bioma, que protegem o planeta todos os dias, mas também são aqueles que disputam as cidades avançando pelas frestas para irromper em cores. Tanto se discutiu esta COP na Amazônia, tantas críticas foram feitas a Belém, mas nessa marcha o que emergiu e se impôs foi a Belém que não é a de Helder Barbalho, a Belém que não é a das obras financiadas pelos destruidores da Floresta, a Belém que não virou as costas para a Natureza.

Amalgamados com os tantos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses presentes em sua diversidade, os movimentos culturais, políticos, sociais de Belém irromperam no asfalto com suas alegorias e fizeram da marcha uma dança de muitos corpos e de muitas vozes. É o entendimento encarnado de que não é uma luta e outra luta, mas a mesma luta.

Nunca houve uma marcha pelo clima com carimbó,

com brega, com guitarrada, com aparelhagem. Com Dona Onete! Era o Arraial do Pavulagem, a Boiúna, a Matinta Pereira, o Círio de Nazaré se aliando contra a transfiguração do mundo feita pelas corporações de petróleo, de mineração, de soja, de carne, de palma, de agrotóxicos. Se aliando contra o genocídio na Palestina, porque o extermínio dos palestinos e o extermínio da Amazônia são executados pelos mesmos braços do Norte Global, aliados às elites extrativistas locais. Era a espiritualidade atravessando os corpos como rebelião.

O que essa marcha habitada mostrou é que a luta e a expressão dos corpos não são uma coisa e outra coisa. Como na vida, a cultura não está separada da Natureza. Não há binarismos, o que há é troca, interdependência, contágio. Evoluindo pela Avenida Duque de Caxias, triste cenário de uma floresta sepultada, em que o concreto é a camisa de força que esmaga os viventes; evoluindo entre árvores sobreviventes, algumas delas raquíticas, que testemunharam a luta que é também por elas, tudo foi transmutado, tudo de repente ficou vivo, tudo vibrou. Tudo era naturezacultura, uma palavra só.

Os engravatados da Zona Azul, aquele mix de nave espacial e sofá que baixou sobre Belém para abrigar os negociadores em ambientes climatizados e supostamente assépticos, entenderiam o que é a COP se tivessem se arriscado à ocupação das ruas. A COP está onde a vida resiste. A COP é a transgressão da COP.

Quando escrevo que luta é festa, não estou me referindo a uma “festa” de São Paulo, Londres ou Nova York, mas a uma festa atravessada pela cultura, pela espiritualidade, pela ancestralidade e pela potência dos corpos. O mais próximo disso seria o carnaval de rua no Brasil – mas ainda não é isso.

Cristine Takuá e Carlos Papá estavam em Belém naqueles dias para lançar o *Manifesto pelo Florescer da Diversidade*, escrito pelos antropólogos Jerome Lewis e Chris Knight, traduzido por Marina Matheus e publicado pela Editora Dantes. Durante a entrevista na rádio, Cristine falou da necessidade de ampliar a consciência para a existência de outras marchas e conferências que aconteciam simultaneamente (e continuam acontecendo):

“Precisamos caminhar mais lento, entender o que as cutias, as pacas, as lontras estão conversando lá nas conferências no meio da Floresta, porque elas não foram convidadas para vir à COP. As onças estão falando de nós e dessa relação, dessa resistência necessária. [...] Existem muitas marchas no meio da Floresta, muitas conferências de formigas, de abelhas, de capivaras, enfim, dos seres. Eles estão em movimento porque a micropolítica do dia a dia, que nem sempre é convidada para dialogar nessas grandes conferências, está presente nesse sentido. É necessário que a micropolítica do dia a dia se aproxime e seja escutada, porque também os seres invisíveis precisam ser escutados”.

Nessa fala, Cristine traz também uma dimensão pouco compreendida pelos mutantes, mas muito presente

no discurso dos Indígenas e demais povos tradicionais: a ideia de caminhar mais devagar, mais lento, para desacelerar o colapso. Parece paradoxal, mas não é. É só prestando atenção, observando, deixando de ser um “mutante da inconsciência” que combatemos o colapso. A velocidade vazia, irreflexiva, autômata e automática só nos leva para mais perto da extinção.

Carlos Papá explica que a dança é outro andar e outra percepção do existir:

“Na cidade você anda reto, não tem nada que te atrapalhe. Na Floresta você não anda reto, você começa a dançar com o corpo. Você vai andar pela mata e você vai encontrar cipó, você vai encontrar barro, você vai encontrar pedras e você vai encontrar árvores e raízes e espinhos. Então, se você andar reto, você vai trombar, você vai cair, você vai se machucar. Então você vai ter que dançar. Você vai pular, você vai engatinhar, você vai levantar, vai torcer seu braço, seu corpo para sair de um lugar para o outro. Então é uma dança que você faz na Floresta”.

“A resposta somos nós”, principal palavra de luta dos Indígenas na COP30, é a afirmação de outro caminho que existe há milhares de anos. O caminho que é também um outro jeito de andar. Como diz Paul Watson, não é necessário “tentar construir uma máquina que sequestre carbono. Nós já temos isso. Chama-se árvore”. E conclui: “Não precisamos de mais máquinas. Nós só precisamos de mais árvores”.

As COPs jamais enfrentarão o colapso

Essas forças de resistência – resistir para existir – não apareceram agora. Só os Indígenas têm 13 mil anos de trajetória na Amazônia, sem contar que os ancestrais dos atuais povos originários criaram parte da Floresta, como Floresta que também são. Os Quilombolas são há 400 anos uma insurreição pela vida. Outros 27 povos tradicionais que habitam o Brasil são encarnações de uma rebelião ao capitalismo. Se ainda existe Natureza, é porque esses povos, como Natureza que são, se mantiveram em pé – mesmo que tantos tenham tombado e continuem tombando a tiros. A eles se uniram os movimentos da cidade que não se renderam ao encaixotamento da cultura. Isso não é apenas forte e bonito – é potência. Porque foram essas forças que, contra todos os prognósticos, mantiveram a vida viva – lembram que a elite brasileira do início do século 20 acreditava ter exterminado (ou assimilado) os Indígenas por completo? Um século mais tarde a população originária cresce e ocupa a Zona Azul da COP30.

Essa é a força vista como periférica – e que, na verdade, é central. As COPs devem continuar acontecendo, porque são mais de 190 países concordando que precisam enfrentar uma ameaça comum. E isso ainda é algo a valorizar diante do negacionismo calculado de Trump e outros. Mas não vamos barrar o colapso pelas decisões tomadas ali, embora torça para que as próximas COPs e eventos do seu entorno me desmintam.

Enquanto o planeta aquece a um ritmo muito mais acelerado do que as previsões mais sombrias de cientistas, as negociações em cada Zona Azul caminham como se houvesse tempo para postergar, adiar, barrar, retomar na próxima. Neste sentido, as COPs também são um movimento de negacionismo.

As COPs jamais serão o centro de um enfrentamento real do colapso, porque elas reproduzem o pensamento equivocado – o dos mutantes. Os povos originários e tradicionais vão levar bastante tempo para, talvez, daqui a muitos anos, conseguirem ser reconhecidos ali como os protagonistas que são. Até lá, se seguir nesse ritmo – e tudo indica que vai seguir – a Amazônia já não existirá como floresta e a minoria destruidora da Terra, produtora do aquecimento global, obrigará as novas gerações que já andam por aqui a sobreviver num planeta hostil.

De onde eu olho, não há saída fora a transmutação da linguagem que é o capitalismo para a linguagem que é a Natureza. Penso que seria necessário voltar a mutar, mas não ao que o humano que se separou da Natureza já não pode voltar a ser. Não existe retorno, o que existe é uma outra volta da espiral. Mutar para um existir que volte a se entender como Natureza sem apagar, porque impossível, a experiência e a memória de quem nasceu equivocado de ser outra coisa.

Consentimento por omissão

Quando Gil fala de duas espécies de humanos, a da selva e a da selva de pedra – ou a que não se separou da Natureza e a que se separou, como afirmam pensadores indígenas como Ailton Krenak –, ele dissolve um equívoco de uma forma que talvez seja mais fácil de compreender. Repetimos que, sim, o colapso do clima e o da biodiversidade são causados por ação humana. Mas, importante, não de todos os humanos, mas sim dos que se separaram da Natureza. E, entre esses, uma minoria de alguns poucos milhares de bilionários e supermilionários, a maioria deles no Norte Global, acionistas das grandes corporações e dos governos e parlamentos que os servem, associados às elites extrativistas locais, como acontece na Amazônia.

Mas e a maioria de mutantes que serão os primeiros e mais impactados pelo colapso? Minha hipótese há alguns anos é de que o capitalismo, ao nos reduzir a consumidores, destruiu nosso instinto de sobrevivência, tornando a maioria incapaz de reagir mesmo a uma ameaça concreta de extinção. Qualquer ser vivo reage de imediato a um ataque à sua vida ou à preservação da espécie. Nós, não mais.

Diante do risco de extinção, a maior parte dos mutantes paralisa ou acredita em todo tipo de mentira da extrema direita, para poder seguir agarrada a sua cada vez mais precária zona de conforto. Como crianças pequenas quando tapam os olhos e assim acham que ninguém vai enxergá-las e, portanto, estarão salvas. Neste sentido, a maioria é negacionista, já que não basta

aceitar a obviedade da emergência climática, é preciso agir segundo a emergência.

No final de setembro, encontrei uma outra resposta que nos ajuda a ampliar esse pensamento. Em apoio à Flotilha da Liberdade que levava ajuda humanitária a Gaza, dezenas de intelectuais, entre eles Angela Davis e Judith Butler, fizeram um manifesto. O texto afirmava que, mesmo que não gostemos, o genocídio impetrado por Israel em Gaza tem três protagonistas: os assassinos, os mortos e os espectadores.

Não é a primeira vez que estendo essa ideia ao colapso. Os espectadores, segundo o manifesto, são “sujeitos desvitalizados, atordoados e paralisados. [...] Nós, os espectadores, nos tornamos uma população reduzida a nos perceber, com vergonha e raiva, como impotentes”. Essa política de crueldade, dizem, “inaugura uma nova forma de governar” – como testemunhamos no dia em que o Congresso brasileiro destruiu o licenciamento ambiental. “[Essa nova forma de governar] busca destruir a imaginação, confinar a subjetividade na abjeção, impossibilitando-a de vislumbrar um futuro. Ela visa nossas conexões, nossa capacidade de apego; isola indivíduos, torna suspeito qualquer gesto de empatia e intimida toda crítica com ameaças tácitas, mas perfeitamente claras. Cria um mundo onde a filiação política é negociada a partir do consentimento por omissão.”

Consentimento por omissão. É o que a maioria de mutantes paralisados faz diante de um planeta em colapso. A maioria se tornou espectador, testemunhando a própria extinção, a de seus filhos e a de seu mundo. Que mutação tão terrível essa de consentir por omissão o nosso próprio fim.

Paul Watson, que acredita que nenhuma solução virá de governos, assim vê o futuro próximo diante da inação: “Ou vamos encontrar uma maneira de resolver o problema, o que é improvável, ou a Natureza resolverá o problema para nós. E isso virá na forma de colapso ecológico”. E segue: “Se os fitoplânctons desaparecessem no oceano, nós morreríamos. Mas, trazendo algo mais perto da realidade, digamos que problemas ecológicos se desenvolvam em um vírus atingindo uma certa família de plantas. Digamos a família das gramíneas. O vírus vai então de uma espécie de gramínea para outra, afetando a coisa toda, o que é uma possibilidade, porque afetou outras colheitas no passado. Então, se tudo morresse em um ou dois anos, nós morreríamos junto com as gramíneas. Estaríamos travando guerras por nabos e batatas. É mais ou menos o que seria. Porque isso significaria que todo trigo, centeio, milho, arroz, tudo teria sumido. E os animais que comem essa espécie de planta, eles já teriam desaparecido. Não haveria vacas, não haveria porcos, nem nada para eles comerem. [...] Não haveria insetos, e isso seria um colapso ecológico sério, em que nossa população, que atualmente é de 8 bilhões, provavelmente seria reduzida em cerca de três anos para cerca de 100 milhões”.



Não é necessário tentar construir uma máquina que sequestre carbono. Nós já temos isso. Chama-se árvore

Paul Watson

Ativista pela vida marinha

A anta mais importante da sala

Entre as tantas críticas às COPs há uma baseada na melhor ciência: o foco nas emissões de carbono. Entre as vozes mais respeitadas está a de Antonio Nobre. Cientista dos sistemas da Terra, ele é um dos poucos que se arrisca a desafiar o senso comum da ciência – e isso há muitos anos. Em uma entrevista à Rádio SUMAÚMA e num artigo publicado durante a COP30, ele afirma: “Com a COP30 reunida no coração da Amazônia, o foco do mundo está voltado principalmente às emissões de carbono e nas promessas de neutralidade de carbono. No entanto, essa visão limitada nos cega em relação ao ‘elefante mais importante na sala’: a destruição do ecossistema não é um problema apenas do carbono; é a sabotagem sistêmica do mecanismo de controle climático mais poderoso do planeta”.

Embora reconheça que a neutralidade das emissões de carbono seja um objetivo importante a ser perseguido, Antonio defende que é preciso olhar para a vida. Ou para a teoria da bomba biótica, deduzida pelos cientistas russos Anastassia Makarieva e Victor Gorshkov, numa pesquisa em que ele foi um dos participantes.

“As florestas funcionam como o coração pulsante do ciclo hidrológico. As árvores transpiram grandes volumes de vapor d’água, que sobem e rapidamente se condensam em nuvens, auxiliadas por sementes de nuvens também emitidas pelas plantas. Quando grandes quantidades de vapor d’água sobem e se transformam em gotículas líquidas (nuvens), esse líquido ocupa muito menos volume do que o gás. O encolhimento repentino cria uma área de baixa pressão – um enorme vácuo natural – que puxa eficientemente o ar úmido dos oceanos para dentro dos continentes. [...] Nossos estudos revelaram que esse mecanismo opera globalmente. [...] Remova as árvores e a bomba quebrará. A transpiração

cessa, o ar seco cai, o ar úmido deixa de ser atraído para dentro, as nuvens desaparecem, o sistema de resfriamento natural entra em colapso e bolhas ameaçadoras e maciças de ar quente se instalam sobre regiões desmatadas, bloqueando ainda mais a circulação de umidade e desencadeando condições desérticas em vastas áreas continentais.”

Para Antonio Nobre, é preciso encarar o que chama de verdade desconfortável: “Mesmo que zerássemos as emissões de carbono amanhã, o colapso climático persistiria sem uma restauração ecológica maciça. [...] Ao danificar o ciclo oceano-atmosfera-água terrestre, amplificamos drasticamente a sensibilidade do clima ao CO₂. As florestas não são apenas sumidouros de carbono. Elas são as principais reguladoras climáticas do planeta, seus geradores de água doce e a própria base da habitabilidade continental. [...] Devemos impor, financiar e modelar políticas que reconheçam a floresta não apenas como um repositório de carbono, mas como o sistema insubstituível de refrigerar o ambiente natural e gerar água doce no planeta. [...] Uma vez que se dê uma chance a florestas diversas, e protagonismo aos territórios originários e tradicionais, eles curarão o clima. Essa convicção não é um otimismo ingênuo: ela emerge da aplicação prática da física, da ecologia profunda, das sabedorias antigas e de 4 bilhões de anos de gênio evolutivo”.

A primeira ação dos mutantes, ao romper a paralisia que os aprisiona e condena, deveria ser a de tornar-se aliado dos povos indígenas e das comunidades tradicionais. No Brasil, a ação mais importante para manter viva a Floresta Amazônica e todos os biomas que ainda adiam o colapso é a demarcação de todas as Terras Indígenas, comprovadamente os territórios mais conservados, a titulação de todos os territórios quilombolas, a proteção das áreas onde vivem as outras 27 populações tradicionais. Só essa ação já seria um enorme avanço, atuando também para o fortalecimento das mulheres na liderança, que assumiram o protagonismo da luta ao perceber que muitos homens se corrompem ao serem capturados pelo mundo do consumo.

O que está acontecendo, porém, é o contrário disso, o que torna a eleição de 2026 uma possibilidade de virada. Quem quiser proteger suas crianças, e isso não é retórica, porque o risco de extinção só aumenta, precisará trabalhar para evitar a reeleição do Congresso mais predatório da história do Brasil. Não apenas votar bem, mas atuar para que outros não votem mal.

Quando me perguntam o que me dá força para lutar, digo que não luto para ganhar, luto para viver. Essa dimensão, a da vida, também foi reduzida pelo capitalismo. A vida não é o que nós, os mutantes, chamamos vida, mas uma força criadora, a potência que gestou este planeta extraordinário, o enigma que circula pelos corpos que fazem mundo juntos.

Essa potência ainda nos habita. ■

SUMAÚMA

SCOP30

NOSSAS ÁRVORES

Diretora de redação **Eliane Brum**

Coordenação de fluxo editorial **Viviane Zandonadi**

Repórteres

Soll (jornalista-floresta)
e Wajã Xipai (jornalista-floresta);
Catarina Barbosa,
Guilherme Guerreiro Neto
e Hyury Potter

Editoras de imagem

Lela Beltrão
(coordenadora),
Mariana Greif
e Mônica Zarattini

Editora

de arte
Cacao
Sousa

Identidade
visual
SUMAÚMA
Bijari

Revisão ortográfica (português)

Célia Arruda e Valquíria Della Pozza

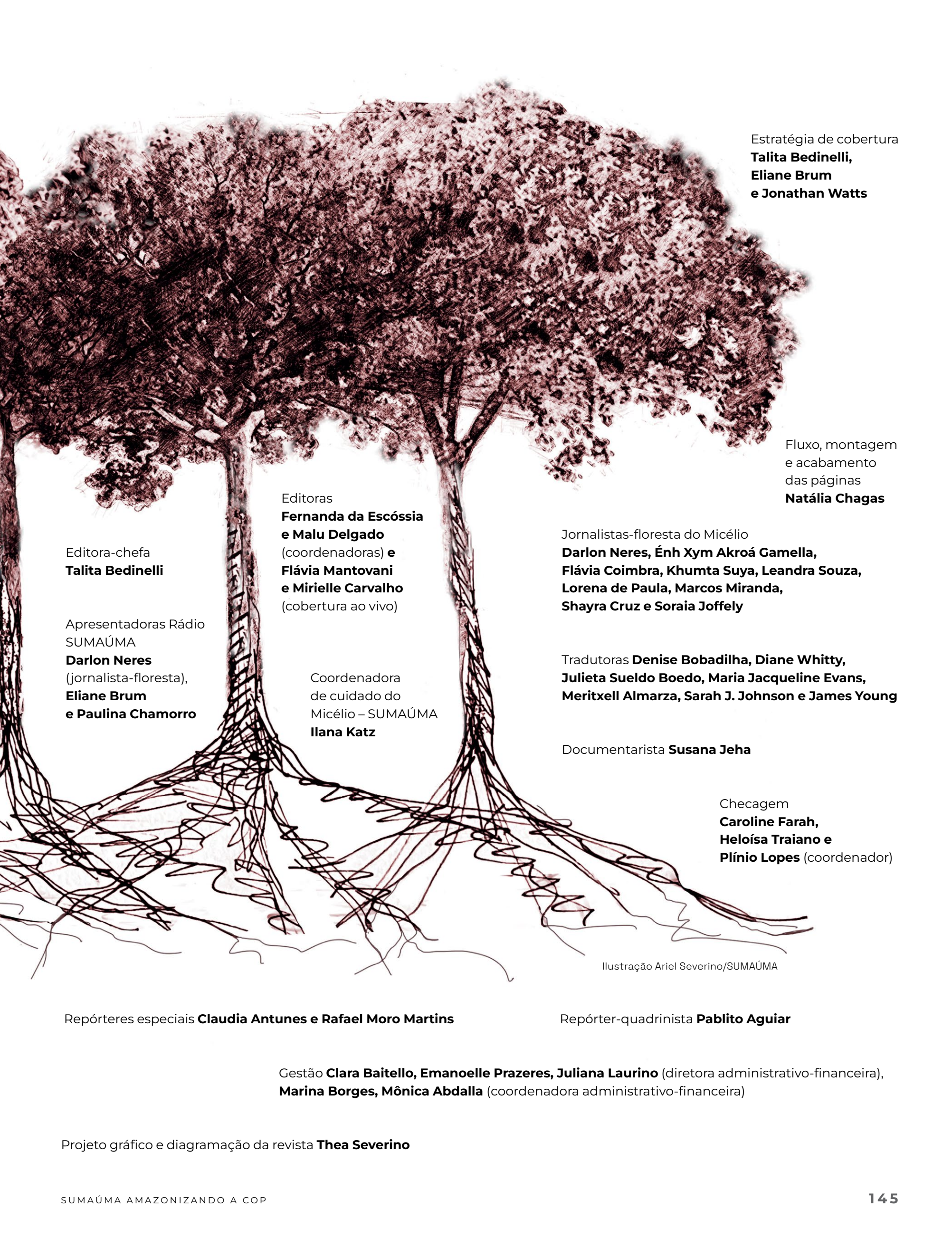
Analista de audiência

Isabela Sperandio

Cuidados **Maria da Conceição Ferreira do Carmo e Hugo Gomes**

“Parteira de Sonhos” **Mariana Leal de Barros**

Redes sociais **Clara Corrêa, Juliana Bastos** (jornalista-floresta), **Maickson Serrão,**
Mateus Camillo (editor de texto) e **Nayara O. Costa**



Estratégia de cobertura
Talita Bedinelli,
Eliane Brum
e **Jonathan Watts**

Fluxo, montagem
e acabamento
das páginas
Natália Chagas

Editora-chefa
Talita Bedinelli

Apresentadoras Rádio
SUMAÚMA
Darlon Neres
(jornalista-floresta),
Eliane Brum
e **Paulina Chamorro**

Editoras
Fernanda da Escóssia
e **Malu Delgado**
(coordenadoras) e
Flávia Mantovani
e **Mirielle Carvalho**
(cobertura ao vivo)

Coordenadora
de cuidado do
Micélio – SUMAÚMA
Ilana Katz

Jornalistas-floresta do Micélio
Darlon Neres, Énh Xym Akroá Gamella,
Flávia Coimbra, Khumta Suya, Leandra Souza,
Lorena de Paula, Marcos Miranda,
Shayra Cruz e Soraia Joffely

Tradutoras **Denise Bobadilha, Diane Whitty,**
Julieta Sueldo Boedo, Maria Jacqueline Evans,
Meritxell Almarza, Sarah J. Johnson e James Young

Documentarista **Susana Jeha**

Checagem
Caroline Farah,
Heloísa Traiano e
Plínio Lopes (coordenador)

Ilustração Ariel Severino/SUMAÚMA

Repórteres especiais **Claudia Antunes e Rafael Moro Martins**

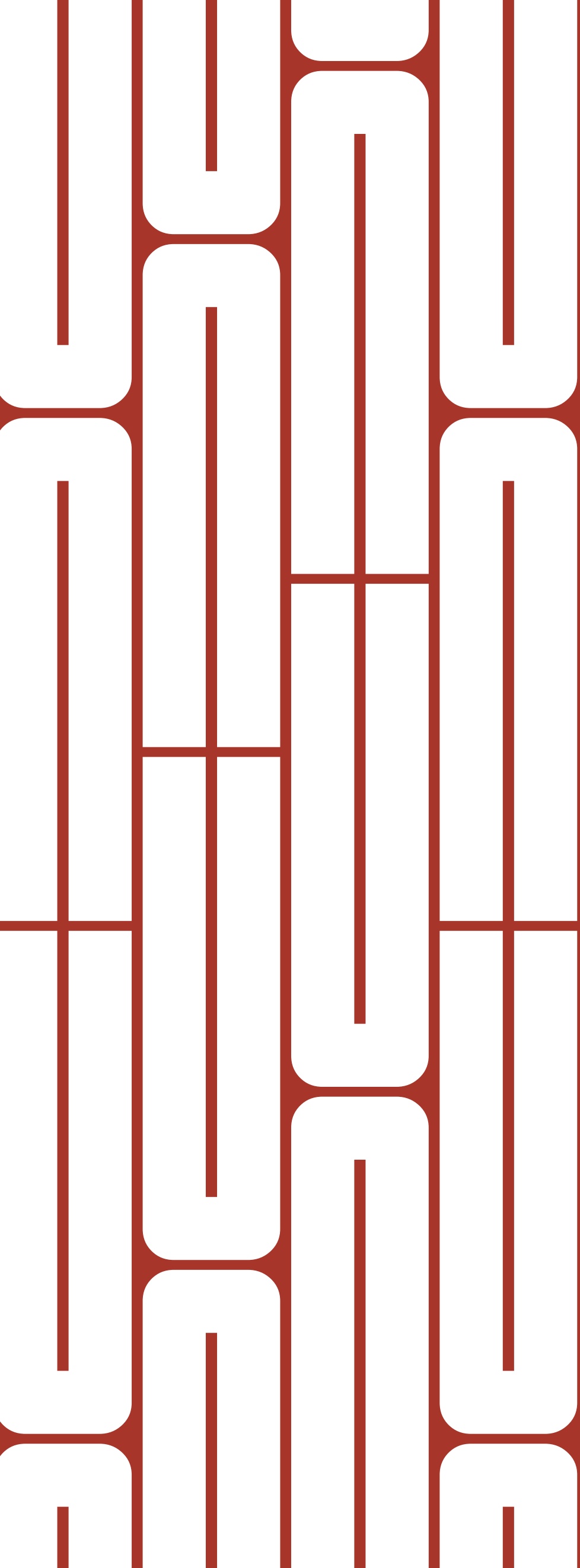
Repórter-quadrinista **Pablito Aguiar**

Gestão **Clara Baitello, Emanuelle Prazeres, Juliana Laurino** (diretora administrativo-financeira),
Marina Borges, Mônica Abdalla (coordenadora administrativo-financeira)

Projeto gráfico e diagramação da revista **Thea Severino**



Pablito Aguiar/SUMAÚMA



SUMAUMA.COM



Rádio SUMAÚMA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA VENDA PROIBIDA